

EDIÇÃO ESPECIAL: MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS: ENLACES E ENTRELACES

Revista

# FONTES DOCUMENTAIS

Instagram icon @REVISTAFONTESDOCUMENTAIS

v.5, 2022 Edição Especial

ISSN – 2595-9778



**GEPHIBES**  
Grupo de Estudos e Pesquisas em História das Bibliotecas de Ensino Superior

**GRUPO DE PESQUISA  
BIBLIOTECAS, MEMÓRIA E  
RESISTÊNCIA**

## EXPEDIENTE

Publicação Revista Fontes Documentais, Aracaju, SE, v. 5, 2022 - edição especial - Memória e Resistências: enlaces e entrelaces. Periódico quadrimestral organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em História das Bibliotecas de Ensino Superior, Instituto Federal de Sergipe (GEPHIBES/IFS).

### EQUIPE EDITORIAL

**Editor-Chefe:** Salim Silva Souza – Bibliotecário do Instituto Federal de Sergipe (IFS). **Editora da Edição Especial:** Daniele Achilles - Professora do Departamento de Biblioteconomia e dos Programas de Pós-Graduação em Biblioteconomia e em Memória Social da UNIRIO. Líder do Grupo de Pesquisa “Bibliotecas, Memória e Resistência” e Deise Maria Antonio Sabbag - Professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP/Marília. Líder do Grupo de Pesquisa ECOAR (Estudos Contemporâneos em Organização, Análise e Recuperação da Informação).

### COMISSÃO AVALIADORA DA EDIÇÃO ESPECIAL - MEMÓRIA E RESISTÊNCIAS: ENLACES E ENTRELACES.

#### UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

Nanci Elizabeth Oddone, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> (**Coordenadora**)  
<http://lattes.cnpq.br/2233874942329402>

Alberto Calil Elias Junior, Prof. Dr.  
<http://lattes.cnpq.br/9490009776453579>

Ana Amélia Lage Martinsa, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>.  
<http://lattes.cnpq.br/7998119064662309>

Brisa Pozzi de Souza, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>.  
<http://lattes.cnpq.br/0063501372958634>  
Durval Vieira Pereira, Dr.  
<http://lattes.cnpq.br/7416020333575279>

Francisco Ramos Farias, Prof. Dr.  
<http://lattes.cnpq.br/7128597444325843>

Johanna Gondar Hildenbrand, Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>.  
<http://lattes.cnpq.br/9580877959553697>

Lobélia da Silva Faceira, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>.  
<http://lattes.cnpq.br/6008668196511751>

Maria Amália Silva Alves de Oliveira, Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>.  
<http://lattes.cnpq.br/6526337310731511>

#### UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP

João Batista Ernesto de Moraes, Prof. Dr  
<http://lattes.cnpq.br/5819951651545585>

Vânia Cristina Pires Nogueira Valente, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>.  
<http://lattes.cnpq.br/8962021573218552>

#### UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA

Fabiano Cataldo de Azevedo, Prof. Dr.  
<http://lattes.cnpq.br/5425242283874576>

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL**

Marcos Aparecido Rodrigues do Prado, Prof. Dr.

<http://lattes.cnpq.br/6317834863149595>

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG**

Fabricio José Nascimento da Silveira, Prof. Dr.

<http://lattes.cnpq.br/8840124188505402>

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCAR**

Luciana de Souza Gracioso, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>.

<http://lattes.cnpq.br/4898201916360294>

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS**

Niliane Cunha de Aguiar, Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>.

<http://lattes.cnpq.br/8820496706425186>

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA**

Valdirene Pereira da Conceição, Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>.

<http://lattes.cnpq.br/6141725405236646>

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF**

Rosimere Mendes Cabral, Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>.

<http://lattes.cnpq.br/3013718561343577>

**UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA - UDEA (COLÔMBIA)**

Marta Lucia Giraldo Lopera, Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>.

**SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SERGIPE**

Andreia Bispo dos Santos, Me.

<http://lattes.cnpq.br/0843090447151837>

**CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA FONTES DOCUMENTAIS**

**Profa. Dra. Bárbara Coelho Neves** – Universidade Federal da Bahia (UFBA);

**Profa. Dra. Bernardina Maria J. F. de Oliveira** – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

**Prof. Dr. Edilson Damasio** - Universidade Estadual de Maringá (UEM);

**Profa. Dra. Jussara Santos Pimenta** – Universidade Federal de Rondônia (UNIR);

**Profa. Dra. Nídia Maria Lienert Lubisco** – Universidade Federal da Bahia (UFBA);

**Profa. Dra. Niliane Cunha de Aguiar** – Universidade Federal de Sergipe (UFS)

**Prof. Dr. Pablo Boaventura Sales Paixão** – Instituto Federal de Sergipe (IFS);

**Prof. Dr. Raimundo Nonato Ribeiro Dos Santos** – Universidade Federal do Ceará (UFC)

**Profa. Dra. Silvânia Santana Costa** - Universidade Tiradentes (UNIT);

**Profa. Dra. Zeny Duarte de Miranda** – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

**COMISSÃO ORGANIZADORA**

**Diagramação**

Luis Carlos Kehrlé

**Capa**

Gabriel Ferreira Souza

**Colaboração Técnica**

Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio - GECIMP

**Secretária Executiva**

Ida Conceição Andrade de Melo

**Comunicação da Revista**

Valber Jose Andrade de Melo

Gabriel Ferreira Souza

**Normalização**

Edite Santos de Araújo

Pablicio Franklin Sousa

Maria Clara Reinol Santos

Mércia Regina Andrade dos Santos

**Revisão Ortográfica**

Cláudia Andrade;

Jéssica Mirelle Lopes Matos;

Júlio Cezar dos Santos Barbosa;

Leila Martins dos Santos Lima;

Maria Monize Andrade de Paula

**INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE**

Reitora: Profa. Dra. Ruth Sales Gama De Andrade

R454 Revista Fortes Documentais / Grupo de Estudos e Pesquisa em História das Bibliotecas de Ensino Superior - GEPHBES/IFS. v. 5, Edição Especial – Memória e Resistências: entlaces e entrelaces – Aracaju: IFS, 2018-

Quadrimestral  
ISSN 2595-9778 (publicação eletrônica)

Endereço eletrônico: <https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/index.php/fontesdocumentais>

1. Ciência da Informação – Periódicos I, Brasil, Instituto Federal de Sergipe.

CDU 02(05)

CDD 020.5

Esta revista está licenciada no Creative commons – atribuição não comercial 4.0 Internacional

---

## EDITORIAL

---

A Revista Fontes Documentais é um periódico quadrimestral, organizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em História das Bibliotecas de Ensino Superior (GEPHIBES/IFS), e sua meta é atuar como um veículo difusor e fomentador da produção acadêmica e, em extensão, da pesquisa científica na área da Ciência da Informação, Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia, Museologia, Educação, História, Memória, Informação, Cultura, Patrimônio, Tecnologia da Informação e Comunicação.

Esta edição especial foi produzida em parceria com o Grupo de Pesquisa “Bibliotecas, Memória e Resistência”, coordenado pela Profa. Dra. do Departamento de Biblioteconomia da UNIRIO e do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB/UNIRIO) e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS/UNIRIO)., Daniele Achilles. Este grupo visa estudar e difundir iniciativas plurais de bibliotecas públicas, escolares, especializadas, dentre outras, relativas à memória e resistência na contemporaneidade. Se coloca na via de compreensão das dinâmicas da memória e, conseqüentemente, da resistência com o intuito de valorizar esses espaços como lugares de memória, passíveis de experiências e vivências revelando memórias individuais e coletivas, bem como suas implicações.

O tema escolhido para esta edição especial foi Memória e Resistências: enlaces e entrelaces, com o objetivo de apresentar importantes pesquisas sobre a relação da informação, conhecimento e unidades informacionais no contexto da memória e resistência. Serão treze artigos inéditos, um relato de experiência e dois ensaios que irão passear pelas áreas da Ciência da Informação, Educação, História e Literatura e abordar.

Primeiramente, apresentamos o artigo “Las bibliotecas como instituciones de la memoria frente a un presente inédito” produzido pela professora Sandra Arenas problematiza as relações instituídas entre memória e bibliotecas, aludindo ao conceito de instituições de memória. Trata-se de estudo teórico focado em discutir por que as bibliotecas são instituições de memória e as implicações derivadas deste conceito. Nesse sentido, reflete, também, sobre os desafios enfrentados por estas instituições diante da pandemia.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio a pesquisa “A biblioteca popular como espaço de resistência e de criação de memórias locais, individuais e coletivas”, cuja autoria é atribuída aos doutores Dayo de Araújo Silva Côrbo e Priscila de Assunção Barreto Côrbo, e que tem como objetivo apresentar o papel da biblioteca popular como espaço de resistência e de criação de memórias locais, individuais e coletivas, para tanto, inicia-se com uma reflexão sobre as formas de atuação da mesma na perspectiva de Paulo Freire. Em seguida, apresenta a missão e a finalidade destes equipamentos socioculturais como local apropriado do saber institucionalizado.

Os autores Cláudio Silva e Ivana Lins, em seu estudo “O processo de fundação das primeiras bibliotecas públicas na Bahia”, procuram identificar as primeiras bibliotecas

públicas criadas no estado da Bahia - Brasil, apresentando uma linha do tempo a partir do ano de criação de tais equipamentos culturais. A pesquisa aqui apresentada resgata um cenário compreendido entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX, tendo como ponto de partida a fundação da Biblioteca Pública da Bahia, em 1811.

O artigo “Os acervos arquivísticos do Museu Nacional de Belas Artes” dos investigadores Thaís Rodrigues e Eliezer Pires, procura sistematizar conceitualmente a organização e a descrição de documentos de arquivo na perspectiva da Arquivologia contemporânea e caracterizar a trajetória de institucionalização do Arquivo Histórico do MNBA e seus acervos.

A professora Claudia Sousa Pereira, em seu estudo ‘Memória e resistência não cabem só na lombada: a propósito da importância dos estudos literários na formação bibliotecária’, aborda de forma bem criativa questões de análise de texto como forma de se melhor conhecer e disseminar textos que provoquem questionamentos nos usuários/leitores de Unidades de Informação.

A seguir é apresentado o estudo “A mediação informativa em ambientes de (Ciber) Cultura e (In)formação: estudo exploratório no âmbito da Ciência da Informação”, da professora Meri Nádia Gerlin, trazendo uma discussão sobre a necessidade de se ampliar as perspectivas tradicionais da mediação da informação incorporando a cibercultura como ambiência característica da interferência do profissional da informação.

Em seguida o estudo “Unidades de informação, memória e resistência no âmbito das dissidências sexuais e de gênero”, de autoria dos pesquisadores Francisco Arrais, Denise Fioravanti e Deise Sabbag, analisa como a informação e o conhecimento para além da cultura material, produzidos pelas dissidências sexuais e de gênero, têm sido acolhidos pelas unidades de informação sob a óptica das relações de poder.

O artigo das autoras Cristiane Pantoja e Deise Sabbag, “O Círio de Nossa Senhora de Nazaré como símbolo da memória e resistência social do Estado do Pará”, procura analisar as obras do Círio como uma forma de preservação da memória paraense, buscando fazer uma relação com a festividade do Círio como um símbolo cultural e religioso; além de verificar a representatividade dos homossexuais durante a celebração do Círio como forma de resistência pelo seu reconhecimento na sociedade.

O estudo “Representações da mulher negra no Jornal Gazeta de Notícias no final do século XIX”, das pesquisadoras Leila Martins dos Santos Lima e Elaine Maria dos Santos, objetiva explicar a importância dos periódicos, sobretudo o Jornal Gazeta de Notícias, nas pesquisas da história da educação, observando a frequência dos discursos de/sobre mulheres negras neste veículo comunicacional, além de, examinar o teor dessas manifestações.

O estudo intitulado “Mestre João do Boi e suas canções: registros da memória e da resistência vão além da escrita e oralidade”, de autoria dos investigadores Fidelis Melo e Ivana Lins, se fundamenta em uma pesquisa de natureza exploratória e inspiração etnográfica, tomando como objeto o samba-chulo, manifestação musical popular da região de São Braz, no Recôncavo Baiano, e como universo empírico o saber e as

memórias do mestre João do Boi, um dos mais destacados desta manifestação cultural, o trabalho discute e explora as relações entre memória individual e coletiva, informação, identidade, espaço e manifestações de arte popular.

No artigo “Um tambor sámi restituído: culturas originárias euroéias e colonialismo no Ártico”, de autoria da investigadora Paula Sequeiros, tendo como base na restituição de um tambor sámi confiscado em 1691, em Karasjok, atual Noruega, em 2022, apresenta uma análise sobre a longa colonialidade e a invisibilização racista no extremo norte da Europa e sobre as resistências históricas e processos atuais por justiça e reparação.

A pesquisa a seguir, “A produção de histórias autorais e as narrativas universais: impressões sobre a leitura literária infantil na página do livro e na tela do computador”, de autoria da professora Meri Nádia Gerlin, traz à baila experiências nas práticas investigativas e formativas em torno da competência leitora, formação de leitores e da literatura infantil como estratégia de leitura na infância.

O artigo “Memórias e vivências: o legado de Paulo Freire na alfabetização de adultos” dos pesquisadores Albert da Cunha, Álvaro de Carvalho, Daniele de Lira, Laura Lagrange, Luciene Cerdas, Lidiane Cezario, Maria Antônia Rocha e Rejane Amorim, tem como intuito discutir os pressupostos teóricos do Método de Alfabetização desenvolvido por Paulo Freire, sinalizando um processo de mudança pedagógica em busca de uma alfabetização emancipadora; todos os envolvidos são sujeitos e contribuem para o ensino e a aprendizagem uns dos outros, em uma perspectiva de uma sociedade democrática e de justiça social.

O relato de experiência “De volta para comunidade: recuperando a Biblioteca Lélia Abramo em Ribeirão Preto, SP”, apresentado pelas pesquisadoras Suzana Maria Ketelhut e Marcia Regina da Silva, aponta os resultados da reorganização da referida biblioteca, bem como os produtos que foram criados para facilitar o uso e acesso ao acervo com intuito de facilitar a autogestão trazendo análises quantitativas e qualitativas do acervo.

Finalizando esta edição trazemos dois primorosos Ensaio, o primeiro “Independência ou...? Provocações (e o trilhar) do fazer independente no Brasil”, de autoria do escritor e poeta Mailson Furtado. E depois, “Mundo, juventud y lenguaje. Un texto para la provocación”, cuja autoria é do professor Didier Álvarez Zapata.

Todos os trabalhos apresentados nesta edição trazem temas pulsantes e atualizados, disponibilizados aos nossos leitores em uma ambiência de intercâmbio de saberes.

Desejamos uma boa leitura!

PROFA. DRA. DANIELE ACHILLES DUTRA DA ROSA  
(Editora a Edição Especial da Revista Fontes Documentais)

SALIM SILVA SOUZA  
(Editor-Chefe da Revista Fontes Documentais)

## SUMÁRIO

### ARTIGOS

EDITORIAL.....	5
LAS BIBLIOTECAS COMO INSTITUCIONES DE LA MEMORIA FRENTE A UN PRESENTE INÉDITO .....	11
<i>Sandra Patrícia Arenas Grisales</i>	
A BIBLIOTECA POPULAR COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E DE CRIAÇÃO DE MEMÓRIAS LOCAIS, INDIVIDUAIS E COLETIVAS .....	25
<i>Dayo de Araújo Silva Côrbo</i> <i>Priscila de Assunção Barreto Côrbo</i>	
O PROCESSO DE FUNDAÇÃO DAS PRIMEIRAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NA BAHIA .....	39
<i>Cláudio Silva de Jesus</i> <i>Ivana Aparecida Borges Lins</i>	
OS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS DO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES .....	50
<i>Thaís Rodrigues de Freitas</i> <i>Eliezer Pires da Silva</i>	
MEMÓRIA E RESISTÊNCIA NÃO CABEM SÓ NA LOMBADA: A PROPÓSITO DA IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS LITERÁRIOS NA FORMAÇÃO BIBLIOTECÁRIA .....	66
<i>Cláudia Sousa Pereira</i>	
A MEDIAÇÃO INFORMATIVA EM AMBIENTES DE (CIBER)CULTURA E (IN)FORMAÇÃO: ESTUDO EXPLORATÓRIO NO CAMPO DA INFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E CULTURA .....	81
<i>Meri Nadia Marques Gerlin</i>	
UNIDADES DE INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA NO ÂMBITO DAS DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO.....	99
<i>Francisco Arrais Nascimento</i> <i>Denise Cristina Belam Fioravanti</i> <i>Deise Maria Antonio Sabbag</i>	
O CÍRIO DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ COMO SÍMBOLO DA MEMÓRIA E RESISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO PARÁ.....	126
<i>Cristiane Pantoja de Moraes</i> <i>Deise Maria Antonio Sabbag</i>	
REPRESENTAÇÕES DA MULHER NEGRA NO JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS NO FINAL DO SÉCULO XIX .....	143
<i>Leila Martins dos Santos Lima</i> <i>Elaine Maria Santos</i>	

MESTRE JOÃO DO BOI E SUAS CANÇÕES: REGISTROS DA MEMÓRIA E DA RESISTÊNCIA  
VÃO ALÉM DA ESCRITA E ORALIDADE..... 161

*Fidelis Tavares de Melo*

*Ivana Aparecida Borges Lins*

UM TAMBOR SÁMI RESTITUÍDO: CULTURAS ORIGINÁRIAS EUROPEIAS E  
COLONIALISMO NO ÁRTICO ..... 173

*Paula Sequeiros*

A PRODUÇÃO DE HISTÓRIAS AUTORAIS E AS NARRATIVAS UNIVERSAIS: IMPRESSÕES  
SOBRE A LEITURA LITERÁRIA INFANTIL NA PÁGINA DO LIVRO E NA TELA DO  
COMPUTADOR..... 193

*Meri Nadia Marques Gerlin*

MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS: O LEGADO DE PAULO FREIRE NA ALFABETIZAÇÃO DE  
ADULTOS..... 207

*Albert Douglas Silva da Cunha*

*Álvaro Jorge Santos de Carvalho*

*Daniele Sueira de Lira*

*Laura Mattes Lagrange*

*Luciene Cerdas*

*Lidiane Jeane Lima Cezario*

*Maria Antônia Azevêdo Teixeira Rocha*

*Rejane Maria de Almeida Amorim*

## **RELATO DE EXPERIÊNCIA**

DE VOLTA PARA COMUNIDADE: RECUPERANDO A BIBLIOTECA LÉLIA ABRAMO EM  
RIBEIRÃO PRETO, SP ..... 227

*Suzana Maria Ketelhut*

*Marcia Regina da Silva*

## **ENSAIOS**

INDEPENDÊNCIA OU...?: PROVOCAÇÕES (E O TRILHAR) DO FAZER INDEPENDENTE NO  
BRASIL ..... 254

*Mailson Furtado*

MUNDO, JUVENTUD Y LENGUAJE. UN TEXTO PARA LA PROVOCACIÓN..... 264

*Didier Álvarez Zapata*

---

**ARTIGOS**

---

---

## **LAS BIBLIOTECAS COMO INSTITUCIONES DE LA MEMORIA FRENTE A UN PRESENTE INÉDITO<sup>1</sup>**

*LIBRARIES AS MEMORY INSTITUTIONS IN THE FACE OF AN UNPRECEDENTED PRESENT*

---

### **Sandra Patrícia Arenas Grisales**

Professora da Universidad de Antioquia, Medellín, Colômbia. Bibliotecária. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política (Universidad de Antioquia). Membro da Linha de Pesquisa em Memoria y Sociedad da Escuela Interamericana de Bibliotecología e do GPBM Resiste. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2868-4101>. E-mail: [sandra.arena@udea.edu.co](mailto:sandra.arena@udea.edu.co)

### **RESUMO**

Este artigo aborda a relação entre memória e bibliotecas, aludindo ao conceito de instituições de memória. Para isso, o texto apresenta algumas definições de memória, recorrendo a três autores: Astrid Erll, Paul Connerton e Elizabeth Jelin. Em seguida, discute-se por que as bibliotecas são instituições de memória e as implicações derivadas deste conceito. Finalmente, o texto levanta alguns dos desafios enfrentados por estas instituições diante da pandemia. A metodologia de pesquisa utilizada é qualitativa, utilizando a estratégia de pesquisa documental e entrevistas. Este trabalho contribui para ampliar a concepção de bibliotecas como instituições de transferência e uso de informações para a de bibliotecas como instituições de memória em um sentido dialógico e comunicativo.

**Palavras-chave:** Bibliotecas. Instituições de memória. Memória. Pandemia. COVID-19

### **ABSTRACTS**

This article addresses the relationship between memory and libraries, alluding to the concept of memory institutions. To do so, the text presents some definitions of memory, using three authors: Astrid Erll, Paul Connerton and Elizabeth Jelin. It then discusses why libraries are memory institutions and the implications derived from this concept. Finally, the text raises some of the challenges facing these institutions in the face of the pandemic. The research methodology used is qualitative, using the strategy of documentary research and interviews. This work contributes to broaden the conception of libraries as institutions for the transfer and use of information to that of libraries as institutions of memory in a dialogic and communicative sense.

**Keywords:** Libraries. Memory institutions. Memory. Pandemic. COVID-19.

---

<sup>1</sup> Artículo derivado de la investigación: "Innovación curricular de los programas de pregrado en Archivística y Bibliotecología de la Universidad de Antioquia". Inicio en julio de 2019, finalización en noviembre de 2022. Código del proyecto: Acta 04 de 2019, del Comité Técnico de Investigación, Escuela Interamericana de Bibliotecología, Universidad de Antioquia. Medellín-Colombia.

## 1 INTRODUCCIÓN

“Memoria”: esa palabra aparece cada vez con más fuerza como moda, lugar común, reivindicación, denuncia, reclamo, demanda, deber, derecho, imposición y lucha. En 2001, el crítico literario Andreas Huyssen llamaba la atención para lo que él denominaba un fenómeno cultural y político de gran envergadura: “Un giro hacia el pasado que contrasta de manera notable con la tendencia a privilegiar el futuro, tan característico de las primeras décadas de la modernidad del siglo XX” (HUYSEN, 2001, p. 13).

Según Huyssen, esto era consecuencia de diversos procesos sociales, políticos y culturales, como la descolonización, especialmente en el continente africano; los nuevos movimientos sociales, como el feminismo; la lucha de la población lesbianas, gais, transexuales, bisexuales e intersexuales (LGTBI); los movimientos estudiantiles, y las reivindicaciones identitarias y culturales de grupos específicos, donde se abrieron espacios para la creación de nuevas narrativas alternativas y revisionistas. También tuvieron gran influencia las conmemoraciones y los aniversarios asociados a eventos que se sucedieron durante la Segunda Guerra Mundial; la creación de museos y de monumentos para recordar, y el imperativo del “Nunca más”.

En especial, hubo una urgencia por escuchar las voces de los sobrevivientes de la Segunda Guerra Mundial, debido a la certeza de que esas memorias continuaban transitando en espacios subterráneos, de la familia o en pequeños grupos (POLLAK, 2006). Esos sobrevivientes eran ancianos y se corría el riesgo de no conocer públicamente sus testimonios. Pero fueron también las guerras de Ruanda, Bosnia y Kosovo, en la década de los noventa, las que señalaron que ese pasado de horror de aquel conflicto mundial no había quedado atrás, y era necesario volver sobre él para comprender cómo fue que se permitió que sucediera de nuevo.

Las transiciones democráticas en países que habían pasado por regímenes militares, dictatoriales o de segregación racial, y el fin de los países comunistas de la Europa del este y de la antigua Unión Soviética son algunos escenarios donde la memoria política estuvo vinculada a una idea de justicia, verdad y reparación del daño.

No obstante, como bien señala Huyssen (2001), estos fenómenos sociales no explican por sí solos nuestra fascinación actual con el pasado, expresado en la moda de lo retro, el aumento de los museos, la urgencia patrimonialista, el auge de la literatura testimonial y autobiográfica, expresiones de lo que el autor denomina un “Marketing masivo de la nostalgia” (HUYSEN, 2001, p. 38), cuya meta parece ser el recuerdo total.

Entonces, lanza la pregunta: ¿por qué? Y, especialmente: ¿por qué ahora? ¿Por qué esa obsesión por la memoria y el pasado? ¿Por qué ese miedo al olvido? ¿Por qué hoy, cuando contamos con mayores y mejores formas de almacenar memoria, el olvido es el mayor riesgo al que nos enfrentamos? En todo caso, deja claro en su texto: “Si sufrimos de un exceso de memoria y esta memoria es en esencia transitoria, poco

confiable, acosada por el olvido, en resumen, humana y social, debemos hacer el esfuerzo de distinguir los pasados utilizables de aquellos descartables” (HUYSEN, 2001, p. 38).

Como puede verse, hablar de la “memoria” no es un asunto menor; implica hablar de ética y de valores democráticos. Las bibliotecas hacen parte de las instituciones que encarnan buena parte de los valores de la modernidad, ligados a un ideal democrático; por lo tanto, no pueden ser indiferentes a los desafíos que la memoria propone.

Este escrito surge en el marco de la investigación “Innovación curricular de los programas de pregrado en Archivística y Bibliotecología de la Universidad de Antioquia”, en particular del “Componente de tendencias de las ciencias de la información”. Dicho componente tenía como propósito identificar las tendencias<sup>2</sup> más relevantes en relación con las ciencias de la información, los retos que se les presentan a los profesionales, pero también las transformaciones que deben vivir las instituciones como archivos y bibliotecas para adaptarse y responder a contextos complejos en los ámbitos político, económico, sociocultural, tecnológico y ecológico.

La metodología implementada tuvo un enfoque principalmente cualitativo, en particular la estrategia de investigación documental, en tanto este proyecto giró en torno al análisis e interpretación de la información recopilada. Así, la estrategia comprendió la aplicación de tres técnicas de investigación: el análisis de redes sociales de la producción científica, esto es, la revisión y el examen de información hallada en bases de datos especializadas; la consulta y exploración de comunicados de organismos multilaterales e instituciones del área; el estudio de fuentes de mercado y, por último, el desarrollo de diecisiete entrevistas en profundidad, con profesionales e investigadores de la bibliotecología y la archivística de Colombia, Puerto Rico, España y Brasil.

En este escrito, se aborda una de las tendencias halladas en la investigación, la relación entre memoria y bibliotecas, aludiendo al concepto de *instituciones de la memoria*. Busca responder a las preguntas: ¿qué es, en últimas, la memoria y qué tiene que ver con las bibliotecas? ¿Son las bibliotecas instituciones de la memoria? ¿Qué nuevos desafíos plantea a la relación memoria-biblioteca una situación como la pandemia por COVID-19?

En primer lugar, se presentan algunas definiciones de lo que podemos entender por *memoria*, acudiendo a tres autores: Astrid Erll, Paul Connerton y Elizabeth Jelin. En segundo lugar, se analiza por qué las bibliotecas son instituciones de la memoria y las implicaciones derivadas de ese concepto; y, finalmente, se plantean los desafíos que enfrentan estas instituciones ante la pandemia producida por la COVID-19.

<sup>2</sup> Entendemos por *tendencia*: “un patrón de comportamiento de los elementos de un entorno particular durante un período. Aunque el análisis de tendencias se relaciona de manera frecuente con predecir los acontecimientos futuros, es útil para identificar comportamientos en el pasado y el presente, detectando cambios significativos que pueden incidir en la dirección de las acciones a realizar a futuro” (CASTELLANO; RAMÍREZ; FÚQUENE, 2011, p. 44).

## 2 ¿DE QUÉ HABLAMOS CUANDO HABLAMOS DE MEMORIAS?

Como afirma Erll: “La memoria colectiva es un concepto que cobija procesos de tipo orgánico, medial e institucional, y cuyo significado responde al modo como lo pasado y lo presente se influyen recíprocamente en contextos socioculturales” (ERLL, 2012, p. 8).

Ahora bien, ¿quién es el sujeto que recuerda? ¿Es el individuo o la sociedad? ¿La memoria es individual o colectiva? Según Erll (2012), la memoria es tanto individual como colectiva, pues los individuos recuerdan con ayuda de esquemas que son específicos de su cultura, valores, normas que se comparten colectivamente. La memoria se refiere a los símbolos, los medios, las instituciones y las prácticas sociales que representan la relación que una sociedad mantiene con su pasado. Estas dos formas de la memoria, la individual y la colectiva, actúan de manera conjunta, como afirma Elena Espósito: “sólo si se mantiene la diferencia entre ambas formas de la memoria, es posible centrar el análisis de su influencia recíproca” (ESPÓSITO *apud* ERLL, 2012, p. 135).

La memoria, como sentido o resignificación del pasado, es un proceso que tiene un carácter subjetivo, es decir, cada individuo hace su propia interpretación, construye sus propios significados en relación con los otros y con el contexto, pero vinculado a su propia manera de entender el mundo. De ahí que la memoria sea un proceso subjetivo, dentro de un ámbito o unos marcos sociales, como la familia, la educación, el trabajo, la religión, entre otros.

La memoria es selectiva, no recordamos todo, solo algunas cosas. Esta selección implica narrativas, olvidos y silencios. Los olvidos pueden ser totales; no obstante, en una situación determinada, pueden surgir eventos que se creían olvidados, pero que estaban guardados en la memoria.

Lo importante es reconocer que, si la memoria es selectiva, implica olvido, y que este no es la negación de la memoria, sino parte constitutiva de ella. El silencio, por su parte, puede ser voluntario, impuesto o estratégico. Se puede callar sobre asuntos del pasado que son difíciles o considerados privados. Hay grupos, contextos sociales y políticos que pueden imponer silencios sobre determinados hechos; pero también es posible que las personas guarden silencio a la espera de un momento propicio para hablar (POLLAK, 2006).

Por otro lado, ¿qué es aquello que merece ser recordado? Los saltos, los quiebres, las rupturas, los impactos se convierten en hechos “memorables”. Jelin afirma:

[...] la memoria no es el pasado, sino la manera en que los sujetos construyen un sentido del pasado en el presente y frente a un futuro deseado [...]. El pasado ya pasó, es algo determinado, no puede cambiarse. Lo que cambia es el sentido de ese pasado, sujeto a reinterpretaciones que están, momento a momento, ancladas en la intencionalidad y en las expectativas hacia el futuro. Por eso es un sentido activo, elaborado por actores sociales en escenarios

de confrontación y lucha frente a otras interpretaciones, a menudo contra olvidos y silencios (JELIN, 2017, p. 15).

Frente a esas rupturas o quiebre sociales, el lema *recordar para no repetir* se vuelve central en sociedades que desean superar conflictos de todo tipo. Como se afirmó antes, el tema de la memoria cobró relevancia en el momento en que diferentes sociedades debieron mirar de frente su pasado, escuchar las voces de los silenciados y depararse con el horror de la experiencia de violencia. Esto pone en evidencia el sentido profundamente político de la memoria.

Diversos sectores políticos y sociales construyen narrativas sobre esos eventos del pasado y luchan por imponer sus versiones y convertirlas en hegemónicas, oficiales. Pero estas narrativas con pretensión de imponerse encuentran siempre otras que se les contraponen, que las cuestionan. Estos escenarios de disputas por la memoria suelen presentarse con mayor fuerza en sociedades que vivieron profundos conflictos sociales o políticos, guerras, dictaduras, o, como en el presente, cuando enfrentamos situaciones de crisis mundial, como la pandemia y sus consecuencias.

Connerton (1993) se interesa no por lo que la memoria es, sino por cómo ella se transmite. Nuestra cotidianidad está pautada por comportamientos, rutinas, aprendizajes, tradiciones, formas de hacer y de comportarnos que están mediados por la memoria. Desde colocarse una camisa, escribir o comportarnos en la mesa, todas estas acciones son posibles gracias a la memoria que se activa y que permite realizarlas de modo automático. Es decir, la memoria se convierte en hábito. Es lo que Connerton (1993) denomina una “memoria incorporada”, que habita el cuerpo, la expresamos corporalmente y la activamos en actos cotidianos, en la manera como las actividades del día a día son realizadas.

Según Connerton (1993), las experiencias del presente dependen, en gran medida, del conocimiento que tenemos del pasado, y las imágenes de ese pasado nos sirven para legitimar el orden social del presente. Y esas imágenes del pasado y el conocimiento acumulado son transmitidos y conservados mediante hábitos más o menos ritualizados en ceremonias conmemorativas y prácticas corporales. Los hábitos cotidianos son transmitidos por la imitación, por la repetición de comportamientos que están mediados por procesos sociales y culturales de comunicación de saberes y conocimientos. Así mismo, imágenes y hábitos son transmitidos, por ejemplo, por las ceremonias patrias, o una ceremonia litúrgica o un baile tradicional, la preparación de un alimento, una técnica de siembra de un campesino, el conocimiento sobre la naturaleza por parte de los pueblos indígenas, o una práctica cultural ancestral, como puede darse en la población afrodescendiente.

Si bien esa memoria incorporada permite hacer cosas en la vida cotidiana, la verdad es que el acumulado de saberes, información y conocimientos desborda la mente

del hombre y su capacidad de almacenamiento en el cerebro. Es por eso por lo que los seres humanos acuden, desde tiempos pretéritos, a la inscripción, es decir, a la creación de dispositivos de almacenamiento de información. Es lo que Connerton (1993) llama “memoria inscrita”: el papiro, el libro, el video, el audio, cualquier medio usado, puede ser tan diverso y múltiple como la tecnología lo permita. Para conservar esta memoria inscrita, la humanidad creó instituciones como las bibliotecas, los museos y los archivos responsables de su cuidado, organización y difusión.

En la actualidad, pareciera no haber límites para la capacidad y la posibilidad de creación, producción y almacenamiento de información y conocimiento. La modernidad y el desarrollo tecnológico pusieron a la memoria inscrita como fundamento para mantener el pasado en el presente.

Tal vez uno de los aportes más significativos de Erll (2012) tiene que ver con la propuesta de pensar la memoria en relación con la cultura. Ella, retomando la escuela alemana creada por Aleida Assmann y Jan Assmann, proponen entender la *memoria cultural* como un vínculo activo y constante entre el pasado y el presente, donde las *instituciones de la memoria*, (museos, archivos, bibliotecas) son centrales en esos procesos sociales y culturales.

Se trata [la memoria cultural] de una memoria institucionalizada, que conlleva una ruptura con respecto al pasado y requiere para su existencia de la mediación de instituciones (museos, archivos, monumentos) [...]. La memoria cultural construye así una memoria mediada, vicaria, que pone énfasis en los procesos culturales y no en la experiencia vivida directamente de forma no mediada (SANTAMARÍA COLMERO, 2018, p. 284).

Este concepto de *memoria cultural* subraya el carácter mediador y textualizado de las memorias compartidas, pone énfasis en los procesos culturales y no únicamente en la experiencia vivida. El estudio de la memoria cultural ha permitido repensar la memoria más allá de los individuos y de la historia oral, y vincularla con procesos colectivos y culturales de amplio alcance.

Según Erll (2012), la memoria cultural se manifiesta en tres dimensiones:

1. *Dimensión material de la cultura del recuerdo (medial)*: objetos, textos, monumentos, ritos, por medio de los cuales los contenidos de esa memoria colectiva se vuelven asequibles para los miembros de una comunidad. Son una interfaz entre el nivel psíquico y el nivel social.
2. *Dimensión social*: los portadores de la memoria, personas e instituciones de la sociedad que participan en la producción, el almacenamiento y la evocación del saber relevante para un colectivo: archivo, biblioteca museo, universidad, escuela.
3. *Dimensión mental*: sistemas colectivos de sentido, códigos compartidos, que hacen posible el recordar común y una transmisión simbólica a partir

de representaciones, estereotipos, maneras de percibir, identidad, normas, valores.

En ningún caso significa esto que haya una única configuración de la memoria colectiva; por el contrario, hay una variedad de memorias que coexisten e incluso compiten entre sí.

En resumen, la “experiencia” es vivida subjetivamente y es culturalmente compartida y compartible. La memoria, entonces, se produce en tanto hay sujetos que comparten una cultura, en tanto hay agentes sociales que buscan *materializar* estos sentidos del pasado en diversos productos culturales, que son concebidos como, o que se convierten en, medio de la memoria, tales como libros, museos, monumentos, películas, obras de arte, archivos, bibliotecas, etc.

La memoria es un proceso social y cultural que recupera el pasado en el presente y con la mirada puesta hacia el futuro. Es un campo de disputas entre narrativas que se contraponen. También se manifiesta en actuaciones y expresiones que, antes que representar el pasado, lo *incorporan performativamente*. Hay personas e instituciones de la sociedad que participan en la producción, el almacenamiento y la evocación de ese pasado.

### **3 ¿EN QUÉ SENTIDO LAS BIBLIOTECAS SON INSTITUCIONES DE LA MEMORIA?**

Como se indicó en el apartado anterior, Ertl (2012) asocia a la memoria cultural las dimensiones material (medio y artefactos que contienen memoria), social (actores e instituciones que participan en la producción, el almacenamiento y la evocación del pasado) y mental (representaciones, imaginarios colectivos). En este esquema, la biblioteca es claramente una de las instituciones que participan en esa dimensión social, haciendo uso de buena parte de la producción material de artefactos culturales.

Es destacado el lugar de las bibliotecas en esta clasificación, como instituciones que participan en la producción, el almacenamiento y la evocación del pasado. Pero queda faltando algo.

De manera tradicional, la “idea social” de estas instituciones ha estado ligada al acceso a la información y a la producción de conocimiento. Más recientemente, desde por lo menos la década de los ochenta del siglo XX, se les ha comenzado a nombrar como “instituciones de la memoria” (GARCÍA MARCO, 2010). El avance de las tecnologías de la información y la comunicación hizo que la producción, el almacenamiento, el procesamiento y la difusión de los datos, la información y el conocimiento se revelaran como un verdadero desafío para las ciencias de la información. La biblioteca, como institución fundamental de esas ciencias, así como el archivo y el museo, se preparó con la necesidad de mantener un papel central en este nuevo contexto. Si la producción aumentaba era necesario encontrar las formas de conectar a los productores con

los consumidores de esa información, para que el ciclo del conocimiento pudiera mantenerse.

Francisco García Marco (2010) propone relacionar los múltiples sentidos y acepciones del concepto *memoria* en la biología, la neurociencia y la psicología cognitiva con las ciencias de la información y la documentación, para mostrar de qué forma las bibliotecas son instituciones de la memoria. El autor recurre al uso de metáforas de almacenamiento, procesamiento, selección y análisis de información. Examina la era digital y el desafío que representa para esas instituciones el aumento considerable de la capacidad de producir, almacenar y conservar información. Propone pensar la biblioteca como un lugar de memoria, como el lugar del encuentro en un sentido estrictamente cultural, que debe atender los gustos y usos de los ciudadanos.

La relación que estos dos autores, Erlil y García Marco, establecen entre bibliotecas y memoria es válida y se corresponde con lo que normativamente se espera de estas instituciones. Sin embargo, estas miradas sobre las bibliotecas como instituciones de la memoria centran su atención en la función y no en su potencial. Es una concepción de la biblioteca como almacén, como repositorio, como garante de la conservación y el uso.

Ser una institución de la memoria es mucho más que almacenar, procesar o difundir: es crear un espacio que active la conversación para la transmisión de múltiples saberes y la construcción de conocimientos, el reconocimiento de la diversidad, el debate sobre el patrimonio. Son espacios de interacción e interconexión, como bien lo explica Didier Álvarez Zapata (2020), quien llama la atención para, además de reconocer las bibliotecas como entidades sociales que integran el Sistema Informativo Documental propuesto por Miguel Ángel Rendón (2013)<sup>3</sup>, comprenderlas como uno de los escenarios de las conexiones que se tejen entre información, conocimiento y memoria, en contextos espaciotemporales concretos.

Esta idea supone concebir estas instituciones más allá de sus funciones (conservación, almacenamiento y transmisión); implica situarlas en un horizonte de expectativas, en el que sea posible el despliegue de sus potencialidades, como lo afirma Álvarez Zapata:

Asumidas, entonces, desde una perspectiva sistémica compleja, las IID [instituciones informativo documentales] se entienden como sistemas sociales abiertos en intensa interacción con su medio; en lo cual presentan tres potencialidades o capacidades básicas: poder para generar nuevas interacciones entre sus elementos y, aún más, generar nuevos elementos (autopoiesis); capacidad de autorreferirse, esto es, de no estar mecánicamente determina-

<sup>3</sup>Rendón (2013, p. 86) entiende el Sistema Informativo Documental como "interrelación de cinco elementos: información, documento, usuario, profesional de la información documental e institución informativa documental; esta interacción es motivada por la finalidad de satisfacer las necesidades de información documental del usuario, a través de su ingreso al mundo de la información mediante los documentos proporcionados gracias a la actividad del profesional de la información documental dentro de una institución informativo documental".

da por los factores objetivos sociales; y poder para impactar el medio social, y de paso afectar la idea social que de ellas se tenga (ÁLVAREZ ZAPATA, 2020, p. 99).

En términos de memoria, las bibliotecas no se reducen a una idea patrimonialista, de conservación o almacenamiento de la información; ellas son escenarios de diálogo. Las bibliotecas, como instituciones de la memoria, son, en el sentido dado por David Lankes (2018), ámbitos que facilitan la resignificación de sentidos sobre el pasado, la construcción colectiva de conocimiento y los saberes, espacios de reivindicación cultural, social y política; instituciones que aportan a la construcción de identidades que valoren la diferencia y la pluralidad (ÁLVAREZ ZAPATA, 2020).

Concebir las bibliotecas como instituciones de la memoria no implica abandonar o subestimar las funciones técnicas de organización, gestión y tratamiento de la información y el conocimiento; tampoco las funciones de servicios y divulgación, o aquellos ligados a la formación y al fomento del uso de la información y la documentación. Pero sí establecer, con las comunidades, interacciones menos mediadas por la oferta y la demanda, para privilegiar aquellas que impliquen la creación colectiva de conocimiento, de cara al desarrollo de la sociedad (LANKES, 2018).

Por tanto, más que buscadores y cuidadores de artefactos, los profesionales de la información participan “en conversaciones, ayudan a darles forma, las apoyan e incluso capturan sus resultados para enriquecer las comunidades, servir como un recuerdo vital y, en última instancia, ser un socio poderoso para la creación de un futuro ideal conjunto” (LANKES, 2018, p. 63).

Según la investigación de tendencias en relación con las bibliotecas, los resultados señalan profundas transformaciones en cuanto a la misión que tradicionalmente han desempeñado en la sociedad. En la actualidad, las bibliotecas son herramientas al servicio de la ciudadanía, facilitadoras de la gestión de nuevos conocimientos, guardianas de la memoria cultural, espacios de resistencia y resiliencia, así como lugares para enfrentar transformaciones continuas. El ideal es que estas contribuyan a formar ciudadanos educados, informados y con competencias ciudadanas (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2014; MENESES TELLO, 2013). Frente a temas asociados al racismo, la violencia de género, las migraciones, la crisis medioambiental, los estudios señalan dos vertientes: 1) documentar el activismo social, y 2) fomentar el uso de las bibliotecas por parte de los activistas para promover la justicia social (FLINN; ALEXANDER, 2015; LANKES, 2018).

Las bibliotecas se han vuelto centrales para la comprensión de nuestro momento histórico y de nosotros como sujetos de la historia. Huyssen sugiere que el auge de la memoria, la *mnemohistoria* y la musealización responde a la búsqueda de un escudo protector ante el “miedo a que las cosas devengan obsoletas y desaparezcan, un baluarte que nos proteja de la profunda angustia de la velocidad del cambio y los horizontes de tiempo y espacio cada vez más estrechos” (HUYSEN, 2001, p. 32). En este contexto vertiginoso, estos portadores

de memoria cobran fuerza como “un contrapeso para el ritmo cada vez más acelerado de los cambios o como un sitio para preservar el espacio y el tiempo” (2001, p. 36).

La invocación de estas instituciones bibliotecarias resulta exitosa hoy en día como estabilizador, como anclaje; apelamos a ella con la esperanza de poder fijar las memorias locales, regionales, en un mundo cada vez más globalizado e interconectado (LANKES, 2018). Las bibliotecas se proponen como escenarios de construcción de memorias a partir de diálogos que, a su vez, deberán ser registrados, gestionados y conservados, para que sirvan de punto de partida de nuevas conversaciones (LANKES *et al.*, 2007).

En conclusión, la memoria se integra con mayor fuerza en las acciones de las instituciones, no solo en el sentido de patrimonio y conservación del pasado, sino, especialmente, como resignificación del pasado en el presente, como acción política y social para el reconocimiento de los otros, para la creación de espacios de diálogo y fortalecimiento de identidades basados en la diferencia.

Las bibliotecas y los profesionales de la información deben contribuir a formar ciudadanos educados e informados; capaces de enfrentar la amenaza de la manipulación de la información con fines políticos, segregacionistas, racistas y homofóbicos. Defender su derecho a la privacidad y a la libertad de expresión. Proteger el derecho a la información como un bien público y estar atentos a las pretensiones de control social por medio de las redes.

#### **4 LOS DESAFÍOS DE LAS INSTITUCIONES DE LA MEMORIA FRENTE A UN PRESENTE INÉDITO**

Para terminar, se propone una reflexión en construcción sobre los desafíos de las bibliotecas frente a un presente inédito, como este que vivimos. Se puede pensar en la crisis climática, la posverdad, las noticias falsas, entre muchos otros asuntos. Sin embargo, vamos a centrar la reflexión en la pandemia derivada del COVID-19.

Existe ya una abundante producción académica sobre el papel de las bibliotecas durante la pandemia, sobre las transformaciones, el desafío y las innovaciones que debieron ser asumidas para responder al reto de la virtualidad durante la cuarentena. Los servicios bibliotecarios pasaron radicalmente de un modo dual, presencial/virtual, a la única opción de la virtualidad. Los profesionales hicieron un formidable esfuerzo por dar cuenta del cambio y de la demanda.

Alejandro Parada plantea cuestionamientos sobre la pospandemia y las bibliotecas, ese futuro-presente determinado, en apariencia, por la virtualidad y por la difusa frontera entre lo profesional y lo doméstico, entre el espacio público y lo privado, entre el mundo laboral y el tiempo libre. Pero este mismo autor llama la atención acerca de la necesidad del encuentro presencial, para no abandonarse ante “el Dios de la digitalización y sus solicitudes a distancia” (PARADA, 2021, p. 8). Es ahí donde surge el

llamado al humanismo bibliotecario, que logre conjugar lo virtual y lo presencial, y dote de múltiples significados los espacios concretos de las bibliotecas y su enorme potencial como constructores de sociabilidades.

Es indudable el imperativo que tienen las bibliotecas de asumir un rol más activo y propositivo en los procesos de enseñanza; como lo dice el autor: “Hay, pues, que prepararse para enseñar desde y para las bibliotecas” (PARADA, 2021, p. 9). Asimismo, hace un llamado a fortalecer las bibliotecas como instituciones que construyen ciudadanía, amplían la democracia, disminuyen desigualdades, y defienden la pluralidad y la diversidad.

En el año 2021, en el marco de la pandemia por COVID-19, la International Federation of Library Associations and Institutions (Federación Internacional de Asociaciones de Bibliotecarios y Bibliotecas) publicó su informe indicando veinte tendencias respecto al futuro de las bibliotecas. En el informe surgen temas como el recorte de los gastos públicos, la crisis migratoria, el cambio climático, los cambios tecnológicos acelerados, la educación en línea, entre otros<sup>4</sup>. Este contexto de cambios vertiginosos y sociedades complejas demanda que los profesionales de la información tengan capacidad de innovar y adaptarse a situaciones imprevisibles. Para ello, el en el informe referido, la Federación identifica los tipos de habilidades blandas que deben adquirir los profesionales de la información: resiliencia, agilidad, flexibilidad, creación de confianza en la comunidad, creación de asociaciones, resolución de problemas y capacidad de responder positivamente ante lo inesperado. Profesionales con pensamiento crítico frente a la tecnología y en sintonía con la cultura popular; capaz de enfrentar los desafíos de la diversidad y la pluralidad, y de comprender su lugar en la lucha contra la desigualdad, como también que sea consciente de los extremos políticos, la polarización, las noticias falsas. Un profesional de mente abierta, capaz de trabajar con otros profesionales; capacitado en competencias digitales en codificación y programación, así como en sostenibilidad, en alfabetización medioambiental, en trabajo con la comunidad.

Por su parte, la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (Unesco) llamó la atención sobre la importancia de promover el uso de documentación producida por instituciones gubernamentales, intergubernamentales y privadas, de investigación y enseñanza, preservada en instituciones de la memoria, como museos, archivos y bibliotecas (UNESCO, 2020). Según la Organización, esta acción será

---

<sup>4</sup>Las veinte tendencias son: tiempos difíciles por delante; lo virtual está para quedarse; el regreso a los espacios físicos; el aumento de las competencias blandas; la diversidad se toma en serio; un ajuste de cuentas con el medio ambiente; una población móvil; el usuario impaciente; el retroceso analógico; la escala importa; dominio de datos; búsqueda transformada; carrera hacia los extremos; estudiantes de por vida; una colección única; la privatización del conocimiento; las calificaciones son importantes; se valora la alfabetización informacional; acceso abierto; las desigualdades se profundizan.

de vital importancia para enfrentar futuras pandemias, permitiendo formular mejores estrategias con base en la experiencia de este momento.

Historiadores, archiveros y científicos sociales señalaron la importancia del registro, pero prestaron especial atención a la vida cotidiana. Dieron prioridad al registro de los impactos en el día a día y, más importante aún, cómo la sociedad respondió a ellos: acciones solidarias; esfuerzos entre vecinos para proteger y ayudar; formas comunitarias de resistencia ante la adversidad. Algunos de ellos hicieron la invitación para llevar un diario. El interés era registrar y documentar en fotos, videos, escritos, entrevistas el día a día durante la cuarentena y la pandemia, por tratarse de un acontecimiento vivido en el pasado de la humanidad, pero inédito en el contexto actual de un mundo globalizado e hiperconectado<sup>5</sup>.

La urgencia por el registro y la documentación se basa en la apelación a la memoria. A su vez, la construcción de la memoria demanda intencionalidad, un sentido. El imperativo “¡recuerda!” o “no olvides”, implica una pregunta adicional: ¿qué es lo que se debe recordar? ¿Cuáles son las huellas que dejará este momento en la sociedad? Toda acción de registro y archivo se enfrenta a la posibilidad de sobrerrepresentar o invisibilizar determinados hechos, grupos sociales, memorias. La actual crisis sanitaria ha afectado especialmente a las poblaciones más vulnerables. ¿Cómo se recordará esto en el futuro?

Hay disputas que se insinúan o se hacen explícitas en las afirmaciones sobre la pandemia y sus efectos. Las pérdidas pueden borrarse con los discursos victoriosos de quienes sabrán aprovechar el momento para reclamar para sí la victoria sobre la enfermedad. El escritor chino Yan Lianke advirtió sobre la importancia de la memoria individual, para evitar que la memoria oficial borre el dolor, el llanto y la pérdida: “La verdad es que tenemos recuerdos y memoria, y aun cuando nos falte la capacidad de cambiar el mundo y la realidad, al menos podemos, ante una verdad centralizada y programada, susurrarnos: ‘¡Las cosas no son así!’ (LIANKE, 2020).

Las bibliotecas, en la actualidad, deben ser ese lugar donde el susurro de la memoria sea posible. La pandemia significó una experiencia traumática para la sociedad, pero también de aprendizajes, acciones solidarias y empáticas. La biblioteca debe convertirse en un espacio de reconstrucción de esas memorias, de puesta en común de los aprendizajes, de consolidación de los lazos rotos por la distancia física.

<sup>5</sup>Destacamos los proyectos de la Asociación para la Autobiografía en Francia, “Memoire des confinements”; la convocatoria de la Asociación de Historiadores del Estado de Nueva York; el proyecto “Coronarchiv”, de la Universidad de Hamburgo, en Alemania; “Recording Covid 19”, del Mass Observation Project, en el Reino Unido; “Memorias del confinamiento”, del Archivo Municipal de Barcelona; “Archives de Quarantaine: dossier Covid-19”, en Bélgica. En Brasil, destacan las siguientes iniciativas: “Testemunhos do isolamento”, del Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; “Documentando a Experiência a Covid-19 no Rio Grande do Sul”, del Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, y “Arquivos da pandemia”, de la Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Es necesario realizar cambios profundos en la sociedad que nos permitan respetar la naturaleza, crear vínculos solidarios, apoyar a los más vulnerables, defender sus derechos, reconocer la diversidad, valorar la pluralidad. La biblioteca es el lugar propicio para hacer que ese cambio se produzca. Es necesario que esa conversación sobre nuestro pasado y nuestro futuro dé inicio, y qué mejor lugar que una biblioteca, cualquiera que ella sea.

## REFERÊNCIAS

- ÁLVAREZ ZAPATA, Didier. La institución informativo documental. Una categoría sociocultural articuladora de la bibliotecología, la archivología y la museología. **Informatio, Revista del Instituto de Información de la Facultad de Información y Comunicación**, v. 25, n. 1, p. 79-105. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.35643/Info.25.1.4>. Acesso em: 7 jun. 2022.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Trends Report: Snapshots of a Turbulent World**. 2014. Disponível em: <http://www.ala.org/tools/future/trends>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- CASTELLANOS DOMÍNGUEZ, Óscar Fernando; FÚQUENE MONTAÑEZ, Aida Mayerly; RAMÍREZ MARTÍNEZ, Diana Cristina. **Análisis de tendencias: de la información hacia la innovación**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, BioGestión, 2011.
- CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Portugal: Celta, 1993.
- ERLL, Astrid. **Memoria colectiva y culturas del recuerdo. Estudio introductorio**. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2012.
- FLINN, Andrew; ALEXANDER, Ben. “Humanizing an inevitability political craft”: Introduction to the special issue on *archiving activism and activist archiving*. **Archival Science**, v. 15, n. 4, p. 329-335. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10502-015-9260-6>. Acesso em: 14 oct. 2021.
- GARCÍA MARCO, Francisco. Las instituciones de la memoria ante el cambio digital: una propuesta sobre la articulación interdisciplinar de las ciencias de la documentación. **Pliegos de Yuste**, Cuacos de Yuste, n. 11-12, p. 61-70. 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3409068>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- HUYSSSEN, Andreas. **En busca del futuro perdido: cultura y memoria en tiempos de globalización**. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION AND INSTITUTIONS (IFLA). **Trend Report 2021 Update**. Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/123456789/1830>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado. Cómo construimos la memoria social**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2017.

LANKES, David. **The atlas of new librarianship**. Cambridge, Massachusetts, London: The MIT Press, 2018. Disponível em: <https://davidlankes.org/new-librarianship/the-atlas-of-new-librarianship-online>. Acesso em: 29 jul. 2022.

LANKES, David *et al.* Participatory Networks: The library as conversation. **Information Technology and Libraries**, Michigan, v. 26, n. 4, p. 17-33. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.6017/ital.v26i4.3267>. Acesso em: 29 jul. 2022.

LIANKE, Yan. Que cuando esta epidemia acabe nos quede la memoria. **El País**. Madrid. 20 mar. 2020. Disponível em: [https://elpais.com/cultura/2020/03/20/babelia/1584729446\\_793122.html](https://elpais.com/cultura/2020/03/20/babelia/1584729446_793122.html). Acesso em: 9 set. 2020.

MENESES TELLO, Felipe. Bibliotecas y sociedad: reflexiones desde una perspectiva sociológica. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 28, n. 2, p. 127-133. 2013. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/RIB/article/view/8588> Acesso em: 29 jul. 2022

PARADA, Alejandro. Pospandemia y bibliotecas: ¿y ahora qué? **Información, Cultura y Sociedad: Revista del Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas**, Buenos Aires, n. 44, p. 5-12, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34096/ics.i44.10150>. Acesso em: 2 jun. 2022.

POLLAK, Michael. **Memoria, olvido, silencio: la producción social de identidades frente a situaciones límite**. Buenos Aires: Ediciones la Margen, 2006.

RENDÓN, Miguel Ángel. Conceptualización y fundamentación del Sistema de Información Documental (SID). **Códices: Revista de Ciencias de la Información, Bibliotecología y Archivística**, Bogota, v. 9, n. 1, p. 11-20, jan./jun., 2013. Disponível em: <https://ciencia.lasalle.edu.co/cgi/viewcontent.cgi?article=1145&context=co>. Acesso em: 29 jun. 2022.

SANTAMARÍA COLMERO, Sara. Memoria cultura. In: VINYES, R. (Dir.). **Diccionario de la memoria colectiva**. Barcelona: Gedisa, 2019.

UNESCO. **Turning the threat of COVID-19 into an opportunity for greater support to documentary heritage**. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3o2HGFQ>. Acesso em: 30 nov. 2020.

**Recebido/ Received: 01/06/2022**  
**Aceito/ Accepted: 19/07/2022**  
**Publicado/ Published: 30/08/2022**

---

## **A BIBLIOTECA POPULAR COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E DE CRIAÇÃO DE MEMÓRIAS LOCAIS, INDIVIDUAIS E COLETIVAS**

*THE POPULAR LIBRARY AS A SPACE OF RESISTANCE AND OF CREATION OF LOCAL, INDIVIDUAL AND COLLECTIVE MEMORIES*

---

### **Dayo de Araújo Silva Côrbo**

Doutor e Mestre em Ciência da Informação pelo PPGCI IBICT/UFRJ. Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6428-1786>. E-mail: [dayocorbo@gmail.com](mailto:dayocorbo@gmail.com).

### **Priscila de Assunção Barreto Côrbo**

Doutora e Mestra em Ciência da Informação pelo PPGCI IBICT/UFRJ. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1694-5755>. E-mail: [prysab@gmail.com](mailto:prysab@gmail.com)

### **RESUMO**

No ano de 2021 comemorou-se o centenário de Paulo Freire e no ano atual, 2022, completa-se quarenta anos da participação do educador no XI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Freire, em sua fala, Alfabetização de adultos e bibliotecas populares, destacou a importância de uma compreensão crítica da biblioteca, nessa perspectiva, além de um espaço de leitura de palavras a biblioteca seria um local de leitura e expressão da realidade de seus usuários. A biblioteca seria assim, um equipamento ou um espaço de resistência cultural e de fomento à criação de uma memória local, individual e coletiva, a partir dos relatos de seus usuários, da criação de publicações fundamentadas em histórias orais de antigos moradores locais, de entrevistas com artesãos e artistas que fazem parte da comunidade das bibliotecas. Tendo como local de análise o Estado do Rio de Janeiro, poucas cidades estimulam a criação e a valorização de bibliotecas populares, no caso da capital, muitas dessas bibliotecas foram denominadas como bibliotecas escolares. Um município que se caracteriza como uma exceção dessa normalidade é a cidade de Niterói, que desde 2013 possui um sistema de bibliotecas populares, o presente trabalho tem como objetivo destacar os avanços e as melhorias que devem ser realizadas nesse sistema.

**Palavras-chave:** Bibliotecas Populares. Memória Coletiva. Identidade. Biblioteca e Educação Permanente.

### **ABSTRACTS**

In 2021, Paulo Freire's centenary was celebrated and in the current year, 2022, it is forty years of the educator's participation in the XI Brazilian Congress of Librarianship and Documentation. Freire, in his speech, Literacy for adults and popular libraries, highlighted the importance of a critical understanding of the library, in this perspective, in addition to a space for reading words, the library would be a place for reading and expressing the reality of its users. The library would thus be an equipment or a space for cultural resistance and fostering the creation of a local, individual and collective memory, based on the reports of its users, the creation of publications based on oral histories of former local residents, interviews with artisans and artists who are part of the library community. Taking the State of Rio de Janeiro as a place of analysis, few cities encourage the creation and appreciation of popular libraries, in the case of the capital, many of these libraries were called school libraries. A municipality that is characterized as an exception to this normality is the city of Niterói, which since 2013 has a system of popular libraries, the present work aims to highlight the advances and improvements that must be made in this system.

**Keywords:** Popular Libraries. Collective Memory. Identity. Library and Continuing Education.

## 1 INTRODUÇÃO

O XI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação foi realizado em João Pessoa, no ano de 1982, teve como objetivos principais despertar os bibliotecários brasileiros para o papel que as bibliotecas podem e devem desempenhar no sistema formal e não formal de educação e conscientizar os profissionais da educação de que as bibliotecas são fundamentais para a eficácia do processo educativo. O tema principal do Congresso versado sobre “Biblioteca e Educação Permanente” os subtemas referiam-se a: biblioteca na educação formal; a biblioteca nos programas de alfabetização e de educação de adultos; a biblioteca no processo de desenvolvimento; a biblioteca e cultura local; e os meios de comunicação de massa e o hábito de leitura.

Neste evento, Paulo Freire foi conferencista do subtema 2: biblioteca nos programas de alfabetização e de educação de adultos, participaram da mesa como debatedores a professora da Universidade Federal de Minas Gerais, Etelvima Lima e o professor da Universidade de Genebra, Pierre Furter.

Em sua fala, Paulo Freire trouxe ao debate uma compreensão crítica da biblioteca, no sentido da biblioteca ser além de um espaço de leitura de palavras, um local de interpretação e expressão da realidade de seus usuários. A biblioteca seria assim, um equipamento ou um espaço de resistência cultural e de fomento à criação de uma memória local, individual e coletiva, a partir dos relatos de seus usuários, da criação de publicações fundamentadas em histórias orais de antigos moradores locais, de entrevistas com artesãos e artistas que fazem parte da comunidade das bibliotecas.

Tendo como perspectiva o estado do Rio de Janeiro, observa-se a carência de bibliotecas populares e de valorização das poucas existentes, comumente identificadas também como bibliotecas de bairro. Na capital do Estado, grande parte das bibliotecas instituídas como bibliotecas populares se transformaram, por interesses diversos, especialmente, econômicos e políticos, em bibliotecas escolares<sup>1</sup>. A observação dessa alteração da denominação não quer expor ou afirmar uma desvalorização da biblioteca escolar, mas apenas ressaltar a incompatibilidade entre as finalidades e as comunidades de usuários a quem atendem essas distintas bibliotecas. Enquanto a biblioteca popular está mais vinculada e voltada a atender as necessidades de uma comunidade de uma determinada localidade, a biblioteca escolar está vinculada a uma instituição de ensino e deve se alinhar à proposta político-pedagógica.

Partindo da constatação da ausência de políticas públicas voltadas para as bibliotecas populares, buscou-se investigar a forma de atuação do Sistema Municipal de Bibliotecas Populares, criado em 2013, no município de Niterói, especificamente, os serviços prestados pelas bibliotecas deste Sistema à comunidade em prol da socialização

<sup>1</sup> Ligadas a estabelecimentos de ensino, fundamental ou médio, destinada a alunos e professores (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.51).

do conhecimento e da informação, da promoção da cultura e da realização da educação permanente. Ainda sim, procura-se averiguar se o Sistema promove suas bibliotecas como espaço de resistência e de criação de memórias locais, individuais e coletivas.

O presente trabalho tem por objetivo apresentar o papel da biblioteca popular como espaço de resistência e de criação de memórias locais, individuais e coletivas. Com o intuito de apresentar parte desta investigação, optou-se pela realização de pesquisa bibliográfica para identificar a missão e finalidade da biblioteca popular, destaca-se a relação e a diferença entre as três tipologias de bibliotecas: pública<sup>2</sup>, popular<sup>3</sup> e comunitária<sup>4</sup>. Para coleta e análise de dados sobre o Sistema Municipal de Bibliotecas Populares optou-se por pesquisa documental e exploratória no regimento e regulamento disponível em suas redes sociais e site oficial.

Para tanto, inicia-se com uma reflexão sobre as formas de atuação da biblioteca popular na perspectiva de Paulo Freire, expondo as ideias defendidas pelo educador no XI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Em seguida, apresenta a missão e a finalidade destes equipamentos socioculturais como local apropriado do saber institucionalizado no contexto das diretrizes da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA).

Propõe ressaltar o papel da biblioteca popular para além do acolhimento e acesso à informação, busca-se suas potencialidades para a formação de identidades, para a construção de laços de pertencimento e para o fortalecimento de memórias locais, individuais e coletivas.

A partir da contextualização teórica sobre biblioteca popular, destaca-se o Sistema de Bibliotecas Populares do Município de Niterói, Rio de Janeiro, evidenciam-se as formas de atuação desses espaços como laboratórios para a produção e troca de saberes, como local profícuo de formação de laços que se tecem entre si e com o mundo, a partir da análise de projetos culturais realizados nesses equipamentos socioculturais.

## **2 PAULO FREIRE E A BIBLIOTECA POPULAR COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA**

No ano de 1982, Paulo Freire, educador e filósofo brasileiro, apresentou uma fala sobre a “Alfabetização de adultos e bibliotecas populares” no XI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, este evento teve como tema central a relação entre bibliotecas e a educação permanente e como objetivo principal debater sobre o papel que a biblioteca pode e deve desempenhar no sistema formal e informal de educação.

---

<sup>2</sup> Biblioteca posta à disposição da coletividade de uma região financiada por dotações governamentais (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.52).

<sup>3</sup> As bibliotecas populares citadas estão localizadas em bairros da cidade de Niterói são financiadas por verbas públicas.

<sup>4</sup> Biblioteca pública criada e mantida por uma comunidade (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.49).

Em sua fala, Paulo Freire destaca que as bibliotecas populares deveriam ser espaços para a construção de memórias locais, individuais e coletivas. Hoje, quarenta anos depois do evento, apesar de percebermos vários tipos de atividades realizadas em bibliotecas populares, a ênfase na questão da resistência cultural e da possibilidade de criação de memórias nesses espaços ainda não é muito difundida e incentivada nessas bibliotecas.

Um excelente trabalho, numa área popular, sobretudo camponesa, que poderia ser desenvolvido por bibliotecários, documentalistas, educadoras, historiadoras seria, por exemplo, o do levantamento da história da área através de entrevistas gravadas, em que as mais velhas e os mais velhos habitantes da área, como testemunhos presentes, fossem fixando os momentos fundamentais da sua história comum. Dentro de algum tempo se teria um acervo de histórias que, no fundo, fariam parte viva da História da área (FREIRE, 2011, p. 46).

As bibliotecas populares são bibliotecas públicas localizadas, em geral, em bairros e tem como função principal acolher a comunidade de usuários, estudantes do ensino básico e moradores das localidades ao seu redor no atendimento de suas necessidades de caráter educacional, social e cultural. Tem uma característica política cultural por necessitar da luta por recursos dentro do Estado, por acervos atualizados, de incentivos para ações culturais e investimentos estruturais. Tem uma função cidadã, frequentemente são utilizadas, como pontos de conexão com a internet e acesso aos serviços da web, por informações referentes à cultura, saúde e cidadania. É o ponto focal do saber institucionalizado, as bibliotecas populares se apresentam, hoje, como espaço de encontro e troca de saberes, lugar de interação entre a leitura e o leitor.

A forma como atua uma biblioteca popular, a constituição do seu acervo, as diferentes atividades que podem ser desenvolvidas no seu interior e a partir dela, tudo isso, indiscutivelmente, tem que ver com técnicas, métodos, processos, previsões orçamentárias, pessoal auxiliar, mas, sobretudo, tudo isso tem que ver com uma certa política cultural. Não há neutralidade aqui também. Como aqui também vamos encontrar a mesma ingenuidade não astuta de que falei, a mesma ingenuidade puramente tática e a mesma criticidade. A mesma compreensão mágica da palavra escrita, o mesmo elitismo reacionário minimizador do povo, mas o mesmo espírito crítico de que tanto precisamos neste país de tão fortes tradições de arbítrio. O Brasil foi “inventado” de cima para baixo, autoritariamente. Precisamos reinventá-lo em outros termos (FREIRE, 2011, p. 48).

O entendimento sobre o papel das bibliotecas públicas, ao longo dos tempos, vem se ressignificando e, na atualidade, verificamos o surgimento de novos equipamentos adaptados às práticas de caráter sociocultural. Além de acolher a comunidade escolar, de ofertar serviços de informação e de internet, de salvaguardar a memória para as gerações futuras, natureza imanente a todas as bibliotecas, passam a disponibilizar seus espaços

como laboratórios para a produção e troca de saberes e de experiências, individuais e coletivas, transformando-se em canais abertos para a socialização do conhecimento e promoção de diversas manifestações artísticas.

O termo “biblioteca popular” é mais uma tipologia de “biblioteca pública” e refere-se a uma tipologia do campo da biblioteconomia. Caracteriza-se por ser uma instituição pública aberta a todos e que atende às necessidades de informação, leitura e cultura de sua comunidade local. É mantida e financiada pela comunidade, seja por meio do governo local, regional ou nacional, seja por meio de outra forma de organização da comunidade e normalmente está vinculada a algum órgão pertencente à área da Cultura.

O Manifesto da IFLA/UNESCO, de 1994, estabelece que a função principal da biblioteca pública é proporcionar

acesso ao conhecimento, à informação, à educação permanente e a obras da imaginação por meio de uma variedade de recursos e serviços, e se coloca à disposição, de modo igualitário, a todos os membros da comunidade, independentemente de raça, nacionalidade, idade, gênero, religião, língua, dificuldade física, condição econômica e social e nível de escolaridade” (KOONTZ, GUBBIN, 2012, p. 1-2).

A biblioteca pública deve fazer a diferença por meio dos serviços oferecidos e na forma como são oferecidos. Deve proporcionar as condições básicas para a educação permanente, “deve também apoiar de modo ativo as campanhas de alfabetização e capacitação em competência informacional, uma vez que a alfabetização é a chave de acesso à educação e ao conhecimento e ao uso das bibliotecas e serviços de informação” (KOONTZ, GUBBIN, 2012, p. 3).

De forma mais genérica, Silva (2015) ressalta que a missão e finalidade da biblioteca pública é fornecer as circunstâncias de tornar cidadão capacitado a encontrar a liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento individual e coletivo; e a se tornar agente da paz e do bem-estar espiritual, contribuindo, assim, para a integração social, a preservação da memória, o respeito ao meio ambiente e a ecologia.

A concepção sobre biblioteca pública é mais ampla, estabelecida internacionalmente, e está atrelada também ao entendimento sobre biblioteca comunitária. De acordo com o dicionário de biblioteconomia e arquivologia “provê serviços de referência e de empréstimo, aconselhamento e outros serviços a uma comunidade específica” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.49). Este tipo de biblioteca, diferentemente das demais, são em geral espaços populares criados e gerenciados, mantidos com recursos próprios dos moradores daquela localidade ou, em alguns casos, com investimentos do setor privado, especialmente, institutos culturais, mas, sem assistência do poder público.

Normalmente a biblioteca comunitária nasce pela iniciativa de um morador ou coletivo de moradores que, pela carência de serviços que atendam suas necessidades de

informação, leitura e cultura, naquela localidade em que residem ou nos arredores. São equipamentos sociais construídos de forma simples, geralmente na garagem ou quintal da casa de moradores ou mesmo espaço cedido por algum comerciante local, mesmo que de forma precária, acervo e serviços que possam atender aquela comunidade. A biblioteca comunitária surge, sobretudo, pela fragilidade de ações do poder público no desenvolvimento de políticas públicas que garantam um direito humano fundamental a todo o cidadão que é ter acesso à informação, ao conhecimento, à educação e a cultura.

As bibliotecas populares se apresentam, especialmente, como espaço de encontro e troca de saberes, lugar de interação entre a leitura e o pesquisador. Caracteriza-se como centro local de acesso à informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros. Os serviços da biblioteca devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, gênero, religião, nacionalidade, língua ou condição social.

### **3 BIBLIOTECA POPULAR COMO ESPAÇO DE CRIAÇÃO DE MEMÓRIAS LOCAIS, INDIVIDUAIS E COLETIVAS**

Em tempos remotos, o papel principal das bibliotecas públicas voltava-se para a preservação e conservação de acervos. A preocupação com o manuseio e salvaguarda do material para o futuro. Buscavam-se formas adequadas para evitar a degradação e desgaste físico do suporte informacional ao longo do tempo. Os livros existiam para serem preservados. E os seres humanos são a causa principal da existência de bibliotecas. No intuito de desvendar o mundo, reconstruir a memória e os fatos históricos que o antecederam, a humanidade passa a descobrir novos caminhos que possibilitam trocar experiências e transmitir novos conhecimentos. Ao fazê-lo, passa a produzir registros e inscrições e, em vista disto, há a necessidade de organizá-los, armazená-los e preservá-los para gerações futuras. Os registros e as inscrições se justificam pela essência do ato de documentar. A necessidade de registrar e de eternizar o saber de uma sociedade são prerrogativas utilizadas a fim de se evitar o apagamento ou esquecimento de toda memória deixada por gerações passadas. Limites entre o passado e o futuro, os fatores que determinam o ato de lembrar ou de esquecer são condições básicas para manter as decisões e as ações das bibliotecas.

O ato de preservar é intencional e seletivo, encontra-se, constantemente, na posição de escolha do que conservar ou destruir, passível de disputas de poder, de interesses pelo Estado ou pelas organizações. É uma atividade exercida por determinados agentes e segundo determinados critérios, que orientam e legitimam o processo de atribuição de valores e, por consequência, a preservação.

Pomian (2000, p. 509), reconhece que pela existência dos suportes da memória – vestígios, imagens e relíquias -, o passado se tornou mais presente, mais rico e bem mais

datado do que antes, justamente, no centro do presente, incluso na memória coletiva e transgeracional. “Um acontecimento, um ser ou um objecto deixam num indivíduo que com ele tenha entrado em contacto uma marca tanto mais profunda quanto mais o acontecimento, o ser ou o objecto era insólito, inesperado, espantoso”. No entanto, esses vestígios com o tempo podem vir a desaparecer, por isso o surgimento dos suportes da memória para conservar as recordações o mais longe possível, garantindo sua duração perene.

Para Fernandes (2013), o livro é o principal suporte da memória, criado como forma de registro das lembranças da humanidade para o futuro. Em defesa desta argumentação, o autor remonta aos tempos da Grécia Clássica onde Lethé assombra todos os homens dos quais vivem no eterno receio do esquecimento. Revela que, no século XXI, existe uma disputa entre aquilo que esquecemos, e o que lembramos determina o que somos. O homem deste século procura registrar sua presença de qualquer forma, “ser conhecido mais que ser reconhecido”. Le Goff (2012, p. 455) enfatiza que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.

Na relação entre memória e esquecimento, Fernandes apresenta uma melhor, no entanto reducionista, definição sobre livro, entendido como “recipiente portátil que consiste em uma série de páginas impressas [e/ou manuscritas e desenhadas] e costuradas, e que conserva, anuncia, expõe e transmite conhecimentos aos leitores, através do tempo e do espaço” (HASLAM, 2007 *apud* FERNANDES, 2013, p. 251). Nesta lógica, os livros apresentam duas funções mnemônicas, a primeira como guardião de histórias e a outra como acumulador de conhecimentos, a história e o conhecimento ganham proporções amplas e complexas relacionadas ao universo das narrativas.

No fluxo dos significados e das emoções que as imagens, objetos ou vestígios podem encerrar, está também a faculdade de estimular aspectos singulares nas reminiscências individuais e coletivas, pelas recordações do passado que alternam tensões entre esquecimentos e lembranças. Os suportes da memória têm a capacidade de resgatar lembranças de lugares, de acontecimentos e de pessoas e facilitar a relação interpessoal, conectando o mundo para o compartilhamento de experiências, saberes e hábitos.

Toda biblioteca e, sobretudo, todo lugar de interação social, tem o potencial de se tornar um “lugar de memória”. Identificamos no espaço de uma biblioteca inúmeros traços e vestígios reconhecíveis de sua história, tais como os murais, o hall de circulação, os muros que a rodeiam, a arquitetura do prédio, o pátio e, especialmente, o acervo. As bibliotecas populares com acervos de livros e materiais didáticos, instrumentos fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem, ou seja, todos os objetos e “lugares de memória” que estabelecem não somente o *modus operandi* daquela localidade, mas, especialmente, que envolvem e despertam o interesse e o imaginário da comunidade de usuários e, por

assim dizer, todos os bens materiais e imateriais pertencentes à cultura local. Investigar a cultura material e imaterial no âmbito da história sensorial da biblioteca envolve ressaltar as experiências individuais e coletivas de construção de identidades.

As bibliotecas populares reúnem conhecimentos, práticas e modos de vida e de expressão, e também “lugares de memória”. São os que contribuem, expressivamente, para a criação de identidades e laços de pertencimento e que levam a comunidade de usuários a sentir-se integrada dentro deste espaço.

Tanto o processo de ensino e aprendizagem quanto os aspectos materiais, característicos da cultura das bibliotecas, são para a comunidade de usuários lugar comum de suas lembranças e formador de sua identidade. A identidade que é construída na biblioteca por seus usuários e servidores é um processo dinâmico, sujeito permanentemente à reformulação, relacionada às novas vivências e aos laços que se estabelecem.

O conceito “lugar de memória” foi cunhado pelo historiador francês Pierre Nora na obra *Les Lieux de Mémoire*, de 1984. Para Nora (1993), os “lugares de memória” precisam ser ao mesmo tempo materiais, simbólicos e funcionais, porém, em graus diferentes. São lugares materiais aqueles em que a memória se apoia e pode ser apreendida, através dos sentidos; os lugares funcionais têm a função de sustentar a memória coletiva; e, é nos lugares simbólicos, que a memória coletiva se expressa e se revela.

De acordo, ainda, com Nora (1993, p. 27), “[...] o lugar de memória é um lugar duplo: um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, sobre sua identidade e recolhido sobre seu nome, mas, constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.” Apesar disso, o autor ressalta que nem todos os lugares podem ser classificados como “lugares de memória”, é preciso antes de tudo que haja “vontade de memória” por aqueles atores sociais que o reconheçam enquanto tal.

Pollak (1992, p. 201) revela que a memória está relacionada a acontecimentos, personagens e lugares. Está, particularmente, associada a um fenômeno individual, “algo relativamente íntimo próprio da pessoa”, mas também pode ser compreendida como um fenômeno coletivo e social, isto é, “como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.”

Do mesmo modo que esses aspectos relacionados à memória oferecem um sentido aos indivíduos que compartilham lembranças e, simultaneamente, ao grupo que procura dar significado ao passado, as constantes transformações geram identidades e sentido plurais, baseados em escolhas pessoais e eletivas em que se dá a construção e reconstrução de identidades individuais e coletivas, garantindo aos indivíduos o sentimento de permanência de si mesmo no grupo social (POLLAK, 1992).

Tal como Pollak (1992), Nora (1993) considera haver uma forte ligação entre memória e identidade que, por meio da memória do grupo, são firmados os laços de

pertencimento. Halbwachs (2006) enfatiza que a memória, enquanto construção social é evocadora de lembranças, e essas lembranças remontam a um momento único e recordável, individualmente, apesar de, coletivamente, “enquadrada” no “rol” de coisas e experiências recordáveis. Ou seja, nossas lembranças se fortalecem, se legitimam, enquanto nossas lembranças coletivas se relacionam aos mesmos eventos que compartilhamos com o grupo: imagens, objetos, lugares etc. Recordamos mais facilmente quando partilhamos da mesma lembrança com o grupo ao qual pertencemos; cada membro do grupo contribui, assim, para a formação da memória coletiva.

A percepção de todas as coisas, inseridas no mundo que nos cerca, está fundada na memória e, através das lembranças, recuperamos fatos que ocorreram em uma determinada época, distinguimos o ontem do hoje e tomamos consciência da existência de um passado que, por mais remoto que seja, além de nos fazer revisitar memórias, nos desperta o sentimento de pertencer aos lugares e fortalecer os laços com grupos sociais dos quais pertencemos. Ainda que não estejamos em presença do grupo, o nosso lembrar e as maneiras como percebemos e vemos o que nos cerca se constituem, a partir dessa relação de experiências.

Nesta configuração nos confere um sentido de identidade, pois saber o que fomos, confirma o que somos. Definimos o que somos, usando como parâmetro a lembrança, a capacidade de estabelecer laços com o passado, de tal forma que estejamos sempre visíveis e reconhecíveis para nós mesmos e para os outros. Podemos dizer que o passado, através da lembrança, é sempre vivido como construção e não apenas recordado. Recordar algo é muito mais do que, simplesmente, reproduzir fatos.

Memória não é só lembrança, não é a busca da compreensão ou do entendimento do passado (essas são características históricas); memória é mais do que entender, construir, recordar. É criação social e política; é expressão cultural e, portanto, ferramenta discursiva. Com efeito, a memória não é, então, uma simples recordação de tudo o que vivemos, mas uma seleção das experiências.

Cada um de nós carrega as suas lembranças, mas não estamos sós neste lembrar, ao contrário, estamos o tempo todo interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. A nossa memória está impregnada das memórias dos que nos cercam. A nossa memória e as maneiras como percebemos o mundo constituem-se, a partir desse emaranhado de experiências, tão diversas quanto os diferentes grupos com que nos relacionamos.

Com efeito, depois de ultrapassado o entendimento comum sobre as potencialidades das bibliotecas populares como forma de garantir o acesso à informação e a cultura a todas as pessoas que delas precisarem, verificamos que esses equipamentos socioculturais se constituem, sobretudo, como espaços de resistência e fortalecimento de memórias locais, individuais e coletivas. Diante das constantes mudanças tanto no âmbito econômico e social como nas políticas públicas vigentes que corroboram com o desmonte de vestígios e restos do passado e culminam para o desaparecimento de lugares de memória, surge à necessidade

de ampliar o discurso sobre a importância da manutenção das bibliotecas, porque essas operações não são naturais, pois ainda há fortemente enraizado um entremeadado jogo e disputa de poder, que do que deve ser lembrado e preservado para as gerações futuras.

#### **4 O SISTEMA DE BIBLIOTECAS POPULARES DO MUNICÍPIO DE NITERÓI**

Um sistema de bibliotecas é criado com o objetivo de melhorar a comunicação entre as bibliotecas constituintes deste sistema, ampliar o conhecimento das deficiências e das potencialidades de cada unidade. Possibilitar o intercâmbio de ideias e de materiais entre bibliotecas, assim como verificar a possibilidade de ampliação do número de unidades e das atividades do sistema, a partir da criação de novas bibliotecas e de novos serviços prestados à comunidade.

Um dos principais benefícios da criação de um sistema de bibliotecas, para os bibliotecários e para as comunidades das bibliotecas, é também fortalecer politicamente as unidades do sistema em prol de reivindicações, como: melhores condições de trabalho; valorização profissional dos bibliotecários e dos auxiliares de bibliotecas; maior investimento na estrutura das unidades e nos serviços prestados a comunidade; criação e atualização de sistemas informatizados; e atualização e diversificação dos acervos das unidades do sistema.

A reivindicação pela criação e manutenção de sistemas de bibliotecas públicas, Municipais, Estaduais, do Distrito Federal e do governo federal é uma das principais pautas de luta de diferentes atores políticos no âmbito das políticas públicas voltadas para o livro, leitura e bibliotecas, como: os bibliotecários; os órgãos representantes da categoria e de classe da profissão, associações, sindicatos e conselhos de classe. Em Niterói, a criação do sistema de bibliotecas populares do município pode ser considerada como uma vitória dos bibliotecários, servidores do município, do Sindicato dos Bibliotecários do Estado do Rio de Janeiro (SINDIB-RJ) e do Conselho Regional de Biblioteconomia da Sétima Região (CRB-7).

O Sistema de Bibliotecas Populares Municipais de Niterói foi instituído pelo Decreto nº. 11.368, de 14 de março de 2013. Com os seguintes objetivos: incentivar a implantação de serviços bibliotecários, de caráter público, em todo o Município de Niterói; promover o aperfeiçoamento das bibliotecas populares municipais que o integram, para que atuem como centros de socialização do conhecimento e da informação, de promoção da cultura e de realização da educação permanente; desenvolver atividades de formação continuada voltadas para o aperfeiçoamento dos profissionais que atuam nas bibliotecas populares municipais; manter atualizado o cadastramento de todas as bibliotecas populares municipais; incentivar a criação de novas bibliotecas populares municipais; buscar a atualização permanente dos acervos das bibliotecas populares municipais, por meio de aquisição, permuta e doação, tendo por base uma política criteriosa de seleção; favorecer a ação dos profissionais que atuam nas bibliotecas populares municipais como educadores,

promotores de cultura e agentes da política de fomento à leitura do município; assessorar tecnicamente as bibliotecas populares municipais, bem como fixar diretrizes para o desenvolvimento de suas atividades; estimular a celebração de convênios de cooperação com entidades culturais, visando à promoção da leitura, do livro, da biblioteca e do leitor.

Coordenado pela Secretaria Municipal de Educação é constituído por seis bibliotecas populares, a saber: Biblioteca Popular Municipal Aguinaldo Pereira de Macedo; Biblioteca Popular Municipal Cora Coralina; Biblioteca Popular Municipal Lídice Fróes Rodrigues; Biblioteca Popular Municipal Silvestre Mônaco; Biblioteca Popular Municipal Anísio Teixeira; Biblioteca Popular Municipal Monteiro Lobato.

Desenvolve atividades como encontro de mulheres, com temáticas relacionadas ao cotidiano das mulheres; contação de histórias; cinema para alunos de escolas de ensino básico; artesanato; clube de leitura; apresentações temáticas com música e poesia; campanhas de prevenção para saúde; entre outras atividades.

As atividades culturais são importantes ferramentas de cultura, lazer e educação. Contudo, em geral, essas são atividades realizadas por pessoas convidadas de fora da comunidade. Seria uma importante contribuição, a criação de eventos realizados pelos usuários dessas bibliotecas, conforme é comum em bibliotecas comunitárias.

Ademais, o município de Niterói tem uma população de 513.584 habitantes distribuída em cinquenta e dois bairros e cinco regiões político-administrativas. No que se refere às bibliotecas populares, o município conta com apenas seis unidades e mais a Biblioteca Parque, sob a gestão da Prefeitura, localizadas em seis diferentes bairros, mas concentradas em duas regiões da cidade o que dificulta a democratização do acesso ao livro e fortalece regiões já privilegiadas no âmbito dos investimentos em cultura e educação.

Referente à escassez de bibliotecas populares, em 2020, o então candidato à prefeitura de Niterói e atual prefeito, Axel Grahel, em entrevista a Revista Biblioo, destacou que Niterói era um dos poucos municípios a possuir uma rede de bibliotecas populares e destacou as diversas atividades culturais desenvolvidas pelo Sistema. Contudo, sobre a questão da melhora na distribuição das bibliotecas, não foi citada uma resposta efetiva.

Niterói é um dos poucos municípios que contam com uma rede de bibliotecas populares, vinculada à Secretaria de Educação, com o programa “Bibliotecas Populares de Niterói”. O programa tem como objetivo aproximar e criar um vínculo da população com as bibliotecas, uma iniciativa que também aproxima os estudantes da rede municipal e seus familiares das bibliotecas. Para se ter uma ideia, somente no ano passado foram realizadas 1.340 atividades culturais, entre contação de história, saraus, lançamentos de livros e oficinas diversas, além de 14.329 empréstimos de itens do acervo, totalizando a visita de 28.769 pessoas às seis bibliotecas populares nos bairros do Centro, Ilha da Conceição, Fonseca, Jurujuba, Barreto e Icaraí (GRAHEL, 2020, p.3).

Outro tema levantado na entrevista era referente à informatização das bibliotecas populares, as unidades do sistema ainda carecem de um sistema informatizado

comum a todas as bibliotecas e em algumas unidades faltam computadores para uso da comunidade e dos servidores o que dificulta à disponibilização de serviços para os usuários, em especial, no período da pandemia, onde as bibliotecas ficaram fechadas.

O cenário atual traz como regra a necessidade de informatizar e modernizar os sistemas como forma de melhorar os serviços e garantir o acesso da população aos serviços públicos de qualidade. Internamente, as bibliotecas já passaram pelo processo de informatização e possuem pontos de Internet. A Prefeitura já trabalha para que os usuários das bibliotecas passem a ter acesso à rede e, de suas próprias casas, possam consultar o acervo disponível em todas as bibliotecas do sistema e realizar, assim, os seus empréstimos (GRAHEL, 2020, p.3).

Conforme indicado ao longo do tópico, a criação do Sistema Municipal de Bibliotecas Populares foi uma importante vitória dos bibliotecários, dos Conselhos de categoria e de classe e das comunidades das bibliotecas populares de Niterói. Contudo, ainda existe a necessidade de melhorias no Sistema, como uma melhor distribuição das bibliotecas nas regiões administrativas e nos bairros da cidade, melhorias estruturais e contratação de um corpo tecnicamente compatível com a função de gestão de bibliotecas, formado por bibliotecários e auxiliares de biblioteca.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O retorno à compreensão crítica de Paulo Freire sobre o papel das bibliotecas populares é fundamental para pensarmos e avaliarmos o Sistema de Bibliotecas Populares do município de Niterói. A constituição do Sistema de Bibliotecas é benéfica para as bibliotecas que constituem esse sistema e é uma reivindicação comum por parte de bibliotecários. Existem muitas vantagens na criação de sistemas, como: ampliar a força de uma reivindicação por melhorias estruturais nas bibliotecas; para a atualização do acervo; para facilitar o intercâmbio de ideias e serviços, como permuta e doação; para criar um sistema informatizado único.

Contudo, em sua visão crítica da biblioteca, Paulo Freire, chama a atenção para o papel de protagonismo do usuário da biblioteca, da importância do diálogo com esses usuários e da escuta de suas histórias e memórias; da criação de publicações que preservem essas memórias, dos cidadãos mais velhos, das obras dos artistas locais e outros.

As bibliotecas que constituem o Sistema de Bibliotecas Populares realizam diversas atividades com as comunidades, contudo não se constatou uma atividade que considerasse as bibliotecas desse sistema, como potenciais repositórios das memórias locais, individuais e coletivas. Percebe-se na lei que rege o sistema, objetivos burocráticos importantes para a manutenção do sistema, mas também uma ausência na ênfase sobre o usuário.

## REFERÊNCIAS

AXEL Grael: temos o compromisso de incentivo à leitura e à cultura em geral. **BIBLIOO**. 12 nov. 2020. Disponível em: <https://biblioo.info/axel-grael-temos-o-compromisso-de-incentivo-a-leitura-e-a-cultura-em-geral/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 11., 1982; João Pessoa, PB. **Anais** [...] do XI. João Pessoa, PB: APBP, 1982. v.1.

CORBO, Priscila de Assunção Barreto. Bibliotecas Públicas como lugares de memória e como redes de transformação. *In: Informação e Memória: perspectivas em movimento* / Ricardo Medeiros Pimenta; Leyde Klebia Rodrigues da Silva; Thayron Rodrigues Rangel (Org.). – Rio de Janeiro: IBICT, 2021.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

FERNANDES, Amaury. Livro, objeto de memória. *In: A experiência material: a cultura do objeto*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013, p. 249-262.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

FREIRE, Paulo. A educação de adultos e bibliotecas populares: considerações preliminares. *In: Anais do XI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação*. João Pessoa-PB. APBP, 1982, v.2, p. 93-109.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

KOONTZ; GUBBIN, B. (Orgs.). Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas. **Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2012.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 6. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo, Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História. v.10, 1993.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

POMIAN, Krzysztof. Memória. *In: Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000, v. 42 (Sistemática), p.507-516.

SILVA, Gracilete da. **Ação cultural em bibliotecas**: o caso da Biblioteca Pública de Niterói. 50 f. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) -

Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense (UFF),  
Niterói, 2015.

**Recebido/ Received: 25/07/2022**  
**Aceito/ Accepted: 06/08/2022**  
**Publicado/ Published: 30/08/2022**

---

## O PROCESSO DE FUNDAÇÃO DAS PRIMEIRAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NA BAHIA

---

### *THE FOUNDATION PROCESS OF THE FIRST PUBLIC LIBRARIES IN BAHIA*

---

#### **Cláudio Silva de Jesus**

Mestrando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA). Bibliotecário da Biblioteca Pública Municipal de Madre de Deus, Bahia. E-mail: csjesus@gmail.com

#### **Ivana Aparecida Borges Lins**

Professora adjunta da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Superintendente do Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA). Doutora e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0422-4135>. E-mail: [Ivana.lins@gmail.com](mailto:Ivana.lins@gmail.com)

### **RESUMO**

O artigo tem por objetivo identificar quais foram as primeiras bibliotecas públicas criadas no estado da Bahia - Brasil, apresentando uma linha do tempo a partir do ano de criação de tais equipamentos culturais. Os dados da pesquisa constituem-se de levantamentos bibliográficos e documentais que contribuíram para identificar os fundamentos históricos e políticos das primeiras BP municipais baianas. A pesquisa aqui apresentada resgata um cenário compreendido entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX, tendo como ponto de partida a fundação da Biblioteca Pública da Bahia – ocorrida no ano de 1811. As análises dos dados levantados constituíram-se a partir da dedução e indução do que foi coletado, observando o ano de criação, as iniciativas e as possíveis contribuições do poder público no que diz respeito ao seu funcionamento.

**Palavras-chave:** Biblioteca Pública. Biblioteca Pública – Processo Histórico Baiano. Bibliotecas Públicas Municipais – Bahia.

### **ABSTRACTS**

The article aims to identify which were the first public libraries created in the state of Bahia - Brazil, presenting a timeline from the year of creation of such cultural facilities. The research data consist of bibliographic and documentary surveys that contributed to identify the historical and political foundations of the first municipal BPs in Bahia. The research presented here rescues a scenario between the 19th century and the first decades of the 20th century, having as a starting point the foundation of the Public Library of Bahia - which took place in 1811. The analyzes of the data collected were constituted from the deduction and induction of what was collected, observing the year of creation, the initiatives and possible contributions of the public power with regard to its operation.

**Keywords:** Public Library. Public Library – Bahian Historical Process. Municipal Public Libraries – Bahia.

## 1 INTRODUÇÃO

A história das bibliotecas e a evolução dos conceitos pertinentes a forma como tais equipamentos socioculturais se desenvolveram no país e no mundo, apontam para a sua função social, sobretudo, por ofertarem o acesso ao conhecimento produzido pela pessoa humana, sendo elemento de significativo contributo para a difusão cultural e a formação de uma sociedade que compreenda e assuma posturas capazes de interferir no processo civilizatório.

Desde Alexandria até os tempos hodiernos, a história tem nos ensinado sobre o papel fundamental que as bibliotecas e os livros representam para a preservação da memória social. Como bem afirma Milanesi (2002, p.10-11) “Havendo registros, haverá uma biblioteca, porque os homens precisam repartir o pensamento criado, disseminando-o para garantir a posse do conhecimento”. Assim, o suporte em que a informação está registrada evolui de acordo com as tecnologias disponíveis de cada momento, desde a argila, papiro, pergaminho, papel, até o texto virtual, a biblioteca demonstra ser capaz de reunir conteúdos para a disponibilização de quem tenha interesse.

Se desaparecessem todos os acervos reais ou virtuais os homens não teriam como transferir para a geração subsequente tudo o que as gerações anteriores acumularam. Por isso, a biblioteca, real ou virtual, enquanto concentração de esforços de ordenamento da produção intelectual do homem, permanece como fator essencial do desenvolvimento. E nunca acabará (MILANESI, 2002, p.11).

Apesar desta instituição ter como uma das principais funções a preservação da história das mais diversas temáticas, não é muito frequente encontrar bibliotecas que possuam em seus acervos documentos que registrem a sua própria história. Nesse sentido, considerou-se necessária a investigação sobre a trajetória histórica das Bibliotecas Públicas (BP) da Bahia, na perspectiva de perceber a sua essencial contribuição para a formação da sociedade baiana, pois, consoante Suaiden (1980) o livre acesso ao conhecimento registrado é pré-requisito para a formação de comunidades autoconscientes, integradas na cultura de sua nação.

Desta forma, para desenvolver o estudo em questão, foram levantados dados que contribuiriam para conhecer os fundamentos históricos e políticos das primeiras BP criadas nos municípios baianos, tendo como marco inicial a fundação da Biblioteca Pública da Bahia - Primeira Biblioteca do Brasil e da América Latina, criada no início do século XIX, no ano de 1811. A pesquisa em pauta se estende até a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1937.

As pesquisas científicas são classificadas por Gil (2010), quanto a natureza ou finalidade, sob duas vertentes: básica ou aplicada. As pesquisas básicas, de modo geral,

ocupam-se com os estudos teóricos, com a pretensão clara de preencher lacunas de conhecimentos existentes em diferentes campos científicos, sem terem a pretensão da aplicação prática. No caso das pesquisas aplicadas, em geral, nascem com o objetivo de aplicar pressupostos teóricos visando à compreensão e resolução de problemas de ordem mais prática que ocorrem no âmbito dos mais variados campos científicos. Deste modo, para o desenvolvimento do trabalho, metodologicamente instituído, tem-se que a pesquisa se configura como sendo de natureza aplicada, pois ao se deparar com o problema de conhecer como foram criadas as Bibliotecas Públicas dos municípios baianos, por meio do resgate histórico de questões que envolvem tais bibliotecas, o estudo buscou elucidar uma questão específica de interesse local. No que se refere a abordagem do estudo, tem-se aqui uma pesquisa qualitativa, visto que:

[...] os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (SILVEIRA E CÓRDOVA, 2009, p.31).

Destarte, as abordagens aqui estabelecidas se caracterizam como qualitativas, fundamentando-se em uma perspectiva que concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos (ANDRÈ, 2013, p.23 *apud* LINS, 2016, p. 131). Tendo como base o objetivo geral: “identificar quais as primeiras bibliotecas criadas na Bahia, identificando o ano de criação de tais equipamentos culturais”, o que induz a explorar caminhos a partir do levantamento dos dados sobre o tema.

Os procedimentos adotados para o levantamento de dados se estabeleceram a partir da pesquisa bibliográfica, que levou em consideração os conteúdos publicados em livros, artigos de periódicos científicos, disponíveis em formato digital e impresso que versam fundamentalmente sobre BP. Foi essencial ter acesso a documentos que revelam informações sobre data e legislação da criação de BP nos municípios baianos, o que caracteriza a pesquisa também com documental, consultando-se fontes primárias e secundárias.

As fontes primárias foram examinadas de forma presencial no Arquivo da Fundação Pedro Calmon (FPC), sediada na cidade de Salvador. Neste local, foram analisados cerca de 3000 (três mil) documentos, tais como: ofícios trocados entre o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais, Convênios, Termos de Cooperação Técnica, memorandos, projetos leis e leis municipais de criação de Bibliotecas Públicas e fotografias dessas Bibliotecas baianas. Vale ressaltar mais uma vez que a pesquisa feita no arquivo da FPC desenvolveu-se em pleno período da Pandemia do Covid-19 e que todos os protocolos de segurança emitidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), foram rigidamente seguidos.

Quanto às fontes secundárias, a consulta ocorreu por meio de acesso às informações disponibilizadas na internet, como o Anuário Estatístico do Brasil, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 1912.

O artigo apresentado faz parte do processo de pesquisa em desenvolvimento no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI, do Instituto de Ciência da Informação (ICI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

## **2 A BIBLIOTECA PÚBLICA DA BAHIA**

A primeira Biblioteca Pública do Brasil foi a Biblioteca Pública da Bahia, criada em 11 de maio de 1811. Certamente, antes desta data já existiam outras bibliotecas no território brasileiro, porém, segundo Novo; Rodrigues (2021, p.195), “no Brasil, as primeiras Bibliotecas não eram públicas, mas de ordens religiosas, como é o caso da Biblioteca Beneditina, criada na Bahia em 1582”. Ainda de acordo com Novo; Rodrigues (2021, p.7) “uma Biblioteca Pública é constituída historicamente como equipamento cultural, por cumprir o papel de democratizar o acesso à informação, à educação e à cultura, e pelo seu caráter de atuar como um espaço de socialização”. É importante ressaltar que, consoante Azevedo (2021, p. 215-216)

[...] nas primeiras décadas do século XIX a ideia de público estava ligada à concepção de algo que não pertencia a um indivíduo em específico ou ao rei, como no caso da Biblioteca Real que foi instalada em 1810, na cidade do Rio de Janeiro, e cujo acervo foi originário da Real Biblioteca de Portugal pertencente exclusivamente à família real.

Como é observado por Lins (2016, p.123)

O acervo que compunha essa biblioteca foi trazido ao Brasil junto ao processo de mudança da família real para cá em 1808, motivada pela invasão de Portugal pelas tropas francesas comandadas por Napoleão Bonaparte. Esta biblioteca então Real torna-se uma Biblioteca Nacional do Brasil após publicação de decreto em 29 de outubro de 1810, sendo que na ocasião a biblioteca só atendia pesquisadores que fossem devidamente autorizados pelo príncipe regente.

Um fator importante a citar, é que a Real Biblioteca só passou de fato a pertencer ao Brasil após a assinatura do Tratado de Paz e Amizade realizado em 1825.

Após a Independência, a instituição teve parte de seu acervo desmembrado. Os manuscritos pertencentes ao Real Tesouro voltaram para Lisboa e o restante do acervo foi incluído nas cláusulas do Tratado de Paz e Amizade com Portugal, em 1825. Dentre os itens reclamados no tratado, que abordava o reconhecimento por parte de Portugal da independência brasileira, estava a biblioteca, que foi avaliada em 800:000\$000. O bibliotecário real, frei Joa-

quim Dâmaso, fez um parecer para subsidiar o preço cobrado, afirmando que a biblioteca possuía 80 mil volumes, com destaque às cartas dos jesuítas Anchieta e Nóbrega, aos papéis relativos à descoberta e colonização brasileira e a autógrafos do marquês de Pombal (SCHWARCZ, 2002, p. 393-395).

Em 13 de maio de 1811, ocorreu a fundação da Biblioteca Pública da Bahia (BPB), a primeira Biblioteca de caráter público que se tem conhecimento tanto no território Brasileiro quanto no continente Latino Americano. Consoante Lins (2016) essa biblioteca foi concebida por um grupo de intelectuais baianos, liderados pelo coronel Pedro Gomes Ferrão Castelobranco que em 26 de abril de 1811 entrega em ato solene ao governador da Capitania da Bahia – D. Marcos de Noronha e Britto, o 8º Conde dos Arcos, um documento denominado *Plano para o estabelecimento de huma bibliotheca publica na Cidade de S. Salvador – Bahia de Todos os Santos*, oferecido a aprovação do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde dos Arcos, Governador, e Capitão General desta Capitania. O documento entregue ao governador geral da capitania continha uma série de justificativas para sua criação, dentre elas a seguinte:

[...] Conhece nosso Augusto Soberano que o maior bem que póde fazer aos seus Vassallos, aquele que nunca se tem recebido das Mãos Benéficas do Principes Justos, e Virtuosos He facilitar-lhes, e promover todos os meios da pública, e particular instrução[...]. Padece o Brazil, e particularmente esta Capital a mais absoluta falta de meios para entrarmos em relação de idas com os Escritores da Europa, e para se nos patentearmos os thesouros do saber espalhados nas suas obras, sem as quaes nem se poderáõ conservar as idéas adquiridas, e muito menos promovelas a beneficio da sociedade (SOARES, et al, 2011, p. 17).

O referido *Plano* apresentado por Castelobranco ao Governador da Capitania foi aprovado através de comunicado de 30 de abril de 1811 e é considerado por Suaiden (2000, p.5) o primeiro projeto na história do Brasil com o objetivo de facilitar o acesso ao livro. Uma vez que os portugueses sempre foram rigorosos com a publicação e circulação de impressos. E desde 1536, qualquer impressão de livro passava, segundo Milanese (1983, p.24), por três censuras: Santo Ofício e Ordinário (da Igreja Católica) e o Desembargo do Paço (poder Civil).

A data escolhida para a fundação da BPB se deu como uma forma de homenagear o quadragésimo quarto aniversário natalício do então Príncipe Regente D. João. A solenidade aconteceu no Salão Nobre dos Despachos, denominado Dossel, do palácio sede do Governo e residência oficial do governador; atualmente denominado Palácio Rio Branco, localizado no centro da cidade de Salvador (Ba).

Na ocasião, de acordo com Soares (2011, p.19), “o padre Ignacio José de Macedo, pregador de Sua Majestade e professor de Filosofia na Bahia, recita a Oração Gratulatória ao Príncipe Regente”. Uma parte dessa cerimônia destacou o papel das bibliotecas

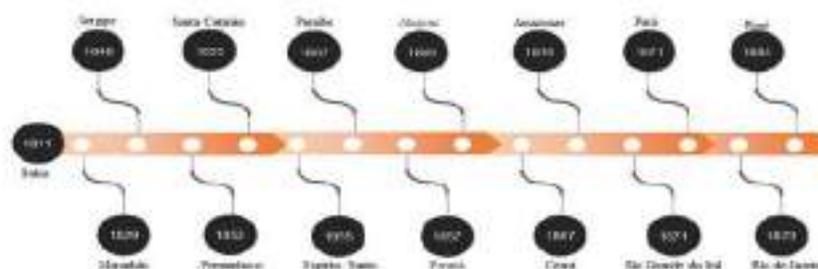
no mundo e lembrando a contribuição do Príncipe Regente e do Conde dos Arcos para a criação de “huma Bibliotheca para a geral instrucção” Soares (2011, p.19). Contudo, a criação de um espaço público, reivindicado por uma parcela da população baiana, voltado para preservação da produção intelectual e criativa da pessoa humana, sendo de acesso público, pareceu não agradar, de forma unanime, à elite baiana da época e, algumas autoridades, não compareceram à sessão solene de inauguração da biblioteca.

[...] á inauguração de um estabelecimento de tão grande utilidade, para o desenvolvimento da instrucção publica, derramou-se uma nuvem de desagrado, quando vazios ficaram os logares destinados aos Desembargadores que propositalmente deixaram de comparecer a este acto de tanta magnitude (SOARES, 2011, p.19).

A BPB foi aberta ao público em 4 de agosto de 1811 no antigo Colégio dos Jesuítas e seu acervo inicial foi formado por volumes doados por Castelobranco; por seu primo, Alexandre Gomes Ferrão; pelo padre Francisco Agostinho Gomes e das duplicatas da Real Biblioteca (MORAES, 1979, p. 146-147; SCHWARCZ, 2002, p. 281).

A partir da criação da primeira biblioteca pública brasileira, tais equipamentos socioculturais foram criados em outros estados brasileiros tendo mesmo caráter (Figura 1) e todas elas surgem por iniciativa governamental.

**Figura 1** - Período de criação das primeiras bibliotecas públicas no Brasil



Fonte: Baseado em SUAIDEN (1980) e pesquisa dos autores.

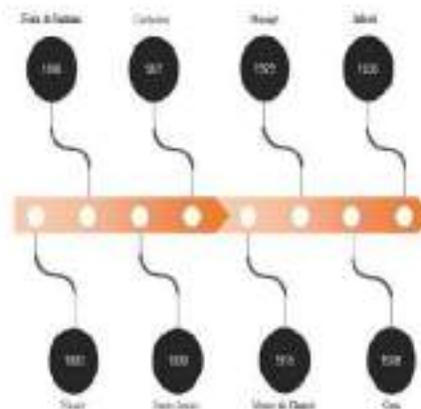
A BP começa a fazer parte da vida cultural e educacional em 15 estados. Observa-se ainda que entre os anos de 1811 e 1883 foram criadas 15 bibliotecas públicas, sendo que 9 dessas bibliotecas estão localizadas no Nordeste do país. Frente a esses dados, sabe-se que será muito importante compreender o porquê desta maior frequência de fundação de Bibliotecas Públicas nesta região brasileira, sobretudo, em um tempo em

que grande parte da população brasileira era analfabeta. Entretanto, essa questão aqui levantada sinaliza abordagens de caráter bastante complexo, devendo se debruçar sobre pontos que envolvem dados socioeconômicos, culturais, administrativos, cenário que não está sendo explorado neste trabalho.

### 3 MUNICÍPIOS BAIANOS PIONEIROS NA CRIAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS – DADOS DA PESQUISA

No caso da Bahia, tem-se alguns municípios que fundaram suas BP ainda no século XIX, conforme dados levantados no Anuário Estatístico do Brasil e publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1912). Após consulta feita *in loco* no Arquivo da FPC, observou-se que os municípios de Nazaré, Feira de Santana, Santo Amaro, Cachoeira, Morro do Chapéu, Mucugê, Catú e Ituberá (Figura 2) já possuíam Biblioteca Pública fundadas entre os anos de 1890 e 1936, portanto antes da existência do Instituto Nacional do Livro (INL), órgão criado pelo Decreto-Lei nº 93, de 21 de setembro de 1937, por iniciativa do ministro Gustavo Capanema, na gestão do presidente Getúlio Vargas. O objetivo do INL era elaborar uma enciclopédia e um dicionário da língua brasileira que retratasse a identidade e a memória nacional e apoiar a implantação de bibliotecas públicas em todo o Brasil.

**Figura 2** – Linha do tempo dos primeiros municípios baianos a criarem BP



Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 1912) e Arquivo da FPC

Esses oito municípios foram os pioneiros na instalação de Bibliotecas Públicas no interior da Bahia. A pesquisa identificou que a iniciativa para a criação das bibliotecas das cidades de Feira de Santana e Morro do Chapéu foi muito semelhante ao modelo de criação da

Biblioteca Pública da Bahia. As outras cidades que estão na Figura 2, (Nazaré, Santo Amaro, Cachoeira, Mucugê, Catú e Ituberá) o estudo em curso está levantando informações sobre as suas fundações e não há dados conclusivos a serem apresente neste momento.

Assim, de acordo com Oliveira (2014, p.95) a Biblioteca Municipal de Feira de Santana foi instalada no dia 16 de janeiro de 1890 pelo Senhor Joaquim Sampaio, Intendente Municipal, na ocasião, inspirado pelo Dr. Joaquim Remédios (presidente do Conselho Municipal). Foi o próprio intendente Sampaio que mandou comprar, às próprias custas, os livros na França e em Portugal. Símbolo de modernidade e civilidade a biblioteca foi inaugurada em ponto estratégico, no centro da cidade, num casarão situado à Praça João Pedreira, atualmente Avenida Getúlio Vargas, que no início do Século XX – juntamente com o prédio da prefeitura e da Escola Normal – formava um conjunto arquitetônico que orgulhava os moradores.

No ano de 1939, na edição de nº 1574, o Jornal Folha do Norte informa a quantidade de leitores no mês de agosto daquele ano. Foram 1.450 leitores que consultaram Jornais, anuários, revistas, obras de Literatura Nacional, de Literatura Estrangeira, História Universal, História do Brasil, Geografia e Religião. A quantidade de leitores e os temas da pesquisa nos levam a concluir que o público majoritário de frequentadores da biblioteca era formado por alunos, em especial, da Escola Normal e do Ginásio.

Décadas depois a Biblioteca foi deslocada para um espaço mais amplo na Rua Geminiano Costa, também no centro da cidade. Através da Resolução da Câmara Municipal de Feira de Santana, publicada em 4 de dezembro de 1961, foi denominada a Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva, situada à rua Geminiano Costa. O documento foi assinado, na época, pelo então presidente em exercício da Casa da Cidadania, Alberto Oliveira. O equipamento foi inaugurado em 26 de abril de 1966 pelo então prefeito Joselito Falcão Amorim.

No município de Morro do Chapéu, território da Chapada Diamantina, o professor Antônio Gabriel de Oliveira fundou, em outubro de 1902, o Grêmio Literário da Vila de Morro do Chapéu, sendo o seu primeiro presidente. Neste Grêmio, além da biblioteca, funcionava uma filarmônica e uma sala de jogos. O Coronel Francisco Dias Coelho, então Intendente Municipal, foi o grande interessado para que transformasse a biblioteca do Grêmio Literário em Biblioteca Pública Municipal, o que ocorreu em 11 de julho de 1915. Na época a denominação era apenas Biblioteca Pública e no ano de 1942, na administração dos Senhores Teotônio José de Souza e Joel Modesto, é que passou a se chamar Biblioteca Pública Municipal Carneiro Ribeiro.

A pesquisa se apresenta com significativo valor para a construção do processo histórico da criação das bibliotecas públicas instaladas no território baiano. Quanto ao objetivo delineado: identificar quais as primeiras bibliotecas criadas na Bahia (Tabela 1) apontando o ano de criação de tais equipamentos culturais, tem-se o seguinte:

**Tabela 1** – Ano de criação das primeiras BP criadas por municípios baianos

<b>ANO DE CRIAÇÃO DA BP</b>	<b>MUNICÍPIO</b>
1883	Nazaré
1890	Feira de Santana
1899	Santo Amaro
1907	Cachoeira
1915	Morro do Chapéu
1929	Mucugê
1936	Catú
1936	Ituberá

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 1912) e Arquivo da FPC

Até o presente momento, o estudo localizou BP baianas criadas no século XIX e início do século XX, revelando pelo menos oito municípios do estado da Bahia que contavam com esses equipamentos culturais e educacionais em pleno funcionamento. Muitos dos achados desta pesquisa apontam para as motivações de governantes ou intelectuais na criação das Bibliotecas Públicas em suas cidades. Não se pode deixar de levar em consideração o cenário (tempo e lugar) em que este fenômeno ocorreu.

Destaca-se ainda, que o estudo revelou o surgimento de bibliotecas numa época em que a maioria da população estava muito distante do acesso à cultura da escrita e leitura. Assim, a investigação em curso, sinaliza caminhos instigantes e mais detalhados a serem trilhados, e por meio das análises dos documentos encontrados, teremos por fim, a estruturação de uma história das Bibliotecas Públicas da Bahia.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os estudos que buscam explorar a temática Biblioteca Pública são de extrema relevância para o fortalecimento da Biblioteconomia do país, lembrando que a BP possui o papel fundamental de democratizar o acesso ao mundo da leitura, integrando a sociedade e contribuindo para promover a inclusão social, atuando como arqueiras da cultura, valorizando a diversidade de anseios da população.

Embora, a primeira Biblioteca Pública brasileira tenha surgido ainda no período do Império, no século XIX, sabe-se que a história das BP espalhadas pelo país está carregada de boas iniciativas e, ao mesmo tempo, de muitas frustrações – como a frequente inativação de bibliotecas desativadas ao término do mandato de um prefeito municipal. Neste estudo, foi possível perceber a necessidade de se desvendar os processos históricos de criação dessas BP no território nacional, em especial no estado da Bahia.

A pesquisa aqui apresentada, trouxe um cenário histórico a respeito da criação das primeiras BP instaladas na Bahia, resgatando um panorama que atravessa dois séculos

de história. O estudo dá relevo ao ano de criação das bibliotecas municipais e explora as iniciativas individuais e as possíveis contribuições do poder público, no que diz respeito ao seu funcionamento. Infere-se que alguns movimentos marcantes do início do Século XX colaboraram para a mudança de mentalidade e, conseqüentemente da visão de cultura nacional, sendo as Bibliotecas Públicas representantes deste um lugar privilegiado de acesso à cultura e educação.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de; FERREIRA, Frederico Antônio. A Pesquisa e a escrita da história das bibliotecas: uma proposta de abordagem metodológica a partir do caso da Bibliotheca Publica da Bahia (1811-1818). *In*: LESSA, Bruna; LINS, Ivana (Org.). **Para que serve a biblioteca pública?**: novas configurações para o século XXI. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 209-231.

BRASIL. **Decreto Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937**. Cria o Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, RJ, Presidência da República, [1937]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del093.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del093.htm). Acesso em: 17 jun. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LINS, Ivana Aparecida Borges. **Biblioteca pública, convergências e divergências**: Chile, Colômbia e Brasil. 2016. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

MILANESI, Luiz. **Biblioteca**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.

MILANESI, Luiz. **O que é biblioteca?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979. (Biblioteca Universitária de literatura brasileira, Série A, v. 6).

NOVO, Hildenise Ferreira; RODRIGUES, Marina Brito. Competências em Informação no Contexto da Biblioteca Pública. *In*: LESSA, Bruna; LINS, Ivana (Org.). **Para que serve a biblioteca pública?**: novas configurações para o século XXI. Salvador: EDUFBA, 2021. P. 191-207.

OLIVEIRA, Sandra Nívia Soares de. **Um modelar estabelecimento de ensino**: o Colégio Santanópolis na cidade de Feira de Santana. (1934-1959). Tese de Doutorado em Educação. FAGED/UFBA. Orientação Profª Drª Sara Martha DICK. 03 de fevereiro de 2014.

SILVEIRA, Denise T.; CÓRDOVA, Fernanda P. A. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, mai/ago. 2000.

SUDAIN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas**. São Paulo: Lisa, 1980.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SOARES, Francisco Sérgio Mota et al. **A Biblioteca pública da Bahia: dois séculos de história**. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2011.

**Recebido/ Received: 01/07/2022**  
**Aceito/ Accepted: 16/08/2022**  
**Publicado/ Published: 30/08/2022**

---

## OS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS DO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES

### *THE ARCHIVISTICS OF THE NATIONAL MUSEUM OF FINE ARTS*

---

#### **Thaís Rodrigues de Freitas**

Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos pela UNIRIO. Arquivista do Museu Nacional de Belas Artes (IBRAM- Instituto Brasileiro de Museus) E-mail: thazfreitas@gmail.com

#### **Eliezer Pires da Silva**

Professor dos Programas de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos e em Memória Social da UNIRIO. Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6778-0430> E-mail: eliezerpires@gmail.com

#### **RESUMO**

O estudo foi desenvolvido com base em análise dos documentos arquivísticos do atual Museu Nacional de Belas Artes, acrescido dos acervos que integraram as duas instituições antecessoras a existência do órgão atual: Academia Imperial de Belas Artes e Escola Nacional de Belas Artes. A pesquisa investiga problemas quanto ao arranjo e a descrição aplicadas atualmente, motivada por observações como os entraves de recuperação de dados no acervo, confusões nas relações entre os documentos do passado e a estrutura atual, dificuldades com a constatação de produtores dos itens, além de problemas de diretrizes quanto a classificação e organização interna adotada para o acervo.

**Palavras-chave:** Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Instrumentos de Pesquisa. Arranjo. Descrição. Patrimônio Cultural. Reestruturação de acervos

#### **ABSTRACTS**

The study was developed based on an analysis of the archival documents of the current National Museum of Fine Arts, plus the collections that integrated the two predecessor institutions to the existence of the current body: Imperial Academy of Fine Arts and National School of Fine Arts. The research investigates problems regarding the arrangement and description currently applied, motivated by observations such as obstacles to recovering data in the collection, confusion in the relationships between documents from the past and the current structure, difficulties with finding the producers of the items, in addition to guidelines problems regarding the classification and internal organization adopted for the collection.

**Keywords:** National Museum of Fine Arts (Brazil). Research Instruments. Arrangement. Description. Cultural heritage. Restructuring of collections

## 1 INTRODUÇÃO

O Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) é uma unidade museológica criada em 1937 pelo então presidente Getúlio Vargas (BRASIL, 1937). Essa entidade, plural e multifacetada, das Belas Artes foi herdeira de outras duas instituições: a Academia Imperial de Belas Artes e a Escola Nacional de Belas Artes. Ela apresenta, sob sua guarda, a maior e mais valiosa coleção de arte brasileira do século XIX e dispõe de um acervo com mais de 70 mil itens, distribuídos por pinturas, desenhos, gravuras, esculturas, documentos e livros.

Ademais, é integrante do atual Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), autarquia federal criada pela Lei 11.906 de 20 de Janeiro de 2009 (BRASIL, 2009), que estabeleceu uma série de competências e finalidades a serem aplicadas aos museus federais subordinados ao órgão.

O acervo institucional do MNBA foi constituído, originalmente, por três conjuntos distintos de obras: as composições trazidas pelo chefe da Missão Artística Francesa, Joaquim Lebreton, no início do século XIX; os trabalhos pertencentes ou produzidos pelos membros daquela missão; e a coleção de D. João VI deixada por ele no país, ao retornar para Portugal, em 1821. Este acervo bicentenário é fonte de informações e material riquíssimo para a cultura nacional.

A instituição de 82 anos conta com obras de grandes artistas, personalidades e figuras públicas como Jean-Batiste Debret, Irmãos Bernardelli, Grandjean de Montigny e D. Pedro II, entre outros. A instituição disponibiliza seu acervo para acesso ao público por meio de consultas realizadas de maneira presencial e remota.

Com sua constituição oficial datada de 1985, o Arquivo Histórico tem, na composição dos documentos do MNBA, elementos de diferentes proveniências, devido ao fato de a instituição atual ser oriunda de duas estruturas organizacionais anteriores à sua existência. Um acervo dividido em parte de documentos pessoais de artistas da área de belas artes e outra puramente de itens institucionais, com registros das atividades desde a época da Academia Imperial de Belas Artes, Escola Nacional de Belas Artes até chegar no Museu Nacional de Belas Artes.

A constância nas mudanças impactou diretamente na própria dificuldade do museu em se reconhecer, entender seu passado de forma mais clara, para além dos feudos de alguns estudiosos ou pessoas ligadas mais diretamente à produção artística nacional. Característica a qual se reflete no acervo sob guarda da unidade museal.

As práticas arquivísticas oriundas do fazer técnico e prático de um dos autores deste artigo, sendo um deles a arquivista responsável pelo acervo do Arquivo Histórico do Museu, contribuíram para inquietações e levantamento de diversos questionamentos quanto a questões encontradas nos documentos sob guarda da referida instituição. Isto contribuiu para o início deste estudo, com o estabelecimento de processo investigativo para esclarecer problemas que incluem desde a dificuldade para métodos de recuperação

de informações no acervo com o modelo atual de instrumento de pesquisa, inconsistências na constatação do produtor, bem como das relações entre os documentos institucionais do passado e os da estrutura atual do museu; carência de diretrizes para classificação e organização interna dos conjuntos de documentos do acervo; identificação de pastas através de uma descrição sumária do conteúdo, além de outros aspectos.

Com isso, suscitou-se como questão de pesquisa o questionamento: Como realizar o arranjo e a descrição de documentos arquivísticos institucionais do Arquivo Histórico do Museu Nacional de Belas Artes? Sendo assim, estabeleceu-se por método a utilização de coleta de dados, revisão documental e bibliográfica, bem como releitura de conceitos e fatos relacionados à organização de acervos. Fundamentou-se em conceitos sobre arranjo e vertentes da descrição arquivística, com base em Millar (2015), Martins (2007), Bellotto (2005), Nesmith (2018) e Cook (2017).

Os objetivos foram sistematizar conceitualmente a organização e a descrição de documentos de arquivo na perspectiva da Arquivologia contemporânea e caracterizar a trajetória de institucionalização do Arquivo Histórico do MNBA e seus acervos.

## **2 OS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO DOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS**

Trabalhar com acervos permanentes, que foram acumulados nos moldes de sua base histórica, permite a esses profissionais da informação uma experiência rica em sua vivência cultural, no decorrer do tempo. Não é como trabalhar com documentos jurídicos, ou de partes financeiras, e suas respostas práticas, exatas. Envolve muito mais que isso, conforme analisa Martins:

A história é um componente comum a todas as formas de cultura, mantendo, no entanto, sua especificidade. Essa especificidade está na articulação temporal dos sujeitos com o processo de sua formação no passado, de seu agir no presente e de sua projeção no futuro. O indivíduo, como agente racional humano, define-se substancialmente como um ser para cuja existência, para cujo sentido de ser, é indispensável vincular a consciência do todo (do grupo, da sociedade) com a consciência de si (MARTINS, 2007, p. 32).

O contato com arquivos de origem antiga faz emergir um vasto campo de elementos complexos. Este nicho, que lida diretamente com documentos de arquivos históricos, precisa de muita atenção para ser corretamente compreendido. Logo, essa complexidade da atividade de contextualização e organização do acervo, inerente ao trabalho do arquivista, é o fator que lhe permite a correta compreensão do caminho mais exato para a prática arquivística:

Arquivos, Bibliotecas, centros de documentação e museus têm co-responsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício do testemunho jurídico e histórico. Esses objetivos são alcançados pela aplicação de

procedimentos técnicos diferentes a material de distintas origens (BELLOTTO, 2005, p. 35).

Com seu acervo originado em duas outras instituições que existiram no passado, o Museu Nacional de Belas Artes apresenta uma multiplicidade de escolhas de processamento técnico desde sua origem como instituição. Em sua base, este acervo centenário estimula as inquietudes naturais que qualquer arquivista tem, ao iniciar um novo trabalho de organização de acervo. Soma-se a isto a dificuldade em identificar e contextualizar cada item, quando este arquivista analisa um acervo cujo passado está ligado a outras duas instituições que já se findaram, em que uma foi academia de artes e outra foi escola, e cujos documentos foram agrupados e mantidos sob a guarda do MNBA, que atualmente tem como função ser museu.

Constituído por documentos que já foram altamente manipulados, o acervo sob a guarda do Arquivo Histórico reflete as muitas investidas de organização já ocorridas. Em sua análise, percebe-se que muitos esforços já foram realizados, desde os tempos de Academia Imperial de Belas Artes, nas tentativas de dar uma organização adequada aos documentos sob sua guarda.

Este emaranhado de itens, assemelhado a um “quebra-cabeças”, em alguns momentos explicita o quanto a contextualização de acervos pode fazer a diferença para o trabalho arquivístico. Algo inclusive latente nos estudos de Nesmith (2018), nesta releitura sobre os arquivos e as novas contextualidades entre a teoria e a prática arquivística: “Recentemente, essa guinada contextual tomou alguns rumos importantes e radicalmente novos na teoria arquivística, sob a influência de perspectivas pós-modernas. Em decorrência disso, está surgindo uma visão mais ampla da contextualidade” (NESMITH, 2018, p. 156).

No exercício de contextualizar, o multifacetado fazer arquivístico tem, como aliada, a ação de obediência ao princípio da proveniência e respeito aos fundos (DUCHEIN, 1986, p. 20). O ideal de um mundo perfeito é trabalhar não somente com os conceitos, e mas também com a prática desses aspectos essenciais. Isto seria totalmente viável se a única preocupação se referisse aos acervos que seguiram fluxos, tramitações e todo um ciclo de vida conforme variados caminhos da arquivologia tradicional. Entretanto, há de se ponderar que os ideais não sempre possíveis.

Millar (2015) toca num ponto que dá exatamente o tom daquilo que neste momento se pretende ressaltar quanto à complexidade de se processar tecnicamente um acervo como o do MNBA. Em seu estudo, em que discorre sobre a morte aos fundos em prol da proveniência, referindo-se ao fundo fragmentado, a autora aponta a abordagem canadense como exemplo, ensinando que:

[...] se você possui documentos de uma entidade produtora, você deve mantê-los reunidos de acordo com o seu produtor, como um todo orgânico. Não

se deve separá- los por assunto, cronologia ou suporte; não se deve misturá- los com documentos de outras fontes. Respeite os fundos. Respeite o produtor. Esses procedimentos garantirão a unidade orgânica dos documentos e reforçarão o consenso de que os documentos pertencem a uma totalidade e, não, a uma parte (MILLAR, 2015, p. 147).

Ao se ter em mãos um acervo em que documentos de produtores diferentes foram, em parte, misturados de forma inadequada, sem que houvesse uma correta identificação de cada agente produtor, como no caso do MNBA, em que documentos da Academia Nacional de Belas Artes, da Escola Nacional de Belas Artes e do Museu Nacional de Belas Artes foram misturados e organizados de acordo com critérios diferenciados, tem-se, portanto, o tom do enredamento, assim como a dificuldade de se trabalhar com esta documentação.

Este emaranhado, criado pela junção de produtores, não acontece com todos os documentos do acervo. No entanto, a situação é evidenciada, de forma a incitar o aprofundamento de estudos sobre as relações documentais entre os itens, dentro da teoria arquivística. E isto já seria um fator de extrema complexidade, caso abrangesse apenas dois produtores documentais em processamento técnico arquivístico. Na presença de três produtores, o trabalho adquire a necessidade de critério triplicado, visto que se atua com três distintas personalidades jurídicas, próprias, com existências em datas pontuais, sendo duas delas com cronologia de criação e de extinção, ou seja, fundos fechados.

Millar (2015) observa um aspecto latente no domínio do campo arquivístico, o qual se aplica não somente ao tratamento de acervo, mas também a outras variadas questões na área: “[...] A realidade intelectual da proveniência e a realidade física dos arquivos não são equivalentes” (2015, p.148). Isso demonstra que, na prática rotineira, trabalha-se o tempo todo muito mais com a readequação de condições teóricas perfeitas, desconstruindo esses ideais técnicos, para poder viabilizar o fazer arquivístico.

Caso os profissionais da informação não tivessem esta flexibilidade para lidar com os meandros rotineiros da área, seria impossível manter o rigor entre a teoria e a prática, para a grande maioria de acervos que não foram organizados de acordo com a tramitação documental tradicional. E este seria o caso dos documentos do Museu Nacional de Belas Artes.

De acordo com Hollós (2006): “Quando se ilumina a ideia da impossibilidade da memória plena e da preservação integral do passado, percebemos que é exatamente essa impossibilidade que permite o confronto criativo entre o ‘mal de arquivo’ e a ‘pulsão de destruição’” (HOLLÓS, 2006, p. 31).

As fragmentações e junções de itens documentais da Academia, da Escola e do Museu são observadas quando se acessa principalmente a listagem, que é o único instrumento de pesquisa atual para localização dos documentos e identificação geral dos

fundos. Esse instrumento de pesquisa apresenta lacunas entre os dados, uma junção de longos períodos e um critério que não consegue seguir uma lógica arquivística eficaz.

Os documentos hoje disponíveis no acervo institucional permanente são heranças de um fluxo histórico que dificultou sua tramitação orgânica natural. Sem um histórico de classificação e temporalidades mapeável, os documentos foram agrupados sob uma lógica que faz o instrumento de pesquisa no modo listagem apresentar lacunas complexas até para se compreender como os itens funcionavam nas funções originais em que foram concebidos:

Uma das dificuldades fundamentais: a classificação dada aos documentos pelos organismos produtores nunca é uma classificação concebida sobre um longo período de tempo. A sua utilidade é essencialmente funcional, pragmática e não histórica. Ela raramente corresponde aos métodos de classificação arquivística que geralmente se aplica sobre partes cronológicas bastante longas (DUCHEIN, 1986, p.14).

Para o usuário do acervo do Arquivo Histórico do Museu Nacional de Belas Artes, pesquisar é um ato que demanda um tempo além do ideal. Ressalvadas as lacunas que intempéries do tempo naturalmente provocariam, através das perdas esperadas dentro do processo de tramitação documental, poderia-se ter melhores resultados no uso do acervo pelos consulentes caso este apresentasse arranjo e descrição adequados.

O caminho natural de partir do documento completo para se chegar ao tema específico, na organização, não se aplica necessariamente aos documentos do museu. Essa concepção é distorcida na listagem atual. Tendo isso em mente, pode-se afirmar que, se a organização fosse menos genérica, mais definida nos conceitos básicos, a instituição e seus usuários seriam beneficiados com a ampliação da acessibilidade e a preservação de materiais que os consulentes acabam por manusear desnecessariamente, ao investigarem assuntos para suas pesquisas.

O arranjo é a função que apresenta a principal importância estratégica nos arquivos de valor secundário já em guarda permanente. A ausência de um arranjo, ou até mesmo a existência de um que não reflita com clareza os métodos de definições empregados na organização do acervo, compromete entendimentos futuros sobre as estruturas institucionais e objetivos (DURANTI; MICHETTI, 2019).

Portanto, o cerne do estudo passa pela necessidade de entender a própria historicidade e organicidade da instituição. Após tantas intervenções na organização dos documentos, no passado, o processo de percepção, hierarquização, lógica e estabelecimento de conexões entre as informações existentes no acervo tornou-se complexo e de difícil compreensão. Segundo Bellotto:

A identificação de fundos é um trabalho complexo que requer conhecimento profundo da estrutura administrativa e das competências (e suas mutações) dos órgãos produtores de documentação, nos respectivos níveis da administração pública e nos vários setores da administração privada, se for o caso.

Desse conhecimento depende todo o arranjo de um arquivo permanente, arranjo sem o qual o trabalho posterior de descrição e levantamento de conteúdo dos documentos componentes será seriamente prejudicado. Esse prejuízo fatalmente atingirá toda a otimização da informação administrativa e da pesquisa histórica, cuja eficiência é, afinal, a própria razão de ser do arquivo permanente (BELLOTTO, 2005, p. 134)

Após alguns estudos concernentes à temática, nota-se que, mesmo assuntos como princípio da proveniência, conceitos de fundo arquivístico, ordem original, organicidade, autenticidade, arranjo, descrição e indexação, mesmo que muito estudados e abordados em seus variados aspectos, são questões complexas e ainda extremamente ligadas a problemas enfrentados por muitas instituições na atualidade.

O arranjo e a descrição de documentos são funções arquivísticas essenciais em acervos que perderam seus valores primários e passaram para a guarda permanente. O arranjo trabalha com o que ainda é denominado de classificação por muitos arquivistas que atuam em acervos correntes. Logo, quando os documentos são recolhidos para guarda permanente, a lógica de ordenação passa a ser atribuída ao que se denomina de arranjo.

Diante disso e com os conceitos existentes na área, segundo os quais, a melhor opção seria manter a classificação para a sistemática de arranjo, questiona-se de que forma organizar um arranjo para o acervo do Museu Nacional de Belas Artes. Da mesma forma, também se questiona a respeito de como descrever estes documentos.

Num primeiro momento, o reconhecimento dos documentos de arquivo pode parecer uma tarefa simples. No entanto, não o é. Esta ação de reconhecimento exige um olhar mais aguçado. Entender suas especificidades de tipos e suas inter-relações favorece a distinção das funções primárias (de produtor) e secundárias (a herança cultural). Analisar as ações que os geraram, assim como a percepção de como o documento está vinculado a pessoas, famílias, comunidades e governos, é essencial e permite fomentar a memória coletiva. O estado dos documentos e suas distintas percepções entre a forma física e a forma intelectual impactam tanto na representação das relações sociais, na história e na identidade de um povo. Isto demonstra a complexidade de definição e interpretação sobre o que é o documento, bem como o que são os arquivos.

Esses aspectos, de construção de memória e seus impactos em diversas esferas de análise, podem ser correlacionados a alguns fragmentos do texto de Joan Schwartz e Terry Cook e publicado em 2004, intitulado Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna, principalmente quando os autores afirmam que os arquivos “são a base e a validação das histórias que nós contamos, das narrativas que dão coesão e significado aos indivíduos, grupos e sociedades” (p.27). Sendo assim, é possível refletir que a correta análise e o estabelecimento de correlações e funções de arquivo, é também um exercício de responsabilidade com a coletividade social.

Ressalta-se ainda que, em muitos casos, os arquivistas são muito práticos em analisar documentos de passados longínquos, ainda que a acessibilidade e facilidade para perceber as estruturas e funções dos órgãos em análise nem sempre sejam possíveis. Por isso, é tão vital a reflexão correta e cautelosa sobre o meio que envolve o acervo.

Ketelaar (2018) pondera que “cada indivíduo ou cada geração pode ter sua própria interpretação dos arquivos, tem o direito de reinventar e de reconstruir sua visão do passado”. Portanto, quando se tem o cuidado de entender o passado das estruturas de instituições como o MNBA, para compreender as funções ligadas ao contexto original, nota-se a enorme dificuldade para hierarquização e estruturação institucional da realidade anterior.

As reflexões de Ketelaar (2018) quanto às funções são interessantes principalmente quanto à necessidade de se atentar às funções, ao contexto de criação e também à mudança na dinâmica de interpretação sobre cópias e originais. Este fato exige uma investigação ainda mais criteriosa sobre o passado organizacional. Nesse sentido, é essencial procurar as composições de organograma e as funções que englobaram as relações com influência na confecção dos documentos produzidos.

Ao se observar o acervo atual do museu, objetivando diagnóstico, nota-se o quanto fica urgente e visível que a organicidade, a “relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 127), foi muito comprometida.

Cook (2017) aponta que a natureza orgânica, quando não foi preservada, demonstra o problema de um arquivo negligente por não ter dado a devida importância ao respeito pelos fundos. Estes fatos são evidenciados quando os princípios da proveniência e da ordem original não são seguidos desde o início. Os profissionais da área são unânimes em afirmar que os norteadores de fatos são justificados pela questão de que: “Aderindo a esses princípios, os arquivistas podem preservar a natureza orgânica de arquivos como prova de transações” (COOK, 2017, p. 9).

Quanto à importância do princípio da ordem original em arquivos, Macedo (2018) aponta a interferência de ações realizadas na custódia de acervos, por sucessores dos produtores dos documentos. Portanto, quem passa a ter a responsabilidade posterior pela guarda realiza intervenções de múltiplos aspectos.

Posteriormente, os gestores da guarda são os que ponderam o estabelecimento de linhas de investigação para buscar as contextualizações. Nesse sentido, Macedo (2018) defende principalmente o uso da “contextualização expansiva e o conceito de expansividade” para o entendimento de lógicas de acervos, com o intuito de se alcançar o ponto mais fiel das origens da produção dos documentos. Para a autora, “a ordem original possibilita se restabelecer a ação do produtor em seu arquivo”, por isso, o estabelecimento de critérios é necessário para o entendimento da relação entre produtor e acervo (MACEDO, 2018, p. 186).

Os arquivos devem representar os processos de trabalho e, para tanto, precisam refletir a realidade de sua estrutura através da sua contextualização. Logo, o arquivo por meio da ordem física adotada inicialmente, assim como o local de armazenamento e acondicionamento, viabiliza uma leitura do seu real valor e da importância atribuída por seu produtor:

A adoção de uma determinada forma de ordenação está longe de ser uma obviedade. Além de ter de considerar os interesses dos usuários e a própria perspectiva de avaliação e eliminação de documentos, o arquivista deve verificar se a ordenação adotada não cria dificuldades para os funcionários que ficarão diretamente incumbidos dela. Por tudo isso, deve-se optar, tanto quanto possível, por formas simples de ordenação (GONÇALVES, 1998, p. 29).

Eastwood (2013; 2016), em seu texto *Um domínio contestado: a natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística*, examina a busca pelo estabelecimento das discussões ontológicas sobre os arquivos e documentos de forma interdependente. O autor reconhece a dificuldade de se padronizar o entendimento do conceito sobre a natureza dos arquivos pelos arquivistas. O conceito de “Arquivo Histórico” é apontado pelo estudioso como uma definição antiga, utilizada na organização de documentos importantes do passado. A ideia remete a um panorama e sistematização de conceitos utilizados através do tempo. Demonstra como os arquivistas pensavam sobre o assunto de ordem para acervo de guarda permanente.

Thomasem (2006) observa que o cuidado metodológico empregado no processo de trabalho com o arquivo permite observar o grau de importância concedido pelo produtor à documentação sob sua guarda. Além disso, a metodologia aplicada impacta diretamente na viabilização de melhor recuperação de informação e uso em pesquisas.

Como bem destacado por Thomasem (2006), o estabelecimento de metodologia é vital para permitir a adoção de critérios que tornem as pesquisas de arquivo efetivas. No artigo *O método arquivístico*, Duranti e Michetti (2019) sinalizam a dificuldade de clareza identificada na pesquisa arquivística, e fazem ressalvas em relação à falta de hábito, por parte de arquivistas, em demonstrar e registrar os métodos que utilizam. Posto isto, um erro na metodologia aplicada ao tratamento de dados poderá impactar negativamente na sua identificação e manuseio pela coletividade social e cultural futura.

O Conselho Internacional de Arquivos (ICA, em inglês para International Council on Archives), através da sua Declaração universal sobre os arquivos, ressalta o papel primordial deste cuidado, necessário com a memória, como “papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva” (ICA, 2010).

A classificação é responsável “por refletir as funções e operações que fazem parte das atividades do órgão”, como Schellenberg (2005, p. 83) bem define. Sendo assim, a inexistência dela na origem, pois no pretérito não ocorreu esta preocupação com os

documentos, impede a facilitação do arranjo, que Bellotto (2005, p. 29) aponta como “a classificação no âmbito dos arquivos permanentes”.

Arranjo, descrição e inventário são temas que continuam a ser empregados mesmo com a mudança de perspectiva tecnológica. E isto fica bem claro em estudo realizado por Macedo (2018). Por mais moderno e diferenciado que seja um arquivo, não há como desconsiderar o uso dessas técnicas. Não há outro sistema que consiga preencher lacunas de estruturação e descrição de acervo.

### **3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA**

É essencial refletir a melhor forma de descrição a ser aplicada na instituição, independente do seu suporte, englobando os documentos nos moldes mais tradicionais, como o papel, aos mais modernos, como os documentos digitalizados (MARIZ; CORDEIRO, 2018). Segundo esses autores, a relação orgânica que os documentos mantêm entre si é uma noção geral da Arquivologia e permite a visão integral sobre determinado conjunto documental.

Considerando as avaliações dadas pela sociedade atual às consultas ao acervo do Arquivo Histórico do MNBA, julga-se que estas poderiam ser mais ágeis e eficazes caso as descrições estivessem em sintonia com as inovações tecnológicas, inserindo-as na dinâmica de rotina do setor. Conforme afirma Koyama:

À medida que os Arquivos se colocam na rede mundial, vemos multiplicarem-se em suas seções educativas as linhas do tempo e prevalecerem imagens que reafirmam essa representação instrumental do tempo, tendencialmente unitária, eurocêntrica, expressão de uma dada racionalidade técnica ainda presente na academia (KOYAMA, 2016, p. 83).

Em um processo de construção de instrumento de pesquisa, a descrição atua como base constante para o apontamento de informações relevantes, além de identificação do acervo. O mundo contemporâneo lida com o tempo de processamento e a resposta a demandas de maneira muito diferente das gerações anteriores. Logo, a alta demanda por respostas e a ampliação da velocidade de difusão e do processamento da informação exprimem não mais uma necessidade de adequação por parte das instituições, e sim uma obrigatoriedade para a geração atual. Isto devido ao fato de o usuário de arquivo ter o perfil similar ao descrito por Oliveira (2010, p. 44): “[...] demanda ao serviço de arquivo um documento para dar continuidade a uma ação, normalmente o faz utilizando-se de um desses elementos de identificação do documento, que constituem o próprio documento e que se transformam em elementos para sua recuperação”.

As tecnologias também contribuíram para o surgimento de novas formas de trabalhar com os instrumentos de pesquisa, com uma nova geração desses instrumentos de referência. Andrade e Silva (2008) lembram os novos recursos viabilizados pelo

advento da internet, além da potência apresentada pelo acesso através da web via instrumentos de pesquisa on-line. Todas essas vantagens convergem para a percepção da urgência de se repensar os moldes utilizados atualmente na oferta de informações pelo Arquivo Histórico Institucional do Museu Nacional de Belas Artes.

Oliveira (2013), em seu artigo sobre descrição e reinvenção dos arquivos, aborda aspectos das necessidades do mundo atual, em que as bases de dados precisam pensar a perspectiva da descrição nos arquivos. Nesse artigo, em que analisa pontos positivos e negativos do processo descritivo, em conjunção com a busca por normatizações, a autora ressalta que “[...] é por meio da descrição que poderemos aumentar a demanda aos arquivos e ampliar o número de usuários e diversificar o seu perfil” (OLIVEIRA, 2013, p. 331).

Isto demonstra que, ao se trabalhar com o acervo institucional do MNBA, deve-se buscar maneiras que possam conectar o que foi tratado como o estabelecimento de conexões contextuais entre os documentos. Os mecanismos empregados no pretérito colaboraram para a perda de sentidos atribuídos por ordem original e constituíram fragmentação.

Os esforços atuais, iniciados com a ampliação da investigação de dados e a inclusão de diálogos com antigos funcionários do museu, para entender algumas transformações que não poderiam ser entendidas apenas por meio de leituras dos poucos registros localizados, são alternativas que colaboraram para o entendimento sobre o motivo de um setor estar subordinado a uma hierarquização setorial que não consta com registro em documentos oficiais regimentais em vigência. Isso, por exemplo, ajudou a repensar campos descritivos e seus respectivos níveis, para deixar tudo de modo mais claro nos dados a serem disponibilizados para os consulentes.

Nesmith (2018), em seu texto sobre releitura de arquivos e novas contextualidades para teoria e prática, cita o diferencial que história arquivística ou oferecimento de visões introdutórias “[...] mais detalhadas dos vários tipos de informação contextual sobre os documentos no sistema [...]” (2018, p.171) poderiam oferecer aos pesquisadores. O que é uma ideia para novas perspectivas para a descrição arquivística.

Ações como esta, aliadas ao estabelecimento de procedimentos, podem garantir no futuro a manutenção de medidas adotadas como parâmetros de descrição para o Arquivo Histórico do museu. Este deve ser o foco desta pesquisa. Estas medidas devem ser uma parte estratégica essencial para a construção de instrumento de pesquisa e arranjos sólidos, para perpetuar a documentação histórica desta unidade museal para a população como um todo.

As adversidades existentes entre técnica e o fazer são constantes na rotina da prática arquivística. Nas instituições, os documentos sofrem os impactos das inconstâncias das metodologias aplicadas para o tratamento documental. A transcodificação da representação da linguagem documental para o registro em instrumentos de pesquisa

é o ponto essencial para contribuir na lógica de organização de um acervo. O reflexo da atribuição de linguagem verbal, assumida pela descrição daquilo que é retratado nos documentos, impactará nos instrumentos de pesquisa como produto desta incumbência.

Ao mesmo tempo, quando se baliza que a descrição pode facilitar e ampliar o acesso, há de se ter clara a importância de aplicar normalizações que viabilizem o uso de linguagens facilitadoras e padronizadas. A falta de uso de padrões implica em um montante de dados, cujo descompasso causa impactos diretos na maneira de ofertar acessos eficazes ao que os pesquisadores buscam. Não que o uso de normas como a ISAD(G), por exemplo, tenha a perfeição e resolva todas as arestas que englobam a temática, longe disso. No entanto, como ponto de partida para acervos que atualmente não apresentam o que se busca, essa atualização das ferramentas pode se converter em benefício automático para os consulentes.

As salvaguardas de acervo de imagens com o emprego de técnicas de linguagens de descrição padronizadas colaboram positivamente para garantia do legado histórico, preservação, acesso, uso e ampliação dos impactos na memória cultural da sociedade. Não há viabilidade de implantação de banco de dados, acessos remotos, se o trabalho essencial de construção inicial na base não for feito. É por isso que tudo pode se transformar na Arquivologia, mas o papel da descrição quanto função segue importante tanto para documentos textuais quanto para os iconográficos. Apenas passa por reformulações, como elaboração de normas atualizadas ou adaptação de instrumentos de pesquisa ao meio digital. Portanto, seu lugar na arquivologia segue com aprimoramentos, visando melhorias de acessos.

#### **4 CONCLUSÕES**

O Arquivo Histórico do Museu Nacional de Belas Artes apresenta um acervo documental arquivístico de importância histórica, social e artística única. Nele, é possível não somente conhecer fatos de extrema relevância e importância sobre artes. Seus documentos são o espelho da história, transições políticas, transformações arquitetônicas culturais, patrimoniais e até sociais. Diante desta percepção, ressalta-se que uma das maiores adversidades encontradas por esta pesquisa foi a dificuldade de acesso a algumas fontes.

O IBRAM e o MNBA têm dificuldade em dar fluidez aos mecanismos de trâmites e recolhimento. O museu atualmente busca o estabelecimento de uma rotina de gestão, com profissionais atuantes nos entraves, nas dificuldades. Uma arquivista foi destinada a adotar medidas, buscar melhorias para os acervos correntes e intermediários; enquanto a equipe do Arquivo Histórico trabalha para contribuir na organização institucional do acervo que consta em guarda permanente. Por consequência, o Arquivo Histórico Institucional é impactado por este panorama.

Mais um ponto a se destacar é o fato de que o acervo institucional também é composto por outra série de detalhes fragmentados que precisam de um tratamento arquivístico. Na década de 1970, anterior à existência do Arquivo Histórico do museu, estes documentos, hoje com guarda no setor, foram submetidos a uma lógica de organização desconhecida dos funcionários atuais. Parte da documentação que existia na época foi movida para o acervo do Museu D. João VI.

A falta de um cuidado arquivístico em estágios anteriores torna o tratamento dos documentos institucionais um processo que demanda investigação sobre a própria razão de a unidade museológica existir. A elaboração de um arranjo documental está conectada diretamente com a ação de conhecer a estrutura atual e todas as transformações sofridas pelo museu ao longo dos anos. Ter a história administrativa esclarecida, por meio de conexões com o passado que ajudem a interpretar corretamente a atualidade, é vital para a confecção de um bom arranjo e descrição.

O estudo sobre o caso do Museu Nacional de Belas Artes viabiliza perspectivas quanto a linhas de trabalho a serem desenvolvidas, aprimoradas e ampliadas. Isto incluiria adotar padrões normativos de Arranjo e Descrição. Aprimoramento e capacitação da força de trabalho multidisciplinar atuante no acervo, com garantia de estabilidade nas metodologias a serem aplicadas na organização dos documentos arquivísticos institucionais. Aplicação de políticas de acesso e uso, de acordo com as práticas vigentes para os documentos arquivísticos institucionais do museu. Realização de diálogos com funcionários mais antigos e ex-funcionários para conseguir, através da conversa oral, recuperar dados enriquecedores que apresentem possível impacto para aprimoramento aos dados sob guarda do acervo. Criação de parceria com o Museu D. João VI da UFRJ, a fim de estabelecer conexões entre os itens que foram separados na década de 1970, na tentativa de organização dos acervos. Deste modo, será possível o mapeamento sobre quais documentos integrantes da Academia Imperial de Belas Artes e a Escola Nacional de Belas Artes estão sob guarda de qual instituição neste momento.

Outros aspectos interessantes seria definir, estabelecer e implantar mecanismos de infraestrutura que viabilizem o armazenamento dos dados em âmbito digital. Adoção de critérios para garantia de autenticidade e confiabilidade dos dados e metadados dos documentos em ambiente digital. Digitalização de todo o acervo arquivístico institucional permanente, com o estabelecimento de representantes digitais, com o objetivo de preservar o patrimônio documental, de modo a garantir a salvaguarda da integridade física dos itens deste acervo. Confecção de manual com especificações técnicas para a digitalização dos documentos arquivísticos históricos do museu. O estabelecimento de política de preservação de acervos com uma cultura que permita a coabitação híbrida entre os documentos físicos existentes e sua conversão, para permitir a viabilidade de o item analógico progredir a um ambiente que preserve itens arquivísticos no formato digital. Seleção de hardwares, softwares e formatos de arquivo que proporcionem expectativas

ideais para garantia de permanência e facilidade de acesso para os materiais digitais em longo prazo. Certificar-se de que os materiais digitais mantidos como documentos arquivísticos são estáveis e fixos tanto no conteúdo quanto na forma. Construção de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis e respectiva difusão. Adoção do Atom como plataforma de acesso e, se possível, a implantar o Repositório Digital Archivemática. Promover a proteção dos materiais digitais contra eventuais perdas acidentais e por corrupção de dispositivo físico. Prevenir a obsolescência de softwares e hardwares. Estudar, adotar e implementar o estudo de usuário. Adotar perspectivas de Difusão Cultural por ambientes digitais, com objetivo de ampliar o alcance e acessibilidade para atuais e futuros consulentes do acervo

O processo investigativo sobre o Arquivo Histórico e seu acervo arquivístico institucional passa pela busca de compreensão das complexidades inerentes ao panorama do “quebra-cabeças” que se tornaram as tentativas de solucionar a ordenação e o tratamento dos documentos do setor. Toda esta situação pode ser melhor evidenciada através do rastreamento da trajetória dos documentos, por meio do mapeamento da História Administrativa.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ricardo Sodré; SILVA, Rubens R. G. da. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 14–29, 2008.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: [www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion\\_Term\\_Arquiv.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf). Acesso em: 29 jan. 2019.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 3. ed. São Paulo: TA Queiroz, 2005.

BRASIL. **Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 1937. Disponível em: [www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html). Acesso em: 31 mar. 2021.

BRASIL. **Lei 11.906 de 20 de janeiro de 2009**. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 21 de janeiro de 2009. (Arquivada pelo Ato de 13 de fevereiro de 2019). Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11906.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11906.htm). Acesso em: 14 abr. 2021.

CIA – Conselho Internacional de Arquivos. **Declaração universal sobre os arquivos.** Aprovada na Assembleia Geral do Conselho Internacional de Arquivos realizada em 17 de setembro de 2010, durante a 42ª CITRA, em Oslo. Tradução para o português acordada entre o Arquivo Nacional (Brasil) e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal). Disponível em: [https://arquivistasocial.files.wordpress.com/2011/05/ica\\_2010\\_universal-declaration-on-archives\\_pt-1.pdf](https://arquivistasocial.files.wordpress.com/2011/05/ica_2010_universal-declaration-on-archives_pt-1.pdf). Acesso em: 09 fev. 2019.

COOK, Terry. **O conceito de fundo arquivístico:** teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial. Tradução: Silvia Ninita de Moura Estevão, Vitor Manoel Marquesda Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.10-4, n. 2, 1986. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/49818>. Acesso em: 23 mar. 2021.

DURANTI, L.; MICHETTI, G. O método arquivístico. In: GILLILAND, Anne J.; McKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J. (org.). **Pesquisa do multiverso arquivístico.** Tradução: Ana Cristina Rodrigues. Salvador: Editora 9Bravos, 2019.

EASTWOOD, Terry. O que é teoria arquivística e porque ela é importante? **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.12, n.2, jul./dez. 2013, p.15-27.

EASTWOOD, Terry. Um domínio contestado: a natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico.** Belo Horizonte: Edit. da UFMG, 2016. p. 7-45.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo.** São Paulo, SP: Arquivo do Estado, 1998.

HOLLÓS, Adriana Cox. **Entre o passado e o futuro:** os limites e as possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/17025/> Acesso em: 25 mar. 2021.

KETELAAR, Eric. (Des)construir o arquivo. In: NEDEL, Heyman L. **Pensar os arquivos:** uma antologia. Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2018. p. 193-206.

KOYAMA, Adriana Carvalho. Acervos documentais online, práticas de memória e experiências educacionais. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 74-88, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/42962>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MACEDO, Patricia Ladeira Penna. **Um estudo sobre o princípio da ordem original em arquivos pessoais.** Niterói, 2018. 232 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, 2018.

MARIZ, Anna Carla Almeida; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. A importância do contexto para as fotografias de arquivos: uma análise de literatura. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018, Londrina. **Anais eletrônicos [...]** Londrina: Universidade Federal de Londrina, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103030>. Acesso em: 01 dez. 2020.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. **Cultura e poder**. 2.ed. revisada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2007.

MILLAR, Laura. A morte dos fundos e a ressurreição da proveniência: o contexto arquivístico no espaço e no tempo. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 144-162, jan./jun., 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41789> Acesso em: 01 mar. 2021.

NESMITH, Tom. Relendo os arquivos: novas contextualidades para a teoria e a prática arquivísticas. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Tradução: Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. **Modelagem e status científico da descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. São Paulo: FFLCH, 2010.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. A descrição arquivística, o arquivista e a reinvenção dos arquivos. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de (org.). **Preservação, acesso e difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013, p. 327-332.

SHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 5. ed. Tradução: Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

THOMASEM, Theo. Uma primeira introdução à arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5 n 1 p. 5-16, jan./jun. 2006.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Arquivos documentos e poder: a construção da memória moderna. **Registro Indaiatuba**, São Paulo, v. 3, n. 3, jul. 2004. Disponível em: <http://localhost:8080/xmlui/handle/123456789/658>. Acesso em: 15 out. 2021.

**Recebido/ Received: 15/07/2022**  
**Aceito/ Accepted: 09/08/2022**  
**Publicado/ Published: 30/08/2022**

---

## MEMÓRIA E RESISTÊNCIA NÃO CABEM SÓ NA LOMBADA: A PROPÓSITO DA IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS LITERÁRIOS NA FORMAÇÃO BIBLIOTECÁRIA

*MEMORY AND RESISTANCE DOES NOT FIT ONLY ON THE SPINE: ON THE IMPORTANCE  
OF LITERARY STUDIES IN LIBRARY EDUCATION*

---

### **Cláudia Sousa Pereira**

Professora auxiliar com agregação do Departamento de Linguística e Literaturas da Universidade de Évora, Portugal. Investigadora do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS-UÉ). Orcid: <https://0000-0002-7298-3945> E-mail: [cpereira@uevora.pt](mailto:cpereira@uevora.pt)

### **RESUMO**

A especificidade da leitura literária, que corresponde às competências desenvolvidas na área científica dos estudos literários, proporciona o uso de metodologias e ferramentas conceituais que aprofundam a leitura de um texto – e de um livro – como objeto cultural portador de memória e representação de resistência a agressões e perdas várias. O nosso trabalho sobre o livro-álbum português *Com 3 Novelas (o mundo dá muitas voltas)*, texto de Henriqueta Cristina e ilustrações de Yara Kono (Planeta Tangerina, 2015) é o pretexto: um exemplo que servirá como exercício demonstrativo para a consciencialização do profissional que, na sua formação quer inicial quer ao longo da vida, passe a considerar como central o estudo do sistema literário na grande constelação das ciências sociais e humanas. Estes “enlaces e entrelaces” das ciências da informação e documentação com os estudos literários aproveitam, inclusivamente, aos próprios estudos literários que podem reorientar a sua reflexão epistemológica crítica e acrescentam uma nova camada à tradicional disciplina de teoria da literatura.

**Palavras-chave:** livro-álbum; leitura literária; polissistema literário; estudos literários

### **ABSTRACT**

The specificity of literary reading, which corresponds to the skills developed in the scientific area of literary studies, provides the use of methodologies and conceptual tools that deepen the reading of a text - and a book - as a cultural object, bearer of memory and representation of resistance to various aggressions and losses. Our work on the Portuguese book-album *Com 3 Novelas (o mundo dá muitas voltas)*, text by Henriqueta Cristina and illustrations by Yara Kono (Planeta Tangerina, 2015) is the pretext: an example that will serve as a demonstrative exercise for the awareness of the professional who, in their initial and lifelong training, will consider as central the study of the literary system in the great constellation of social sciences and humanities. These “links and interlaces” of information and documentation sciences with literary studies even benefit literary studies itself, which can reorient its critical epistemological reflection and add a new layer to the traditional discipline of theory of literature.

**Keywords:** picture book; literary reading; literary polysystem; literary studies.

## 1 INTRODUÇÃO

Um serviço de biblioteca cuja tarefa seja aconselhar aos seus leitores livros pode revelar-se muito mais difícil quando o/a potencial leitor/a não traz consigo a certeza do que pretende ler ou pesquisar. Já não se trata de formar um/a utilizador/a, mas de criar laços entre o/a leitor/a e o livro. Imaginando que essa pessoa pretende apenas ler por prazer, entreter-se enriquecendo a sua bagagem pessoal de conhecimento do mundo, podemos imaginar também, nessa posição do/a bibliotecário/a, o que acontece com o/a autor/a de literatura infantil e juvenil (LIJ) que sabe que a sua obra tem, na base, uma intenção específica: que ela “encaixe” nas mãos de leitores principiantes, com pouca experiência (contada em anos) de vida, com a mesma qualidade de uma obra que seja, consciente dessa condição de leitor implícito, apreciada por um adulto habituado a ler literatura.

Ao longo deste texto, não proporemos “grelhas” de análise de um texto literário, tal como normalmente na iniciação à literatura e se procuram nas obras as temáticas dominantes, as categorias e os elementos mais relevantes (personagens que sejam memoráveis, referências a lugares mais ou menos realistas e identificáveis, ou costumes de determinadas épocas). A nossa abordagem parte de uma metodologia que coloca o “objeto literário” numa relação com uma temática precisa – memória e resistência -, com intenções circunstanciadas pelo uso do estético-literário, que inegavelmente define literatura, por utilizadores de bibliotecas.

Aprendemos com o investigador israelita Itamar Even-Zohar, e com a sua Teoria do Polissistema (Even-Zohar, 1979), que importa conectar o sistema literário com a rede de constelações – outros sistemas como os que congregam repertórios e estudos da história, da economia, da pedagogia, da medicina, da física, da biologia, etc. – num firmamento de conhecimentos, práticas e produtos, em que os estudos desenvolvidos nas e pelas ciências sociais têm uma palavra mais próxima a dizer e a receber. Os livros enquanto objeto cultural são, no limite, a unidade mínima que nos torna mais próximos nas ciências sociais, mas com muitas oportunidades de laços a criar com as outras ciências relativamente mais distantes.

Com efeito, as propostas de perspetiva e atuação de Even-Zohar, cujo primeiro grande impacto aconteceu nos estudos de tradução, onde é óbvio o desafio de não apenas se passar de um idioma para outro, mas de uma cultura para outra, acolheram e orientaram as perspetivas de estudos literários que começaram a valorizar o papel do leitor, talvez até um pouco acima de outros valores que permitem hierarquizar os produtos culturais, sem ignorar fenómenos de massificação. É aqui que o estudo da literatura criada a pensar num leitor infantojuvenil recebe orientação e respaldo na Teoria do Polissistema de Even-Zohar, e nos leva, mesmo nos estudos literários, a olhar para lombadas, códigos de barras, materiais de que são feitos os livros, para além dos outros já mais correntes paratextos, como as ilustrações.

Conhecer as especificidades do subsistema literário da literatura e cultura para a infância a partir dos estudos literários é, na nossa opinião feita de investigação na área, uma mais-valia na formação e no trabalho do/a bibliotecário/a que não apenas cuida do acervo que tem a seu cargo, mas estimula o gosto pela leitura. A biblioteca, tal como o próprio corpo profissional define esse lugar onde trabalha e desempenha uma missão, não guarda apenas memórias, como resiste ao tempo que passa sobre muitos livros que, se não tiverem outras instituições (universidades, escolas, academias, prêmios) e interesses (editoras, livrarias) que as promovam, sistematicamente, e validem a sua importância definindo cânones, dependem dos leitores que os mantêm vivos, passando-os de mãos em mãos, de geração em geração. Guardar é preservar a memória, divulgar essa memória implica valorizá-la e resistir à ideia de que perpetuar tradições é um ato benévolo equivalente ao do conhecer as tradições: nem todas as tradições são dignas do conceito atual de humanidade, como sabemos, o que não impede que todas se estudem. Aliás, esta é uma forma de o “direito ao esquecimento” não conflitar com as leis dos estados de direito, em que cumprida a pena o crime se arruma, e de a “cultura de cancelamento” não se tornar numa nova e pérfida forma de censura. Aprender a despolarizar com inteligência pode ser, por isso e também, uma das melhores e benéficas consequências que a leitura literária nos dá.

Citando o acadêmico português Rui Marques Veloso (Veloso, 2006) que, por sua vez, cita Violaine Houdart, concordamos em como retirar prazer da leitura de um livro pode ser um percurso em crescendo e não isento de algum método e, logo, trabalho ou esforço:

na leitura há diferentes naturezas de prazer que não se situam no mesmo plano: temos o prazer de escapar ao real e de nos identificarmos com uma personagem, há o prazer da linguagem (surgido no impacto de uma primeira leitura ou em releituras) e podemos sentir ainda o prazer interpretativo que resulta da apreensão do sentido. Eu creio que, no caso vertente, trabalho e prazer não são entidades antinômicas, já que o recurso a determinadas ferramentas para atingir a interpretação proporciona a satisfação da descoberta, algo que tem a ver com o desafio e a superação do obstáculo; ora, isto é inerente à nossa natureza (VELOSO, 2006, p. 27).

Este aspeto, que não deixa de ser lúdico por implicar o (re)conhecimento de regras, da “superação do obstáculo” para além da descodificação da língua (ou linguagem, se pensarmos no texto icónico), não nasce de forma evidente para todos. Isto é, nem todos os leitores principiantes têm o mesmo impulso de indagar um objeto, de assumir a sua incompreensão. Esse é o papel do/a mediador/a de leitura literária, guia que suscita a pergunta, estimula o ensaio de hipóteses, antes de dar possíveis respostas. Algumas obras da LIJ usam, de forma mais evidente do que numa obra de literatura *tout-court*, e de acordo com a sistematização de Genette (1987), paratextos, mais concretamente os peritextos - ilustração, tipos gráficos, referências dentro da obra, sobretudo na contracapa ou badanas, à própria obra, a autores e ilustradores - que ajudam a cumprir

essa função por parte do/a mediador/a. Mas é preciso, para que tal seja bem sucedido, que o/a próprio/a mediador/a adulto/a esteja atento/a.

Neste texto propomos um duplo exercício na exploração que fazemos de um livro-álbum português para crianças: *Com 3 Novelas (o mundo dá muitas voltas)*. A escolha desta obra preocupou-se não apenas em encontrar um exemplo com a temática da memória e da resistência, mas com o facto de este exemplo ser exímio em propostas férteis de leitura literária, porque se trata de um livro-álbum, em que temos a possibilidade de fazer uma leitura multimodal acionada pela ilustração e pela escolha de um texto verbal que se dá perfeitamente à performance oral da leitura em voz alta. Convém, então, perceber que o livro-álbum, e seguimos de perto a definição por Sophie Van der Linden na sua obra *Lire l'Album* (2006), é um formato de livro em que as duplas-páginas, senão mais, são quase sempre ocupadas por várias gramáticas como uma unidade, em que interagem, explícita ou subjacentemente (como é o caso de álbuns em que o texto verbal se resume ao título e outros peritextos), texto e imagem, sendo esta última preponderante.

## **2 MEMÓRIA E RESISTÊNCIA DO PRINCÍPIO AO FIM DE UM LIVRO-ÁLBUM**

A abordagem que agora propomos dividir-se-á em duas partes: na primeira parte apenas nos focaremos no texto verbal (o texto miolo da obra, mas também os peritextos), contextualizando a análise e a crítica do texto no que este contribui para o desenvolvimento dos temas da memória e resistência apresentados especialmente, mas não só, a um público infantil; na segunda parte, elencaremos os elementos paratextuais, descritos e destacados com comentários, que dão corpo aos conceitos de memória e resistência, entrelaçando-se em complementaridade a sua leitura com a leitura antes proposta do texto verbal.

O tratamento dos aspetos materiais de um livro é uma necessidade que coincide com duas características de trabalho literário que se encontram nos antípodas um do outro, na escala do valor social e académico, e que coincidem se considerarmos como relevante os ecossistemas em que um e outro se preservam. Assim, temos por um lado a crítica textual que, na filologia, se ocupa da descrição física detalhada de códices, documentos com valor de tesouro (res)guardado do uso, para que possa pertencer a todos para lá do nosso tempo, até por ter sobrevivido a outro longo tempo que ainda não era o nosso. Este é um ofício em que historiadores da língua e estudiosos das literaturas nacionais se especializam como importantes guardiões da memória de um património cultural em risco. E, por outro lado, temos o que é prática do trabalho sobre os *corpora* da LIJ em que há uma necessidade de previamente se atentar em todos os detalhes físicos e materiais significativos do objeto livro, já que estes contribuem de forma indispensável para as leituras que dão sentido ao valor estético-literário de cada caso exemplar. Seja

esse caso de uma obra tomada por si, quer relacionada com questões que suscitem, ou a que ajude a resolver, no âmbito das ciências sociais e humanas.

## 2.1 Prosa que é vida a tentar rimar

Intuitivamente, porque lemos a partir da especificidade dos estudos literários que muitas vezes coincidem com o interesse dos leitores adultos, comuns e frequentes, de ficção, concentramos as primeiras atenções, ao lermos um livro, no universo criado, exercício de cosmogonia que implica uma lógica própria, por vezes até única mesmo conseguindo, depois, descobrir-lhe antepassados. Fazemo-lo em, pelo menos, dois níveis de leitura: o que segue o enredo – tempo, espaço, ações - e as personagens; e o da matéria que a linguagem verbal trabalha com a arte que a literatura imprime ao texto da mensagem que comunica, diferenciando-o, por exemplo, do texto informativo. Fazemo-lo assumindo a voz do/a narrador/a que ouvimos mesmo na leitura silenciosa. É essa voz que nos transporta para dentro das memórias de uma ou mais personagens, fazendo de nós testemunhas, envolvendo-nos, mais ou menos profundamente, nas ações que se vão desenrolando. É corrente verificar-se se a primeira leitura foi cabal e atenta quando conseguimos sumarizar ou parafrasear “a história”, o que define também uma primeira hipótese de caminho que não vai apenas de um ponto até outro, mas permite apreciar-se esse caminho, olhar para os lados e perceber rotas alternativas, cruzarmo-nos com outras personagens, ações, tempos, lugares. São estas “sinopses” que encontramos na contracapa e que, no nosso caso, diz assim:

Em busca de um lugar mais livre onde todos os meninos possam ir à escola,  
uma família muda-se para outro país.  
No entanto, apesar de diferente, o país novo que a acolhe está longe de ser  
perfeito e, neste novo mundo cinzento, a falta de liberdade sente-se em coisas  
tão simples como escolher a cor da camisola que se quer vestir pela manhã...  
É então que uma mãe entra em ação.  
Na verdade, uma mãe, um par de agulhas e três novelos de lã...  
Com as cores de sempre, as mesmas cores de sempre, esta mãe vai lançar  
mãos à obra e despertar uma pequena revolução na cidade!

Este álbum, na última página par, oferece-nos ainda um texto que contextualiza a história, baseada na história de uma família real portuguesa que, nos finais dos anos 1960, fugindo da ditadura do Estado Novo, faz um percurso de exílio que começa na Argélia, passa pela Roménia e termina na, então, Checoslováquia, regressando a Portugal por altura da “Primavera Marcelista”, instalada entre 1968 e 1970, alguns anos antes do 25 de Abril de 1974.

As referências muito vagas ao tempo cronológico e ao lugar geográfico que o texto ficcional faz, aproximação à distopia do “Era uma vez” que o/a leitor/a infantil aceita como verosímil, assumem para o/a leitor/a adulto/a o valor de parábola, numa

síntese de todos os lugares mencionados no peritexto do posfácio, percorridos entre os anos 60 e 70 do século XX. Este posfácio termina mesmo fazendo a ponte com o texto ficcional:

Desde 1993, no território que correspondia à Checoslováquia, existem dois países independentes: a República Checa e a Eslováquia, onde os meninos podem agora vestir camisolas de todas as cores. Hoje, em Portugal, apesar de todos os problemas que ainda temos por resolver, já todos os meninos vão à escola... (p. 28).

Se atentarmos noutro paratexto, o epitexto disponível na página *web* da editora Planeta Tangerina que nos apresenta a autora, e que constitui um elemento muito enriquecedor de preparação do mediador de leitura, também percebemos como nos ajuda ao trabalho com o livro-álbum. Diz assim, este epitexto:

Nasceu em 1960, em Vila Nova de Gaia, numa família com muitos irmãos tios, primos e histórias. (As famílias são lugares cheios de histórias.)

Além de Henriqueta Cristina, também lhe chamam Kuki. (Os nomes das pessoas têm histórias extraordinárias.)

Licenciou-se na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, é professora há mais de 30 anos e acredita que há um semeador no coração de quase todos os professores. (Também teria gostado de ser agrónoma, mas isso é outra história...)

Gosta do mar, de música e da música do mar; de ler, escrever e viajar; de lírios e montanhas; Gosta de cozinhar e de juntar família e amigos à volta de receitas e memórias. (As memórias e as histórias também andam quase sempre de mãos dadas.)

(Falar assim, de mim, na 3ª pessoa, é como contar uma história.)

(<https://www.planetatangerina.com/pt-pt/sobre/henriqueta-cristina/>).

Se o texto da obra nunca menciona nomes próprios e o faz de forma coerente porque omite topónimos, este texto de apresentação da autora usa muito tempo a falar deles, usando os parêntesis como pistas para despertar a curiosidade de quem o lê e, eventualmente lerá o livro. Percebemos inclusivamente, na última frase que está entre parêntesis, que este texto é escrito pela própria, o que nos deixa à vontade para a aproximação de três categorias da narrativa – autor, narrador, personagem - que, nos estudos literários, ensinamos a considerar como independentes, ainda que com a possibilidade de, graças à linguagem literária, coincidirem. Hipótese que, para ser confirmada, devemos colocar perguntando ao texto (só a leitura atenta dará resposta) ou procurando em peritextos ou epitextos como este posfácio ou catálogo da editora (ou entrevistas aos autores, por exemplo).

O autorretrato verbal de Henriqueta Cristina, na página *web* da editora, ajuda-nos também a responder a algumas dúvidas que duas fotografias usadas em dado momento no design e texto icónico, e que podem suscitar perguntas aos leitores mais jovens, sempre tão mais atentos quanto ainda são pré-leitores. E até a secundarização

que os parêntesis atribuem, por regra, ao texto que encerram é aqui revolucionada e nos dá mais instrumentos para lermos com atenção o texto do livro-álbum. O próprio subtítulo do livro-álbum, que é colocado entre parêntesis, remete para o tempo relativo – o que fazemos com as voltas naturais do planeta – para construirmos, como numa peça de *tricot*, o mundo que queremos para nós. Mas entremos no miolo e no texto.

Não se iniciando pelo tradicional “Era uma vez”, a fórmula está lá no que significa de tempo passado indeterminado, até algo nostálgico (ou terapeuticamente resolvido, se julgarmos que falar de um passado menos bom é sinal de se ter ultrapassado qualquer eventual trauma): “Eu era muito pequena quando tudo isto se passou.” (pág. 5). Ficamos cientes de uma voz feminina, coincidente com as entidades autorais, preparamo-nos para um relato de vida, memórias ancoradas em factos verosímeis (“país com muito sol”, “ir à escola”) para qualquer leitor/a de oito anos, idade da personagem que foi a narradora adulta que ainda é em cada leitura que se faça do texto. Esses factos verosímeis manter-se-ão ao longo do texto como pontos de referência para retratar o bem-estar mínimo e essencial na vida das crianças, mesmo nas diferenças da escola e de quem a frequenta, ou do tempo, que deixa de ser tão soalheiro.

O ambiente social e o cenário natural apresentam-se, desde o início, como garantias que o/a leitor/ infantil reconhecerá enquanto pontos de apoio na identificação com as personagens, mesmo que estas vivam experiências que lhe são estranhas. Em 2015, data da publicação do livro-álbum, os jovens leitores portugueses de oito anos (se até tomarmos esta idade da personagem como referência que aconselha a idade certa, sempre discutível, para se ser seu/sua leitor/a) teriam reconhecido estas realidades sempre que na comunicação social se falava do Mediterrâneo, como em 2022 sempre que se fala da Ucrânia.

Logo na primeira página de texto (p. 5) se destacam, entre aspas, cinco palavras que constituem como os “agressores” ou o “desafio” de uma jornada de herói, se nos perspetivarmos, na morfologia do conto, com Propp ou com as propostas básicas de Campbell: ignorância, medo, guerra, prisão e exílio. Resistir a estes “agressores” significa partir, não apenas fugir, e, porque não há paraísos terrestres, implicará mudar os lugares percorridos. É o que acontece a partir de três capítulos de lá que um olhar de mãe descobre, com a magia que só a sabedoria e a experiência dão ao ser humano.

Também acontece, como nos contos tradicionais e nas histórias populares, os heróis terem marcas físicas. Percebemos, logo nesta primeira página de texto, quem serão por isso os heróis: “Os meus pais viviam de testa franzida” (p. 5) e “A ruga na testa do meu pai ficou muito funda e no dia seguinte, de madrugada, partimos.” (p. 5). Ora, também as rugas, aos olhos de uma criança, são sinal da passagem do tempo e do que ela significa em acumular de experiência. Como se nas rugas se escondessem os segredos que também se guardam na memória. E, ao longo da história que se conta deste exílio que é uma fuga à ignorância, ao medo, à guerra e à prisão, as rugas surgem

quando aparecem os problemas e desaparecem quando as respostas são encontradas e as situações melhoram.

Como os textos escritos, lidos visualmente, ligam e relacionam palavras em frases, e frases compoem textos feitos de linhas que nos contam factos, sentimentos e saberes, as rugas dos pais são as linhas com que, na pele, os problemas cosem as vidas dos adultos, tal como os fios das lãs se entrelaçam para fazer as roupas que não apenas aquecem, mas se constituem como sinais sociais e até ideológicos:

Porque a linguagem do vestuário, tal como a linguagem verbal, não serve apenas para transmitir certos significados, mediante certas formas significativas. Serve também para identificar posições ideológicas, segundo os significados transmitidos e as formas significativas que foram escolhidas para transmitir (Eco, 1989, p. 15).

Chegamos ao motivo que permite que o tema do exílio seja desenvolvido em linguagem literária: o *tricot*. Desfazer linhas incómodas e refazer vidas, como quem tricota e assim resolve problemas, é coisa de adultos que aprendem a aplicar os seus conhecimentos para si e, mesmo sendo exilados no lugar de outros, os apliquem para benefícios desses outros, mudando o seu mundo e permitindo que “o Mundo” acerte as voltas com o Tempo certo do progresso e do bem-estar.

Quando a mãe, que “sabia tudo sobre malha” (p. 8), se dá conta de que no país onde se exilaram só havia camisolas de três cores – cinzentas, verdes e cor de laranja – “todas do mesmo feitio, lisas e em ponto de liga” (p. 8); quando a mãe, assistindo ao desfile das crianças a irem para a escola, sussurrou ao pai, “com uma pequenina ruga na testa”, que “*Parecem um exército a marchar nos seus uniformes*” (p. 9); quando, a completar este ritmo ternário, como as cores e os adjetivos

O outono passou e chegou o inverno. Frio, longo e triste. A cidade estava cada dia mais cinzenta. O meu pai andava muito calado e uma ruga profunda voltara-lhe à testa.

Os olhos da minha mãe já não brilhavam como no princípio. Aquela monotonia incomodava-a e muitas vezes a ouvia dizer: *As mesmas cores, sempre as mesmas cores e as mesmas formas...* (p. 11)

Foi quando aconteceu, como uma epifania, a solução e a mãe mete mãos à obra. O episódio, chamemos-lhe assim, resume-se a um parágrafo na página par de uma dupla página (p. 13-14) que convoca elementos visuais constituintes da capa e da contracapa, de que falaremos adiante. É o ponto de viragem da narrativa, o momento em que a palavra “saudades” é convocada, em que, à cor, outros elementos próprios da literatura e cultura para infância – natureza, avós, amigos e gatos – aparecem. Mas tudo tão longe como parece longe o direito à infância daquelas crianças naquele país onde a criança-narradora está exilada com a família. Como se já não fosse suficiente viver da memória que seleciona as boas recordações e fosse preciso, mais do que resistir, mudar. Diz assim,

o texto deste momento de viragem:

Eu também tinha saudades do sol, dos meus amigos, dos avós e dos seus gatos... o que aconteceu à ninhada que nascera na véspera da nossa partida? *Vá deixa-te lá de lamúrias, aqui também nascem gatinhos*, disse a minha mãe para me animar.

Depois fez-me tranças no cabelo, como quem faz festas, e tudo ficou outra vez bem dentro de mim.

Mas eu acho que foi nesse dia, enquanto me fazia tranças no cabelo, que começou a conceber o seu plano ... (p. 12)

Estamos exatamente a meio do livro-álbum: há sete duplas páginas (folhas de guarda incluídas) antes e depois desta (fig.1). A par de uma diferente ocupação de página, que descreveremos a seguir, o ritmo do texto verbal muda para além do lugar da mancha de texto no lugar das páginas: mais rápido, passa do quase ansioso ao quase tom de *suspense*. Depois da trança feita, do gesto de contacto físico e emotivo entre mãe e filha, o trabalho é agora desfazer o que está mal e, com o que fica, e não é nem destruído nem criado como já ensinava Lavoisier, refazer os objetos do mundo, mudando na forma a impressão da cor.

Depois começa a descrição precisa do que é feito – desfazer todas as camisolas e tricotar camisolas com pontos diferentes e misturando as cores. O momento inicial é contado como um retrato de regresso ao princípio do mundo que assim renasce, criando um ambiente acolhedor onde até podemos imaginar que se esperam novos gatinhos que brincarão com aqueles novelos de lã. A mãe:

cortou com a tesoura uma pontinha de fio e começou a puxar: a lã soltou-se da malha, como um filme a andar para trás, e a mãe enrolou-a na mão esquerda até a poder libertar e lhe dar a forma de um novelo redondinho que pôs num cesto (p. 14).

É também nesta segunda parte em que todo o trabalho manual daquela mãe estrangeira acaba por contaminar as outras mães, que o texto se dá melhor à leitura em voz alta, parecendo acompanhar com palavras o ritmo próprio desse trabalho. Repetem-se instruções ou fórmulas de tricotar a entrecortar os parágrafos que falam desse tricotar. Na antepenúltima dupla-página (págs. 23 e 24) parecem reunir-se todas as fórmulas e instruções desse tricotar que trocou as voltas ao mundo cinzento do exílio, caminhado para o final feliz que é o chegar da primavera (a das quatro estações, a de Praga ou a Marcelista?) e a promessa de melhores dias futuros. Diz assim o texto, nessa dupla-página:

Nos domingos seguintes ao seguinte, agulha-vai, agulha-vem, trança-liga-meia-concha-olho-de-perdiz-ponto-de-arroz, a praça encheu-se de agulhas e lã, e mães e pais e muitos meninos. Chegavam devagarinho, de perto e de longe: traziam camisolas, cortavam as pontas, puxavam a lã, faziam novelos,

agulha-vai, agulha-vem, meia-concha-liga-olho-de-perdiz-tranças-ponto-de-arroz, agulha-vai, agulha-vem, agulha-vai, agulha-vem, quadrados-retângulos-riscas-pássaros-flores... agulha-vai, agulha-vem...(p. 23) agulha-vai, agulha-vem... (p. 24)

Linhas que descrevem, quase onomatopeicamente e como pauta musical, o movimento das agulhas e as designações, curiosas e divertidas, dos pontos que a técnica de tecer do *tricot* permite ir fazendo. Ao leitor que faça a leitura em voz alta, esta última sequência obriga, para que a performance seja competente, o conhecimento dos nomes desses “pontos” para que as pausas brevíssimas sejam feitas, na sequência que merece a harmonia certa. É assim que “meia”, “concha”, “liga”, “trança” e “ponto-de-arroz” e “olho-de-perdiz” constituem unidades únicas, apesar dos hífens sempre iguais.

O texto deste livro-álbum confirma-o como um álbum que recorda através da ficção uma parte de vidas reais. A narradora, que coincidirá em muito com a autora, transforma a prosa que evoca e é, à distância, vida em lengalenga que evoca o ritmo da rima: prosa que é vida a tentar rimar. A harmonia das esferas do mundo que ecoa na música da poesia evocada para restabelecer os ritmos da vida que a criança merece, em que a mecânica celeste depende da atitude e do gesto de adultos corajosos.

Corajosos são os que não se conformam com a vida que levam e, mesmo tendo de sair dos lugares cinzentos, aprendem com o percurso, e alteram, para melhor, esses lugares de exílio que também não são perfeitos. Povos que recebem exilados têm, nesta perspectiva, muito a ganhar quando o fazem, tal como a felicidade dos exilados também se constrói com a integração. Esta será a lição que, a ser necessária, hoje se pode dar a ler neste livro-álbum. E é o que também nos permite entender a monotonia cromática e o jogo dos elementos gráficos que enchem e compõem paratextos. É a estas gramáticas que nos dedicaremos agora.

## 2.2 Tricotar é desenhar os traços das voltas do mundo

A capa dura, cartonada, baça e rugosa ao toque, é talvez a primeira impressão de estranheza deste livro-álbum, a que se acrescenta uma escolha de cores mortíferas mesmo que usemos, para as designar, palavras que nos fazem imaginar cores vivas: cor-de-laranja, verde-alface, castanho-escuro, rosa-cor-de-pele-caucasiana. Como já referimos acima, capa e contracapa correspondem quase totalmente à dupla-página central em que se dá um momento importante da narrativa. É o momento em que a mãe faz a trança à filha, matutando na solução para a monotonia com que as únicas cores das camisolas disponíveis impressionam e entristecem a sua vida.

A história entrelaça as vidas de mãe e filha, fazendo-nos concluir que a heroína, ao contrário do que é traço da esmagadora maioria das obras para a infância, é a mãe e não a criança. Tendo **já** lido o epíteto que é o autorretrato da autora do texto, o

peritexto que constitui o posfácio, e passados os olhos por uma das ilustrações (p. 9) percebemos uma data, 1968. Esta corresponde à idade que conhecemos da personagem filha, oito anos, tendo por isso nascido no mesmo ano da autora, e dá-nos a hipótese de percebermos que, na contracapa em baixo, a pequena fotografia na moldura desenhada, pousada numa prateleira que inclui, para além de outros desenhos (um pássaro-bibelot, um perfil de casa e uma planta estilizada), os necessários elementos gráficos editoriais – código de barras e referências ao uso dos materiais ecologicamente responsáveis – será a fotografia da heroína. Previsivelmente, a mesma heroína, retrato da mãe já mais velha, que se encontra a acompanhar, no canto superior esquerdo, o posfácio. (Na dupla-página central que é muito semelhante à capa e contracapa, a mesma moldura apresenta o retrato de uma paisagem e o livro-álbum ganha uma quase interatividade de ecrã, o que não deixa de ser uma piscadela de olho ao leitor-nativo-digital, assunto que não exploramos aqui.)

Vimos até agora os elementos visuais que nos permitem aconchegar alguma informação factual sobre referentes reais mais concretos e que contribuem para o testemunho histórico de que a memória se alimenta. Mas destacaremos ainda outras ilustrações de Yara Kono: as que contextualizam o enredo, ainda que de forma menos ancorada a épocas ou lugares, e permitem assim uma sensação de distopia e, ao mesmo tempo, um desejo de utopia; e as ilustrações-grafitos que acompanham o motivo do tricot, quase como elementos decorativos que, de certa forma, tornam este “lavor” numa metáfora de resistência à monotonia mesmo na sua cadência repetitiva – como os dias que se seguem uns aos outros não precisam de ser sinónimo de monotonia e tristeza -, antes como empresa que se toma em mãos para mudar, mesmo usando o que, guardado na memória, se constitui como tradição.

A primeira ilustração, na página par da primeira mancha de texto verbal (p. 4), representa um carro carregado de malas que atravessa a noite escura, iluminada não apenas pelo luar (ténue apesar da lua cheia), mas pelo que parecem ser holofotes de vigilância: é precisamente quando o texto nos fala de ignorância, medo, guerra, prisão e exílio. Na enorme pilha de malas que se equilibram em cima do tejadilho do carro, uma planta envasada sobre uma mala de criança, no topo, não deixa de nos permitir termos uma nota de esperança. A segunda ilustração é a que complementa a descrição que a personagem-narradora faz da escola - “um edifício de janelas altas, grande e cinzento, igualzinho a uma caixa de sapatos deitada. Ficava no centro do bairro onde vivíamos, um bairro onde todas as casas eram também caixas de sapatos cinzentas, mas verticais.” (p. 8) – e se transforma numa espécie de mapa ou planta de cidade desenhada com traços infantis. Pressente-se o estímulo para que o/a leitor/a pouse o livro e o use como se tal fosse, entrando nesse mapa ou nessa planta de cidade que talvez ainda reconheça em certas zonas da sua própria cidade de hoje. A terceira ilustração, mais estilizada

e a transitar para páginas preenchidas com elementos do tricot, sejam as agulhas, sejam os padrões dos pontos, representa a ida das crianças para a escola: “Seguíamos ordeiramente, quase tão silenciosos como os candeeiros, os baldes do lixo, as paragens de autocarro e as árvores, todos à mesma distância uns dos outros” (p. 10).

Na segunda parte do livro-álbum, com a descoberta da solução contra a monotonia cromática e depois de ilustrações que representam um ambiente caseiro e familiar do trabalho conjunto entre mãe e filha do tricotar das primeiras camisolas (p. 16-17), as duplas páginas veem misturar-se as cores, multiplicarem-se as personagens, com o uso de grafismos que materializam visualmente as linhas tricotadas, os pontos enunciados e repetidos. E descrevendo o convívio entre as crianças e as famílias em espaço público, onde os pássaros parecem multiplicar-se, anunciando a primavera.

Finalmente, e antes de regressarmos à capa e contracapa, devemos realçar a riqueza das folhas de guarda iniciais (p. 2-3), as primeiras que vemos antes de sabermos que o tricot salvará o mundo daquelas personagens no exílio. Se as lermos depois de conhecermos o enredo dado pelo texto verbal, a descodificação de elementos do tricot é óbvia: agulhas de diferentes grossuras, novelos de lã, tudo alinhado e arrumado como se estivessem num expositor. Mas não conhecendo o texto verbal, e colocando-nos no lugar do pré-leitor, estas ilustrações podem evocar o universo agrícola, os sulcos lavrados, árvores ou arbustos vistos de cima.

Esta analogia entre o campo lavrado e o texto poético, em que cada sulco é um verso, ou vice-versa, não pode deixar indiferente quem trabalha nos estudos literários. Acontece o mesmo quando se fala de tessitura textual e se vai buscar a analogia ao mundo têxtil, que também está neste livro-álbum. Recursos estilísticos não inéditos que aqui se vertem no texto icónico, diríamos que quase a provocar a lição de crítica e teoria literárias. Entrelinhas que surgem, intencionalmente ou não, no ato criativo, que a leitura literária descobre, quando analisa o objeto livro, e usa como mais um argumento nas propostas de interpretação. E enquanto objeto, o livro não só desafia a que, momentaneamente, se possa transformar em mapa ou em pauta de lengalenga, como também se lê, na sua manipulação, como um contributo para as teorias da leitura literária que desenvolvemos sempre em exercício da própria leitura.

Quando abrimos este livro na dupla-página central e o pousamos ora com a dupla-página, ora com capa e contracapa, voltadas para cima, e nos colocarmos no lugar do leitor implícito, infantil portanto, em que, mesmo já sabendo ler, tem a atenção muito mais focada no texto icónico, as palavras de título, subtítulo, editora e autoras que cobrem a capa, também aparecem, em parte, na lombada. A lombada separa na capa-contracapa o que é contínuo na dupla-página do meio do livro. É dentro que descobrimos o que se anuncia, até muito eloquentemente, no “embrulho” de um livro, e se os estudos literários nos obrigam a entrar dentro do livro, o estudo do subsistema da LIJ obriga-nos a não deixarmos nem a capa, nem a contracapa fora desse estudo.

Não podemos mesmo é ficar-nos só pela lombada, nem pela capa, mesmo que esta seja muito, até irresistivelmente, apelativa.

### 3 CONCLUSÃO

Talvez este *Com 3 Novelos (o mundo dá muitas voltas)* não seja o livro mais apelativo quando percorremos com os olhos as lombadas de uma estante em que o volume de páginas das obras é tão pequeno quanto são variados os tamanhos e os formatos, e competitivos no apelo das cores usadas, os livros da secção infantojuvenil. Mas, como as camisolas tricotadas pela mãe, é quando “desfazemos” as páginas de um livro para o analisarmos que o reconstruímos encontrando-lhe o seu valor estético para além do óbvio. Valor estético e literário que, por vezes e em vários livros, tanto parece pouco como demasiado exigente e, por isso, deixado pelo mediador adulto “abandonado à nascença” na vontade de criar uma relação com um/a leitor/a inexperiente. Relação que só acontece quando se aprofunda, como quando só depois de se desfazer a sintaxe arrevesada de um poema de Camões, de uma tragédia de Shakespeare ou de um romance de Clarice Lispector percebemos a sua grandeza do gesto pioneiro, único, próprio e com um impacto que não nos deixa indiferente.

À leitura que propusemos a/o mediador/a para o público a que se dirige este livro-álbum, muito condicionada pela pergunta “o que vemos quando lemos?”, que pedimos emprestada ao teórico do design Peter Mendelsund, título de uma obra sua de 2019, que relaciona o texto verbal com texto visual, poderíamos ainda acrescentar leituras que resultam de perspetivas condicionadas pelas diferentes épocas idiossincráticas atravessadas pelos estudos que teorizaram sobre a definição do campo e da crítica literários. Este é um exercício que quem estuda literaturas aprende a fazer inclusivamente para perceber que a literatura é definível, mas indefinida (MARTINS, 2021), e que o que cada vez mais nos importe, no nosso contexto social contemporâneo, quer de consumo, quer de conhecimento, é que se leia literatura e se responda, com propriedade, detalhe e espírito crítico, à questão: isto é literatura? (EAGLETON, 2013; MARTINS, 2021).

Não resisto, pois, a fechar o texto sem imaginar, em cena multimodal, dois exercícios completamente diferentes, que evocam saberes próprios, exigentes cada um à sua dimensão: a dimensão hierarquicamente superior do reconhecimento da cultura clássica que resiste viva na receção de objetos culturais que talvez uma elite erudita considere menores; e a dimensão da cultura do espetáculo que invadiu nos anos 1990 as bibliotecas em que se fazia animação de leitura para públicos infantis, rapidamente banalizada e descuidada por quem esquecia que o que importava não era o espetáculo performativo, mas o livro e o estímulo da leitura nos mais novos e respetivas famílias.

É assim que, em leitura encenada, imagino as três Parcas, cada uma segurando cada novelo desta história transformando-o num só, a tecerem a vida daquela família

de quem se conta a vida longe de tudo o que conhecia – que é o que acontece quando saímos do nosso lugar e quando vamos ganhando tempo ao futuro. Como numa alegoria, com um novelo feito de três as Parcas urdiam a história daqueles destinos.

Mas, resistindo à história universal que ordena o caos das incertezas por nós, faz-se da mãe a personagem que tira cada novelo das mãos de cada uma das vontades que não é a sua e os entrelaça, resistindo também contra a memória impregnada de histórias em que **são** outros seres superiores a urdir a nossa história. Com a mãe, triste no meio do feio, que desfaz e refaz camisolas com os mesmos três novelos apenas, a exercer o livre-arbítrio, o gesto serve de exemplo do belo que melhora a existência, e que podemos cultivar, e permite-se que as personagens, como as pessoas que leem este livro-álbum, cheguem mais próximo da liberdade que ainda não é plena.

Esta “leitura encenada” não pretende ser uma sugestão de atividade pedagógica a fazer-se em biblioteca, é antes um exercício académico com duplo destinatário e objetivo: o que servirá aos estudos literários como argumento da centralidade e importância da LIJ, em todos os domínios do livro e das leituras (do livro, mas não só); e a/o bibliotecário/a em formação inicial, ou atualização profissional, que no seu trabalho quotidiano de resistência em relação aos múltiplos objetos e práticas culturais oferecidos aos potenciais frequentadores de uma biblioteca, não apenas cuidam e servem esses frequentadores, como reanimam o acervo que guardam e valorizam. Memória e resistência alinham-se nas estantes de uma biblioteca, mas não se julgue que se arrumam e cabem em fichas de catálogos bibliográficos, ou nas lombadas dos livros.

## REFERÊNCIAS

CAMPBELL, Joseph. **The Hero with a Thousand Faces**. New York: Pantheon Books, 2008.

CRISTINA, Henriqueta; KONO, Yara. **Com 3 Novelos: o mundo dá muitas voltas**. Carcavelos: Planeta Tangerina, 2015.

EAGLETON, Terry. **Como Ler Literatura**. Lisboa: Edições 70, 2021.

ECO, Umberto. O hábito fala pelo monge. *In: Psicologia do Vestir*. 3. ed. Lisboa: Assírio e Alvim. 1989.

EVEN-ZOHAR, Itamar. Polysystem Theory. **Poetics Today**, Duke University Press, v. 1, n. 1/2, Special Issue: Literature, Interpretation, Communication, p. 287-310, 1979.

GENETTE, Gerard. **Seuils**. Paris: Seuil, 1987.

HOUDART, Violaine. Accès au plaisir ou accès au sens? **Cahiers Pédagogiques**, Paris, n. 341, fev. 1996.

MARTINS, Manuel Frias. **A lágrima de Ulisses**. Porto: Editora Exclamação, 2021.

MENDELSUND, Peter. **O que vemos quando lemos**. Amadora: Elsinore, 2019.

PROPP, Vladimir. **Morphologie du Conte**. Paris: Sueil, 2015.

VAN DER LINDEN, Sophie. **Lire l'Album**. Le Puy-en-Velay: L'atelier du poisson soluble, 2006.

VELOSO, Rui Marques. A Leitura Literária, Educação e leitura. *In: Actas do Seminário, Esposende, C.M. Esposende Biblioteca Municipal Manuel de Boaventura*, p. 23-29, 2006.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, Recepção, Leitura**. Tradução Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Cosac & Naify, 1990.

**Recebido/ Received: 25/07/2022**

**Aceito/ Accepted: 08/08/2022**

**Publicado/ Published: 30/08/2022**

---

**A MEDIAÇÃO INFORMATIVA EM AMBIENTES DE (CIBER)CULTURA E (IN)  
FORMAÇÃO: ESTUDO EXPLORATÓRIO NO CAMPO DA INFORMAÇÃO,  
EDUCAÇÃO E CULTURA**

*THE INFORMATION MEDIATION IN ENVIRONMENTS OF (CYBER)CULTURE AND  
(INFORMATION)EDUCATION: EXPLORATORY STUDY IN THE FIELD OF INFORMATION,  
EDUCATION AND CULTURE*

---

**Meri Nadia Marques Gerlin**

Professora do Departamento de Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestra em Educação e bacharel em Biblioteconomia pela UFES. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4292-2559>  
E-mail: [meri.gerlin@ufes.br](mailto:meri.gerlin@ufes.br)

**RESUMO**

Eleito como marco teórico o que fora produzido por Kevin McGarry, Pierry Lévy e Paulo Freire, objetiva-se colocar em análise a contribuição da mediação informativa no espaço virtual (ciberespaço) na sociedade contemporânea. Para alcançar tal intento, recorre-se a um estudo exploratório e a uma pesquisa bibliográfica desenvolvida no âmbito da Ciência da Informação, Educação e Política (Ciber) Cultural. Como resultado são identificadas teorias como as que foram produzidas por Oswaldo Almeida Júnior e Teixeira Coelho Netto, auxiliando no entendimento de que a mediação deve alcançar sujeitos de diferentes culturas atendidos ou não em ambientes de informação e produção de conhecimento. O conceito de mediação da informação se fortalece perante a intervenção em espaços presenciais comunitários, escolas, bibliotecas e universidades auxiliando bibliotecários e outros profissionais dispostos a desenvolverem ações culturais, políticas, educativas e transformadoras. Esse tipo de atuação informativa e cultural solicitada também no ciberespaço, acaba requerendo o entendimento de que há em torno da prática de mediação um processo de conceituação reflexivo e em constante constituição.

**Palavras-chave:** Mediação da Informação. Cibercultura e Ciberespaço. Ciência da Informação e Biblioteconomia. Políticas Culturais e Educativas.

**ABSTRACTS**

Elected as a theoretical framework what had been produced by Kevin McGarry, Pierry Lévy and Paulo Freire, the objective is to analyze the contribution of information mediation in virtual space (cyberspace) in contemporary society. To achieve this goal, an exploratory study and a bibliographic research developed in the scope of Information Science, Education and (Cyber)Cultural Policy are used. As a result, theories such as those produced by Oswaldo Almeida Júnior and Teixeira Coelho Netto are identified, helping to understand that mediation must reach subjects from different cultures, whether or not attended in environments of information and knowledge production. The concept of information mediation is strengthened in the face of intervention in face-to-face community spaces, schools, libraries and universities, helping librarians and other professionals willing to develop cultural, political, educational and transformative actions. This type of informative and cultural action, also requested in cyberspace, ends up requiring the understanding that there is a reflexive conceptualization process around the practice of mediation that is constantly being constituted.

**Keywords:** Information Mediation. Cyberculture and Cyberspace. Information Science and Librarianship. Cultural and Educational Policies.

## 1 INTRODUÇÃO

Estamos vivenciando a era da informação ou, como também é denominada, a era digital<sup>1</sup> e, nos encontramos submersos no discurso sobre a importância dela, pouco degustando a criação de um novo ambiente no qual como sujeitos e usuários ativos passamos a ser mais reprodutores do que produtores de informação. Se utilizamos com maior intensidade canais de disseminação e recuperação da informação com a criação do ciberespaço (espaço virtual)? Decerto que sim. Porém, para refletir sobre o nosso lugar nesse ambiente de informação, educação e (ciber)cultura, convém considerarmos as características e os reais benefícios ocasionados pela intensificação do uso das novas tecnologias que resultaram no fortalecimento desse espaço cultural constituído por estruturas de comunicação e difusão de conteúdos informativos.

A descrição profética sobre a constituição da era digital é resultado da análise da intensificação do uso das novas tecnologias no final do século XX e, hoje verificamos, que com o ciberespaço, até então delineado pela capacidade de armazenamento e ampla difusão de conteúdos informativos de “muitos para muitos”, acaba-se constituindo estruturas de colaboração (redes) distribuídas mesmo que para muitos ainda não seja essa a realidade. Nas redes digitais, com essas características, as estruturas de poder, em tese, são descentralizadas, porém, vários são os aspectos que devem ser considerados sem o temor de incorreremos no maniqueísmo investigativo que pode nos direcionar à constatação inflexível de pontos de vistas teóricos demarcados entre o lado bom e os malefícios dos avanços até então alcançados.

O ciberespaço é estruturado por um universo de sistemas de informação, armazenamento de conteúdos e ferramentas de distribuição de mensagens e informações advindas de contextos econômicos, educativos, culturais materiais e imateriais, sendo um ambiente de compartilhamento de uma variedade de produtos e serviços informativos produzidos e, ao mesmo tempo, consumidos por seres humanos que habitam esse espaço que de fato não é apenas constituído pelos equipamentos de conexão em redes digitais (CASTELLS, 2003; LÉVY, 1998).

Assim sendo, o ciberespaço é identificado por Lévy (1999; 2003) como um ambiente de aprendizagem coletiva explorado mundialmente, com maior ou menor intensidade, com o auxílio das novas tecnologias de informação e comunicação e, nele, segundo aponta Castells (2003, p. 115), é constituída “[...] uma ágora eletrônica global em que a diversidade da divergência humana explode numa cacofonia de sotaques” que atestam a reunião de variadas culturas.

---

<sup>1</sup> A era da informação, ou era digital, recebe essas denominações por conta da intensificação do acesso às tecnologias de informação e comunicação no final do século XX, contribuindo, desde então, com o crescimento da conexão em redes digitais e, em tese, com a democratização do acesso à informação (CASTELLS, 2003; LE COADIC, 2004; LÉVY, 1999).

O fenômeno da ampliação do uso das novas tecnologias, acompanhado do crescimento dos fluxos de informação na sociedade contemporânea, desperta para o fato de que no espaço virtual nos vemos como sujeito de direito às inovações tecnológicas nos campos da informação e da comunicação. Essa premissa não é garantidora da oportunidade de acesso às tecnologias e aos diversos canais de comunicação e disseminação da informação, devido barreiras tecnológicas, econômicas e ideológicas. Ainda há, o fato de que muitos de nós carecem de habilidades e competências para a apropriação e a produção da informação no ambiente de universalização do conhecimento e das oportunidades trazidas com a Internet (rede mundial de computadores).

A oportunidade da exploração do espaço virtual perpassa o uso dos equipamentos eletrônicos, o acesso às redes digitais e a aquisição de habilidades para saber buscar, recuperar e usar a informação. Portanto, é comum entendê-lo como ambiente de aprendizagem que contribui para a criação de um mundo conectado por estruturas de colaboração demandando, igualmente, da socialização humana e de recursos para que a prometida inclusão digital de “todos” possa de fato acontecer.

A Ciência da Informação que se dedica ao estudo dos registros, armazenamento, acesso e recuperação da informação no espaço híbrido (presencial e virtual), nos permite compreender os meandros da pesquisa e a prática profissional que acompanha a expansão dos meios de comunicação de informações para a sociedade. A Biblioteconomia junto com essa ciência precisa repensar as limitações dos sujeitos contemporâneos em termos de comunicação e acesso dos conteúdos disponibilizados no ciberespaço, já que “A informação deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma, senão permanecerá amorfa e inutilizável” (McGARRY, 1999, p. 11) requerendo que usuários e produtores busquem e recuperem informações autonomamente ou com o auxílio dos profissionais da informação.

Com base na teoria de McGarry (1999) podemos explorar o fato de que bibliotecários, especialistas e cientistas da informação trabalham com o termo “informação” para, de certa forma, “designar” temas e assuntos contidos em documentos textuais e outros itens informativos, como as obras de artes, os artefatos, as imagens e os conteúdos sonoros disponibilizados em unidades de informação. A teoria produzida por esse autor é importante para compreendermos, especialmente, a temática da cibercultura (cultura da conexão das redes digitais) decorrente da internet. O ciberespaço abarca as culturas constituídas pelos seres humanos compreendendo conhecimentos, crenças, habilidades, costumes, dentre outras características culturais que indicam o que será preservado e recuperado em bibliotecas, arquivos e museus digitais.

Num ambiente cultural que deve ser alimentado pelo ciclo de produção da informação confiável e pela intensificação do uso de variadas tecnologias (novas e tradicionais) os meios de comunicação passam por um momento de hibridização tecnológica, culminando numa estrutura que possibilita a interatividade informativa

e comunicacional alimentada pelas mídias digitais (conteúdos e dispositivos de comunicação na internet). Para tanto, a iniciativa privada e pública, as organizações e instituições corporativas, comunitárias, sociais e informativas devem prever em suas políticas estratégias para a identificação de conteúdo produzido com a intenção de desinformar (ação contrária ao ato de informar), uma vez que essa é uma problemática pulsante na atualidade solicitando práticas informativas direcionadas para a mediação da informação no ciberespaço.

O conceito de mediação informativa se fortalece perante a urgência de intervenção em espaços presenciais comunitários, escolas, bibliotecas e universidades auxiliando bibliotecários e outros promotores de ações políticas, educativas e transformadoras. Ambientes nos quais a leitura de mundo, comumente referenciada com o aporte da teoria de Paulo Freire (1996), se torna importante para a identificação de questões de relevância social dos espaços de informação, memória e cultura em que o processo de intermediação se faz necessário.

Almeida Júnior (2009; 2015) nos permite conceber que a mediação da informação deve ser considerada como um objeto validado pela Ciência da Informação, ao entendê-la como ação de interferência realizada pelo profissional da informação em bibliotecas, estando, desse modo, esse profissional envolvido numa relação dialógica com a sociedade. Quando vista deste ângulo, a mediação implica na elaboração de ações políticas para que o usuário possa assumir a função não apenas de consumidor da informação, mas também de produtor de conteúdos informativos e culturais (COELHO NETTO, 1989; 2012).

A mediação da informação acontece na maioria das vezes com limitações no que se refere ao atendimento virtual. Esse tipo de atuação informativa e cultural também é solicitada no ciberespaço requerendo o entendimento de que há em torno da prática de mediação um processo de conceituação em constituição, podendo ser analisado pelo viés da Educação e Política (Ciber)Cultural.

Os registros de estudos e práticas transformadoras (práxis) sobre a mediação geralmente se direcionam aos espaços presenciais das bibliotecas e outros espaços de informação (ALMEIDA JUNIOR, 2009; ALMEIDA JUNIOR; SANTOS NETTO, 2014; LIMA; PERROTTI, 2016), PERROTTI, 2016), nos permitindo questionar o motivo de não ampliarmos o alcance das nossas pesquisas e práticas para aqueles que navegam em ambientes de colaboração virtuais, influenciando os que, em sua maioria, buscam e recuperam informação nos espaços presenciais.

Essa questão insurgente conduz ao objetivo de colocar em análise a contribuição da mediação da informação no espaço virtual (ciberespaço) na sociedade contemporânea. Para tal intento, recorre-se a um estudo exploratório e a uma pesquisa bibliográfica desenvolvida em livros e revistas científicas recuperadas em base de dados da Ciência da Informação, Educação e Política (Ciber)Cultural.

## 2 A CULTURA DO (CIBER)ESPAÇO

O conceito de cultura se relaciona com uma diversidade de aspectos sociais e informacionais reunindo diferenças e singularidades de uma infinidade de grupos, povos e nações. Portanto, não se pode pensar em colocar em análise aspectos culturais de grupos sociais mais informados ou menos informados, mas sim realizar estudos que possam considerar aspectos sociais identificados em dimensões diferenciadas.

Contribuindo com o resgate da cultura de vários povos por meio de registros produzidos e compartilhados em redes digitais, a mesma cultura, constituída material e imaterialmente, distingue à humanidade das outras espécies de animais e possibilita que um conjunto de manifestações culturais sejam mapeadas, entendidas, registradas, preservadas e disseminadas, por meio da linguagem: da mitologia, da oralidade e das tradições, das disciplinas, das instituições e das normas (re)estruturadas cotidianamente.

A cultura é constituída por seres organizados em grupos sociais conectados em redes híbridas, contribuindo para que conhecimentos sejam produzidos e informações de aspectos (materiais e imateriais) sejam identificados por variadas áreas e campos do saber: agricultura; arte; arquitetura; artesanato; astrologia; ciência; direito; economia; educação; esporte; gastronomia; geografia; história; literatura; política; religião; tecnologia; transporte; dentre outras(os).

McGarry (1999) nos conduz à percepção das diferentes formas de culturas constituídas por seres dotados de inteligência comunicativa que, desde os primórdios, organizam e registram os modos de vida em grupos sociais. Por meio de sistemas de signos e símbolos, transmitidos e preservados por gerações, a humanidade fornece uma matriz de regras pelas quais as linguagens, verbais e não verbais, representem a informação e caracterize a cultura como possuidora de sistemas éticos, morais, artísticos, entre outros constitutivos de padrões provenientes da organização coletiva.

Assim, “cultura” incluiria crenças, habilidades, artes, moral, costumes e qualquer outra aptidão física ou intelectual adquirida por seres humanos como membros da sociedade. Em sentido amplo, a cultura incluiria também as várias entidades e instituições criadas para colocar o precedente em prática (MCGARRY, 1999, p. 62).

Por meio da memória cultural preservam e transmitem, através dos tempos, informações constitutivas de conhecimentos (saberes) e habilidades (fazeres) adquiridas no próprio meio social. “Ao contrário dos animais, nascemos dentro de estruturas de aprendizado e comportamento que preexistiram a nós, e as utilizamos para delas extrair informações sobre o mundo e o lugar que nele ocupamos” (MCGARRY, 1999, p. 63).

Os produtos e serviços disponibilizados pelos espaços de memória (bibliotecas, arquivos, museus, escolas, universidades, ciberespaço etc.) procuram garantir o acesso

à informação registrada, todavia, é necessário questionar a forma com que as relações culturais e educativas possibilitam a transmissão da informação.

O registro oral, textual e imagético possibilita aprender a preservar e comunicar informações relacionadas com a cultura durante séculos, utilizando, para isso, as paredes das cavernas, as tábuas de argila e madeira, o couro, o papiro e o papel confeccionado pela celulose. Com a invenção da imprensa aspectos materiais e imateriais da cultura da humanidade nos séculos passados, puderam não apenas, ser registrados e preservados com maior facilidade, mas também, comunicados por meio da impressão dos livros e dos jornais.

Na atualidade, contamos com outros tipos de suportes informacionais e meios de comunicação (televisão, rádio, página *Web*, *blog*, etc.) que são largamente disponibilizados e, inclusive, tendo para isso o auxílio das redes sociais, momento no qual nos sentimos parte do contexto histórico da evolução dos registros do conhecimento que acompanham a evolução da humanidade. O pertencimento a essa era é responsável pela mudança e pela aprendizagem coletiva, motivo pelo qual deve se estender para todos os sujeitos que estão à margem da inclusão digital.

Lévy (1998) se refere ao contexto de interconexão, fortalecido no final do século passado, como uma conexão cultural planetária em constante processo de (re)construção, o que requer repensar como são estabelecidas na atualidade as relações culturais tanto quanto as dimensões ciberculturais. Assim como a cultura constitui o meio ambiente, em que o humano habitou e modificou durante séculos, a cibercultura “[...] específica [...] na contemporaneidade] o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 1999, p. 16).

O ciberespaço, ao contrário, permite não apenas uma comunicação “um para um” e “um para muitos” mas também do tipo “muitos para muitos” e a articulação em tempo real entre os três modos, o que incentiva a inteligência coletiva. Essas novas possibilidades já são usadas em larga escala para fins científicos, comerciais, políticos e artísticos, entre outros (LÉVY, 2000, p. 65).

O ciberespaço passa a ser constituído por uma infraestrutura material (equipamentos eletrônicos) e imaterial (conexão em redes) em termos de comunicação digital segundo aponta Lévy (1999), possibilitando que usuários, produtores e profissionais da informação compartilhem conteúdos em tempo real de maneira síncrona por meio de videoconferências e chamadas instantâneas de voz e vídeo ou, ainda, por meio da modalidade assíncrona, ao se utilizar de e-mails; mensagens de textos e voz; entre outros.

McGarry (1999) nos permite expor, porém, não sem antes refletir que, a cultura e a comunicação da informação encontram-se inteiramente interligadas, sendo a linguagem o veículo fundamental da comunicação humana ao possibilitar aos indivíduos e grupos

sociais envolvimento em constantes e mutantes processos de transmissão, apropriação de informações e intercambiamento de experiências.

Com base nos estudos realizados por Lévy e McGarry, a linguagem pode ser entendida como uma importante ferramenta de comunicação e, no momento atual de crise política, sanitária e econômica, mais do que nunca necessária para essa interconexão em escala regional e, mundialmente situada, em um novo espaço tempo estruturado sem hierarquizações em termos de possibilidades do rompimento com as estruturas de poder que impedem a disseminação da informação. Em tese, o que antes poderia parecer uma utopia se torna uma possibilidade, já que o ciberespaço promete abrigar “[...] todas as grandes cidades do planeta [que] são como os diferentes bairros de uma só megalópole virtual” (LÉVY, 1998, p. 39).

A inclusão digital, responsável por promover a navegação no ciberespaço, foi prevista com grande intensidade no século passado, e pouco a pouco foi sendo confirmada nas duas primeiras décadas do século XXI. Perante o fortalecimento do uso de equipamentos como aparelhos de telefones móveis e computadores que, permitem um estar conectado em redes digitais, mesmo quando não necessitamos estar conectados, é possível colocar, mas sem afirmar em sua totalidade, que o ciberespaço “[...] acompanha e acelera uma virtualização geral da economia e da sociedade. [...] Dos territórios, pulamos para a nascente, em direção às redes móveis que os valorizam e os desenham” (LÉVY, 1998, p. 49).

Dada a realidade que presenciamos em termos da capacidade de disseminação da informação e produção do conhecimento tácito e explícito que se efetivam, a sociedade conectada por redes de comunicação, torna-se uma realidade de fato, observando-se, porém, um retorno aos processos que os produzem para colocar em questão a cultura do ciberespaço. O ciberespaço, abriga humanos que, devem aprender coletivamente (inteligência coletiva) a utilizar equipamentos eletrônicos, a se conectar em redes digitais e a conviver com a inteligência artificial.

Quanto mais os processos de inteligência coletiva se desenvolvem o que pressupõe, obviamente, o questionamento de diversos poderes -, melhor é a apropriação, por indivíduos e grupos, das alterações técnicas, e menores são os efeitos de exclusão ou de destruição humana resultantes da aceleração do movimento tecnossocial (LÉVY, 2000, p. 261).

Da criticidade colaborativa, surge a inteligência coletiva, responsável pelo questionamento das estruturas de poder das redes sociais, em face da exclusão social e do desrespeito das diferenças culturais. O acesso à informação, requer tecnologias de conexão responsáveis pela inclusão no espaço virtual, e, não o contrário. Entretanto, numa rapidez jamais pensada, processos de subjetividades de comunidades inteiras são desconsiderados, novos e novos modelos de competências técnicas são requeridos e equipamentos eletrônicos são atualizados com novas funções. Os sujeitos são

atualizados como os *smartphones* com suas novas funções, já que cada vez um número maior de informações e condutas sociais são injetadas para que se possa estar conectado.

Os dispositivos móveis representados na atualidade pelos celulares multifuncionais de última geração facilitam a conexão em redes e iniciam um novo ciclo em termos de produção de conhecimento. A conexão acessível em qualquer espaço tempo (híbrido<sup>2</sup> ou virtual) tende a ampliar à esfera de comunicação de muitos para muitos. As estruturas de comunicação distribuídas que a *Web 2.0*<sup>3</sup> proporciona e a Internet com sua rede mundial de computadores, expande-se em maior medida do que a ampliação das possibilidades de aprendizagem coletiva. O tipo de aprendizagem requerida no espaço virtual, se dá no coletivo, configurando-se como um importante recurso para que a adaptação também aconteça no modelo de conexão em termos de aperfeiçoamento das estruturas de comunicações possibilitadas pelas novas tecnologias, e não o contrário. Nesse sentido Lévy argumentou:

Um computador e uma conexão telefônica dão acesso a quase todas as informações do mundo, imediatamente ou recorrendo a redes de pessoas capazes de remeter a informação desejada. Essa presença virtual do todo em qualquer ponto encontra, talvez, o seu paralelo físico no fato de que um edifício qualquer de uma cidade grande contém elementos materiais vindos de todas as partes do mundo, concentrando conhecimentos, competências, processos de cooperação, uma inteligência coletiva acumulada ao longo dos séculos, com a participação, de alguma maneira, dos mais diversos povos (LÉVY, 1998, p. 110).

De fato, as novas ferramentas tecnológicas ampliam o registro e o acesso da informação armazenada em diversos tipos de suportes por meio da oralidade, escrita, eletrônica e, na atualidade, da tecnologia digital. Por conseguinte, o armazenamento da informação cultural de variados grupos sociais, registrada da parede da caverna à tela do computador, requerendo o reconhecimento da inteligência coletiva caracterizada por um ser humano que necessita coletivamente aumentar a capacidade de registro da memória e, com isso, investir na criação de serviços e produtos disponibilizados pela ciência e tecnologia.

Os processos de (in)formações no ciberespaço valorizam o aprendizado ao exercitar a inteligência coletiva, demandando a apropriação significativa da linguagem escrita, sonora e imagética que ocasiona na informação confiável que abriga o conhecimento produzido pela humanidade. Para isso, é necessário que se preserve a capacidade de trabalhar em um coletivo

<sup>2</sup> A expressão espaço tempo representa diversas estruturas de interações em ambientes de informação, educação e cultura, considerando as dimensões da vida social resignificadas pelo uso das novas tecnologias na sociedade da informação e do conhecimento.

<sup>3</sup> Por meio da flexibilização e a democratização dos recursos de produção, uso e comunicação da informação a *Web 2.0* possibilita aos sujeitos contemporâneos um ambiente de maior interação na internet, exigindo o desenvolvimento de competências que ocasionem na intensificação dos processos de conexão e ações colaborativas.

compondo variadas e fundamentadas estruturas de comunicação e de compartilhamento de informações.

O termo **coletivo** não se aplica apenas para a ligação entre mentes reais que se comunicam pela fala, mas também à comunicação entre mentes mortas, vivas e aquelas (virtuais) que virão. Aqui, o aprendizado se encontra na escala da humanidade e este aprendizado se funde com a evolução cultural (LÉVY, 2000, p. 61, grifo do autor).

Com a contribuição da memória individual atravessada pela memória coletiva e com os registros possibilitados viabilizados pela memória social (HALBWACHS, 2013), surgiram e ainda surgem novas formas de evolução cultural por meio do registro da informação produzida pela oralidade por gerações passadas e, na atualidade, por meio das novas tecnologias. Na memória coletiva, reside um contexto de variadas histórias, fatos, notícias e acontecimentos, cada vez mais acessíveis ao pesquisador, cientista e profissional da Ciência da Informação devido ao uso das tecnologias de escrita, informação e comunicação.

McGarry (1999, p. 4) permite identificar aspectos inter-relacionados com a cultura e com a informação que, na atualidade, se alimentam das linguagens das novas tecnologias. Em decorrência do exposto, dá visibilidade há uma variação nos atributos da informação considerada: como quase um sinônimo de um fato; um reforço ao que já se conhece; “a liberdade de escolha ao selecionar uma mensagem”; a matéria da qual se extrai o conhecimento; “aquilo que é permutado com o mundo exterior e não apenas recebido passivamente”; definida com base nos efeitos que ocasiona em um receptor (que também é emissor da informação) e “algo que reduz a incerteza em determinada situação”.

Nesse sentido, a linguagem humana funciona como um sistema de ordenação ao armazenar a memória e refletir a personalidade do indivíduo e os valores culturais de uma sociedade, possibilitando a criação e a transmissão da cultura. Garante a sua continuidade por meio da produção de conhecimentos e da transmissão da informação, considerando o tipo de relação que o sujeito estabelece com a informação em suas redes de relacionamentos. Destaca-se a importância da criação de espaços de inclusão digital que possam viabilizar o acesso à informação confiável, assim como nas redes sociais e em espaços híbridos de informação, educação e cultura como arquivos, bibliotecas, escolas, espaços comunitários, museus e universidades.

Em vista de que os suportes de informação armazenam conteúdos com base em variadas linguagens, a meta dos sistemas de recuperação no ciberespaço culmina na satisfação da necessidade de informação do usuário, demandando um relacionamento entre as máquinas e os humanos motivados por fatores internos e externos (cognitivos, culturais, motivacionais, sociais, etc.). A linguagem é ressignificada no ciberespaço ao transmitir “[...] um conhecimento inscrito (gravado) [...], oral ou audiovisual” (LE

COADIC, 1996, p. 5), sendo ainda utilizada como uma ferramenta cultural e movida pela emotividade e convicções ideológicas que pode conduzir ao acesso à informação ou desinformação (notícia falsa, informação deturpada, boatos, etc.).

Então, os meios de comunicação e mídias digitais como a Internet, a televisão e o jornal contribuem para o fortalecimento da sociedade da desinformação conduzindo à insegurança por parte dos consumidores de informação disseminada por esses veículos. Percebe, com isso, que a conexão no ciberespaço desde o fortalecimento o fortalecimento do uso das novas tecnologias que facilitam que a informação seja disseminada pelos ambientes de informação, educação e cultura como as bibliotecas, as escolas e os espaços comunitários.

Essa nova estrutura de organização de comunicação social descentralizada é uma potente ferramenta de conexão, disseminação da informação e organização do conhecimento humano, por meio da apropriação das novas mídias digitais que ganham força em várias camadas da sociedade e organizações públicas e privadas. As redes sociais apresentam uma certa flexibilidade e adaptabilidade em processos de comunicação distribuída, no momento em que as redes digitais permitem ao sujeito contar com inovações tecnológicas que impulsionam a difusão da informação de muitos para muitos em escala global (CASTELLS, 2003; UGARTE, 2008).

Devido aos avanços em termos de uso e acesso à informação proporcionados pela *Web*, ambiente de rede da Internet, os usuários da informação podem criar páginas *Web*, *blogs*, canais no *Youtube*, grupos de *WhatsApp* e *Facebook*, dentre outros ambientes de geração de conteúdos, divulgação do trabalho e comunicação da informação. As novas tecnologias viabilizam a difusão dialógica da comunicação de muitos para muitos (identificada como um ideal de estrutura de comunicação), porém o contrário também pode acontecer mesmo com a expansão do uso das tecnologias de escrita, informação e comunicação: a centralização, a estagnação, a desinformação, o isolamento e sentimento de um não pertencimento a essa sociedade que gera grandes expectativas em termos de produção, uso e comunicação da informação.

A paisagem desenhada pela revolução das comunicações e que culmina na criação do ciberespaço pode ser observada como um meio de comunicação aberto em constituição, sendo fortalecido pela interconexão mundial de computadores (Internet) e por um “[...] dispositivo de comunicação qualitativamente original que se deve bem distinguir das outras formas de comunicação [...]” (LÉVY, 1998, p. 43). Diferente da imprensa, televisão e outras invenções que fortaleceram as mídias tradicionais que transmitem informação de “um para todos”, a Internet se configura como um meio de comunicação que com a *Web (World Wide Web)* possibilita que os fatos, as notícias e as informações sejam disponibilizadas de “todos para todos” nas redes sociais.

Enfim, um sistema de interconexão e de pesquisa de documentos como a *World Wide Web* tem a capacidade de transformar a Internet em um hiper-

texto gigante, independente da localização física dos arquivos de computador. Na *Web*, cada elemento de informação contém ponteiros, ou links, que podem ser seguidos para acessar outros documentos sobre assuntos relacionados. A *Web* também permite o acesso por palavras-chave a documentos dispersos em centenas de computadores dispersos através do mundo, como se esses documentos fizessem parte do mesmo banco de dados ou do mesmo disco rígido (LÉVY, 2000, p. 108).

A *Web* se constitui como uma ferramenta da Internet que reúne em um “único e imenso hipertexto” conteúdos imagéticos, sonoros e textuais (multimodais) que com a *Web* 2.0 podem facilmente ser produzidos e recuperados por usuários de informação. O “Hipertexto é um texto em formato digital, reconfigurável e fluido. Ele é composto por blocos elementares ligados por links que podem ser explorados em tempo real na tela” (LÉVY, 1999, p. 24). A humanidade, portanto, se vê fazendo parte de uma comunidade virtual por meio de computadores interconectados devido aos avanços das novas tecnologias.

Aquilo que identificamos, de forma grosseira, como **novas tecnologias** recobre na verdade a atividade multiforme de grupos humanos, um devir coletivo complexo que se cristaliza sobretudo em volta de objetos materiais, de programas de computador e de dispositivos de comunicação. É o processo social em toda sua opacidade, é a atividade dos outros, que retorna para o indivíduo sob a máscara estrangeira, inumana, da técnica. Quando os **impactos** são negativos, seria preciso na verdade incriminar a organização do trabalho ou as relações de dominação, ou ainda a indeslindável complexidade dos fenômenos sociais (LÉVY, 1999, p. 25, grifos do autor).

Não havendo mais fronteiras que se configurem como obstáculos para o processo de disseminação dos conteúdos disponibilizados pela internet e pela *Web*, a informação passa a se constituir como um “elemento de sentido”, um “[...] significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal” (LE COADIC, 2004, p. 5). Desse modo, os suportes tradicionais como o jornal, a revista e o livro que disponibilizavam dados impressos passam a armazenar informações textuais, sonoras, imagéticos e outras linguagens multimodais e as plataformas digitais são entendidas como ambientes de mediação autônoma constituídas por tecnologia de informação e comunicação, nas quais a memória social encontra-se armazenada.

Os sujeitos se constituem por meio da memória individual e coletiva, que culmina na memória social, necessitando ser mediadores e contato com mediadores externos que privilegiem as reminiscências capazes de contemplar o conhecimento de mundo. “Os mediadores, estabelecendo comunicação entre grupos e categorias sociais distintos, são, muitas vezes, agente de transformação” (VELHO, 2001, p. 27). Os mediadores devem, portanto, ser considerados como responsáveis por fazer transitar as informações numa sociedade excludente, em que há fronteiras que devem ser atravessadas para o acesso irrestrito à informação e às redes de comunicação.

### **3 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO (CIBER)ESPAÇO**

A mediação da informação em espaços híbridos está relacionada com a práxis no âmbito da Biblioteconomia ao compreender saberes (conhecimentos) e fazeres (habilidades) do profissional da informação (mediador). A práxis é considerada como a junção da teoria e da prática transformadora, capaz de mediar a ação libertadora e humanista do sujeito no meio social em que vive. “Para os seres humanos, como seres da práxis, transformar o mundo, processo em que se transforma também, significa impregná-lo de sua presença criadora, deixando nele as marcas de seu trabalho” (FREIRE, 1981, p. 55). Convém, portanto, definir a mediação da informação, seja ela implícita ou explícita, como:

é toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (ALMEIDA JÚNIOR, p.25, 2015).

Por meio da “mediação implícita” o bibliotecário e outros profissionais da informação realizam o trabalho de gestão, organização e tratamento da informação, entre outras demandas das bibliotecas e outros ambientes de informação, ou mesmo, por meio da realização de estudos e produção de discursos no momento de seus planejamentos, mesmo que não tenham uma aplicação efetiva momentânea ou que se apresentem inicialmente sem embasamento para a resolução das problemáticas. No campo dessa mediação no ciberespaço, podemos citar o processo de indexação, armazenamento e planejamentos de processos de busca para repositórios e catálogos das bibliotecas universitárias.

Como “mediação explícita” que se dedica efetivamente ao atendimento do usuário considera-se o processo intervenções entre humano-humano e humano-computador e, desse modo, o processo de mediação, presencial ou virtual, pode ocorrer por meio do uso de sistemas de recuperação da informação disponibilizados na Internet (LE COADIC, 2004), devendo, porém, levar em consideração as experiências cotidianas dos sujeitos e ao mesmo tempo compreender que todas as atividades se encontram articuladas umas com as outras exigindo, com isso, uma prática transformadora que influencia o meio social (ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS NETTO, 2014).

Compreendermos a mediação da informação como uma ação de interferência, direta ou não, implícita ou explícita, realizada em espaços presenciais das bibliotecas escolares e públicas inseridas em comunidades com diferentes necessidades, ou mesmo em bibliotecas digitais que são disponibilizadas no espaço virtual (denominado de ciberespaço por conta da possibilidade de navegação nesses ambientes na Internet) (ALMEIDA JÚNIOR, 2009; 2015; LE COADIC, 2004).

A mediação da informação encontra-se relacionada com a cultura e com a ação política e, acima de tudo, promotora da aproximação entre indivíduos e coletividades, obras de cultura e arte relacionadas com a produção e a divulgação de serviços e produtos informativos, educativos e culturais, devendo-se levar em consideração as necessidades sociais da comunidade. Nesse caso, o ato de mediar pode ser entendido como uma ação potencial para que o diálogo efetivamente aconteça, entre os sujeitos e os instrumentos de mediação (humanos, eletrônicos, digitais etc.) com o auxílio de projetos, políticas, ferramentas, signos, disciplinas e/ou campos de conhecimento que dialogam e cujos objetos podem ser os mais variados possíveis.

Em termos de elaboração de programas de mediação, à política cultural pode ser responsável por institucionalizar e possibilitar intervenções autônomas e instituintes na realidade social, por meio de iniciativas de instituições públicas, privadas e organizadas em prol dos serviços fins da biblioteca híbrida (COELHO NETTO, 2012). Em vista de que essa política, deve ser entendida juntamente, com a criação de políticas sociais (que se diferenciam perante a realidade de cada grupo), é necessário entender que os grupos comunitários e as instituições “[...] são constituídas por mulheres e homens ‘situados’, condicionados por uma realidade concreta, econômica, política, social e cultural” (FREIRE, 2001, p. 105).

Por meio do levantamento de definições que nos permitem visualizar a articulação da teoria e da prática transformadora (práxis), é possível visualizar a influência da Educação e da Política Cultural seja pensada no ciberespaço por meio dos processos de ações culturais realizados em espaços informativos que podem migrar para a rede social ou a página *Web* da biblioteca. Almeida Júnior (2009), Freire (1981) e Coelho Netto (2001) contribuem para a constituição do processo de conceituação desse tipo de ação cultural, de forma que possamos assim representar uma certa evolução do conceito em constituição desde o final do século XX até os dias atuais.

O conceito da ação cultural encontra-se relacionado com as necessidades sociais e informativas do sujeito contemporâneo recebendo influência de várias áreas do conhecimento, dentre elas, citamos: à Política Cultural que orienta o mediador em processos de planejamentos dialógicos, bem como a Educação, que inspira uma ação crítica e transformadora e a Biblioteconomia, que traduz na ação informativa a sua responsabilidade social.

Coelho Netto (1989) expõe que é mais fácil afirmar que desenvolvemos uma ação cultural do que uma fabricação. O exposto, nos incentiva colocar em análise as definições que os autores que são referências trazem com suas interpretações, permitindo entender sobre o que é uma ação crítica e libertadora no contexto da ação cultural, por exemplo. Com base no conceito da ação cultural e em outras práticas como a animação e a fabricação cultural, elaboramos uma síntese das definições mais relevantes com base nas obras de Coelho Netto (1989; 2012) e Freire (1981; 2001).

Apesar da afirmação de que não existe ação cultural sem uma elaboração de um projeto, esse autor não mede esforços para esse conceito seja diferenciado da animação e fabricação cultural. Essas últimas duas modalidades possuem início e fim determinado, ou seja, são orientados por projetos, planos e planejamentos pré-estabelecidos, ao impossibilitar que os indivíduos possam dialogar e participar como sujeitos do processo cultural.

Ao planejar um conjunto de procedimentos para que a ação possa ocorrer de fato, o mediador cultural necessita prever insumos humanos, financeiros e materiais, que visam pôr em prática os objetivos de uma determinada política cultural. Para isso, pode recorrer aos agentes e produtores culturais preparados para a gestão do processo, sem deixar de considerar as especificidades de grupos e comunidades procurando identificar processos de mediação para a disseminação da ação informativa, educativa e cultural (COELHO NETTO, 2012).

A conceituação trabalhada traz como diferencial a leitura da obra de Freire (1981) ao expor que a ação cultural para a liberdade, só ganha um sentido para a comunidade/grupo envolvido, a partir do momento em que se constitui como um momento de teorização da prática social (práxis) e não podendo jamais se sobrepor à visão do mundo dos sujeitos envolvidos no processo cultural. Pelo contrário do que se possa supor, a ação cultural é movida por um processo de transformação que resulta na resolução de um problema coletado no meio social e entendido perante a dialogicidade da cultura local (FREIRE, 1981).

Considerada como educativa ao partir da perspectiva teórica freiriana, a ação cultural deve envolver uma compreensão crítica da prática (in)formativa, devendo levar em consideração a participação comunitária e popular (FREIRE, 2001). Ação que se constitui como um momento de teorização da prática social (práxis), ao considerar a visão de mundo dos sujeitos, deve ser movida pela necessidade de transformação que resulta no diálogo e numa possível resolução de uma demanda e/ou problema do meio cultural (FREIRE, 1981).

Em direção contrária, a animação cultural, é uma proposta de atividade considerada, mais como uma prática de lazer, do que de produção de cultura, já que se encontra inserida dentro de um processo em que o indivíduo não é considerado como sujeito que possa criar uma interação com a cultura, a arte e outros objetos. Dessa forma, esse tipo de ação não possibilita a apropriação de um conceito ou uma técnica cultural que ocasione na visão crítica da realidade vivida, estando limitada a uma interação diversionista (comparada ao oferecimento de pão e circo como faziam os romanos) (FREIRE, 1981).

A animação cultural foi a primeira denominação utilizada pela literatura devido a influência francesa, indicando na década de 1980 uma possibilidade de mediação entre indivíduos e a estruturação dos modos de cultura da época: contação de histórias; rodas de leituras; atividades teatrais e musicais, etc. Sendo, portanto, considerada como um instrumento direcionado para a ocupação do tempo livre e para a promoção do lazer em que não é possibilitado que o participante se veja como sujeito da ação (COELHO NETTO, 2001).

De maneira geral, a animação carrega a proposta de uma prática mais de lazer do que de produção de momentos culturais críticos e libertadores no sentido pensar e poder se manifestar (FREIRE, 1981), exigindo do mediador planejar e criar uma interação com a cultura e a arte e, desta forma, possibilitar, por exemplo, diálogos sobre problemas relacionados com a educação, a saúde mental e as condições sanitárias inapropriadas da comunidade com a qual a biblioteca encontra-se envolvida.

A fabricação cultural é uma ação alimentada pela ideologia no cenário brasileiro pelo golpe da ditadura militar ao enfraquecer o diálogo, a liberdade, a criticidade e a participação do sujeito em ações culturais. Essa ação é condicionada pelos “mitos” e pela ideologia dominante, “obliterando” os saberes e fazeres necessários aos projetos sociais e, com isso, a capacidade de percepção do sujeito cultural da realidade vivida e, assim sendo, tanto a fabricação cultural quanto a animação cultural “Revelam os condicionamentos ideológicos a que estiveram submetidos em sua experiência na ‘cultura do silêncio’” (FREIRE, 2001, p. 23).

Assim como a animação cultural é movida por práticas diversionistas a fabricação pode ser analisada do ponto de vista da pedagogia crítica freiriana, na medida que a ideologia desumanizante que, muitas vezes, a compõe, impede que sujeito seja reflexivo, ativo, criador e transformador no mundo em que vive e trabalha.

A fabricação cultural é tida como uma prática realizada superficialmente, transmitida de modo artificial, em que não se almeja a apropriação da cultura nos indivíduos, entendida como um processo com início determinado, um fim previsto e etapas estipuladas que devem levar ao fim preestabelecido, podendo se referir aos programas culturais promovidos por movimentos e grupos religiosos, políticos e gestões autoritárias (como o nazismo, fascismo, etc.), tendo como meta a transmissão de informação, conhecimentos e técnicas culturais específicas e pré-determinadas (FREIRE, 1981; 2001).

As conceituações e definições apresentadas são atravessadas por teorizações que não se separam da prática, trazendo sob conceitos da ação, animação e fabricação cultural a necessidade de (re)considerar o conhecimento de mundo dos sujeitos em processos de mediação da informação que envolve “distribuição, troca e uso” de conteúdos informativos, no momento em que a prática cultural envolver diversas esferas: agenciamento cultural; produção cultural; diálogo entre indivíduo, coletividade e comunidade; participação de instituições públicas e privadas; levantamento de insumos necessários para a distribuição de produtos e serviços culturais.

No cotidiano da biblioteca e de outras unidades de informação e cultura, a política com a abordagem da ação cultural torna-se importante para a garantia dos diálogos. O tipo de mediação e a ação selecionada se diferenciam conforme as necessidades sociais dos sujeitos. Assim sendo, as atividades podem simplesmente serem classificadas como ações que não carregam consigo denominações, porém não se pode desconsiderar a

importância do trabalho que deve ser realizado por profissionais que aprenderam a dialogar como: gestor cultural; produtor cultural; oficinairos culturais; museólogos, bibliotecários, arquivistas, entre outros (COELHO NETTO, 2012).

Após a explanação conceitual sobre a mediação cultural e os tipos de ações culturais desenvolvidas, inúmeras possibilidades de estudos e pesquisas poderão ser tecidas dentro e fora das universidades, bibliotecas, espaços comunitários, e em qualquer outro espaço tempo (presencial e virtual) em que seja necessária uma intervenção cultural.

Ao final da pesquisa se fortalece a compreensão de que o bibliotecário deve ser considerado um mediador e agente de cultura no processo de comunicação, trabalhando com políticas culturais (instituídas e instituintes) que possam fortalecer mediações explícitas e ações críticas e libertadoras, de forma que possam dotar o sujeito de uma maior autonomia para que a comunidade possa desenvolver as atividades de interesse baseadas na práxis de uma política (ciber)cultural.

#### **4 À GUIA DE CONCLUSÃO, UMA ABERTURA**

A tarefa de concluir, não nos parece apropriada nesse momento e se transforma em uma abertura para futuras pesquisas sobre a mediação da informação no ciberespaço, assim como para refletir sobre a necessidade da construção de políticas, ações e projetos que envolvam processos de mediação no ciberespaço que deve ser fortalecida nas redes sociais que acolhem velhas e novas mídias, que, por conseguinte, se constituem como veículos de comunicação de diferentes formas de linguagens humanas e tecnológicas, envoltas pela multimodalidade e hipertextualidade típicas da *Web* e da Internet na sociedade contemporânea.

O que fora escrito por Kevin McGarry, Pierry Lévy e Paulo Freire no final do século XX, permite compreender que o cenário de informação requer processos de formação precedidos pela leitura de mundo, tendo a contribuição da mediação informativa em um ambiente (o ciberespaço) cultural, informativo e educativo. Esse tipo de atuação informativa e cultural solicitada também no ciberespaço, acaba requerendo o entendimento de que há em torno da prática de mediação um processo de conceituação reflexivo e em constante constituição.

Percebemos que o conceito de mediação informativa se fortalece perante a intervenção em espaços presenciais comunitários, bibliotecas, escolas e universidades auxiliando bibliotecários e outros profissionais dispostos a desenvolverem ações políticas, educativas e transformadoras pelo viés da Ciência da Informação, Educação e Política (Ciber)Cultural.

Como resultado são identificadas teorias como as que foram produzidas por Oswaldo Almeida Júnior ao destacar a mediação implícita e explícita, e Teixeira Coelho Netto, auxiliando no entendimento de que a mediação conta com o auxílio das

ferramentas de planejamento e da ação cultural, devendo alcançar diferentes sujeitos atendidos em ambientes híbridos e virtuais de informação e culturais caracterizados como espaços tempos de colaboração.

Cabe aos usuários, consumidores e produtores de informação, bibliotecários, comunicadores, arquivistas, educadores, jornalistas e outros profissionais atuarem coletivamente na construção de ambientes digitais de formação e informação que possam fortalecer a mediação autônoma e o protagonismo do sujeito contemporâneo, contanto para isso com planejamentos, políticas e ações dialógicas que compreendam a cultura do ciberespaço.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Osvaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

ALMEIDA JÚNIOR, Osvaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETTO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. Cap. 1, p. 9-32.

ALMEIDA JUNIOR, Osvaldo Francisco; SANTOS NETTO, João Arlindo dos. Mediação da informação e a organização do conhecimento: interrelações. **Informação & Informação**. Londrina, v. 19, n. 2, p. 98-116, maio./ago. 2014.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 244 p.

COELHO NETTO, José Texeira. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 2012.

COELHO NETTO, José Texeira. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense. 1989. (Coleção Primeiros Passos, 216).

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 149 p.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. 2.d. São Paulo: Centauro, 2013.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, Pierre. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. **Revista Famecos**: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p. 37-49, dez. 1998.

LÉVY, Pierre. O ciberespaço como um passo metaevolutivo. **Revista Famecos**: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, v. 5, n. 13, p. 59-67, dez. 2000.

LÉVY, Pierre. A inteligência possível do século XXI. **Revista Famecos**: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, v. 5, n. 13, p. 13-20, ago. 2003.

LIMA, Celly de Brito; PERROTTI, Edmir. Bibliotecário: um mediador cultural para a apropriação cultural. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 161-180, jul./dez. 2016.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**. 1. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

PERROTTI, Edmir. Mediação cultural: além dos procedimentos. *In*: SALCEDO, Diego Andres. (org.). **Mediação cultural**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016. cap. 1, p. 06-14.

UGARTE, David de. **El poder de las redes**: manual ilustrado para personas, colectivos y empresas abocados al ciberactivismo. Barcelona: El Cobre Editions, 2008.

VELHO, Gilberto. Biografia, trajetória e mediação. *In*: VELHO, Gilberto.; KUSCHNIR, Karina. **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 10-28.

**Recebido/ Received: 20/07/2022**  
**Aceito/ Accepted: 08/08/2022**  
**Publicado/ Published: 30/08/2022**

---

## UNIDADES DE INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA NO ÂMBITO DAS DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO

INFORMATION, MEMORY AND RESISTANCE UNITS IN THE SCOPE OF SEXUAL  
AND GENDER DISSIDENCE

---

### **Francisco Arrais Nascimento**

Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPCI/FFC/Unesp). Membro do Grupo de Pesquisa Fundamentos Teóricos da Informação (GPFTI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4424-8844> E-mail: [Francisco.arrais.nascimento@gmail.com](mailto:Francisco.arrais.nascimento@gmail.com)

### **Denise Cristina Belam Fioravanti**

Mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPCI/FFC/Unesp). Membro do grupo de estudos ECOAR (Estudos Contemporâneos em Organização, Análise e Recuperação da Informação) da Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0333-1601> E-mail: [denisebfioravanti@gmail.com](mailto:denisebfioravanti@gmail.com)

### **Deise Maria Antonio Sabbag**

Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPCI/FFC/Unesp). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6392-4719>, E-mail: [deisesabbag@usp.br](mailto:deisesabbag@usp.br); [deise.sabbag@unesp.br](mailto:deise.sabbag@unesp.br)

## RESUMO

Objetivou-se compreender como a informação e o conhecimento para além da cultura material produzidos pelas dissidências sexuais e de gênero têm sido acolhidas pelas unidades de informação sob a óptica das relações de poder. Para tanto, utilizou-se de pesquisa bibliográfica de vertente discursivo-desconstrucionista de base foucaultiana, ancorando-se em uma cartografia de documentos. Ao término das análises dos dados, se pode vislumbrar que as unidades de informação refletem em muitos aspectos aquilo que a sociedade impõe enquanto “normal”, “natural” e “desejado” sob a forma de norma (Heteronorma), balizando as representações e consequentemente a preservação memorial de grupos hegemônicos em detrimento de grupos marginalizados.

**Palavras-chave:** Unidades de Informação. Dissidências Sexuais e de Gênero. Relações de Poder.

## ABSTRACTS

The objective was to understand how information and knowledge beyond material culture produced by sexual and gender dissidences have been received by information units from the perspective of power relations. In order to do so, we used a bibliographical research of a Foucauldian-based discursive-deconstructionist strand, anchored in a cartography of documents. At the end of the data analysis, it can be seen that the information units reflect in many ways what society imposes as “normal”, “natural” and “desired” in the form of a norm (Heteronorm), delimiting the representations and consequently the memorial preservation of hegemonic groups to the detriment of marginalized groups.

**Keywords:** Information Units. Sexual and Gender Dissidences. Power relations.

## 1 INTRODUÇÃO

“[...] ‘Gênero’, ‘Classe Social’, ‘Raça’, ‘Sexualidade’, são categorias analíticas e de lutas vazias, se as considerarmos isoladamente” (BENTO, 2015, p.17). O entendimento de que as variáveis apontadas por Bento (2015) isoladamente são vazias do ponto de vista analítico e/ou de lutas, se alicerça na compreensão de que a sociedade se organiza em função de relações de poder, assim, isolar as variáveis não possibilita ao observador vislumbrar as interseccionalidades de forma explícita, dada a própria ação das relações de poder, que se alicerçam e consolidam valendo-se de toda uma engenharia social, que constitui-se de dispositivos de controle, com o objetivo de tornar os sujeitos dóceis politicamente e economicamente ativos (FOUCAULT, 1987a).

Posto isso, se pode vislumbrar que, a sociedade é profundamente estruturada, organizada e marcada por Gênero, em todas as direções, com intensidades e compreensões distintas, ora verossimilhantes, ora inverossimilhantes e reducionistas arraigadas em hierarquias, estereótipos e papéis atribuídos ao gênero de forma proposital ou não, ocasionando uma compreensão distorcida acerca de tal variável.

Ao imergir nos estudos culturais, sob a vertente dos estudos de Gênero, Simone Beauvoir (1970, p. 9) debruçando-se sobre a divisão sexual, e propor sua teoria acerca da mulher enquanto “termo em processo” (RUBIN, 2003; SALIH, 2012), ou ainda, a “[...] construção cultural da mulher como Outro”<sup>1</sup> (THORNHAM, 2001, p. 34), ou seja, “[...] a partir do que não é homem” (JACOBS, 2017, p. 360), afirmando que “[...] ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, se pode inferir também que, “[...] os homens não nascem homens, eles são feitos homens” (GABEIRA, 1986, p. 11).

Butler direciona o entendimento acerca da contribuição de Beauvoir sobre os estudos do domínio do Gênero, para além das fronteiras estabelecidas socialmente, a saber: “[...] Penso que a ideia de que alguém ‘se torna’ uma mulher é importante, abrindo a possibilidade de se tornar algo diferente de uma mulher, talvez um homem, ou talvez algo que exija outra forma de prática de nomeação” (RODRIGUES, 2013, p. 26). Tal compreensão está além do que está posto e compreendido pela sociedade, uma vez que, a divisão social binária a qual o processo de colonização do pensamento ocidental<sup>2</sup> condicionou a sociedade, silenciando, apagando e utilizando-se do esquecimento enquanto parte do dispositivo social de controle, se alicerça, criando uma relação de oposição (Macho x Fêmea; Masculino x Feminino; Heterossexual x Homossexual), onde “[...] a mulher, argumenta ela [Wittig], só existe como termo que estabiliza e consolida

<sup>1</sup> Citação original, “[...] *cultural construction of woman as Other*” (THORNHAM, 2001, p. 34).

<sup>2</sup> Segundo Lefebvre (1963, p. 11) “A concepção cristã, formulada com a máxima clareza e com o máximo rigor pelos grandes teólogos católicos. Reduzida ao essencial, define-se através da conceituação de uma hierarquia estática de seres, actos, valores, formas e pessoas. No topo desta escala, ergue-se o Ser Supremo, o Espírito Puro, o Senhor Deus”. Tal pensamento balizou toda a construção do conhecimento ocidental.

a relação binária e de oposição ao homem; e essa relação, diz, é a heterossexualidade” (BUTLER, 2003, p. 164). Ressalta-se que, “[...] as oposições binárias não expressão uma simples divisão do mundo em duas classes simétricas: em uma oposição binária, um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa” (SILVA, 2000, p. 83).

Dessa forma, Sexo (Biológico) e Gênero (Político e Cultural), são lançados socialmente enquanto sinônimos, o que não se configura enquanto uma compreensão verossimilhante, uma vez que, gênero e sexo apresentam construções sociais distintas que se relacionam, tendo a cultura como o meio onde se desenvolvem (HELIEN; PIOTTO, 2012). Segundo Oliveira (2020, p. 20) “[...] gênero é a própria construção cultural do sexo”. Helien e Piotto (2012, p.26) discorrem que

Vivemos em um mundo onde o “ser homem” e o “ser mulher” se apresentam como uma verdade indiscutível e indelével desde o nascimento de um indivíduo, de acordo com seus atributos sexuais biológicos. E assim segue com uma construção social binária, sustentada por estereótipos e papéis que se espera que sejam executados de acordo<sup>3</sup>.

Em consonância com Helien; Piotto (2012) a interpretação da obra de Judith Butler por Salih (2012, p.232) afirma acerca das construções sobre e em torno dos gêneros em uma divisão binária:

Na medida que a nomeação da “menina” é transitiva, isto é, em ela inicia o processo pelo qual é imposto um certo “tornar-se menina”, o termo ou, mais precisamente, o seu poder simbólico, determina a formação de uma feminilidade corporalmente encenada que nunca preenche plenamente a norma. Essa é, entretanto, uma “menina” que está obrigada a “citar” a norma para se qualificar e se manter como um sujeito viável. A feminilidade não é, então, a consequência de uma escolha, mas a citação forçada de uma norma, cuja complexa historicidade é indissociável de relações de disciplina, regulação, punição.

A narrativa de Salih (2012), revela a ação das relações de poder, sobre os corpos, lançando luz sobre zonas de sombra da sociedade, onde a nomeação “[...] configura-se enquanto uma das questões centrais ao se tratar da relação entre linguagem e realidade, uma vez que, sem ela, a existência fica comprometida e fadada ao esquecimento” (NASCIMENTO, 2021, p. 20). Ressalta-se que, “[...] a violência da não nomeação, elemento fundamental na manutenção das hierarquias sociais pré-reflexivas” (PRADO, 2010, p. 10).

Segundo Butler (2003, p. 168)

A ‘nomeação’ do sexo é um ato de dominação e coerção, um ato performativo institucionalizado que cria e legisla a realidade social pela exigência de

<sup>3</sup> Citação original, “[...] *Vivimos en un mundo donde “ser varón” y “ser mujer” se plantea como una verdad indiscutible e indeleble desde que un individuo nace, según sus atributos sexuales biológicos. Y así sigue con una construcción social de manera binaria, sostenida con estereotipos y roles que se esperan sean ejecutados en consecuencia*” (HELIEN; PIOTTO, 2012, p.26).

uma construção discursiva/perceptiva dos corpos, segundo os princípios da diferença sexual. Assim, conclui Wittig, ‘somos obrigados, em nossos corpos e em nossas mentes, a corresponder, traço por traço, à ideia de natureza que foi estabelecida por nós [...] ‘homens’ e ‘mulheres’ são categorias políticas, e não fatos naturais’.

Logo, se pode inferir que, nomear torna-se um ato político e ideológico (OLSON, 2002; BUTLER, 1998; 2003). Logo, “o poder de nomear” (OLSON, 2002) é em si uma ação de poder, pois aquele que nomeia, manifesta sobre o que é nomeado, uma ação de poder, que conseqüentemente lança luz sobre o lugar ocupado por cada um dos sujeitos na hierarquia social, ou seja, o ato de nomear evidencia quem tem poder e quem se submete a ele.

Não obstante, Silva (2000, p. 83) aponta de forma incisiva que, “[...] fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e das diferenças”. Assim, a sociedade torna a partir dos discursos hegemônicos, a identidade hegemônica enquanto “normal” atribuindo a ela a característica de naturalidade, sendo a mesma desejável e única. De tal modo, “[...] a força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade” Silva (2000, p. 83).

Scott (1995, p. 76) destaca que “[...] o uso de ‘gênero’ enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade”.

Em suma,

[...] para a ciência biológica, o que determina o sexo de uma pessoa são suas células reprodutivas (espermatozoides, logo, macho; óvulos, logo, fêmea), e só. Biologicamente, isso não define o comportamento masculino ou feminino das pessoas: o que faz isso é a cultura. [...] Sexo é biológico, gênero é social. Como as influências sociais não são totalmente visíveis, parece para nós que as diferenças entre homens e mulheres são naturais, totalmente biológicas, quando, na verdade, a maior parte delas é influenciada pelo convívio social (JESUS, 2012, p. 06).

Não obstante, a sexualidade, ou de forma mais clara, a orientação do desejo, fora consolidada de tal forma pela orientação normativa judaico-cristã no processo de colonização do conhecimento ocidental que não se configura em tempos hodiernos apenas como uma orientação, mas um modelo político de organização da vida (COLLING, 2015).

Nesse interim, se pode apreender que a sexualidade não é apenas traço de personalidade, tampouco deveria ser utilizado para definir a vida dos sujeitos, ou classifica-los no âmbito social, estabelecendo uma hierarquia baseada na orientação do desejo. No entanto, o que se pode observar é o que Nascimento *et al* (2020, p. 157) ao estabelecerem diálogo com Rich (1993) e Butler (2002) afirmam,

[...] a heteronormatividade é uma “ordem compulsória” que exige dos sujeitos uma coerência total entre um sexo, um gênero e uma conduta/desejo/afeto, que são obrigatoriamente heterossexuais (aspecto que se reflete homogeneizadamente nas assunções e categorias dos sistemas de organização do conhecimento).

Deste modo, “[...] o gênero, enquanto organizador da cultura, e em articulação com sexualidade, modula o modo heteronormativo de como homens e mulheres ‘devem’ se comportar, como seus corpos podem se apresentar e como as relações interpessoais podem se constituir, nesses domínios” (PETRY; MEYER, 2011, p. 195).

De forma a sanar distorções e entendimentos não verossimilhantes acerca das variáveis apresentadas até o dado momento, Nascimento (2021) em diálogo com Butler (2003) elabora uma representação do sistema de dobras que compõe os corpos sexuados (Figura 1).

Figura 1 - Representação do sistema de dobras na composição dos corpos sexuados.



Fonte: Nascimento, 2021.

Segundo Butler (2003, p. 196)

[...] há três dimensões contingentes na corporeidade significativa: sexo anatómico, identidade de gênero e performance de gênero. Se a anatomia do performista já é distinta de seu gênero, e se os dois se distinguem do gênero da performance, então a performance sugere uma dissonância não só entre sexo e performance, mas entre sexo e gênero, e entre gênero e performance. Por mais que crie uma imagem unificada da ‘mulher’ (ao que seus críticos se opõem frequentemente), o travesti também revela a distinção dos aspectos da experiência do gênero que são falsamente naturalizados como uma unidade - através da ficção reguladora da coerência heterossexual. Ao imitar o gênero, o drag revela implicitamente a estrutura imitativa do próprio gênero – assim como sua contingência.

Ressalta-se que, não se pode observar questões pertinentes a variáveis sociais e ignorar o sistema em que as mesmas estão imersas. A divisão social em Classes, baseada

na divisão do trabalho e na propriedade privada, sendo os dois pilares do sistema econômico vigente (Capitalismo), nortearam de forma contundente a intensidade com que a violência dos dispositivos de controle social atuaria sobre os corpos abjetos (BUTLER, 2003). Ressalta-se que, esse “mediador econômico” tem sua ação sobre os corpos maximizada ao interseccionar-se com outras variáveis como raça, geração e geografia, criando assim, um grau de violência e exclusão ainda maior sobre os corpos que se distanciam daquilo que foi posto como o “natural”, “normal” e por tanto, desejável.

Tal afirmação pode ser compreendida ao indagar-se por exemplo, onde seria mais difícil manifestar uma identidade sexual não hegemônica? Em uma comunidade periférica ou em um bairro tido como nobre? Quem estaria mais vulnerável a ação da violência, o homossexual masculino normativo que adota uma “identidade discreta” (PECHENY, 2004) ou a travesti que se prostitui na esquina? A violência simbólica e não simbólica, manifestada sob a forma de acesso e privilégios sobre a vida dos sujeitos praticantes de modalidades alternativas de sexualidade podem vir a definir sob a óptica econômica que tipos de corpos podem fazer-se aceitos.

Ao dar voz à questão racial, Davis (2017, p. 22) amplia o discurso ao afirmar que “[...] as raízes do sexismo e da homofobia se encontram nas mesmas instituições econômicas e políticas que servem de base para o racismo”. Tal entendimento é evidenciado na narrativa homofóbica e racista destinada a um casal homoafetivo do Rio de Janeiro, “Poupe-nos e nossos filhos de conviverem com gente da laia de vocês!!!! Gente de cor e ainda por cima afeminada não está no nível dos que moram aqui, por favor se retirem” (BOECKEL, 2017, s/p).

Em consonância com tal entendimento, Prado (2010, p. 9) afirma que

A homofobia tem se revelado como um sistema de humilhação, exclusão e violência que adquire requintes a partir de cada cultura e formas de organização das sociedades locais, já que essa forma de preconceito exige ser pensada a partir da sua interseção com outras formas de inferiorização como o racismo e o classismo, por exemplo.

Nesse interim, norma e desvio, são impelidos a construir territórios de negociação entre liberdade e repressão, onde público e privado são utilizados como marcadores para o acesso e privilégios, pertencimento e inadequação ao espaço.

Deste modo, “[...] A travestilidade encontra-se ainda nas avenidas, esquinas e praças; o lócus privilegiados de sua elaboração” (DAVI; BRUNS, 2015, p. 523) enquanto identidades discretas que adotam uma performance normativa conseguem transitar socialmente desfrutando de certa liberdade, o que por si, torna inverossimilhante a falsa ideia de homogeneidade das margens.

Assim, o estudo aqui apresentado alinha-se com as perspectivas que “[...] enfocam a subjetividade na relação constitutiva com a história” (SOUZA, 1997, p.13). Adotando uma posição teórico discursivo-desconstrucionista de base foucaultiana, “[...]”

que mobiliza o tema da subjetividade em termos de assujeitamento e subjetivação, noções que designam respectivamente os processos em que o indivíduo é determinado e se determina como sujeito com base nas práticas sociais historicamente estabelecidas” (SOUZA, 1997, p.13).

Nesse ínterim, ao voltar-se para os sujeitos em sociedade e imergir em contextos específicos, como é o caso das homossexualidades, se pode vislumbrar uma tessitura complexa e multifacetada inscrita em um cenário rizomático (DELEUZE; GUATTARI, 2000), construída histórica, geográfica e culturalmente, que tutelam relações de poder que atuam de forma incessante e em todas as direções (horizontal e vertical) incidindo sobre os corpos de forma a torná-los politicamente dóceis e economicamente produtivos (FOUCAULT, 1987a) do ponto de vista dos discursos hegemônicos, em uma complexa engenharia que agrega tecnologias (LAURETIS, 1994), sistemas (FOUCAULT, 1987b; 2000; NUNES, 2016; RUBIN, 2017), Aparelhos de Estado, tanto ideológicos quanto repressivos (ALTHUSSER, 1980), ou sob as linhas de Foucault dispositivos de controle social (FOUCAULT, 2020a, 2020d).

Ao indagar-se sobre “o que é a homossexualidade?”, se reconhece que a mesma é uma coisa, passível de ser definida, compreendida e classificada. No entanto, existe um problema fundante em tal indagação, que se origina na gênese da compreensão acerca da sexualidade humana que se arraiga na divisão binária e oposicional (heterossexualidade x homossexualidade) com a qual os sujeitos são impelidos a compreender o mundo, quando na realidade “[...] a homossexualidade é uma infinita variação sobre um mesmo tema” (FRY; McRAE, 1983, p. 7). Logo, não existe uma compreensão acerca da homossexualidade, mas sim, uma pluralidade de possibilidades, a depender do contexto sócio-histórico, cultural e geográfico.

Assim, objetivou-se compreender como as unidades de informação têm lidado com a cultura material para além da informação e do conhecimento produzido pelas dissidências sexuais e de gênero sob a óptica das relações de poder.

## **2 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

O estudo aqui apresentado é de natureza qualitativa ancorado em uma pesquisa documental (cartografia de documentos) (ROLNIK, 2016) buscando, segundo Minayo (2000, p. 21) respostas às questões particulares que não podem ser quantificadas como o universo de motivos, de aspirações, de crenças, de valores e atitudes.

A pesquisa documental foi eleita enquanto método, uma vez que, de acordo com Gil (2019, p.62-63), proporciona algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ressalta-se que, em função da pandemia de COVID-19 que vem assolando o planeta e impactou diretamente no funcionamento

das unidades de informação (Bibliotecas, Museus e Arquivos), fazendo com que o acesso aos acervos tenha sido limitado no decorrer dos últimos anos.

A cartografia de documentos, enquanto uma pesquisa bibliográfica, ancorou-se em um levantamento de dados oriundos de jornais, artigos, livros, notícias *on-line*, além da visitação das páginas das unidades de informação (*on-line*) quando as mesmas estavam disponíveis para tanto, o que possibilitou não apenas a visualização do espaço, mas também do acervo de algumas unidades de informação. Exemplos disso são as páginas dos museus: *Schwules* (<https://www.schwulesmuseum.de/>) e o Museu da Diversidade Sexual (<https://museudadiversidadesexual.org.br/>). Ressalta-se que, no Brasil, em função da ascensão de uma política “conservadora”, artistas e instituições que não comunguem da base ideológica e política do governo tem sido cerceados, limitados ou mesmo não contemplados nos editais da cultura, um exemplo disso é que o museu da Diversidade Sexual no estado de São Paulo, está fechado por tempo indeterminado.

### 3 RESULTADO E DISCUSSÕES

Ao situar o estudo aqui apresentado, identificando as afinidades e suas integrações estabelecidas, é possível compreender a relevância da área em que o estudo se situa, enquanto “ciência de ligação”. O estudo foi desenvolvido tomando por alicerce os estudos culturais, sob o recorte dos estudos de gênero, ancorando-se nas práticas desviantes da norma compulsória da sexualidade (Heteronormativa), tendo como área de desenvolvimento a Ciência da Informação (CI) em sua vertente cultural.

Assim, a CI, segundo Carvalho e Crippa (2013, p.242), ao estabelecer diálogo com Saracevic (1996) afirmam que a “[...] Biblioteconomia, a Comunicação, a Ciência Cognitiva e a Ciência da Computação são as quatro principais áreas que se relacionam com a C.I.”. Nesse ínterim, do ponto de vista das integrações, Araújo (2011, p. 110) afirma que a ciência da informação se constituiu historicamente enquanto “[...] um campo agregador das tradições e conhecimentos acumulados das áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia”.

Sabe-se que o acesso à informação e ao conhecimento são fundamentais em todos os aspectos para a prática dos direitos individuais e coletivos de uma sociedade. Neste contexto, a CI busca compreender e descrever as circunstâncias da criação do patrimônio cultural pelos mais diversos grupos sociais presentes nos arquivos<sup>4</sup>, bibliotecas e museus espalhados pelo mundo. Logo nota-se a importância da propriedade intelectual de grupos sociais existente sob tutela de unidades de informação. Entretanto, é fundamental o processo de tratamento da informação para que a mesma seja organizada, representada e disponibilizada de forma a ser possível sua recuperação e que seja viabilizada para as

<sup>4</sup> No estudo aqui apresentado, arquivo não é utilizado como “[...] o conjunto dos discursos realmente pronunciados numa dada época, os quais continuam a existir através das histórias” (REVEL, 2011, p. 12).

demandas por essas informações sejam supridas, tendo enquanto variáveis possíveis nesses processos, a mediação (possibilitando o encontro dos públicos e/ou usuários) parte essencial para a garantia de uso de tais informações, com o lugar (e suas lógicas) e as coleções (objetos, obras de arte, artefatos ou documentos).

Nesse ínterim, Buckland (1991) define Sistemas de Informação como quaisquer unidades que colem, tratem, organizem e disponibilizem “coisas” potencialmente informativas. Assim, ao nos atentarmos ao significado de Sistemas podemos encontrar outra expressão de sentido semelhante, o de Organizações.

Para Almeida Junior e Castro Neto (2014, p. 99) a organização do conhecimento e da informação sempre acompanhou as pessoas e as organizações. Nas unidades de informação e nas empresas a preocupação é com o acesso às informações. Cohen (1995, p.14), os define como canais formais ou informais de comunicação da informação dentro de uma organização ou de uma comunidade, sendo que cada Sistema de Informação é organizado de acordo com as necessidades de seus usuários e sempre apoia uma atividade principal, seja ela de ensino, pesquisa, comércio ou produção, entre outros.

Segundo os autores se pode entender como Sistemas ou espaços de organização e disseminação da informação produzida pelo contexto da sociedade aditada como Bibliotecas, Arquivos e Museus viabilizando o acesso à cultura e possibilitando sua continuidade. Nesse ínterim, o arquivo por natureza está ligado desde seus primórdios a escrita, a burocracia, a administração e aos atos administrativos (ASSMANN, 2011). “Além disso, sua definição de arquivo compreende os componentes de significado ‘substrato’ e ‘resistência’, bem como a instituição dos guardiões que protegem a lei, trazem-na à lembrança e interpretam-na” (ASSMANN, 2011, p.367).

Logo, ao ancorar-se no conceito de dispositivo apontado por Foucault (2000), os arquivos, assim como os museus e bibliotecas são ferramentas compreendidas enquanto partes de toda uma engenharia social que serve, reafirma e respalda relações de poder. Assim, a quem interessa as narrativas de vida de bichas<sup>5</sup> pretas e pobres? Quem poderia reivindicar as memórias dos grupos historicamente marginalizados em função de suas práticas sexuais e/ou de suas orientações do desejo? Tais indagações emergem do contexto social, promovendo uma inquietação acerca do uso e conseqüentemente do acesso e tratamento da informação produzida por determinados estratos sociais.

Norteando-se pelo domínio da CI, debruçando-se sobre seu objeto de estudo, a informação, se pode vislumbrar que grupos marginais compreendidos no domínio das dissidências sexuais e de gênero tem considerado as garantias literária, cultural e de uso (BEGHTOL, 1986; 2002a, 2002b, 2005; DE LA TIERRA, 2008), respeitando uma ética transcultural de mediação (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002) e impondo limites a um “poder

<sup>5</sup> O uso do termo “Bicha” é utilizado no estudo aqui apresentado de forma a contribuir com a desconstrução o estigma social criado sobre esse termo, utilizado comumente para definir homossexuais masculinos de forma depreciativa, com ênfase para os afeminados, assim como o termo “viado”.

de nomear” do indexador (OLSON, 2002) em seus eventuais preconceitos e antipatias (ALLPORT, 1954; BERMAN, 1993).

Ao elaborar a teoria acerca dos preconceitos e antipatias no tratamento da informação, Berman (1993) já apontava para uma possível não neutralidade na atuação do profissional da informação. Allport (1954) ao debruçar-se sobre os estudos acerca do preconceito, sistematizou uma escala com cinco níveis, a saber: Antilocução, Esquiva, Discriminação, Ataque Físico e Extermínio. Nesse ínterim, ao utilizar-se da escala de Allport relacionando-a as homossexualidades, se pode observar que no processo de construção histórica da “diferença”, as homossexualidades sofreram/sofrem em intensidades diferenciadas a depender do período, da forma e da gravidade dos atos.

Segundo Flinn (2007, p.152) “[...] o setor de arquivo convencional ou formal não contém e representa as vozes das não-elites, das bases e dos marginalizados. Ou pelo menos se o fizer, o arquivo raramente permite que eles falem com sua voz, por meio de seus próprios registros<sup>6</sup>”. Tal afirmação pode ser comprovada ao observar as ações de poder exercidas sobre a preservação da memória e conseqüentemente sobre a produção das narrativas históricas.

Adentrando aos espaços de preservação, acesso e disseminação da informação, se pode entender que a história se movimentou em um viés “polido”, “higienizado” e pouco democrático, deixando para trás os “diferentes”, grupos constituídos por uma sociedade altamente plural, entretanto conhecidos como minorias. Segundo a professora Viviane Mendonça<sup>7</sup> “Não são minorias porque são poucos, mas porque possuem poucos direitos garantidos, pouca representatividade nas instâncias de poder e pouca visibilidade no cenário social”.

Nesse ínterim, o Brasil é uma nação multicultural, em contrapartida existem diversos grupos com pouca ou nenhuma representação social, em unidades de informação, essa lacuna representativa é claramente percebida na falta de identidade cultural para que o sujeito se reconheça enquanto agrupamento cultural que o norteia socialmente.

Segundo o art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que delinea os Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.

<sup>6</sup> Citação original: “[...] *the mainstream or formal archive sector does not contain and represent the voices of the non-elites, the grassroots, and the marginalized. Or at least if it does, the archive rarely allows them to speak with their voice, through their own records*”. (FLINN, 2007, p.152).

<sup>7</sup> Viviane Mendonça é Coordenadora do Núcleo de Estudo de Gênero e Diversidade Sexual do campus Sorocaba da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), minorias sociais são definidas como grupos marginalizados dentro de uma sociedade devido aos aspectos sociais, culturais, físicos ou religiosos, de gênero ou orientação sexual.

O documento reafirma o direito à liberdade de comunicação e pensamentos, mesmo que de grupos condicionados a minorias. É através das manifestações realizadas por meio de uma grande variedade de linguagens, tais como: arquitetura, desenho, escultura, pintura, escrita, música, dança, teatro e cinema que se cria a Arte. Diante disso, o conhecimento de mundo pode ser reproduzido e conhecido por obras de arte. Para Almeida (2010, p. 10)

[...] basta pensarmos na importância documental da arte, tantas vezes crucial nas pesquisas histórica, sociológica, antropológica, etnográfica, etc. Pinturas, esculturas, peças musicais ou romances mostram-nos como as pessoas de outras épocas e culturas viviam e se organizavam, revelando o seu modo de sentir e de pensar.

A arte representa identidades e as unidades de informação têm papel fundamental em garantir o acesso a esse conhecimento possibilitando sua continuidade. (PINTO, 2012, p. 45) é contundente ao afirmar que “O museu pode afetar de maneira direta ou indireta a interpretação do passado, produzindo distorções advindas da seleção e classificação dos artefatos, em um movimento de criação de narrativa histórica”.

Em consonância com o que Pinto (2012) e balizando o estudo em direção do objeto utilizado, Venegas (2006, p. 99) apontam que ainda existe uma compreensão equivocada acerca da representação de gays e lésbicas, uma vez que, “[...] ao serem definidos pela sua sexualidade, podem somente ser representadas por objetos relacionados ao sexo, uma abordagem que nega outros aspectos de suas culturas<sup>8</sup>”.

Venegas (2006, p. 99) explicita sua argumentação na narrativa,

Certamente, os objetos não estão vivos - eles não têm uma sexualidade intrínseca - no entanto, é provavelmente certo dizer que se assumirá que seus usuários tenham sido heterossexuais a menos que os objetos sejam explicitamente ligados à vida de gays e lésbicas, como no caso de um adesivo da Parada Gay. A história dos objetos deve ser registrada ou seu real significado se perderá<sup>9</sup>.

Nesse interim, alargando a compreensão de informação, mais precisamente para a necessidade de informação, Díaz-Jatuf (2017) aponta a necessidade de informação por estratos sociais situados na margem. Não obstante, acerca da representação em espaços museais, Crimp (2005) aponta o direito de determinados estratos sociais, alocados enquanto minorias, à autorrepresentação, para que essas obras não sejam reduzidas

<sup>8</sup> Citação original: “[...] because lesbians and gay men are defined by their sexuality, they can only be represented by objects relating to sex, an approach that denies other aspects of gay and lesbian culture” (VANEGAS, 2006, p.99).

<sup>9</sup> Citação original: “Certainly, the objects are not alive - they do not have an intrinsic sexuality - however it is probably fair to say that their users will be assumed to have been heterosexual unless the objects are explicitly linked to the lives of gays and lesbians, as in the case of a Gay Pride sticker. The history of objects must be recorded or their real meaning will be lost” (VANEGAS, 2006, p.99).

a “[...] abstrações, linhas e formas, luz e sombra”, em um “discurso de museu” (CRIMP, 2005, p. 10).

Deste modo, experiências sociais em unidades de informação voltadas às dissidências sexuais e de gênero tais como em dezembro de 2020, na cidade de Bogotá, Colômbia foi criada a BiblioRed, uma rede de bibliotecas públicas dentro do Centro Integral de Atenção à Diversidade Sexual e de Gênero (CAIDS-G Sebastián Romero), com obras voltadas para a comunidade LGBTQIAP+. Na biblioteca estão disponíveis mais de mil títulos dedicados à discussão de gênero e sexualidade.

Em Berlim, Alemanha, existe o museu *Museu Schwules*, destinado a exposições temporárias, tida como uma vibrante e gay Meca da arte e da história *queer*. O museu não apresenta receio de correr riscos quando se trata de exposições e arte potencialmente polêmicas, tornando a experiência do museu tão provocadora de pensamento quanto de entretenimento. Também em Berlim, encontra-se o “Memorial para os Homossexuais perseguidos sob o Nacional-socialismo, também conhecido como nazismo. As lésbicas e gays (As demais nomenclaturas compreendidas pela sigla LGBTQIAP+ ainda não eram nomeadas no período) foram especificamente visados pelo Holocausto, e este memorial, inaugurado em 2008, é diretamente oposto ao famoso Memorial do Holocausto em Berlim.

Melbourne na Austrália conta com o *Australian Lesbian and Gay Archives*, fundado em 1978, e conta com um robusto arquivo e biblioteca comunitária baseada em voluntários. A instituição abriga mais de 150 mil itens relacionados à vida histórica LGBTQIAP+, remontando aos primeiros colonos do país até tempos hodiernos. O arquivo hospeda conferências acadêmicas, publica livros e organiza passeios e caminhadas históricas, além de exposições em galerias parceiras pela Austrália, e participa de grandes eventos anuais LGBTQIAP+ como o *Sydney Gay & Lesbian Mardi Gras* e o festival *Midsumma* de janeiro.

No Brasil, São Paulo possui o Museu da Diversidade Sexual, criado em 2012 pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, o intuito do museu é difundir a cultura da população LGBT+ no Brasil. O espaço abriga exposições temporárias sobre os mais variados temas relacionados ao universo de pessoas transgêneras, gays, lésbicas, bissexuais e com todas as configurações possíveis de gênero, além de atividades culturais e educativas. Também no Brasil no início de julho de 2015 foi inaugurada em São Paulo a primeira biblioteca Feminista do Brasil, localizada na zona leste da capital recebeu o nome da escritora Cora Coralina se trata de um local amplo decorado por retratos e pinturas produzidos por mulheres, a Biblioteca Feminista surgiu com o propósito de transformação, o espaço traz um grande acervo na área de gênero e diversidade sexual, e surgiu em uma parceria entre as secretarias municipais da Cultura e de Políticas para as mulheres, o acervo foi construído por doações e ainda está em formação.

Esses grupos conhecidos como minorias geralmente são grupos socialmente silenciados, apagados e que têm suas narrativas não disseminadas ou difundidas fora dos

espaços sociais que os acolhem. A aplicação dos princípios éticos e morais impulsiona os profissionais da informação a refletir sobre a responsabilidade social nas instituições de informação e na responsabilidade dos profissionais da informação quanto ao tratamento da informação e sua disponibilização, assim como, o compromisso, o respeito e o acolhimento aos usuários independente de crença, raça ou orientação.

Silva (1960, p. 29) aponta que

Na medida em que o homossexual consegue efetuar contatos e descobre que existem outras pessoas na sociedade semelhantes a ele, também excluídos do grupo majoritário, ele tende a encarar de outra forma suas experiências, e ressignifica sua afirmação pessoal como homossexual, atrelando-se cada vez mais a essa categoria.

Diante disso, Briet (2016, p. 1) ao debruçar-se sobre as questões pertinentes a documentação, afirma de forma contundente que: “A latinidade e sua herança sempre deram à palavra ‘documento’ o sentido de lição e prova”. Tal entendimento corrobora com a eloquência do discurso da autora ao definir documento como sendo, “[...] uma prova em apoio a um fato” (BRIET, 2016, p. 1). Ao citar a então definição da *Union Française des Organismes de Documentation* (UFOD) de documento, a saber: “[...] toda base de conhecimento fixada materialmente e suscetível de ser utilizada para consulta, estudo ou prova” (BRIET, 2016, p. 1), a autora lança a fundamentação da área.

Assim, ao compreender que informação<sup>10</sup>, conhecimento e comunicação são conceitos indissociáveis (ROBREDO, 2012), e que, “[...] ‘informação’ seria o conhecimento ‘externalizado’, mediante algum tipo de codificação” (ROBREDO, 2012, p. 60). Assim, compreender a embrincada tessitura que compõe a(s) memória(s) (Individual e coletiva) verte-se em uma empreitada complexa, uma vez que, aquilo que se deve ser preservado, compreendido e disseminado, está submetido a relações de poder. Assim, ao entender que “[...] o discurso sempre se produziria em razão de relações de poder” (FISCHER, 2001, p. 199), e sendo o discurso parte constitutiva, se não o próprio, dispositivo de controle social (o dito e o não dito<sup>11</sup>), e em função do poder com o qual esse discurso é produzido e reverbera, tornando-se “verdade” dada a posição de quem fala (sujeito, grupo social, classe, comunidade discursiva, estrato social) se pode concluir que, “[...] a menor eclosão de verdade é condicionada politicamente” (FOUCAULT, 2020a, p.11).

<sup>10</sup> Segundo Robredo (2012, p. 60) “[...] a ‘informação’ pode ser: registrada, duplicada, transmitida, armazenada, organizada, processada, recuperada. Sim, mas somente quando extraída da mente e codificada, pela linguagem natural (falada ou escrita), seguindo normas e padrões (gramática, sintaxe) próprios de cada língua, ou de outras linguagens criadas pelo homem (linguagens de programação, que também têm suas gramáticas e sintaxes)”.

<sup>11</sup> Tal entendimento é expresso por Foucault (2000, p. 144) ao apresentar o conceito de dispositivo como, “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos”.

Logo,

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2000, p.12).

Nesse ínterim, Le Goff (2003, p. 426) reitera que:

[...] tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Assim,

O direito à memória encontra simetria no direito ao esquecimento, tal como acontece, por exemplo, nos casos de traumas, sobretudo na primeira infância. Além disso, esquecer pode ser parte da negociação de identidade estabelecida pelo sujeito em relação a seu passado. Exemplo disso encontra-se nas diversas estratégias de negação da filiação étnica num determinado contexto desfavorável, ou mesmo, a negação do passado como única possibilidade de sobrevivência, tal como acontece nos processos traumáticos de guerras e genocídios. (FERREIRA, 2011, p. 110-111)

Ao retomar o entendimento de Bento (2015) apresentado na introdução deste texto se pode vislumbrar de forma menos opaca o funcionamento das estruturas de poder e das relações de poder inscritas em toda uma engenharia social que visa a docilização política dos corpos e a viabilidade econômica dos mesmos.

Diante disso, questões como representatividade devem ser repensadas, uma vez que, ao serem inscritas em um sistema econômico baseado em relações de poder e consequentemente de opressão, organizações que se afirmam como aliadas a determinadas “minorias” ou causas sociais, podem estar utilizando-se dos artifícios possíveis, como preenchimento de cotas e o uso de símbolos ou bandeiras somente em datas sazonais, apenas para maximizar seus rendimentos ao “investir” em determinados nichos de mercado. Logo, não seria algo real, mas sim, uma estratégia para alcançar um público consumidor diferente e gerar mais lucro, esse tipo de estratégia é chamada de *Pink Money*.

Parker (2002, p. 15) inaugura em sua narrativa, o entendimento acerca daquilo que pode ser compreendido como a gênese do marcador da diferença com base na sexualidade no Brasil, a saber:

Por quase quatro séculos “desde que o primeiro europeu descobriu o que se acreditava ser o Novo Mundo “ imagens semelhantes de um mundo dividido,

separado em universos morais distintos, norte e sul do equador, passaram a ser os tropos mais familiares da imaginação ocidental. E dentro desta visão moral mais ampla, a sexualidade se transformou em uma espécie de precedente máximo “ um marcador fundamental da diferença em um sistema global de trocas simbólicas. De modo que a raça, a sexualidade (abaixo e acima do equador) foi apresentada com elegância como um item especialmente importante no leque de imagens utilizadas para distinguir o Norte do Sul.

Parker (2002) traduz em sua narrativa o processo de colonização do conhecimento pelo qual o Brasil passou em sua construção histórica. As divisões binárias criadas historicamente e inscritas no campo social, onde se circunscrevem as relações de poder, criam modelos analíticos fundamentados na mesma binaridade, modelos esses, que reforçam a compreensão do local destinado a determinados estratos sociais pelos grupos hegemônicos (homens brancos, cisgêneros, heterossexuais, burgueses e judaico-cristãos).

Assim, direita e esquerda, margem e centro, burguesia e proletariado, heteronormativo e *queer*, seguem a máxima que segundo Bento (2015, p. 16) pode ser resumida a “[...] toda luta política depende das intenções de quem as implementa”. Ressalta-se que, o que Althusser (1980, p. 43) aponta como Aparelhos de Estado<sup>12</sup> (AE), classificados em dois tipos, a saber: quando “[...] o Aparelho de Estado em questão ‘funciona pela violência’” são denominados de Aparelhos Repressivos do Estado (ARP), já os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIP) “[...] funcionam de um modo massivamente prevalente pela ideologia embora funcionando secundariamente pela repressão, mesmo que no limite, mas apenas no limite, esta seja bastante atenuada, dissimulada ou até simbólica” (ALTHUSSER, 1980, p. 47). Nesse interim, Settingrington (2017, p. 20)

Quando o Partido Nazista começou a perseguição aos homossexuais, não precisou criar leis para proibir o comportamento homossexual, posto que a lei<sup>13</sup> contra a homossexualidade já existia. Tudo o que os nazistas precisavam fazer era aplica-la. [...] Nos anos anteriores à ascensão dos nazistas, eram feitas aproximadamente mil apreensões por ano em função dessa lei, mas poucas acabaram resultando em sentença de prisão. A maioria dos “criminosos” recebia multas, era alertada sobre seu comportamento “desviado” e era então liberada. Na verdade, a lei era tão pouco aplicada que ativistas estavam trabalhando para abolir completamente o Parágrafo 175<sup>14</sup>.

Acontecimentos como o ocorrido em “[...] 6 de maio de 1933, os nazistas invadiram o Instituto para o Estudo da Sexualidade, de Hirschfeld, quebrando tudo o que conseguiram. Alguns dias mais tarde foi organizada uma enorme queima de livros: mas de 12 mil volumes

<sup>12</sup> O Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões, entre outros.

<sup>13</sup> “A lei que proibia sexo entre homens era conhecida como Parágrafo 175. Datava de 1871, quando o rei da Prússia unificou diversos reinos em um Estado alemão com uma nova constituição e um conjunto de leis” (SETTINGRINGTON, 2017, p. 20).

<sup>14</sup> Ver a obra cinematográfica “Parágrafo 175” (2000).

foram destruídos” (SETTINGTON, 2017, p.25-26) evidenciam as investidas ideológicas e políticas para um possível apagamento das narrativas divergentes.

A presença de um homossexual, Ernst Julius Günther Röhm (1887-1934) primeiro comandante da *Sturmabteilung* (SA), uma das figuras públicas mais proeminentes do Partido Nazista, em um primeiro momento pode ter tranquilizado os estratos sociais homossexuais durante a ascensão nazista ao poder e no início do processo de perseguição as homossexualidades. No entanto, tal impressão foi assassinada junto com Ernst Röhm no episódio que ficou conhecido como “a noite das facas longas” (30 de junho para 1 de julho de 1934), uma noite de “expurgo” em que Adolf Hitler (1889-1945) se promoveu como “o juiz supremo da nação alemã”.

Mesmo com o fim dos campos de concentração, tanto a Alemanha Oriental quanto a Ocidental mantiveram leis homofóbicas no país, mantendo homossexuais presos até a década de 1970. Apenas no ano de 1994 tal legislação foi revogada.

Não obstante, com a Revolução Cubana (1953-1959), surge em Cuba “[...] o ideal de homem novo<sup>15</sup> que estava associado a valores de coragem, honra e martírio, características que deveriam estar presentes em cada guerrilheiro revolucionário” (RODRIGUES, 2021, p.300). Nesse contexto, no “[...] período de 1965 a 1968 funcionaram em Cuba as Unidades Militares de Ajuda à Produção (UMAPs)” (RODRIGUES, 2021, p.296), que por definição tratava-se de

[...] uma instituição criada em 1965, em lugares isolados e de difícil acesso, no sul da então província de Camagüey, com o objetivo de reformar aqueles considerados detentores de “vícios capitalistas”, ou seja, homossexuais, religiosos, sem estudante ou vínculo trabalhista, delinquentes e descontentes com o sistema sociopolítico em implantação, por meio do trabalho agrícola como método corretivo em nível individual e político-ideológico<sup>16</sup>. (MARRERO, 2019, p. 94)

Ao refletir sobre o princípio da masmorra e suas três funções (trancar, privar da luz e esconder), que foram invertidas com o panóptismo, que adota a visibilidade como uma de suas posições essenciais, se pode compreender que os campos de concentração nazista e as Unidades Militares de Ajuda à Produção, não atuavam na gestão da vida, na “correção” dos sujeitos tidos como desviantes, ou mesmo na pedagogia dos corpos sexuados como forma de docilização.

Ao identificar, criminalizar, prender, desumanizar, matar, assim o processo de serialização da morte em massa dos indesejados se organizava de forma industrial de modo a erradicar. Quando a direita cerra em campos de concentração e identificam com

<sup>15</sup> Ver a obra cinematográfica “Antes do anoitecer” (2000).

<sup>16</sup> Citação original: “[...] una institución creada en 1965, en lugares aislados y de difícil acceso, en el sur de la entonces provincia de Camagüey, con el objetivo de reformar a aquellos considerados como detentadores de “vicios capitalistas”, es decir, homosexuales, religiosos, sin vínculo estudiantil o laboral, delincuentes y desafectos al sistema sociopolítico en implementación, a través del trabajo agrícola como método correctivo a nivel individual y político-ideológico” (MARRERO, 2019, p. 94).

o triângulo rosa invertido os homossexuais masculinos, a esquerda envia para campos de trabalhos forçados para “reformatar” aqueles que não se adequam ao modelo compulsório de sexualidade eleito pelos grupos hegemônicos, o que resta aos dissidentes sexuais e de gênero além de resistir? Diante disso Spargo (2006, p.19) lembra que

Não há relações de poder sem resistências; essas últimas são mais reais e efetivas porque são formadas bem no ponto onde as relações de poder são exercidas; a resistência ao poder não precisa vir de outro lugar para ser real, nem é inexoravelmente frustrada por ser compatriota do poder.

Os processos de exclusão aos quais foram submetidos os sujeitos praticantes de modalidades alternativas de sexualidade compreendidas nas dissidências sexuais de gênero podem ser observadas em diversas ações como: A doação de sangue por homens que fazem sexo com homens (HsH), homossexuais, bissexuais, era vetada no Brasil até o ano de 2020, em função de

Duas normas administrativas proíbem que o sangue de homens homossexuais seja sequer coletado no país. O artigo 64 da portaria 158/2016 do Ministério da Saúde considera ‘inapto temporário por 12 meses homens que tiveram relações sexuais com outros homens e/ou as parceiras sexuais destes’. O artigo 25 da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 34/2014 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) estabelece que ‘os contatos sexuais que envolvam riscos de contrair infecções transmissíveis pelo sangue devem ser avaliados e os candidatos nestas condições devem ser considerados inaptos temporariamente por um período de 12 meses, incluindo-se indivíduos do sexo masculino que tiveram relações sexuais com outros indivíduos do mesmo sexo e/ou as parceiras sexuais destes’. (DOMINGUEZ, 2018, p. 14).

Tais normas administrativas refletem a institucionalização de preconceitos, antipatias e proselitismos que cerceiam o acesso a direitos e conferem a marginalidade aos sujeitos que divergem da norma compulsória vigente.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5543<sup>17</sup> julgada procedente pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ) em decisão publicada em 26 de agosto de 2020, tornou as duas normas administrativas sem valor, admitindo assim, a inconstitucionalidade das mesmas, direcionada a homossexuais, bissexuais, HsH e suas parceiras, ferindo o princípio da dignidade da pessoa humana, além da autonomia tanto privada quanto pública de tais estratos sociais, dada sua interpretação consequencialista, orientada pelo estabelecimento de grupos e não de condutas de risco.

Pollak (1990, p. 121) aponta que, a “[...] expressão ‘grupo de risco’ está presente na literatura médica sobre a AIDS<sup>18</sup> desde o registro dos primeiros casos, em 1981”. Acerca dos “grupos de risco”, Pollak (1990, p.13) infere que “[...] a expressão ‘grupo de risco’ torna-se o espelho das condições sociais reservadas a uma categoria especial de

<sup>17</sup> Processo ADI 4001360-51.2016.1.00.0000 DF.

<sup>18</sup> Síndrome da Imunodeficiência Humana (AIDS).

pessoas, quando um risco médico, percebido ao mesmo tempo como risco social”.

Pollak (1990) aponta que, a partir do final de 1981, a classificação “grupos de risco” em relação a contaminação pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) fora direcionada aos homossexuais e seu “estilo de vida”, ocupando desde então lugar de destaque nas pesquisas do *Centers for Disease Controls*<sup>19</sup> (CDC) americano, influenciando assim a retomada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e das autoridades francesas<sup>20</sup> da época da definição de “grupos de risco”.

Nesse interim, Pollak (1990) alerta, “[...] convém observar de que maneira tal organismo [*Centers for Disease Controls*] isolou esses grupos” (POLLAK, 1990, p. 121), concluindo que: “A construção desses grupos age, portanto, pela observação de uma série limitada de casos, pelo isolamento das características comuns a esses casos, a saber: a homossexualidade masculina, o uso de droga intravenosa e a origem geográfica” (POLLAK, 1990, p.123).

Ao estabelecer diálogo com as construções sociais da identidade<sup>21</sup> e da diferença<sup>22</sup> (SILVA, 2000) acerca da questão racial, Oliveira (2020, p. 30) conclui que “[...] a demonização pode ser entendida como uma estratégia quando a figura do Diabo é utilizada visando ao enquadramento social”.

Assim, a conclusão de Pollak (1990) pode ser conferida ao se observar a distribuição de casos de AIDS, segundo categoria de exposição hierarquizada e ano de diagnóstico. Brasil, 1980 – 2003 (Gráfico 1), onde se pode perceber que, a partir do ano de 1992 até o ano de 2009 (Gráfico 2), os números de casos de AIDS entre os heterossexuais superam o número de ocorrências tanto de bissexuais, quanto de homossexuais. No entanto, o estigma fora lançado sobre os grupos minoritários e não sobre a realidade.

Logo, a proibição da coleta e conseqüentemente da doação de sangue por conta da orientação sexual, norteadas por uma visão conseqüencialista, que aloca homossexuais, bissexuais, HsH e suas parceiras enquanto possíveis vetores de transmissão de enfermidades, a narrativa institucionalizada relega, mesmo que de forma desintencional, estes estratos sociais a marginalia, ancorando sua argumentação em ecos discursivos pautados em uma narrativa médico científica superficial já em desuso.

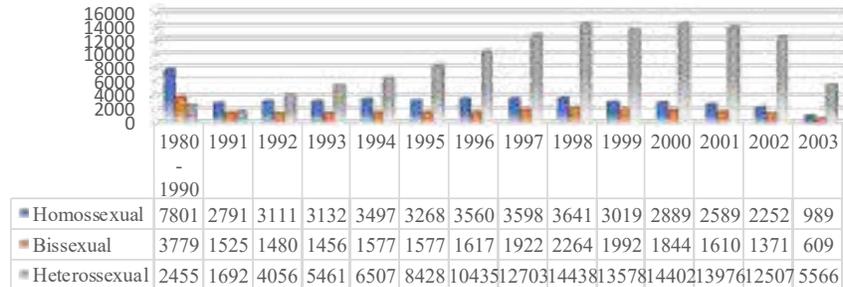
<sup>19</sup> Ver a produção cinematográfica *“The Normal Heart”* (2013).

<sup>20</sup> Ver a produção cinematográfica *“120 battements par minute”* (2017).

<sup>21</sup> Segundo Silva (2000, p. 74) sob uma óptica “[...] a identidade é simplesmente aquilo que se é: “sou brasileiro”, “sou negro”, “sou heterossexual”, “sou jovem”, “sou homem”, ao ponto que, também pode ser compreendida como “[...] um significado “cultural e socialmente atribuído” (SILVA, 2000, p.89).

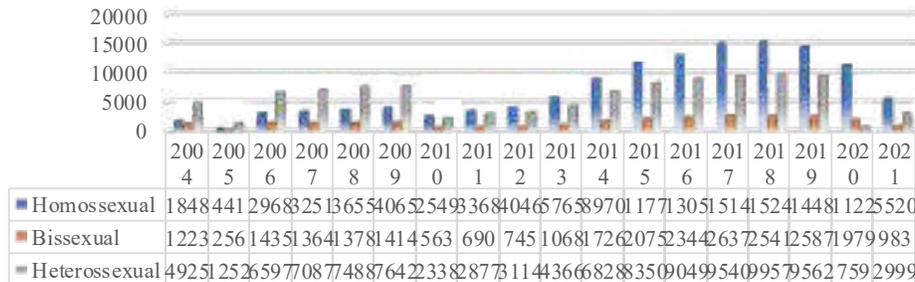
<sup>22</sup> Silva (2000, p. 81) discorre que “[...] identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição “discursiva lingüística [sic]” está sujeita a vetores de força, a relação de poder.

**Gráfico 1** - Casos de aids, segundo categoria de exposição hierarquizada e ano de diagnóstico. Brasil, 1980-2003



Fonte: MS/SVS/PN DST e Aids/SINAN, 2003.

**Gráfico 2** - Casos de aids (números e percentual) em indivíduos com 13 anos de idade ou mais, segundo categoria de exposição hierarquizada por sexo e ano de diagnóstico. Brasil, 2004-2021



Fonte: MS/SVS/PN DST e Aids/SINAN, 2021.

No ano de 2004, a apresentação dos dados é modificada, passando de Casos de AIDS, segundo categoria de exposição hierarquizada e ano de diagnóstico Brasil, para - Casos de HIV notificados no Sinan (número e percentual) em indivíduos com 13 anos de idade ou mais, segundo categoria de exposição hierarquizada, por sexo e ano de diagnóstico. Brasil.

Ainda sobre processos de exclusão, o Brasil no ano de 2021, pelo 13º ano consecutivo, auferiu o posto de país onde mais se mata a população T (Travesti, Transsexuais e Transgêneros), de acordo com a Organização Não Governamental (ONG) *Transgender Europe* (TGEU). Para além, do entendimento de uma “tolerância frágil” para com a população T, o país apresenta “[...] um *modus operandi* historicamente observável das elites que estão majoritariamente nas esferas da representação política” (BENTO, 2014, p. 166), atuando de forma a garantir que “[...] os excluídos sejam incluídos para continuarem a ser excluídos” (BENTO, 2014, p. 166), uma vez que, as “[...] conquistas para os excluídos (econômicos, dos dissidentes sexuais e de gênero) são feitas a contagotas, aos pedaços” (BENTO, 2014, p. 166), perpetuando assim, esse *modus operandi* de controle por meio da inclusão/exclusão.

Assim, se pode estabelecer um entendimento acerca de como procedem os grupos hegemônicos, no trato com determinadas minorias. Um exemplo disso, é a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), que até 5 de abril de 2022, não poderia ser aplicada a mulheres transsexuais. O precedente foi auferido com decisão publicada no parecer nº 167/2022 – MNG/PGRA<sup>23</sup>.

A questão chegou ao STJ, após recurso do Ministério Público do Estado de São Paulo, contra decisão do juízo de primeiro grau e do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP), de negarem o acesso a medidas protetivas a uma mulher transsexual, entendendo que a proteção da Lei Maria da Penha seria limitada à condição de mulher biológica, ou seja, foram necessários, dezesseis anos, para que a legislação abrisse um precedente, desvinculando a condição de mulher do sexo (biológico).

Deste modo, Fraser (2017, p. 279) infere que

Quando tais padrões de desrespeito e de desestima se tornam institucionalizados por exemplo na lei, no bem estar social, na medicina, na educação pública e/ou nas práticas sociais e de grupos, mais do que na estrutura de interação do dia a dia elas impedem a pariedade de participação, bem como as inequidades distributivas.

Assim, marginalizados, excluídos, silenciados, estereotipados e abjetificados, as dissidências sexuais e de gênero não são ouvidas, gerando assim, uma narrativa histórica única. Adichie (2019, p. 26) aponta que “[...] a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história”, gestando cultural e historicamente hierarquias e processos de exclusão.

Adichie (2019, p. 27-28) “[...] A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes e não somos parecidos” e quando a voz é conferida a determinados grupos de forma intencional, uma vez que, o poder não é proibitivo, mas sim produtivo, ocorre o que Bento (2015, p. 16) conclui: “O que se dá é um ‘roubo’ das múltiplas vozes que são apagadas pelos signos hegemônicos (‘gay’, ‘mulher’, ‘proletária’, ‘negro’) que dizem portar a verdade última de todos os ‘outros’”.

Assim, Adichie (2019, p. 32) conclui que “[...] as histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram utilizadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada”.

Ao vislumbrar a tortuosa trama que se descortina ao imergir no domínio das homossexualidades ou de forma ampliada das dissidências sexuais e gênero, o leitor pode indagar-se acerca da importância do pertencimento a um grupo, de uma representação

<sup>23</sup> Recurso Especial Nº 1977124 - SP (2021/0391811-0).

verossimilhante e da preservação das memórias de grupos não hegemônicos. Tais indagações só podem ser possíveis ao vislumbrar o outro e reconhecer nele a humanidade que fora apagada no decorrer do processo de construção histórica.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término das análises dos dados coletados no decorrer do processo de construção do estudo aqui apresentado, se pode vislumbrar que as unidades de informação refletem em muitos aspectos aquilo que a sociedade impõe enquanto “normal”, “natural” e “desejado” sob a forma de norma (Heteronorma), balizando as representações e conseqüentemente a preservação memorial de grupos hegemônicos em detrimento de grupos marginalizados.

Assim, ao compreender que os sistemas de saber/poder nos quais a sociedade está imersa regem toda uma engenharia social para a manutenção do poder. Logo, o entendimento de que o patriarcado se configura enquanto um sistema de produção de conhecimento, uma vez que, o poder não é proibitivo, mas sim produtivo, faz com que as linhas constitutivas dos dispositivos de controle social possam ser percebidas e dimensionadas.

Infere-se assim que, se a homofobia assim como o sexismo tem a mesma gênese social, estando inscritos nos mesmos sistemas políticos e econômicos, a mudança só se daria frente a identificação e combate a hierarquização das margens, possibilitando assim a construção de narrativas diferenciadas e não intencionalmente colocadas como uma variante a norma.

Logo, as unidades de informação, assim como os profissionais da informação necessitam compreender a dimensão do impacto de suas atuações na sociedade, uma vez que, ambos atuam enquanto mediadores do acesso à informação e ao conhecimento produzido, representado e disseminado no âmbito social.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

ALLPORT, Gordon. **The nature of prejudice**. Cambridge: Addison-Wesley, 1954.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; SANTOS NETO, João Arlindo dos. Mediação da informação e a organização do conhecimento: interrelações. **Informação & Informação**, v. 19, n. 2, p. 98-116, 2014.

ALMEIDA, Aires. **O valor cognitivo da arte**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2010.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Editora Presença, 1980.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações teóricas e institucionais. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 16, n. 31, p. 110-130, 2011.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

BEGHTOL, Clare. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.

BEGHTOL, Clare. Bibliographic classification theory and text linguistics: aboutness analysis, intertextuality and the cognitive act of classifying documents. **Journal of Documentation**, London, v. 42, n. 2, p. 84-113, June. 1986.

BEGHTOL, Clare. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 56, n. 9, p. 903-912, 2005.

BEGHTOL, Clare. Universal concepts, cultural warrant, and cultural hospitality. In: LÓPEZ-HUERTAS, María José. **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries**. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002. p. 45-49.

BENTO, Berenice. Apresentação. In: COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 13-19.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 4, n. 1, p. 165-165, 2014.

BERMAN, Sanford. **Prejudice and antipathies: a tract on the LC subject heads concerning people**. Jefferson: McFarland & Company Inc. Publishers, 1993.

BOECKEL, Cristina. Casal gay recebe carta exigindo que saiam de vila: 'gente de cor' e 'afeminada'. **G1**, Rio de Janeiro, 24 jan. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/casal-gay-recebe-carta-exigindo-que-saiam-de-vila-gente-de-cor-e-afeminada.ghtml>. Acesso em: 29 abr. 2022.

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?** Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2016.

BUCKLAND, Michael Keeble. **Information and information systems**. ABC-CLIO, 1991.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importam: sobre os limites materiais e discursivos do sexo**. Buenos Aires: Paidós, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. From: Bodies That Matter: On the Discursive Limits of 'Sex'. In: GOODMAN, Lizbeth; DE GAY, Jane (Ed.). **The Routledge Reader in Gender and Performance**. New York: Routledge, 1998, p. 282-287.

CARVALHO, Larissa Akabochi de; CRIPPA, Giulia. Ciência da informação: histórico, delimitação do campo e a sua perspectiva sobre a área da Comunicação. **Perspectivas em Ciência da Informação** [online], v. 18, n. 4, p. 241-251. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362013000400015>. Acesso em: 19 Abr. 2022

COHEN, Diana Micheline. **O consumidor da informação documentária: o usuário de sistemas documentários visto sob a lente da análise documentária**. 1995. 145p. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

COLLING, Leandro. O que perdemos com os preconceitos? **Cult – Revista brasileira de Cultura**, São Paulo: editora Bregantini, n. 202, jun., 2015.

CRIMP, Douglas. **Sobre as ruínas do museu**. Fotos Louise Lawler. Tradução Fernando Santos. Revisão da tradução Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DAVI, Edmar Henrique Dairell; BRUNS, Maria Alves de Toledo. Mundo-vida travesti: abordagem fenomenológica das travestilidades. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 521-533, set. 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DE LA TIERRA, Tatiana. Latina lesbian subject headings: the power of naming. In: DRABINSKI, Emily; ROBERTO, K. R.; BERMAN, Sanford. **Radical cataloging: Essays at the front**, p. 94-102, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs**. V. 1. Tradução Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2000.

DÍAZ-JATUF, Julio. **Necesidades de Información en la comunidad GLTTIBQ (gay, lesbica, transexual, travesti, intersexual, bisexual, queer)**. Tesis de Maestría thesis, Universidad de Buenos Aires. Facultad de Filosofía y Letras/Biblioteca Nacional de la República Argentina, 2017.

DOMINGUEZ, Bruno. Sangue recusado: restrições à doação de sangue exclui homens que fazem sexo com homens da possibilidade de salvar vidas. **Revista RADIS**, Rio de Janeiro/RJ, n. 189, p. 12-19, jun. 2018.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Políticas da memória e políticas do esquecimento. **Aurora**, n. 10, p. 102-102, 2011.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 197-223, novembro de 2001.

FLINN, Andrew. Community histories, community archives: some opportunities and challenges. **Journal of the Society of Archivists**, v. 28, n. 2, p. 151-176, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1987b.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1** - a vontade de saber. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020a.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 4**: as confissões da carne. São Paulo: Paz e terra, 2020b.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987a.

FRASER, Nancy. Heterossexismo, falso reconhecimento e capitalismo: uma resposta a Judith Butler. **Ideias**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 277–294, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8650019>. Acesso em: 23 abr. 2022.

FRY, Peter; McRAE, Edwaed. **O que é homossexualidade?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

GABEIRA, Fernando. Machismo. *In*: GRANDINO, Adilson et al. **Macho masculino homem**. São Paulo: L & PM Editores Ltda, 1986, p. 11-17.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Knowledge organization from a “culture of the border”: towards a transcultural ethics of mediation. *In*: LÓPEZ-HUERTAS, Maria José. **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century**: integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002. p. 516-522.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019

HELIEN, Adrián; PIOTTO, Alba. **Cuerpxs equivocadxs**: hacia la comprensión de la diversidade sexual. Buenos Aires: Paidós, 2012.

JACOBS, Daiane Dordete Steckert. Corpo Vocal, Gênero e Performance. **Rev. Bras. Estud. Presença**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 359-381, ago. 2017.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012.

LAURETIS, Teresa de. “A tecnologia do gênero”. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **O marxismo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

MARRERO, Roberto Garcés. Los primeros años de la Revolución cubana y las Unidades Militares de Ayuda a la Producción (UMAP). **História crítica**, n. 71, p. 93-112, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

NASCIMENTO, Francisco Arrais. **Nomear, classificar, existir**: um estudo das práticas discursivas como contribuição para a organização do conhecimento produzido por comunidades LGBTQIAP+. 2021. 276 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília - SP, 2021.

NASCIMENTO, Francisco Arrais *et al.* Autonegação e autoclassificação das homossexualidades masculinas e sexualidades alternativas no Brasil. **Investig. bibl**, Ciudad de México, v. 34, n. 84, p. 151-168, set. 2020.

NUNES, Débora Machado. **O pensamento feminista na economia**: revisão teórica e crítica a partir de uma perspectiva marxista. 2016. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (R)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Salvador – BA. Editora Devires, 2020.

OLSON, Hope A. **The power to name**: locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.

PARKER, Richard. **Abaixo do equador**: culturas do desejo, homossexualidade e comunidade gay no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PECHENY, Mario. Identidades discretas. *In*: RIOS, Luís Felipe et al (Orgs.). **Homossexualidade**: Produção Cultural, cidadania e saúde. Rio de Janeiro: ABIA, 2004. p. 16-33.

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p.193-198, 14 jul. 2011.

PINTO, Renato. Museus e diversidade sexual: reflexões sobre mostras LGBT e QUEER. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 44–55, 2012.

POLLAK, Michel. **Os homossexuais e a AIDS**: sociologia de uma epidemia. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

PRADO, Marco Aurélio M. Homofobia: muitos fenômenos sob o mesmo nome. *In*: BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 7-11.

- REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *In.*: GELPI, Barbara Charlesworth; GELPI, Albert (Ed.). **Adrienne Rich's Poetry and Prose**. New York/London: W.W. Norton & Company, 1993.
- ROBREDO, Jaime. Filosofia da ciência da informação *ou* Ciência da informação e filosofia? *In.*: TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão. **Para entender a ciência da informação**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 35-74.
- RODRIGUES, Amanda Aparecida Gomes. Memórias da repressão do governo revolucionário a homossexuais em Cuba: um estudo dos testemunhos de ex-umapianos (2007-2019). **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], v. 1, n. 38, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/35321>. Acesso em: 11 abr. 2022.
- RODRIGUES, Carla. A filósofa que rejeita classificações. **Cult – Revista brasileira de Cultura**, São Paulo: editora Bregantini, n. 185, novembro, 2013.
- ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 2 ed. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2016.
- RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu, 2017.
- RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 1-88, 2003.
- SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 1, n. 1, mar. 1996.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *In.*: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, 1995.
- SETTINGTON, Ken. **Marcados pelo triângulo rosa**. São Paulo: Melhoramentos, 2017.
- SILVA, José Fábio Barbosa da. **O homossexualismo em São Paulo**: um estudo de um grupo minoritário. São Paulo, 1960 (Monografia de especialização), Faculdade de Filosofia, Universidade de São Paulo, 1960.
- SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SOUZA, Pedro de. **Confidências da carne**: o público e o privado na enunciação da sexualidade. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- SPARGO, Tamasim. **Foucault e a teoria queer**. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: UFJF, 2006.
- THORNHAM, Sue. Second Wave Feminism. *In.*: GAMBLE, Sarah (Ed.). **Feminism and Postfeminism**. London; New York: Routledge, 2001. p. 29-42.

VANEGAS, Angela. Representing lesbians and gay men in British social history. *In*: SANDELL, Richard. **Museums, society, inequality**. London, UK: Routledge, 2006. p. 98-109.

## **FILMOGRAFIA**

120 battements par minute. Direção: Robin Campillo. Produção: Hugues Charbonneau; Marie-Ange Luciani; Jacques Audiard. França: Les Films de Pierre; France 3 Cinéma; Page 114, 2017. Disponível em: <https://vizer.tv/filme/online/120-batimentos-por-minuto>. Acesso em: 9 abr. 2022.

ANTES do amanhecer. Direção: Julian Schnabel. Produção: Julian Schnabel. Estados Unidos: El Mar Pictures; Grandview Pictures, 2000. 1 DVD.

THE NORMAL Heart. Direção: Ryan Murphy. Produção: Brad Pitt; Ryan Murphy; Scott Ferguson. Estados Unidos: HBO Films; Plan B Entertainment, 25 de maio de 2013. Disponível em: <https://www.hbobrasil.com/movies/detail/normal-heart-the-hbo224697>. Acesso em: 4 maio 2022.

PARAGRAPH 175. Direção: Jeffrey Friedman; Rob Epstein. Produção: Rob Epstein; Jeffrey Friedman; Janet Cole; Michael Ehrenzweig; John Hoffman. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte: Channel Four Films; Cinemax; HBO Theatrical Documentary; Telling Pictures; Zero Film GmbH, 2000. 1 DVD.

**Recebido/ Received: 17/07/2022**  
**Aceito/ Accepted: 09/08/2022**  
**Publicado/ Published: 30/08/2022**

---

## **O CÍRIO DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ COMO SÍMBOLO DA MEMÓRIA E RESISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO PARÁ**

*THE CÍRIO OF NOSSA SENHORA DE NAZARÉ AS A SYMBOL OF MEMORY AND SOCIAL RESISTANCE IN THE STATE OF PARÁ*

---

### **Cristiane Pantoja de Moraes**

Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/FFC/UNESP). Membro Grupo de Estudos ECOAR (Estudos Contemporâneos em Organização do Conhecimento) da Universidade São Paulo (USP). Especialização em Gestão de Documentos e Informação pela UNILEYA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3872-2717> E-mail: [cristiane.moraes@unesp.br](mailto:cristiane.moraes@unesp.br)

### **Deise Maria Antonio Sabbag**

Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPCI/ FFC/ Unesp). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6392-4719>, E-mail: [deisesabbag@usp.br](mailto:deisesabbag@usp.br); [deise.sabbag@unesp.br](mailto:deise.sabbag@unesp.br)

### **RESUMO**

O Círio de Nazaré é um fenômeno religioso rico, com complexo ritual mitológico. O evento é realizado anualmente e se tornou grande momento de celebração da cultura Paraense, em que os peregrinos buscam por absolvições e milagres. Nesse sentido, o Círio passou a ser objeto de culto e devoção, uma manifestação de salvamento da memória religiosa coletiva, transmitido como legado da história e identidade nazarena. Dessa forma, este trabalho tem como objetivos: fazer buscas nas obras que tratam do Círio como uma forma de preservação da memória paraense, buscando fazer uma relação com a festividade do Círio como um símbolo cultural e religioso; tratar a representatividade dos homossexuais durante a celebração do Círio como forma de resistência pelo seu reconhecimento na sociedade e também fazer referência a obras valiosas que fazem parte do acervo como objeto de cultura e preservação documental da celebração da Festa de Nossa Senhora de Nazaré, em Belém do Pará. Utilizando-se de uma revisão da literatura, procurou-se abordar aspectos referentes aos conteúdos que correferem assuntos potencialmente ligados aos temas de memória como símbolo de resistência para produção, transmissão e preservação da informação religiosa paraense. Essa metodologia tem como base o delineamento de documentos, utilizando-se de uma abordagem qualitativa, fazendo a relação das informações que se traduzem a presente representação simbólica da cultura na Nossa Senhora de Nazaré. Desse modo, resultando nesta pesquisa o quanto de memória cultural do Paraense, cuja manifestação religiosa material e imaterial se mostrou muito forte, principalmente na crença dos devotos da Nossa Senhora de Nazaré, o que culminou na transformação do Círio como patrimônio cultural brasileiro.

**Palavras-chave:** Círio. Nossa Senhora de Nazaré. religião. memória. resistência.

### **ABSTRACTS**

The Círio de Nazaré is a rich religious phenomenon, with a complex mythological ritual. The event is held annually and has become a great moment of celebration of Paraense culture, in which pilgrims search for absolutions and miracles. In this sense, the Círio has become an object of worship and devotion, a manifestation of the rescue of collective religious memory, transmitted as a legacy of Nazarene history and identity. Thus, this paper has as objectives: to search for works that deal with the Círio as a form of preservation of Paraense memory, seeking to make a relationship with the Círio festival as a cultural and religious symbol; to deal with the representation of homosexuals during the celebration of the Círio as a form of resistance for their recognition in society and also to make reference to valuable works that are part of the collection as an object of culture and documentary preservation of the celebration of the Feast of Nossa Senhora de Nazaré, in Belém of Pará. Using a literature review, it was sought to approach aspects referring to the contents that correlate subjects potentially linked to the themes of memory as a symbol of resistance for the production, transmission and preservation of the Paraense religious information. This methodology is based on the delineation of documents, using a qualitative approach, making the relation of the information that translates the present symbolic representation of the culture in Nossa Senhora de Nazaré. Thus, resulting in this research the cultural memory of the Paraense, whose material and immaterial religious manifestation was very strong, especially in the belief of the devotees of Nossa Senhora de Nazaré., which culminated in the transformation of the Círio as a Brazilian cultural heritage.

**Keywords:** Círio. Nossa Senhora de Nazaré. Religion. Memory. Resistance.

## 1 INTRODUÇÃO

Na História das Instituições Bibliotecárias, sobretudo em relação a importância de trazer as suas contextualizações regionais, tendo em conta que os seus princípios muitas vezes podem estar relacionados à pesquisa em diversas fontes documentais, com o passar dos anos, é notável que fios da nossa contemporaneidade foram incorporados à história atual, levando ao surgimento de um novo campo, que foi chamado de “História do Presente”. Essa nova história também foi valorizada por meio de relatos pessoais ou documentais deixado pelo passado, tornando-se capaz de demonstrar uma experiência coletiva, uma visão de mundo da memória da população do Estado do Pará. Isso, hoje, configura uma nova história social como símbolo não somente da cultura regional, como também, por exemplo, um símbolo patrimônio nacional, o chamado “Círio de Nossa Senhora Nazaré”.

Desse modo, no decorrer dos tempos, novos objetos apareceram, uma vez que os historiadores se interessaram, também, pelo dia a dia, pela vida privada da família, gestos de trabalho, rituais, festas e formas de sociabilidade. Esse novo enquadramento resultou em importantes mudanças no conteúdo dos arquivos e no conceito do que é ou não uma fonte. Não por acaso as fontes históricas coincidiram com as transformações das sociedades contemporâneas (PINSKY, 2008).

Sendo assim, esta pesquisa pretende pensar a preservação da memória coletiva diante da iminência de sua transformação em história, momento quando a tradição dos grupos sociais, ou seja, a religiosidade da memória coletiva já não se encontra mais tão viva no cotidiano de seus indivíduos. Para que essa anamnese não desapareça por completo é essencial que ela seja preservada de diversas formas, sejam documentais ou não. Nesta abordagem adotada, procuramos conceber a memória coletiva como uma forte fonte histórica da fé religiosa no Estado do Pará.

Portanto, a justificativa para este estudo está no surgimento do pensar na preservação da memória coletiva, uma forma de representação da história do povo nortista, momentos em que as tradições dos grupos sociais, existentes no cotidiano dos paraenses. Para Dias (2015, p. 124) cita que “para que essa memória não desapareça por completo, é essencial que ela seja preservada em “lugares” como museus, assim como também em narrativas, em histórias, músicas”; em bibliotecas, objetos que demonstram como a fé católica no Estado do Pará fomenta a cultura gerando um grande simbolismo religioso nacional. A autora ainda comenta que essa abordagem adotada sobre memória coletiva e história é analisada de modos diferentes, isto é, “[...] construída na memória coletiva dos brasileiros, tendo como suporte o passado histórico dos acontecimentos nacionais”.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivos: fazer busca de obras que tratam do Círio como uma forma de preservação da memória paraense, a partir da

festividade do Círio como um símbolo a cultural e religiosa; tratar a representatividade dos homossexuais durante a celebração do Círio como forma de resistência pelo seu reconhecimento na sociedade, por fim, procurar fazer referência às obras valiosas que fazem parte do acervo como objeto de cultura e preservação documental da celebração da Festa de Nossa senhora de Nazaré em Belém do Pará.

Procuro com esta pesquisa mostrar como trabalhar a história social, argumentando a partir da perspectiva de memória social/coletiva a importância de entender como o Círio de Nazaré se manifesta na sociedade contemporânea a partir de uma concepção da memória histórica do Estado do Pará. Além disso, dentro de uma abordagem teórico-documental, procuramos demonstrar como ocorreu a construção da religiosidade paraense, com foco na perpetuação do simbolismo religioso coletivo na história do Pará. Enfatizando, desse modo, a possibilidade produzir materiais de estudo, como cita Vidal, Rosa e Lima (2017, p. 1) “[...] reflete sobre o processo de construção e registro da informação numa relação direta com a noção de memória cultural, a qual indica o vínculo entre passado, presente e futuro” da festividade do Círio Paraense.

Utilizando-se de uma revisão da literatura, procuramos abordar aspectos referentes a conteúdos que correferem assuntos potencialmente ligados aos temas de memória como símbolo de resistência para produção, transmissão e preservação da informação da cultura Paraense. Esta metodologia tem como base o delineamento de documentos, utilizando-se de uma abordagem qualitativa, fazendo a relação das informações que se traduzem a presente representação simbólica da cultura da Nossa Senhora de Nazaré à memória cultural do Norte do Brasil, cuja manifestação material mostrou-se muito forte, principalmente na crença dos devotos da Santa como forma de patrimônio cultural.

## **2 FESTIVIDADE DO CÍRIO DE NAZARÉ COMO SÍMBOLO DA MEMÓRIA DO PARAENSE**

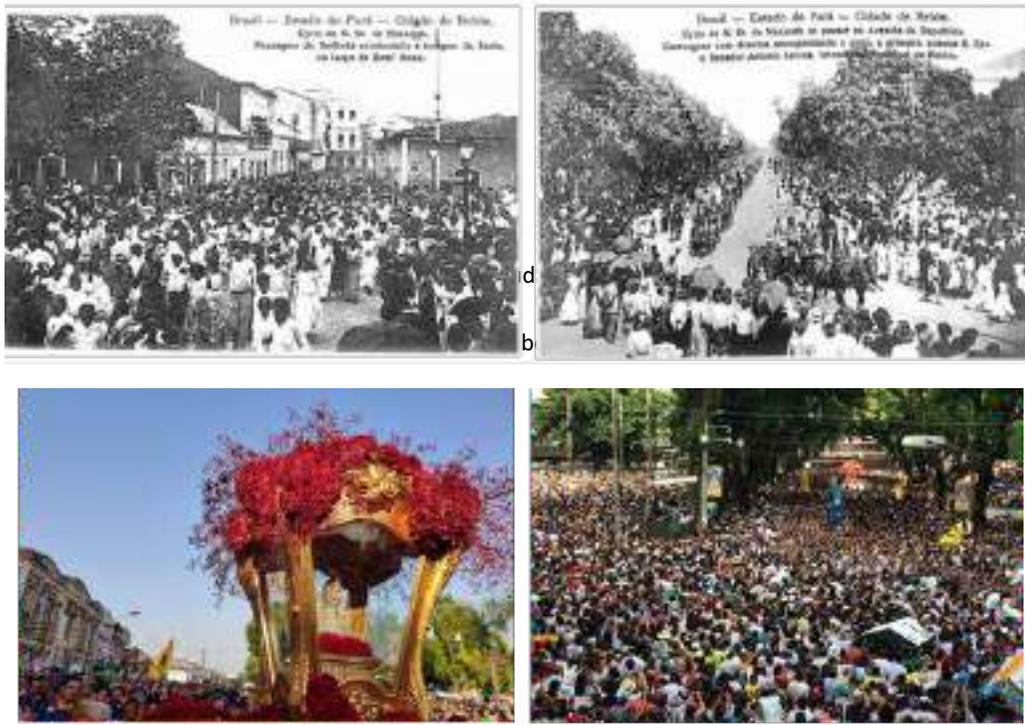
A Palavra Círio vem do latim *cereus*, significa uma grande vela de cera. “Em Portugal, os círios representavam um ajuntamento de pessoas que se organizavam para, em romaria, ir ao Santuário de Nossa Senhora de Nazaré” (IPHAN, 2006, p.14).

O Círio de Nazaré é realizado anualmente em Belém, capital do Estado do Pará, no segundo domingo do mês de outubro, sendo considerado um momento no curso da história na construção social, espaço simbólico e religioso. A festividade é considerada um momento de verificação da dimensão divina e sua grande devoção à padroeira do Estado do Pará, a “Nossa Senhora de Nazaré”. A construção encarnada na criação do ministério do poder divino, seu poder de Intervir e definir o curso da vida mortal por mediação de Nossa Senhora e de Cristo, que traz ao público acima de todos os milagres e da palavra de Deus, do ponto de vista católico. A festividade é uma grande celebração anual em que as pessoas de Belém e dos municípios vizinhos se tornam o centro que conecta a cidade e a religiosidade ao mundo (COSTA *et al*, 2008).

Para Henrique (2011), o Círio de Nazaré é nitidamente marcado pela forte participação popular, que se reúne atualmente milhares de romeiros dos confins da Amazônia. Todos os anos, em outubro, milhares de paraenses, além de devotos de outras partes do Brasil, invadem a “Cidade de Mangueiras”, transformando suas principais ruas em santuários humanos. Cidade é conhecida por apresentar uma das maiores expressões religiosas do Brasil. O Círio é a procissão, na qual os devotos conduzem a imagem do santo pelas ruas estreitas do centro de Belém, conforme registrado nas Figuras 1 e 2.

Para Almeida (2014, p. 2), “A Santa louvada no Círio de Nazaré, em Belém, é a Nossa Senhora de Nazaré, que, até o final do século XIX, era chamada de Nossa Senhora de Nazaré do Desterro. Conforme indicam os vários estudos, até 1789”. As festas em honra da Santa em que a Igreja Católica autorizou, desde então a Santa Sé formalizou a Festa de Nazaré. Em 1793 foi o ano que ocorreu a primeira procissão oficial do Círio, nota-se na imagem abaixo uma das primeiras procissões (Figura 1) e atualmente como a procissão é realizada (Figura 2).

**Figura 1** - Duas imagens: a esquerda Procissão do Círio de Nazareth ocorrida no início do século; a direita registro da passagem do Círio.



**Fonte:** Círio 2019: Milhões de fiéis em romaria pelas ruas de Belém, Av. Presidente Vargas. Foto: Tarso Sarraf. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2019/noticia/2019/10/13/imagens-milhoes-de-feis-acompanham-nossa-senhora-de-nazare-no-cirio-2019.ghtml>.

Para Alves (2005) o Círio de Nossa Senhora de Nazaré é considerado a maior procissão religiosa do Brasil. Dessa forma, ela leva milhões de pessoas e devotos da Santa padroeira às ruas, concretizando como uma das mais importantes formas de expressões culturais do mundo.

Dentro desse contexto, é interessante notar que existem diversos objetos materiais em torno dessa festa religiosa como símbolo do patrimônio cultural que nutrem a memória dos devotos. Historicamente esses artefatos são vinculados à fé dos romeiros e, por meio deles, a festividade do Círio torna-se importante evento também no âmbito comercial da região.

Neste período de celebração dessa festa religiosa é marcado por diversos rituais durante o mês de outubro, composto por novenas, procissões, missas, arraial e famoso almoço do Círio, quando ocorre a reunião familiar para degustação de pratos tipicamente paraense, entre eles os célebres pratos “maniçoba<sup>1</sup>” e o “pato no tucupi<sup>2</sup>” .

O Círio já foi definida aqui como um “complexo ritual”, pois não só reúne várias procissões, como também se completa com o arraial (originalmente uma grande feira) e o almoço do Círio. Contudo, oficialmente, o ritual da procissão é definida pela arquidiocese de Belém:

A partir da “oficialização” do Círio pela Santa Sé, a estrutura ritualística da Festa passa a ser assumida pela Igreja Católica, inclusive com a introdução de alguns dos símbolos sacros mantidos até hoje, como é o caso da berlinda, da corda, do barco dos anjos e do carro dos milagres (ALMEIDA, 2014, p.2).

Os católicos se alimentam dos milagres do passado na esperança de um futuro melhor, em que ornamentos religiosos como: vela e parte da anatomia corporal feitos de parafina, pequenas casas e objetos feito de miriti<sup>3</sup> são símbolo de uma devoção. São também oportunidade para expressar sentimentos, agradecimentos ou pedidos como manifestação de fé.

Numa sociedade tecnologicamente moderna, caracterizada pela ampla circulação de mudanças, comunicação instantânea, mercadorias, capitais, pessoas, conhecimento, símbolos, imagens, entre outras, surgem dilemas da memória e

<sup>1</sup> A maniçoba é um prato de origem indígena, típico da culinária paraense e amapaense. Pela origem da folha de que é produzido, surgiu provavelmente entre aldeias indígenas no norte brasileiro, embora seja comumente apontado como uma comida paraense. Tem como principal ingrediente a maniva, a folha da mandioca moída.

<sup>2</sup> É um prato brasileiro típico da culinária da região Norte do Brasil, porém em especial do estado do Pará. É elaborado com tucupi, líquido de cor amarela extraído da raiz da mandioca brava, e com jambu, erva típica da região norte. Pode ser acompanhado por arroz branco ou farinha-d’água de mandioca.

<sup>3</sup> O termo buriti é a designação comum das plantas dos gêneros *Mauritia*, *Mauritiella*, *Trithrinax* e *Astrocaryum*, da família das arecáceas. Mais especificamente, o termo costuma se referir a *Mauritia flexuosa*, uma palmeira muito alta, nativa de Trinidad e Tobago e das Regiões Central e Norte da América do Sul, especialmente de Venezuela e Brasil. É também conhecida como coqueiro-buriti, buritizeiro, miriti, muriti, muritim, muruti, palmeira-dos-brejos, carandá-guaçu e carandá-guaçu.

do esquecimento. Nisso consiste o “quadro social da memória”, que na mente de Halbwachs, é crucial para a permanência das instituições sociais. Assim como “o tempo e o espaço, a linguagem também é uma das estruturas sociais da memória coletiva” (RIVERA, 2018, p. 1177).

Para Henrique (2011) nem sempre o Círio precisa ser “ensinado” às pessoas, ela relata que o Círio é uma tradição pois ele é vivido e experimentado anualmente, e não corre risco de desaparecer. Mas é necessário compreender a forma como esta celebração foi vivenciada e alterada ao longo do tempo, bem como a sua historicidade, isto é, para o autor é fundamental para compreender a sua continuidade histórica. Para pesquisadores interessados em qualquer tema relacionado ao Círio de Nazaré, o acesso ao conteúdo do banco de dados será de grande importância, auxiliando na proteção e promoção desse bem cultural.

### **3 O CÍRIO COMO DE FORMA DE REGISTRO E REPRESENTAÇÃO DA MEMÓRIA, TRADIÇÃO E IDENTIDADE CULTURAL**

O uso de tecnologias digitais juntamente com o suporte tradicional pode fornecer uma maneira de modernizar esses vastos conteúdos sobre o Círio, sejam em forma de objetos ou documentos, alinhando-os com a lógica da preservação documental, tornando-se, desse modo, mais significativa. Assim, espaços antes que eram simples, compostos de conteúdos relacionados a religiosidade, hoje são locais estritamente tecnológicos capazes de dar acesso as diversas formas e recursos aos conteúdos da memória local, atraindo um público mais amplo à memória tradicional da festa religiosa, possibilitando trazer para os dias atuais por meio de uma nova possibilidades tecnológicas.

Os arquivos religiosos do Brasil possuem um grande número de documentos que nem sempre estão prontamente disponíveis. A mais notória é a Igreja Católica, cujas coleções são recolhidas em cofres paroquiais, sob os cuidados de serviços de arquivo. Na maioria das vezes muito precários e desconfortáveis e improvisados. Apesar disso, os documentos são ricos e variados e consistem nomeadamente em registros paroquiais, incluindo batizados, casamentos e óbitos, procedimentos diversos, organizados por ordem cronológica (PINSKY, 2008).

A Biblioteca Pública Arthur Vianna, umas das maiores bibliotecas da capital paraense, atualmente com 151 anos, preocupa-se em promover acesso à informação, trazendo como uma das suas perspectivas sob a ótica da memória cultural do estado do Pará (FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ TANCREDO NEVES, 2002). Não é de hoje que a essa biblioteca apresenta um acervo inestimável e dentro dele se encontra a seção de Obras Raras, que desempenha um papel importante na formação e desenvolvimento do espírito científico, trabalhando com a informação, apoiando às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em seu interior possui obras de reconhecido valor histórico, que

tem como principal objetivo oferecer ferramentas de consulta da forma on-line do Acervo de Obras Raras, proporcionando a esses materiais a integridade das obras.

No que diz respeito à representação da memória, seja ela individual ou coletiva, não podemos deixar de citar Maurice Halbwachs<sup>4</sup> (1990) como um dos grandes personagens sobre essa temática, trabalhando principalmente a imagem, a lembrança e a memória. Para esse pensador, há uma distinção marcante entre “memória”, que se supõe ser construída a partir de dados fornecidos pelo presente da vida social, e um passado reinventado, que conhecemos como do lado histórico; e como se a “memória coletiva” magicamente reorganizasse o passado. Entre as duas, redes coletivas e pessoais se desenvolvem como formas de memória, pois as formas mudam com o passar do tempo. Para o autor não é apenas uma questão de harmonia física e alinhamento entre lugares e pessoas; afinal, quando se pensa numa cultura religiosa, o simbolismo por trás do Círio, na qual cada item/objeto representa o Círio personificado em representações da fé dos devotos, é nesse gesto do lembrar que o modo de vida é compartilhado por muitos indivíduos.

Assim como temos a memória do significado de outras festividades sejam de cunho religioso ou não, para muitos, o Círio é um dia de reunir os familiares que retornam à terra natal, “[...] um reencontro com amigos, familiares e com a cidade de Belém. Da mesma forma que no resto do mundo se diz “Feliz Natal!”, no Pará se diz “Feliz Círio!”, “um bom círio pra você!”, [...] pode-se afirmar que o Círio de Nazaré é um elemento fundamental da identidade do paraense” (IPHAN, 2006, p. 67).

Esses objetos são representantes da comprovação da certeza da religiosidade e nós os entendemos porque eles têm significados de fácil entendimento que nem sempre precisam de explicação. Entre esses os representantes da memória do Círio que de acordo com IPHAN (2006) são retratos do simbolismo e da memória dos cristãos durante a festividade religiosa (Figura 3):

1) **A berlinda**: elemento central do Círio, um andor envidraçado, semelhante a uma liteira<sup>5</sup> dos tempos coloniais, profusamente adornada de flores, na qual é transportada a réplica da imagem da santa – a peregrina – durante a trasladação e o Círio, antigamente que era transportada num carro puxado por juntas de bois. E em 1855, surgiu a ideia de passar uma grande corda em volta da berlinda, para que o povo pudesse ajudar a puxá-la.

2) **A corda**: servia originalmente para puxar a berlinda, constituindo hoje um elemento guardado pela tradição. Tem atualmente de 400 a 450 metros de comprimento, sendo transportada por pessoas de ambos os sexos que, ao conduzi-la, geralmente estão

<sup>4</sup> Sociólogo francês da escola durkheimiana. Escreveu uma tese sobre o nível de vida dos operários, e sua obra mais célebre é o estudo do conceito de memória coletiva, que ele criou.

<sup>5</sup> Cadeira portátil, como meio de transporte, coberta e fechada, sustentada por duas varas compridas que são levadas por dois homens ou dois animais de carga, um à frente e outro atrás.

pagando uma promessa. A corda puxada pelos devotos ou “promesseiros” é, atualmente, um dos elementos mais característicos do Círio de Nazaré. Finda a procissão, a corda é retalhada e cada centímetro disputado pelos romeiros, como símbolo de recordação.

3) **Trasladação:** procissão que é realizada à noite, à luz de velas (círios), e vai da capela do Colégio Gentil Bittencourt até a igreja da Sé, de onde sai a berlinda no dia seguinte para a procissão do círio.

4) **Carro dos anjos:** também conhecido como carro anjo Custódio (anjo da guarda), o do anjo do Brasil (simbolizando a nação brasileira), que transportam crianças vestidas de anjos. Geralmente pagam promessas feitas pelos pais, que devem vesti-los de anjos, as crianças que “ainda não perderam a inocência” (aproximadamente até os 10 anos de idade).

5) **Recírio:** uma celebração que ocorre na manhã de segunda-feira, ao final dos 15 dias de festividades, é o verdadeiro encerramento da quadra nazarena. Nesse dia Belém tem suas atividades reduzidas, os servidores públicos são dispensados e o comércio só abre as portas após o meio-dia;

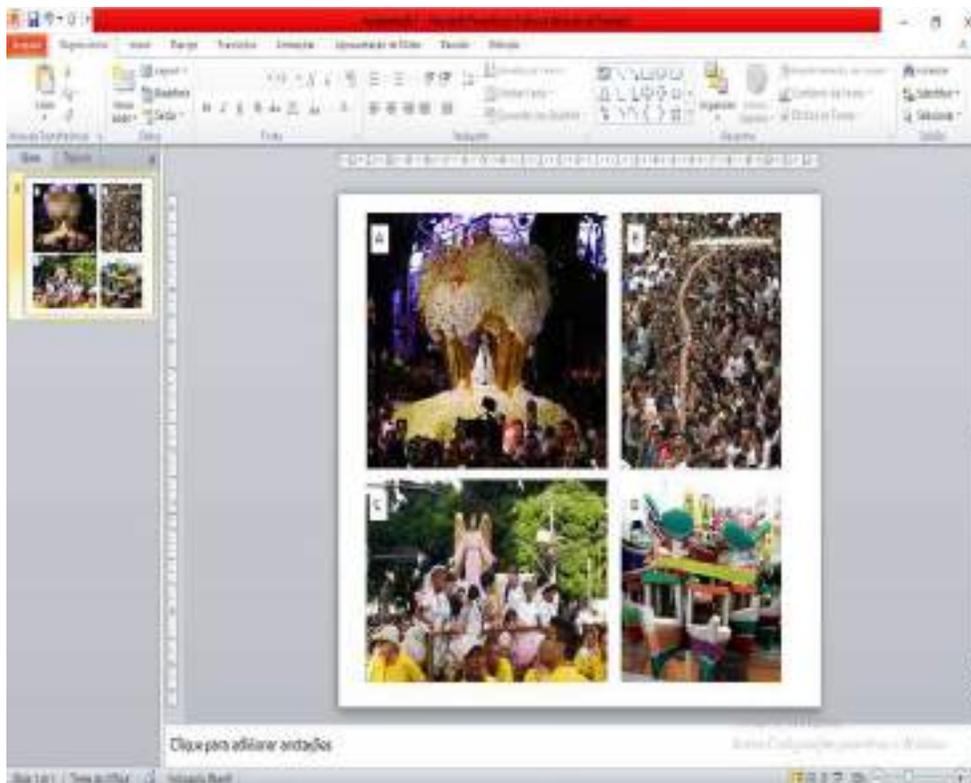
6) **O arraial:** ao terminada a procissão do Círio, as festas do arraial se estendem pela tarde e noite do domingo, prolongando-se por duas semanas;

7) **O almoço do Círio:** Uma das principais tradições do Círio de Nazaré, há alguma curiosidade sobre o envolvimento de não-católicos no evento. Após o término a procissão principal do Círio e chegada da Santa à Basílica de Nazaré, famílias de fiéis se reúnem em suas casas para socializar e saborear pratos típicos da região da Pará;

8) **As alegorias:** estrutura da procissão principal do Círio de Nazaré desde suas origens. Muitas delas sofreram modificações ao longo do tempo, outras só existirem na memória, há algumas criadas acompanhando a própria dinâmica de transformações do Círio, muitas delas constituem elementos essenciais da procissão, pois fazem referência a milagres fundamentais da santa;

9) **Os brinquedos de miriti:** feitos do caule da palmeira do miriti pelos artesãos paraenses. Em suma, esses brinquedos recriam, em miniatura, a representação da fauna e da flora da Amazônia. Existem também as miniaturas de embarcações, objetos do trabalho cotidiano, aviões, figuras humanas e entre outros temas. Muitos devotos conduzem objetos feitos de miriti durante a procissão principal do Círio, como forma de pagamento de promessa;

**Figura 3** - Imagens de alguns símbolos que representam a memória do Círio de Nazaré. (A) imagem da berlinda durante a transladação; (B) a corda do Círio repleta de romeiros pagando promessas; (C) carro dos anjos, repleto de crianças pagando promessas feitas pelos pais; (D) brinquedos feitos de miriti simbolizando pedidos e promessas e muitas vezes confeccionados como brinquedos e ornamentos de decoração.



Fonte: <https://g1.globo.com/>

### 3.1 Obras e acervos do Círio de Nazaré

Assim como outros órgãos e instituições culturais, o IPHAN<sup>6</sup> apresenta um grupo de pesquisa cujo objetivo é realizar um inventário para identificar e sistematizar o máximo de informações sobre os bens culturais do Círio de Nazaré. Contendo assim em seu acervo um dossiê detalhando as descobertas com base nas informações coletadas sobre o Círio, com intuito de compreender o sentido, significado, transformação e renovação do Círio de Nazaré a partir da perspectiva das pessoas que o fizeram, considerados legítimos intérpretes da cultura local e “parceiros indispensáveis na sua preservação”. Existem diversos pesquisadores realizaram investigação preliminar sobre a identificação e sistematização de todas as informações sobre qualquer aspecto do Círio de Nazaré, fontes de informações podem ser muitas vezes encontradas nas

<sup>6</sup> O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é uma autarquia federal do Governo do Brasil, criada em 1937, vinculada ao Ministério do Turismo, responsável pela preservação e divulgação do patrimônio material e imaterial do país.

bibliotecas e arquivos dos municípios de Belém ou nos municípios vizinhos à capital paraense, cujos principais objetivos, seriam fazer um inventário, que diante de tantos bens culturais espalhados pelo Estado formam uma grande fonte de investigação (HENRIQUE, 2011, p. 329).

É notável o quanto de informações acerca do Círio estão disponíveis em diversos locais espalhados pela região paraense. Por exemplo, um desses lugares é o Centro de Cultura e Formação Cristã (CCFC) da arquidiocese de Belém, que possui em sua repartição a Biblioteca Arquidiocesana, intitulada “Biblioteca Dom Vicente Zico”. No entanto, devido à sua localização, a Biblioteca se encontra em uma área de alta necessidade de informação, na periferia da região metropolitana de Belém, originária das comunidades ribeirinhas e caboclas do interior rural do nosso estado do Pará. Ela ainda é cercada por dezenas de escolas sem biblioteca ou Centro de Informação para estudos, mas como também parece ser uma opção para esses alunos carentes da região, de certa forma, proporciona-lhes a oportunidade de informar, preservar e divulgar a cultura em todas as suas manifestações seus vários recursos (CCFC, 2022).

A Biblioteca D. Vicente Zico tem por objetivo a educação e promoção integral da pessoa humana - servir de apoio ao ensino, à pesquisa, visando sempre o aprimoramento intelectual de seus usuários - Identificar, indexar, catalogar, acondicionar e divulgar o seu valioso acervo, com relevância nas seguintes áreas: Filosofia, Teologia, Ciência da Religião, Psicologia, Arte, Sociologia e Religiões Mundiais (CCFC, 2022).

Assim como os acervos da biblioteca Dom Vicente Zico, existe outra biblioteca que armazena uma das mais belíssimas obras raras do Círio de Nazaré, a Biblioteca pública Arthur Vianna. Em sua seção de obras raras, além de trabalhar a conscientização na formação e desenvolvimento científico, ela é rica em trabalhar com a informação, principalmente em atividades de ensino e extensão. O catálogo de obras raras da Biblioteca Arthur Vianna foi criado no ano de 1998 e está disponível hoje na biblioteca em 3 formatos: a versão impressa, a versão CD-ROM e a versão online, o que possibilita o acesso virtual dessas obras pelos usuários por meio do site oficial da biblioteca, no qual se encontra o catálogo online via software Pergamum (COSTA; OLIVEIRA, 2021). Essa opção permite que diversos usuários tenham acesso a esses documentos valiosos através da biblioteca digital, ao passo que também preserva estes documentos ao excesso de exposição, o que poderia acarretar em algum dano futuro neste documento devido ao manuseio inexperiente.

A biblioteca tem em seu histórico obras dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, no qual a plataforma de “Obras raras - Acervo digital” contém uma das mais preciosas obras originais do círio a chamada “Festas populares do Pará: a festa de Nazareth” de Arthur Vianna datado de 1873-1911 (Figura 4), conteúdo originalmente íntegro. O primeiro de

uma série elaborada pelo historiador Arthur Vianna para a festa popular no estado do Pará, que apresenta a história das origens e devoção da Virgem de Nazaré em Portugal, incluindo imagens encontradas por Plácido nos arredores de Belém em 1700, a realização do primeiro Círio em 1793, e outras maravilhas, *Typographia* de Alfredo Augusto Silva, 1905 (FCP, 2022).

**Figura 4** - Obra rara do acervo digital da Biblioteca Arthur Vianna



**Fonte:** <http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/publicacao/festas-populares-do-para-a-festa-de-nazareth/>

Desse modo, o Círio de Nazaré é um ritual de memória, que nos faz perceber que recordar o passado é essencial para o nosso senso de identidade, “saber o que já fomos confirma quem somos”. Nossa continuidade depende inteiramente da memória e que nossas identidades são sintetizadas participando de uma rede retrospectiva unificada, em que a memória coletiva é mobilizada para manter identidades associativas duradouras (HENRIQUE, 2011).

#### **4 CÍRIO DE NAZARÉ E A RESISTÊNCIA PELO RECONHECIMENTO SOCIAL DOS HOMOSSEXUAIS**

A cada celebração do Círio é um momento único de um todo que constituem o histórico de construção da sociedade. Assim, o Círio de Nazaré é, por um lado, a definição que através da Confissão de Fé Católica, contempla o tempo e configura do passado ao presente, aproximando-se da divindade religiosa.

No dossiê criado pelo IPHAN (2016, p. 58) destaca as “[...] celebrações ligadas ao Círio e à Festa de Nazaré. Há aquelas que não são organizadas pela diretoria da festa”, da qual mais se destaca, citada em muitos artigos e livros, a chamada “festa das filhas da Chiquita”, normalmente depreciada pela diretoria da festa e pelas autoridades eclesiais. Para entender melhor como isso ocorreu, nos carnavais de 1975 e 1976, grupos homossexuais e simpatizantes, em Belém, organizaram um bloco carnavalesco que saía percorrendo as ruas do centro da cidade, o que gerou uma controvérsia. E foi daí que se originou a polêmica festa das filhas da Chiquita. Evento que começa na noite do sábado que antecede

a procissão principal do Círio. Esse evento vem acontecendo desde 1978, nos principais lugares por onde passam as procissões da trasladação do Círio. Para Serra (2013, p.262) “o evento tem sua história marcada pela resistência e visa a promover a discussão sobre os direitos humanos não apenas de homossexuais, mas de toda a sociedade”.

Em 1997 introduziu-se o prêmio “Botina de Ouro”, destinado a uma homossexual. As diversas referências ao Círio e à própria Nossa Senhora de Nazaré na festa das filhas da Chiquita apresentam, assim, um caráter de resistência, de contestação, de busca de espaço e reconhecimento social pelos homossexuais (IPHAN, 2006, p. 59).

De acordo com Henrique (2011, p 337), em seu artigo sobre “Do ponto de vista do pesquisador: o processo de registro do Círio de Nazaré como patrimônio cultural brasileiro” existe uma falta de informações ou esclarecimentos sobre o registro do Círio de Nazaré na categoria de patrimônio cultural imaterial no Brasil, isso tem levado a constantes equívocos ou apropriação indébita do método específico de registro. Por exemplo, a partir de 2002 na Festa da Chiquita, expressões como “agora bicha virou patrimônio histórico” ou “as bichas foram tombadas” são frequentemente ouvidas na Festa da Chiquita. O autor ainda comenta sobre a adoção do IPHAN que incluiu a Festa da Chiquita no processo de tombamento do Círio como patrimônio imaterial da humanidade, dando início a uma grande polêmica: afinal, a festa da Chiquita faz parte do Círio?

A festa da Chiquita, evento secular caracterizado pela ampla participação de pessoas LGBTQIA+, dedicado à Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do Pará, e legitimado por meio de mobilização organizacional e práticas discursivas. Nessa perspectiva, visa mostrar como esse partido, dirigido por eles e para eles, fala sobre as pessoas e as manifestações políticas de LGBTQIA+ no Brasil (SILVA FILHO, s.n).

Festa das Filhas da Chiquita. Buscamos refletir sobre a relação dessa manifestação cultural específica, um pequeno fragmento desse grande mosaico, com a cidade de Belém e sua capacidade de transformá-la e produzir novas experiências sensíveis. [...] Em meio às tantas homenagens e aos milhares de devotos de Nossa Senhora de Nazaré, as filhas da Chiquita também são filhas de Maria? Há quem diga que sim. Há quem diga, ou melhor, brade, que não (FERNANDES; SEIXAS, 2018, p. 251).

Por esta razão, Rozario (2019) percebeu que as expressões da cultura paraense estão fortemente centradas no Círio. A cultura apresenta com forte significado, em que povo paraense pode fortalecer seu sentimento ao manter sua identidade por meio de histórias, mídias e ofertas culturais que transcendem o partidarismo. Criar e reconstruir identidades por meio dessas histórias e produtos que representam gestos que visam manter a resistência da comunidade religiosa. O processo de organização e mobilização

do movimento LGBTQIA+ na cidade de Belém do Pará está intimamente relacionado à expressão popular “As filhas da Chiquita”, o movimento se configura de forma especial em um processo de construção enraizado em expressões culturais e artísticas, em que se relaciona com a situação nacional. Esses movimentos de resistência provam o quanto este movimento LGBTQIA+ busca um novo processo de unificação e agenda hegemônica por meio da nova conjuntura política da redemocratização do Brasil, porém, a concentração e a visibilidade têm aumentado no Brasil.

De acordo com Fernandes e Seixas (2018, p. 258), em homenagem à padroeira, a Festa da Chiquita reúne muitos devotos que fazem respeitadas homenagens ao Círio durante o festival da Chiquita, realizado por diversos grupos folclóricos e bandas rítmicas paraenses. Além disso, são realizados concursos de shows para mobilizar *Drag Queens*, transgêneros e travestis. Sendo assim, a Festa da Chiquita “assumiu o lugar de principal manifestação profana do Círio de Nazaré, conseguiu se firmar no calendário festivo de Belém, apesar de não ter vínculo oficial com a celebração religiosa”.

Junqueira (2009) cita em sua dissertação que, assim como vemos em diversos estudos culturais, traz-se sempre novos conteúdos sociais a partir de investigações científicas e questionamentos de questões de poder social para uma concepção mais inclusiva de cultura, daquilo que se vê, das coisas que presenciamos como experiência como objetos de estudo de “estilo de vida”, consumo, moda e produção simbólica de diferentes classes da sociedade. Esses temas são relacionados ao movimento de hierarquização social de valores, identidade, pertencimento e tradição, no crescente conflito entre local e global na sociedade contemporânea. Eles vêm sendo discutidos desde o processo de dominação e resistência, dessa forma, traçando as contribuições teóricas que demonstram a legitimidade e fecundidade do processo de geração de sentido social, proporcionado uma arena do confronto entre culturas presentes na sociedade belenense.

No entanto, a identidade também se tornou um oponente mais forte, que de um lado quer minimizar as diferenças das classes, sendo aceita tanto como inevitável e duradoura. Enquanto para alguns insistem que não é importante o suficiente para um todo maior, existem aqueles pelo qual estão prontos para aceitar e se tornar parte da identidade cultural. Os lados de recorte no período da “construção da cultura” sejam pela defesa das línguas, memórias, costumes, hábitos e locais contra “aqueles” que defendem a homogeneização e a exigência de unidade, no qual o paroquialismo, as comunidades locais ou os espíritos nacionais querem se prevalecer. A existência humana tem plena liberdade de escolha, querem igualdade de valores que na “batalha pela identidade” implicitamente se rebaixam aos outros na tentativa de conseguir a liberdade de escolha igualmente oferecida pelo pertencimento (BAUMAN, 2005).

Nesse sentido, a principal procissão do Círio de Nazaré é a procissão etnográfica, que diante do descaso do poder, diante das profundas desigualdades sociais que

marcaram este país, muitos recorreram à fé em busca de ajuda. A religião do Círio é marcada pela dor, pelas experiências dolorosas, mas também pela esperança e pela crença no poder sobre-humano de Nossa Senhora de Nazaré. O Círio também desperta e reforça o valor da solidariedade entre os envolvidos, aumentando a consciência da comunicação. Enquanto muitos devotos distribuíam água na procissão, outros ajudavam aqueles que desmaiaram de emoção ou sufocavam de calor. Elementos comuns da cultura nacional são identificados na devoção, como as crenças religiosas populares marcadas por uma especial relação sagrada e secular, o culto aos santos e a ideia de comunhão nacional que transcende a unidade de todas as regiões (IPHAN, 2006).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante a pesquisa foi constatado o quanto o Círio de Nossa Senhora de Nazaré representa uma garantia da memória religiosa e cultura do Brasil. Uma festividade que através das tradições religiosas trouxe para o norte Brasil o reconhecimento de patrimônio cultural e religioso.

Por meio da organização documental houve a solidificação que foi construída pelas raízes de uma civilização que perduram por séculos de tradicionalismo religioso. Dessa forma, o índio, o caboclo paraense passou a utilizar suas ideias religiosas estruturadas trazidas por costumes, hábitos e ritualidades do catolicismo não apenas no estado do Pará, mas também em outras partes do Brasil. Em meio a tudo isso, a festividade do círio representa uma parte da memória e da identidade brasileira, compostas por documentos, artefatos, guardados em bibliotecas, acervos ou reservados digitalmente, trazem a segurança de que a nossa memória religiosa será preservada de alguma maneira.

Por este motivo, este trabalho buscou apresentar na contemporaneidade a preservação da memória coletiva diante do risco de sua transformação em história, em um momento em que grupos sociais afirmam suas crenças religiosas e tradições de memória, identidade nacional em um local no imaginário popular católico, na qual todas as formas de manifestações religiosas estão presente na vida do paraense.

Notou-se na pesquisa que a busca por reconhecimento social dos homossexuais vem crescendo atualmente, no qual a comunidade tem intuito de confraternizar sem preconceito, comemorar a festa religiosa como forma de reconhecimento na sociedade.

Assim como os católicos, simpatizantes e qualquer outro forma de identificação cultural são parte da identidade brasileira, eles não podem deixar de ser, compostos das demandas “liberais”, todos têm o direito à liberdade de autodefinição, autoidentificação e auto-afirmação, por quaisquer cultura religiosa, sem conflitos, pois são dignos de prezar por seus interesses sem que sejam violados pela sua fé. Sabemos que existem muitas guerras de identidades no país, uma batalha de oposições e reafirmações a suas oposições a suas doutrinas, que muitas vezes são submetidos a julgamentos sem razão, meramente por achar a sua fé seja melhor que as demais. O culto, a devoção, a reverência e veneração por qualquer entidade religiosa devem ter respeito garantido independente

da orientação sexual, raça ou cor. Por fim, tudo isso gera diversos movimentos pela luta na construção social com interesses legítimos hegemônicos na produção social no sentido de resistência e replicação em espaços culturais como o Círio de Nossa Senhora de Nazaré.

Resumidamente, de acordo com Iphan (2006, p. 77) no Círio, “o sagrado e o profano não se excluem, complementam-se, e ambos fazem parte dessa grandiosa manifestação”. De fato, o Círio de Nazaré como pode-se perceber, é a cultura da manifestação de fé do povo paraense, tem se tornado uma condição de devoção tanto individual quanto coletiva.

O que se pretendeu mostrar com este trabalho, com base em pesquisa da historicidade do círio, são os processos que os compõem toda a festividade religiosa e principalmente a forma documental como registro da memória, tradição e identidade paraense. Dessa forma, pode-se identificar determinados bens, que são símbolos oficialmente registrados como parte da cerimônia e que por sua vez passam a servir como fonte de interesses de estudos específicos, muitas vezes vinculados a processos identidade regional. Também devemos salientar que o Círio de Nazaré, além de possuir valores culturais representativos da identidade brasileira, pressupõe um compromisso que se reflete diante da grandeza e importância de sua representação, isso ao longo dos anos simplesmente se modificou, se atualizando com a dinâmica da história. Sendo assim, esse evento que envolve direta ou indiretamente toda a população do estado do Pará, estendendo até mesmo seu impacto para além do estado.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Isidoro. A festiva devoção no Círio de Nossa Senhora de Nazaré. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 315-332, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/3RfDRDLhw3PkzCXn668HLTH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 mar. 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2005.

CENTRO DE CULTURA E FORMAÇÃO CRISTÃ - CCFC. **Sobre a Bivizi**. Disponível em: [http://www.cffc.com.br/conteudo\\_3\\_biblioteca.html](http://www.cffc.com.br/conteudo_3_biblioteca.html). Acesso em: 12 abr. 2022.

COSTA, Francisco de A. *et al.* O Círio de Nazaré de Belém do Pará: economia e fé. **Amazônia - Ciência e Desenvolvimento**, Belém v. 3, n. 6, p. 93-125, 2008.

COSTA, Elisangela Silva da; OLIVEIRA, Hamilton Vieira de. A Bibliotheca Pública do Pará: um sopro de civilidade na transição do império para a república na província do Pará. **BIBLOS**, Rio Grande, RS, v. 35, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/12175>. Acesso em: 19 abr. 2022.

**BELÉM DA SAUDADE:** a memória de Belém do início do século em cartões-postais, pesquisa e organização de Rosário Lima da Silva e Paulo Chaves Fernandes. Belém: Secult, 1998. 273 p. 2ª edição revista e aumentada. Disponível em: <https://fauufpa.files.wordpress.com/2015/03/belc3a9m-da-saudade.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2022.

DIAS, Nathália Caroline. Entre a memória coletiva e a história da nação: a construção social da imagem do cachaceiro. **Faces de Clio**, Juíz de Fora, MG, v. 1, n. 1, p. 123-149, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/26423>. Acesso em: 28 mar. 2022.

FERNANDES, Phillippe Sendas de Paula; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. No Círio de Nazaré, as filhas da Chiquita também fazem a festa: resistência, conflitos e reinvenção de uma urbe amazônica. **Revista ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 247-264, 2018. Disponível em: [https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/12377](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/12377). Acesso em: 18 abr. 2022.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ TANCREDO NEVES – FCP. **Portal da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves**. Belém, p. 1. 2012. Disponível em: <http://www.fcptn.pa.gov.br/index.php/espacos-culturais/gbpav-gerencia-da-biblioteca-publica-arthur-vianna>. Acesso em: 26 fev. 2022.

HALBWACHS, Maurício. Espacio y memoria colectiva. **Estudios sobre las culturas contemporâneas**, v. 3, n. 9, p. 11-40, 1990.

HENRIQUE, Márcio Couto. Do ponto de vista do pesquisador: o processo de registro do Círio de Nazaré como patrimônio cultural brasileiro. **Amazônica-Revista de Antropologia**, Belém, PA, v. 3, n. 2, p. 324-346, 2011. Disponível em: <http://novoperiodicos.ufpa.br/periodicos/index.php/amazonica/article/view/771/1048>. Acesso em: 12 abr. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Círio de Nazaré**. Rio de Janeiro: Iphan, 2006. (Dossiê Iphan, 1). Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos\\_Cirio\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_Cirio_m.pdf). Acesso: 02 abr. 2022.

JUNQUEIRA, Antonio Hélio. **Comunicação, recepção e consumo - construção de sentidos na arena do popular:** A berlinda do Círio de Nazaré como suporte midiático. 335 f. 2009, Dissertação (Mestre em Comunicação e Práticas de Consumo) - Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM, São Paulo, 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ROZARIO, Elton Santa Brígida do. Incursões, sociopolítica e lutas sociais dos Movimentos LGBTs. **Anais...** Encontro Internacional de Política Social, 7, Encontro Nacional de Política Social Contrarreformas ou Revolução: respostas ao capitalismo em crise, 14, Vitória, ES, 2019.

SERRA, Debora Rodrigues de Oliveira. Turismo Religioso, território e territorialidades: o círio de Nazaré em Belém-PA. **Geo Uerj**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 24, p. 104-124, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/5078/5024>. Acesso em: 12 abr. 2022.

SILVA FILHO, Milton Ribeiro da. **“Eu Sou a Filha da Chiquita Bacana...”** notas antropológicas sobre a Festa da Chiquita em Belém do Pará.

VIDAL, Fabiano Cesar de Mendonça; ROSA, Maria Nilza Barbosa; LIMA, Izabel de França. Os Escritos de Ademar Vidal e seu Papel na Construção, Preservação e Disseminação da Memória Cultural. **Anais... ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XVIII ENANCIB)**, 18. v. 24, n. 2, 2017. Disponível em: [http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII\\_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/180/1105](http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/180/1105). Acesso em: 30 mar. 2022.

**Recebido/ Received: 02/07/2022**  
**Aceito/ Accepted: 09/08/2022**  
**Publicado/ Published: 30/08/2022**

---

**REPRESENTAÇÕES DA MULHER NEGRA NO JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS NO  
FINAL DO SÉCULO XIX**

*REPRESENTATIONS OF THE BLACK WOMAN IN THE JOURNAL GAZETA DE NOTÍCIAS AT  
THE END OF THE 19TH CENTURY*

---

**Leila Martins dos Santos Lima**

Graduanda em Letras - Português e Inglês pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: leilamartins194@gmail.com

**Elaine Maria Santos**

Professora do Departamento de Letras Estrangeiras da UFS. Coordenadora Nacional do Programa Idiomas sem Fronteiras - Inglês. Doutora em Educação e mestra em Letras ambas pela UFS. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6376-2932>. E-mail: elainemaria@academico.ufs.br

**RESUMO**

O presente artigo propõe-se analisar a representação da mulher negra no jornal Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro entre os anos 1890 e 1895. O trabalho objetiva explicar a importância dos periódicos nos estudos da história da educação, observar a frequência dos discursos de/sobre mulheres negras neste veículo comunicacional, além de, examinar o teor dessas manifestações. A partir deste levantamento de dados, utilizou-se a teoria das representações a partir de teóricos como Hall e Chartier, para entender como a mídia da época contribuiu para a construção da imagem da mulher negra na sociedade.

**Palavras-chave:** Mulher negra. Representação. Gazeta de Notícias. Periódicos.

**ABSTRACT**

This article aims to analyze the representation of black women in the newspaper Gazeta de Notícias in Rio de Janeiro between the years 1890 and 1895. The work intends to explain the importance of periodicals in studies of the history of education, observe the frequency of the speeches of/about black women in this communicational vehicle, in addition to examining the content of these manifestations. From this data collection, the theory of representations was used from theorists such as Hall and Chartier to understand how the media from then on contributed to the construction of the image of black women in society.

**Keywords:** Black women. Representation. Gazeta de Notícias. Periodicals.

## INTRODUÇÃO

A observação da interseccionalidade entre racismo, sexismo e opressão de classes permite indagações acerca das disposições e comportamentos sociais e políticos relacionados ao povo negro. A figura da mulher negra, entre os séculos XVIII e XIX, permeou entre o indivíduo escravizado à invisibilidade e a marginalidade do pós-abolição. Pode-se sinalizar a análise de Viotti (2007) quando diz-se que a maioria desta população permaneceu em condições subalternas e sem chances de ascender na escala social, as possibilidades de mobilidade social foram extremamente limitadas ao povo negro e sempre que houve uma competição com o branco eles sofreram discriminação.

Nos dias de hoje, mulheres pretas ainda sofrem direta e violentamente as consequências da escravidão, no preterimento, na exclusão de gênero, de cor e de raça, no silenciamento, nos indicadores de mortalidade, violência e fome. Isso acontece porque o machismo e o racismo foram construídos historicamente e naturalizados no inconsciente coletivo.

É incongruente analisar as falas de mulheres negras na contemporaneidade sem conceber a dinâmica de inserção de suas vozes na sociedade. Portanto, o projeto em questão tem por foco observar a existência, frequência e características dos discursos proferidos por e sobre mulheres negras nos jornais do fim do século XIX. Segundo Kreniski e Aguiar (2011) a melhor maneira de estudar o comportamento de uma sociedade e suas mudanças é buscar periódicos da época, onde estão representados todos os movimentos sociais.

A metodologia utilizada para a pesquisa em questão foi a Nova História Cultural que ignora a composição da História como narrativa única e valoriza documentos oficiais como fontes básicas de pesquisa, assim que levou-se em consideração que o objeto desta pesquisa necessita ser inserido em um contexto social e não pode ser analisado no vácuo, logo as afirmações ditas neste projeto tem sua âncora na teoria das representações.

A representação, segundo Hall (1997), é a prática do uso da linguagem para falar algo significativo ou apresentar o mundo de forma reveladora para alguém, ou seja, o significado de algo é produzido com base no processo de representação. Contudo, pode-se dizer que a sociedade da época era representada nos textos dos jornais e periódicos que circulavam nesse período.

Projetos como este, no campo da história da educação, se fazem relevantes para que as produções acadêmicas na contemporaneidade tenham base para serem bem executadas. Esta pesquisa objetiva se tornar mais uma voz nas discussões propostas acerca do papel e inserção da mulher negra nos discursos proferidos em jornais da época anteriormente citada.

Levando em consideração a relevância das pesquisas e discussões sobre a voz das mulheres negras desde o período analisado até a contemporaneidade, é importante

analisar com que frequência os discursos de/sobre essas mulheres foram presentes no fim do século XIX, de modo que seja possível identificar até que ponto essas vozes foram ou não relacionadas, destacadas, trabalhadas, discutidas ou trazidas nestas publicações.

Para que o acesso a essas vozes fosse possível, fez-se uma pesquisa em jornais do fim do século XIX que estão disponíveis na Hemeroteca Digital, um braço do acervo da Biblioteca Nacional.

## **2 O PAPEL E O MÉRITO DOS PERIÓDICOS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO PROPORCIONADO PELA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

Para começar a falar sobre os encaminhamentos dos assuntos relacionados a esta pesquisa, é importante situar os jornais e periódicos como fontes de pesquisa e enfatizar a sua relevância na sociedade. Para exemplificar o quão antiga a comunicação é, podemos citar a utilização de gravuras, imagens e muros desenhados e escritos que o ser humano pré-histórico usava para simbolizar o seu dia a dia, documentar seus conhecimentos e, a partir daí, gerar maneiras de se comunicar.

O jornal, como uma forma de comunicação coletiva, apresenta acontecimentos da vida em seus mais variados aspectos, entre políticos, culturais, religiosos, ideológicos e econômicos. O desenvolvimento deste, no Brasil, deu-se com a chegada da família real portuguesa, em 1808. Até este momento, “era proibida toda e qualquer atividade de imprensa, o que era uma peculiaridade da América Portuguesa, uma vez que nas demais colônias da América, a imprensa se fazia presente desde o século XVI” (PASQUINI; TOLEDO, 2014, s/p)”. A partir de então, a realeza abre espaço para o início da imprensa no país, permitindo uma melhor comunicação com seus súditos, a crescente divulgação dos pensamentos conservadores e a chegada das novas idealizações no campo intelectual.

Portanto, por ser considerado como documento histórico e, a partir daí, fonte documental, o jornal vem sendo altamente utilizado em trabalhos e pesquisas científicas. De acordo com Biserra e Costa (2016, s/p):

Compreende-se que a utilização da imprensa como fonte e/ou objeto, apesar desta ser uma delimitação tênue, nos permite visualizar um panorama da sociedade como um todo, envolvendo questões não apenas educacionais, mas oferecendo subsídios para pensar aspectos do cenário socioeconômico, político e cultural do período que se pretende pesquisar.

Acerca do uso da imprensa nas pesquisas de História da Educação, visto que é fato de que esta é uma representação da opinião pública, podemos citar Zanlorenzi (2010, s/p), quando afirma que esse uso vem “contribuindo para novas interpretações sobre o pensamento educacional, em virtude de que a palavra escrita pode em qualquer tempo e lugar ser utilizada na construção de interpretações históricas”. A partir dessa ótica de construção de interpretações, utilizando-se de conceitos como o de Chartier

sobre *representações* e a concepção de McCombs e Shaw sobre *Agenda-Setting*, este trabalho vem discutir a presença e teor dos discursos de/sobre mulheres negras nos jornais do fim do século XIX.

Imprescindível e notável é a pesquisa em jornais e periódicos quando objetiva-se o levantamento e compreensão da história no presente e passado. Através das buscas feitas nesses materiais, viabiliza-se conhecer o desenvolvimento social, político, religioso e econômico de uma sociedade dentro de um período de tempo pré-determinado para esta consulta, e assim, indicar as origens dos processos sociais a serem estudados, da mesma maneira que apontar as suas influências para a construção das representações e imaginários na história.

A análise de um documento de comunicação de massa possibilita a percepção de muitos aspectos da sociedade atual, enquanto traz o entendimento dos eventos que ocorreram no passado. Segundo Horkheimer e Adorno (1985), o desenvolvimento da comunicação de massa trouxe uma implicação substancial sobre a essência da cultura e da ideologia na sociedade moderna. Porquanto, o exame da ideologia não poderia mais limitar-se ao conhecimento das doutrinas políticas, mas deveria ser desenvolvida para que alcançasse as diversas formas simbólicas que pululam no mundo social, isto é, a construção das relações na sociedade e o modo como se produz. Independente disso, a cultura é a ferramenta que constitui e garante modos de controle das concepções sociais e das ideologias estabelecidas na sociedade capitalista. Portanto, a investigação destes materiais não pode ser feita de forma descolada da realidade social em que está inserido, pois “podem criar a ilusão de um mundo que não é o que a nossa consciência espontaneamente pode perceber, mas uma realidade que interessa ao sistema econômico e político no qual se insere a indústria cultural” (COSTA *et. al*, 2010, p. 1).

Além de grandes veículos de informações, os jornais são e foram importantes protagonistas em relação aos aspectos políticos e sociais de suas épocas. Das notícias estampadas em suas folhas ao seletivo grupo de leitores, eram parte da história ativa de seu tempo. Para ilustrar a grande relevância da imprensa nos movimentos políticos, LUCA (2006, p. 133-134) afirma que

O caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizam a imprensa brasileira de grande parte do século XIX, que, é bom lembrar, contava com contingente diminuto de leitores, tendo em vista as altíssimas taxas de analfabetismo. Os aspectos comerciais da atividade eram secundários diante da tarefa de interpor-se nos debates e dar publicidade às propostas, ou seja, divulgá-las e torná-las conhecidas. A imprensa teve papel relevante em momentos políticos decisivos, como a Independência, a Abdicação de D. Pedro I, a Abolição e a República.

Os jornais do fim do século XIX representam o principal meio de comunicação da sociedade desta época, pois vendia-se, trocava-se, comprava-se e alugava-se nesse

espaço, além de ser possível a leitura de histórias, e o compartilhamento de informações sobre os eventos da cidade. Enfim, é o veículo que impressionava e fazia com que as pessoas se sentissem impressionadas. Por impressionar, entende-se, identificar-se ou sentir-se representado e para compreendermos o sentido da palavra representação, citamos Hall (1997), que diz que é através do uso que fazemos das coisas, do que e como dizemos, pensamos, ou sentimos - como representamos- que significamos as coisas.

Hall (1997), em sua obra, recorda que o significado, linguagem e cultura estão totalmente ligados à representação. Como já citado anteriormente neste trabalho, o estudioso afirma que representar é usar a linguagem para apresentar o mundo em seus significados a outra pessoa. Chartier (1991) debruçou-se sobre a dinâmica de modificação das formas de sociabilidade, autorização de novos pensamentos e as transformações das relações com o poder, pela circulação multiplicada do escrito impresso no período do Antigo Regime entre os séculos XVI e XVIII. Dentre as hipóteses que basearam a pesquisa do historiador

A primeira hipótese sustenta a operação de construção de sentido efetuada na leitura (ou na escuta) como um processo historicamente determinado cujos modos e modelos variam de acordo com os tempos, os lugares, as comunidades. A segunda considera que as significações múltiplas e móveis de um texto dependem das formas por meio das quais é recebido por seus leitores (ou ouvintes). (CHARTIER, 1991, p. 178)

Uma das acepções de Chartier sobre representação é que esta é “o instrumento” de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma “imagem” capaz de repô-lo em memória e de “pintá-lo” tal como é (1991, p. 184).” A pesquisa do estudioso atesta a potência da influência dos escritos impressos na sociedade, nas relações de poder e no imaginário coletivo. Ainda sobre os impactos da comunicação em massa, McCombs e Shaw (1972) tratam sobre a influência do *mass media* na formação da opinião pública e culminam sua pesquisa com a criação do termo *agenda-setting* que tem por definição, a capacidade dos meios de comunicação em dar ênfase a determinado tema e exprimir a possibilidade de os indivíduos incluírem esse tema em sua lista de prioridades após a influência recebida pelo veículo comunicacional. Segundo os pesquisadores, a Hipótese de *Agenda-Setting* sugere que os processos comunicacionais, principalmente da comunicação de massa, provocam na sociedade uma alteração cognitiva dos indivíduos, influenciando então a sua percepção de mundo.

Desta maneira, embasados nestes pensadores, podemos classificar jornais e periódicos como instrumentos diretos de representação e influência, por utilizarem a linguagem em forma de escrita jornalística e comunicacional para criar sentido e significado no imaginário coletivo de seus leitores.

### 3 DISCURSOS PROFERIDOS POR/SOBRE MULHERES NEGRAS EM JORNAIS DO SÉCULO XIX

A plataforma Hemeroteca Digital, um braço da Biblioteca Nacional, oferece aos pesquisadores e público em geral a consulta online de periódicos nacionais e publicações seriadas de forma ilimitada e gratuita. Trata-se de um grande e rico acervo é disponibilizado aos visitantes, inclusive exemplares dos primeiros periódicos produzidos no Brasil em 1808. O periódico utilizado neste trabalho foi o Gazeta de Notícias (RJ) entre os anos 1890 e 1895.

O Gazeta de Notícias foi um periódico que circulou na então capital, Rio de Janeiro, entre 1875 e 1942. Fundado em 1875 por Elísio Mendes, Henrique Chaves e Ferreira de Araújo, o jornal reformulou a imprensa do seu tempo atribuindo maior atenção às atividades literárias, artísticas e sociais. Nomes como José do Patrocínio, Machado de Assis, Eça de Queiroz, Olavo Bilac e Euclides da Cunha assinaram textos no noticiário (FEITOSA, 2013).

O material utilizado para a coleta de dados neste artigo foi o jornal Gazeta de Notícias e todas as suas edições disponíveis no acervo digital da Hemeroteca Digital, entre os anos de 1890 a 1895. Uma vez selecionados os materiais, buscou-se definir palavras-chave, para pesquisa, cujo contexto se atrelasse a mulheres negras e seus motivos. Sejam estas: “uma negra”, “mulata”, “mulher preta”, “mulher negra”, “mulher de cor negra”, “preta vagabunda” e “crioula”. As palavras em modo composto foram utilizadas, pois em buscas experimentais feitas em primeiro momento, palavras como “preta” e “negra” se referiam a temáticas mais amplas do que o desejado neste trabalho como, por exemplo, “calças de dita, preta” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 01 jan. 1890, p.4), ou “a nuvem negra do tétrico pensamento da miséria” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 09 jun. 1890, p.3).

A tabulação de dados foi realizada em dois momentos, no primeiro realizamos a busca quantitativa por palavras-chave e por numeração da edição em que aparecia, montando assim o modelo da primeira tabela, de modo que fosse possível elaborar uma tabela por ano.

**Tabela 1** - Busca de termos relacionados à mulher negra no Gazeta de Notícias (RJ) - 1890

<b>PALAVRA-CHAVE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>EDIÇÃO (ões)</b>
<b>uma negra</b>	1	75
<b>mulata</b>	6	40; 51; 52; 53; 54; 55
<b>mulher preta</b>	-	-
<b>mulher negra</b>	-	-
<b>mulher de cor preta</b>	6	27; 175; 207; 276; 282; 286
<b>preta vagabunda</b>	-	-
<b>crioula</b>	7	42; 55(2); 121; 233; 326; 354;

Fonte: elaborado pelas autoras em 2022.

Na Tabela 1, efetuamos a busca das palavras-chave utilizando o site da Hemeroteca Digital (Figura 1) no método de procura por frase exata que consiste em pesquisar a expressão ou a oração entre aspas, por exemplo: “uma negra”. Deste modo, o mecanismo de busca indica apenas os resultados em que se encontra a frase ou expressão inteira.

Nas edições do jornal Gazeta de Notícias do ano de 1890, utilizando o mecanismo de busca acima citado, foi encontrado vinte ocorrências das palavras-chave pré-definidas. “Uma negra” aparece uma vez, “mulata” tem seis ocorrências, “mulher de cor preta” também seis e “crioula” aparece sete vezes.

**Figura 1** - Print de tela da Gazeta de Notícias do dia 09/06/2022 pelo site da Hemeroteca Digital.



Fonte: Capturado pela autora. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\\_03&pagfis=1](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pagfis=1). Acesso em: maio de 2022.

**Tabela 2** - Busca de termos relacionados à mulher negra no Gazeta de Notícias (RJ) - 1891

<b>PALAVRA-CHAVE</b>	<b>Quantidade</b>	<b>EDIÇÃO (ões)</b>
<b>uma negra</b>	2	95; 342
<b>mulata</b>	3	266; 322; 325;
<b>mulher preta</b>	1	131
<b>mulher negra</b>	-	-
<b>mulher de cor preta</b>	7	23; 33; 64; 269; 300; 340; 364
<b>preta vagabunda</b>	1	192
<b>Crioula</b>	3	207; 209; 224;

Fonte: elaborado pelas autoras em 2022

Nas edições do ano de 1891, foram encontradas 17 ocorrências das palavras-chave previamente determinadas. A maior ocorrência foi a de “mulher de cor preta” com sete casos, seguida por “crioula” e “mulata” ambas com três aparições; “uma negra” com dois e “mulher preta” e “preta vagabunda” com um caso cada.

**Tabela 3** - Busca de termos relacionados à mulher negra no Gazeta de Notícias (RJ) - 1892

<b>PALAVRA-CHAVE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>EDIÇÃO (ões)</b>
<b>uma negra</b>	1	175
<b>Mulata</b>	9	73; 119; 128; 129; 167; 168; 169; 303; 311;
<b>mulher preta</b>	-	-
<b>mulher negra</b>	-	-
<b>mulher de cor preta</b>	8	18; 44; 116; 135; 236; 341; 360;
<b>preta vagabunda</b>	-	-
<b>Crioula</b>	5	221; 340; 341; 356 (2)

Fonte: elaborado pelas autoras em 2022

Nas pesquisas efetuadas acerca das edições publicadas em 1892, foi encontrada 23 ocorrências das palavras-chave. Em nove das buscas ocorreu o termo “mulata”; “mulher de cor preta”, oito vezes; “crioula” apareceu 5 vezes e “uma negra” apenas uma vez.

**Tabela 4** - Busca de termos relacionados à mulher negra no Gazeta de Notícias (RJ) - 1893

<b>PALAVRA-CHAVE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>EDIÇÃO (ões)</b>
<b>uma negra</b>	4	65; 80; 98; 156;
<b>Mulata</b>	11	98; 99; 105; 118A; 124; 129B; 132; 133; 228B; 231B; 288;
<b>mulher preta</b>	-	-
<b>mulher negra</b>	-	-
<b>mulher de cor preta</b>	3	72; 73; 181
<b>preta vagabunda</b>		
<b>Crioula</b>	2	124; 216;

Fonte: elaborado pelas autoras em 2022

Nas publicações de 1893, foi encontrado vinte ocorrências das palavras-chaves. Foi realizado um aumento nas aparições de “mulata” com, agora, onze casos, “uma negra” com quatro aparições; “mulher de cor preta” apareceu três vezes e “crioula”, dois apresentações.

**Tabela 4** - Busca de termos relacionados à mulher negra no Gazeta de Notícias (RJ) - 1894

<b>PALAVRA-CHAVE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>EDIÇÃO (ões)</b>
uma negra	-	-
Mulata	27	23; 25(2); 34; 35; 38; 39; 40; 72(4); 120; 138; 141B; 142; 143; 144; 145; 235; 236; 237(2); 263B; 274; 276; 321
mulher preta	-	-
mulher negra	-	-
mulher de cor preta	2	53; 325
preta vagabunda	-	-
Crioula	4	89; 135; 346; 348

Fonte: elaborado pelas autoras em 2022

Na Tabela 4, nos traz os resultados da busca nas edições do ano de 1894, nas quais, no total, constatei 33 casos. A quantidade de ocorrências do termo “mulata” continua aumentando, desta feita, sendo encontrado 27 vezes, enquanto “crioula”, apenas quatro e “mulher de cor preta”, somente dois.

**Tabela 5** - Busca de termos relacionados à mulher negra no Gazeta de Notícias (RJ) - 1895

<b>PALAVRA-CHAVE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>EDIÇÃO (ões)</b>
uma negra	8	59; 61; 65; 66; 96A; 198; 242; 337;
Mulata	51	5; 6; 63; 87; 101;105; 106; 116(2); 117A; 117B; 122; 124; 125; 324A; 154; 163; 164; 165; 178; 179; 181; 183; 184; 190; 191; 192; 193; 194; 195; 196; 197; 198; 199; 201; 203; 204; 205; 206; 208; 209; 210; 223; 229(3); 231A; 233; 235; 276; 314
mulher preta	-	-
mulher negra	-	-
mulher de cor preta	3	36; 97B; 293
preta vagabunda	-	-
Crioula	2	227; 240

Fonte: elaborado pelas autoras em 2022

Na Tabela 5, podemos perceber o grande salto de aparições do termo “mulata” que quase dobra em relação ao ano de 1894, com 51 das 64 ocorrências. “Uma negra” surge oito vezes, “mulher de cor preta”, três vezes e “crioula”, somente duas.

**Tabela 6** - Junção dos dados de tabulação do jornal Gazeta de Notícias entre 1890 a 1895

PALAVRA-CHAVE	QUANTIDADE TOTAL
uma negra	16
<b>Mulata</b>	107
mulher preta	1
mulher negra	0
mulher de cor preta	29
preta vagabunda	1
Crioula	23

Fonte: elaborado pelas autoras em 2022

Conforme pode ser percebido na Tabela 6, a expressão “uma negra” aparece 16 vezes, enquanto o termo “mulata” tem o maior número de casos com 107 ocorrências, “mulher negra” apenas uma enquanto “mulher preta” não aparece nenhuma vez, “mulher de cor preta” conta com 29 casos e, por último, “crioula” com 23 aparições.

Um ponto muito interessante a ser analisado nesta pesquisa é a ausência da mulher negra dita e chamada como “mulher”. Na tabela 6, em que são vistos os números totais da análise, “mulher negra” não aparece nenhuma vez e “mulher preta” só uma. Podemos justificar esse ato como desumanização através das falas de Thuth<sup>1</sup> (1851) que afirmou, naquela época, que a concepção que se costumava ter sobre mulher e gênero não abraçava a mulher negra. Segundo DAVIS (2017), as mulheres da época eram vistas como “animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar”.

Aquele homem ali diz que as mulheres precisam ser ajudadas em carruagens, erguidas sobre valas e ter o melhor lugar em todo lugar. Ninguém me ajuda em carruagens, ou em poças de lama, ou me dá o melhor lugar! **E eu não sou mulher?** Olhe para mim! Olhe meu braço! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente” (THUTH, 1851, s/p).

A expressão “mulher de cor preta” era utilizada em sua maioria em obituários para indicar essa mulher como um cadáver, conforme observado na Figura 2.

**Figura 2** - Print do Gazeta de Notícias (1890, 30/04/1890, p. 1)

<sup>1</sup> Isabella Baumfree nasceu em um cativo em Swartekill, em Nova York decidiu adotar o nome Sojourner Thuth. A partir de 1843 tornou-se abolicionista afro-americana, escritora e ativista dos direitos da mulher. Ficou conhecida por seu discurso “E não sou eu uma mulher” em 1851 na Convenção dos Direitos da Mulher na cidade de Akron, em Ohio, nos Estados Unidos da América.



Fonte: Capturado pelas autoras em 2022.

Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\\_03&pagfis=599](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pagfis=599). Acesso em: maio de 2022.

No total, foi recolhido 177 manifestações das palavras-chave pré-determinadas para este trabalho. Na próxima seção veremos a análise do teor desses termos.

#### 4 CARACTERÍSTICAS DAS FALAS PROFERIDAS POR/SOBRE MULHERES NEGRAS NA GAZETA DE NOTÍCIAS

Depois da primeira parte desta pesquisa, a tabulação de dados, foi realizado um levantamento das seis expressões de referência que mais foram encontrados no jornal. Em sua maioria, os textos se referem a mulheres negras na condição de: “artista”, “serviçal”, “mãe de família ou mulher comum”, “morta”, “mulher-corpo - conotações sensuais ou sexuais” ou “transgressora”. Dentro desses espectros, utilizando a interpretação de texto, foi analisado cada palavra-chave pré-determinada, individualmente, encaixando-as onde cabia e montando um gráfico para cada uma.

**Gráfico 1** - Representação da mulher negra no jornal Gazeta de Notícias em 1890



Fonte: elaborado pelas autoras em 2022

No gráfico acima, elaborado a partir dos dados coletados nas edições de 1890 do

jornal Gazeta de Notícias (Tabela 1), presenciamos resultados iguais de 25% das aparições de mulheres negras na representação como “artista” e 25% como “serviçal”.

Não necessariamente as mulheres “artistas” eram mulheres pretas, elas podem ter sido pessoas brancas com os rostos pintados de preto. Faz-se importante levantar uma discussão acerca do *blackface*, termo que se refere à pintura de atores com carvão para representar personagens negros de forma desrespeitosa, estereotipada e caricata (FISHER, 2015, p. 65, *tradução nossa*). Segundo Mahar (1999), era uma prática comum nos Estados Unidos em meados do século XIX, mais do que isso, *minstrel shows* eram considerados arte nacional transformada em arte formal como peças teatrais e óperas. Foi uma tradição intensa de atuação na época e durou por cerca de 100 anos, tendo seu início por volta de 1830.

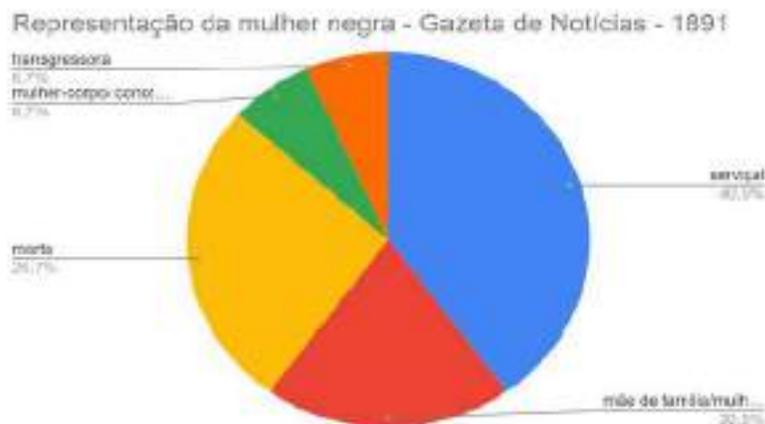
No Brasil não foi diferente, com a chegada da dramaturgia, negros e negras que anteriormente representavam textos modificados de peças européias sofreram boicote, segundo Leal (2008)

Na segunda metade do século XVIII já havia várias companhias profissionais de negros e mulatos, tanto escravos como libertos, que representavam adaptações de textos europeus com o rosto e as mãos pintados de branco, realizando uma inversão do *blackface* norte-americano. Entretanto, paradoxalmente, com a criação de um teatro nacional em 1838, ou seja, com dramaturgia, elenco e produtores brasileiros, os atores negros e mulatos sumiram da cena teatral. Apesar de saírem da cena como atores, eles permanecem como personagens.

É mister salientar que a representação e dados referentes ao termo “artista” relacionados à mulher negra, não significam à letra que ela estava no palco mas sim que ela pode ter sido representada por atores brancos apetrechados em *blackface*.

Retomando ao Gráfico 1, percebe-se que em 15% das aparições, essa mulher é representada como “mãe de família/mulher comum” e também em 15% aparece como “mulher-corpo/conotações sensuais ou sexuais”, em 20% das aparições ela é representada como “morta”. Há algumas considerações a se fazer acerca da análise das representações deste ano, a expressão “uma negra” na edição 75 diz respeito à cor de uma ossada. Na edição 55, a expressão “crioula” se refere ao nome de um animal e na edição 355, este mesmo termo significa um tipo de cana.

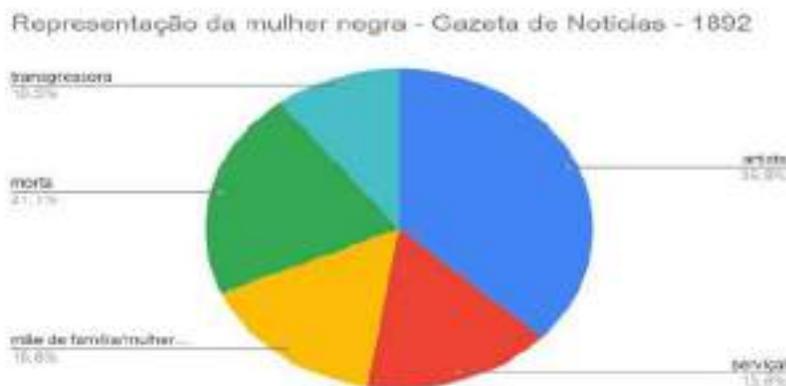
**Gráfico 2** - Representação da mulher negra no jornal Gazeta de Notícias em 1891



**Fonte:** elaborado pelas autoras em 2022

No ano de 1891, 40% das mulheres negras eram representadas no jornal em questão como “serviçais”; 26,7% como “mortas”; 20% como “mãe de família/mulher comum”; 6,7% destas eram consideradas “transgressoras” e também 6,7% eram tratadas como “mulher-corpo/conotações sensuais ou sexuais”. Como observação, duas vezes o termo “crioula” foi utilizado para se referir à raça de uma vaca nas edições 207 e 209.

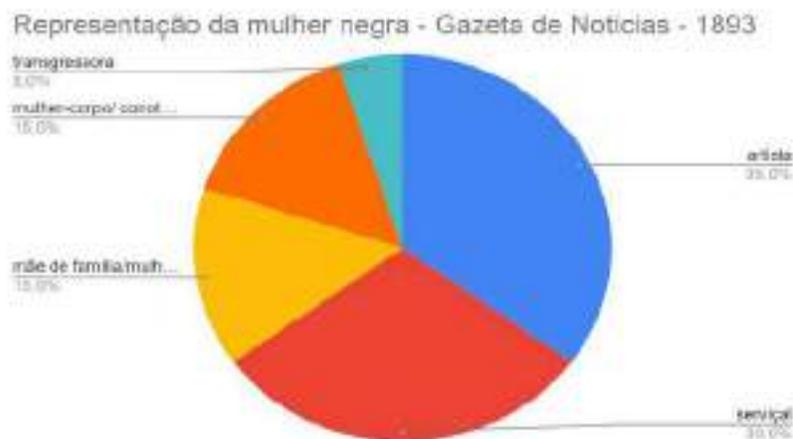
**Gráfico 3** - Representação da mulher negra no jornal Gazeta de Notícias em 1892



**Fonte:** elaborado pelas autoras em 2022

Nas edições de 1892, 36,8% das mulheres negras representadas no jornal Gazeta de Notícias eram “artistas”, 21,1% “mortas”, 15,8% significadas como “mães de família/mulher comum” e 10,5% dessas mulheres descritas como “transgressoras”. Na edição 175, a expressão “uma negra” se refere a um objeto de cor escura, na edição 169, a palavra “mulata” descreve o nome dado a um animal e nas edições 340 e 341, o termo “crioula” retrata a cor de um homem “homem de cor crioula”.

**Gráfico 4** - Representação da mulher negra no jornal Gazeta de Notícias em 1893



Fonte: elaborado pelas autoras em 2022.

No Gráfico 4, podemos constatar a presença de 35% das representações da mulher negra como “artista”, 30% como “serviçal”, 15% significadas como “mãe de família/mulher comum”, 15% também como “mulher-corpo/conotações sensuais ou sexuais” e 5% delas simbolizadas como “transgressoras”.

**Gráfico 5** - Representação da mulher negra no jornal Gazeta de Notícias em 1894

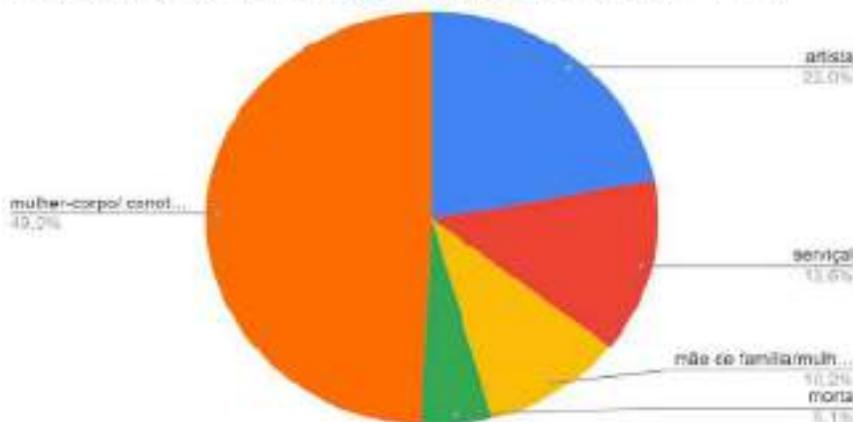


Fonte: elaborado pelas autoras em 2022.

Analisando as edições de 1894, 51,6% das representações de mulheres negras se referiram a elas como “artistas” 19,4% como “mulher-corpo/conotação sensual ou sexual”, 12,9% como transgressoras, 3,2% como “mortas” e também 3,2% como “mãe de família/mulher comum”. Na edição 89, constatei que o termo “crioula” lá presente, refere-se ao nome de um animal e, na edição 135, indica um tipo de cana-de-açúcar.

**Gráfico 6** - Representação da mulher negra no jornal Gazeta de Notícias em 1895

Representação mulher negra - Gazeta de Notícias - 1895



Fonte: elaborada pelas autoras em 2022.

Em 1895, a Gazeta de Notícias em seus periódicos apresentou 49,2% das significações das mulheres negras como “mulher-corpo/conotações sensuais ou sexuais”, ou seja, quase metade dos casos. Como “artista”, encontrei 22% das ocorrências; “serviçal”, em 13,6% das aparições; como “mãe de família/mulher comum” em 10,2% das descrições e “morta” em 5,1%. Na edição 337 deste ano, a expressão “uma negra” refere-se à cor de uma cobra, na edição 314, o termo “mulata” é adjetivo de boca, portanto não se sabe se é de mulher ou homem. O termo “crioula”, nas edições de 227 e 240, simboliza um tipo de cana-de-açúcar.

## 5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A presente investigação teve por objetivo analisar o papel e mérito dos periódicos na construção do conhecimento proporcionado pela história da educação, identificar a frequência da publicação dos discursos proferidos por ou sobre mulheres negras no jornal Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro entre os anos de 1890 e 1895, assim como analisar o teor desses discursos.

Ao analisar as edições do jornal, pode-se perceber a presença de muitos estereótipos atrelados ao povo negro que ecoam até os dias de hoje. A primeira grande assimilação foi a quantidade diminuta de manifestações acerca dessas mulheres, ela não é grande protagonista em nenhuma das aparições deste jornal e, na maioria das ocorrências, ela aparece em situações de subserviência. Para atestar essa informação, foram analisadas aproximadamente 2.130 edições dos jornais Gazeta de Notícias e, em apenas 177 vezes, as palavras-chave pré-determinadas aparecem. Não se encontram episódios de vitórias, conquistas, sucesso ou homenagens para essas mulheres negras.

O termo “mulata” aparece, como um destaque impressionante, 107 das 177 ve-

zes na busca das palavras-chave pré-determinadas para essa pesquisa. De acordo com Silva (2018), a objeção dos movimentos negros ao uso deste termo tem duas motivações: o linguístico e o cultural. No linguístico, apresenta derivação de *'mulus'*, do latim, atualizado por *'mula'*, o animal que surge da cópula de duas raças diferentes – o asno e a égua, que, no século XVI, derivou-se na América hispânica para *'mulato'*, como uma analogia ao caráter híbrido do animal, considerado uma raça inferior, já que não possui a possibilidade da reprodução. Na motivação cultural, abomina-se o uso dessa palavra, pois esse termo confere uma falsa impressão de democracia racial existente no país, associado à representação da mulher negra ou mestiça pelo corpo branqueado e hipersexualizado.

Não era inocente a dinâmica de chamar mulheres negras de mulatas naquela época, “diante da impossibilidade de que os homens brancos assumissem uma relação com uma mulher negra – carregada de categorias negativas por conta da escravidão – foi necessário ‘criar’ uma figura que estivesse ‘livre’ da discriminação racial, com características destacadamente lascivas, que ocupou um novo papel social em relação às negras exploradas” (SILVA, 2018).

Com base nas pesquisas realizadas no jornal Gazeta de Notícias, compreendemos que o lugar das mulheres negras no espaço comunicacional da época era escasso e discriminatório, além de atestarmos que grande parte dos estereótipos relacionados à mulher negra, atualmente, resulta dessa prática. Asseguramos essa informação com base em Darnton e Roche (1996) que chama a atenção para a função ativa que os jornais e revistas podem desempenhar nos rumos, nos costumes e nas decisões das sociedades.

Segundo a Park (2003),<sup>2</sup> as pessoas apenas enxergam o mundo através de uma moldura de uma janela, e sendo assim, as pessoas só enxergarão uma pequena parte do mundo. Se a janela na parede é voltada para o oeste, as pessoas apenas enxergarão o oeste. Em outras palavras, a mídia pode mostrar apenas uma pequena parte do mundo a partir de um particular ponto de vista. O que ocorreu no fim do século XIX foi um processo de diferenciação simbólica que se traduz na desumanização do outro, já que as mulheres negras não eram percebidas enquanto pessoas, com a sua individualidade e a sua singularidade subjetiva, mas como representantes indiferenciados do grupo (CABE-CINHAS, 2002).

No geral, esse artigo vem analisar a mídia da época com base nos boicotes e violência social causadas à mulher negra ao longo dos anos, legitimar a luta e empenho dos movimentos de feminismo negro e lutar para a construção de um discurso contra-hegemônico com vistas na reconstrução da imagem da mulher negra de maneira positiva na sociedade moderna.

*“Quando a mulher negra se movimenta,*

<sup>2</sup> Tradução nossa.

*toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”*

ANGELA DAVIS, 2017

## REFERÊNCIAS

BISERRA, Ingrid Karla Cruz; COSTA, Jean Carlo Carvalho. O uso da imprensa nos trabalhos em história da educação do PPGE/UFPB (2007-2015): um balanço necessário. **Revista Temas em Educação**, v. 25, n. 2, 2016.

CABECINHAS, Rosa. **Racismo e Etnicidade em Portugal**: uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias. 2002. Tese (Doutorado em Ciências da Computação) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.5, n.11, p. 173-191, 1991.

COSTA, Alda Cristina Silva da. *et al.* Indústria cultural: revisando Adorno e Horkheimer. **Movendo Idéias**, Belém, v.8, n.13, p.13-22, 2010.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). **Revolução Impressa**: A imprensa na França, 1775-1800. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996.

DAVIS, Ângela. **Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela**. El País, 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503\\_610956.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html). Acesso em: 30 ago. 2022

FEITOSA, Rosane Gazolla Alves. Eça de Queirós na Gazeta de Notícias (Rio de Janeiro): a função social do jornal. **Convergência Lusíada**, v. 24, n.29, p. 185-194, 2013.

FISHER, James. **Historical Dictionary of American Theater**: beginnings. Lanham: Rowman & Littlefield, 2015.

GAZETA DE NOTÍCIAS, 01 jan. 1890.

GAZETA DE NOTÍCIAS, 09 jun. 1890.

HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, Stuart (org.). **Representation**: cultural representation and cultural signifying practices. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997. p. 13-74.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

KRENISKI, Gislania Carla Potratz; AGUIAR, Maria do Carmo Pinto. O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre “o vagabundo” na imprensa brasileira (1989 - 1991). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, p. 1-14, 2011.

LEAL, Mara Lucia. Anjo negro: cor e desejo. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 4., 2008, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2008.

LUCA, Tania. História dos, nos e por meio dos periódicos: trajetórias e perspectivas analíticas. *In*: PINSKY, Carla. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

MAHAR, William John. **Behind the Burnt Cork Mask: Early Blackface Minstrelsy and Antebellum American Popular Culture**, Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 1999.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald Lewis. The agenda-setting function of mass media. **Public opinion quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.

PARK, Jowon. Contrasts in the coverage of Korea and Japan by US television networks: a frame analysis. **International Journal for Communication Studies**, Londres; Thousand Oaks; Nova Deli, v. 65, n. 2, p. 144-164, 2003.

PASQUINI, Adriana Salvaterra; TOLEDO, César Alencar Arnaut. Historiografia da Educação: a imprensa enquanto fonte de investigação. **Interfaces Científicas Educação**, Aracaju, v. 2, n.3, p. 257 – 267, jun. 2014.

SILVA, Liliam Ramos da. Não me chame de mulata: uma reflexão sobre a tradução em literatura afrodescendente no Brasil no par de línguas espanhol-português. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 57, n. 1, p. 71-88, 2018.

THUTH, Sojourner. Discurso: **¿ No soy una mujer?** Convención de los derechos de la mujer de Ohio, 1851. Disponível em: <https://cidafucm.es/el-discurso-fundador-del-feminismo-negro-acaso-no-soy-una-mujer-de-sojourner-truth-por-afribuku>. Acesso em: 30 ago. 2022.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. História da educação, fontes e imprensa. Campinas, **Revista HISTEDBR**, Campinas, SP, v. 10, n. 40, p. 60–71, 2010.

**Recebido/ Received: 01/08/2022**

**Aceito/ Accepted: 20/08/2022**

**Publicado/ Published: 30/08/2022**

---

## **MESTRE JOÃO DO BOI E SUAS CANÇÕES: REGISTROS DA MEMÓRIA E DA RESISTÊNCIA VÃO ALÉM DA ESCRITA E ORALIDADE**

*MASTER JOÃO DO BOI AND HIS SONGS: RECORDS OF MEMORY AND RESISTANCE GO  
BEYOND WRITING AND ORALITY*

---

### **Fidelis Tavares de Melo**

Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA) e membro do Grupo de pesquisa Difusão do Conhecimento e Apropriação de Saberes: acesso e uso da informação na sociedade - DIFUSAS. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3015-5332> E-mail: [fideltmelo@gmail.com](mailto:fideltmelo@gmail.com)

### **Ivana Aparecida Borges Lins**

Professora Doutora Adjunta da UFBA. Superintendente do Sistema Universitário de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia - SIBI/UFBA. Doutora em Ciência da Informação (2016). **Líder do Grupo de pesquisa Difusão do Conhecimento e Apropriação de Saberes: acesso e uso da informação na sociedade - DIFUSAS** Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0422-4135> E-mail: [ivana.lins@gmail.com](mailto:ivana.lins@gmail.com)

### **RESUMO**

O artigo trata de estudos sobre a cultura popular com ênfase na tradição do samba chula. O objetivo central é refletir sobre a memória social abordando um fenômeno que envolve os fazeres da vida individual e que alcança a vida coletiva, na comunidade de São Braz, cidade do Recôncavo Baiano, como é o caso do estudo sobre o mestre João do Boi e a sua criação musical. Trata-se de um estudo de caso, sendo uma pesquisa exploratória, com método de abordagem indutiva e dedutiva. Os dados apresentados ancoraram-se em levantamento bibliográfico e documental. Os resultados apontam para a necessidade do fortalecimento de pesquisas no campo da Ciência da Informação que resgatem a memória individual para a preservação da informação de saberes tradicionais da cultura local e nacional.

**Palavras-chave:** Memória individual. Samba Chula. Mestres da Cultura Popular

### **ABSTRACTS**

The article deals with studies on popular culture with an emphasis on the samba chula tradition. The central objective is to reflect on social memory, approaching a phenomenon that involves the actions of individual life and that reaches collective life, in the community of São Braz, city of Recôncavo Baiano, as is the case of the study on the master João do Boi and their musical creation. It is a case study, being an exploratory research, with an inductive and deductive approach method. The data presented were based on a bibliographic and documentary survey. The results point to the need to strengthen research in the field of Information Science that rescue individual memory for the preservation of information on traditional knowledge of local and national culture.

**Keywords:** Individual memory. Samba Chula. Masters of Popular Culture

## 1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, a sociedade de uma forma geral está moderada pela velocidade em que as informações são processadas, lançadas e consumidas, ou seja, cada vez mais rápidas. Mais e mais conteúdos informacionais são depositados nos repositórios, *sites*, *blogs* e são acessadas por dispositivos móveis como smartphones e notebooks a todo momento, o tempo todo.

No caso dos conteúdos informacionais de cultura não é diferente. A todo instante um novo conteúdo é apresentado nas redes sociais e plataforma de streaming para consumo do público, um sobrepondo o outro mais novo. Mas, qual conteúdo se consegue armazenar na memória? Para além dos ambientes tradicionais de preservação da memória como as bibliotecas e as universidades, onde a informação é um abrigo dos saberes da humanidade e podem ser recuperados quando necessário, há outro lugar onde se tem os registros de informação mais significativos de cada pessoa. A memória humana é o local mais significativo de acesso ao conhecimento de cada pessoa.

Neste artigo a abordagem está estruturada a partir da memória de um mestre da cultura popular, cujo aprendizado esteve e ainda continua pautado na transmissão oral dos saberes. O que reflete na forma de como a cultura por ele criada e produzida é apresentada e disseminada.

Desta forma, apresenta-se como objeto deste artigo a memória, ou os conteúdos informacionais acumulados ao longo da vida de João Saturno, mais conhecido como mestre João do Boi, o maior e mais conhecido mestre cantador e compositor de samba chula da Bahia. Ao observar um cenário em que as relações interpessoais na contemporaneidade se estabelecem por alguma conexão mediada pela internet, bastando, em tese, que haja o acesso a um computador ou a um *smarthphone*, para que qualquer pessoa seja capaz de produzir e editar informações, notícias, filmes ou músicas. Além disso, sabe-se do poder da escolha do que ler, escutar ou assistir, conforme seus interesses.

O trabalho aqui apresentado faz parte da pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação (PPGCI), do Instituto de Ciência da Informação (ICI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Ao investigar a produção musical do mestre da cultura popular João Saturno, ou mais conhecido como João do Boi, um cantador de samba chula<sup>1</sup> que constrói a sua história de vida em uma cidade do Recôncavo Baiano. A abordagem em curso cinge questões da memória, coletiva e individual; observa a gênese do samba, especialmente

<sup>1</sup> Cantos estróficos e silábicos em língua portuguesa, de caráter responsorial e repetitivo. A estrofe principal, em certos casos, chamada de chula, pode ser cantada por um ou dois cantores com certo grau de especialização (S187, 2006, p.23)

do samba chula e apresenta algumas considerações sobre a necessidade da realização de pesquisas no campo da Ciência da Informação que contemplem tais reflexões.

Saber em que lugar se acessa os registros informacionais elaborados pelo mestre João do Boi, sendo ele detentor de conhecimento da cultura popular de um povo contribui para reafirmar a necessidade de salvaguardar os registros informacionais para além da memória humana é o cerne da pesquisa em curso.

A metodologia adotada considerado a pesquisa como sendo aplicada, que segundo Trujillo Ferrari (1982, p. 171) “pode contribuir teoricamente com novos fatos para o planejamento de novas pesquisas ou mesmo para a compreensão teórica de certos setores do conhecimento” visto que ao buscar identificar questões relacionadas ao processo de construção musical do mestre João do Boi dentro do seu grupo social.

A discussão da temática configura-se como uma pesquisa exploratória que, conforme Gil (2007) tem a finalidade de ampliar o arcabouço de informações a respeito de um determinado fenômeno ou realidade. Para tanto, há o prévio e constante levantamento de dados bibliográficos e de documentos que visam sedimentar a pesquisa e seus aspectos.

Trate-se de um estudo de caso com método de abordagem da investigação indutiva e dedutiva. Os métodos de procedimentos utilizados foram: a observação e conversas com o mestre João do Boi registrando o seu comportamento, enquanto líder e músico, no que diz respeito ao samba chula. Os levantamentos de dados inspiram-se no método etnográfico pelo fato de se tratar de um estudo da cultura e do comportamento de determinado agente cultural (o mestre). A etnografia se apresenta como uma excelente aliada para se investigar um lugar, uma região, uma cidade, uma pessoa. Ela possibilita um olhar através do outro, do nativo. Enquanto a abordagem tem-se a pesquisa como qualitativa, pois a coleta de dados leva a interpretação de fenômenos e à atribuição de significados.

Desse modo, ao compreender que em comunidades baseadas na transmissão de seus ritos por meio de práticas arraigadas pela oralidade, o aparato tecnológico promovido pela Sociedade da Informação pode expandir a possibilidade de acesso a tais produções permitindo o registro e a preservação documental de tais procedimentos históricos e culturais. Assim, é necessária a observação da existência de duas culturas nesse contexto.

A primeira cultura ocorre quando falamos em modos de vida em sociedade e seu reflexo no mundo das artes, por exemplo, que é tratado a partir de Edward Tylor, em seu “amplo sentido etnográfico, todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou quaisquer outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR, 1871, p.1).

A segunda cultura é a digital, ou a cibercultura que é a relação dessa mesma sociedade com as Tecnologias da Informação (TIs). Fagundes e Hoffmann fazem essa

dissociação conforme segue: “cultura é a representação das manifestações humanas; aquilo que é aprendido e partilhado pelos indivíduos de um determinado grupo” e a “cultura digital é a cultura de rede, a cibercultura, que sintetiza a relação entre a sociedade contemporânea e Tecnologias da Informação (TIs)” (FAGUNDES; HOFFMANN, 2008, p.1).

Ao tomar conhecimento dessas perspectivas de cultura e tendo o mestre João do Boi, mestre da cultura popular, que por meio da música, recebeu e compreendeu determinados ensinamentos dos seus antepassados, ao longo da vida, os repassam de forma lírica e oral aos mais jovens. Assim, é imperativo e importante constituir mecanismos que conheçam e preservem as suas memórias, registrando-as das mais diversas formas possíveis. Portanto, com os registros de memória capturados de forma física, mesmo após a morte dos mestres, será possível ter acesso a parte de uma rica história de uma dada comunidade, costume ou tradição, como no caso aqui proposto.

## **2 MESTRE JOÃO DO BOI, UMA MEMÓRIA VIVA DE COMPOSIÇÕES MUSICAIS E DE UM MODO DE VIDA**

O Mestre João do Boi é um ancião de 78 anos de idade, não letrado e que do seu trabalho ainda adolescente atuou no canavial, na fábrica de papel, na lida com os animais do campo (boi, vaca, carneiro, galinha) e do trabalho de mariscagem<sup>2</sup>, já ase adulta traz em suas canções o experiências do seu modo de vida, além de cantar a mulher e o cotidiano das pessoas da Vila de São Braz, cidade do Recôncavo, pertencente ao município de Santo Amaro.

A falta da leitura não fez do mestre João do Boi uma pessoa com saberes menores. Como um bom aprendiz teve seus ensinamentos adquiridos por meio dos seus antepassados. Foi assim que ele aprendeu, desde menino, a desempenhar as suas tarefas e aprendeu o ofício de gritador de samba chula, como ele próprio costuma dizer: “eu aprendi a sambar com meus mais velhos” (JOÃO DO BOI, 2022)<sup>3</sup>.

Ao trazer o mestre João do Boi como objeto deste artigo é significativo reafirmar que a memória é o lugar onde se formam as lembranças e, a partir dessas recordações é que são reveladas, no caso em tela, as novas composições, novas chulas, ou seja, é a partir das lembranças contidas na memória que se aprende e se ensina, mantendo-se a cultura local. Assim, é assertivo perceber que:

<sup>2</sup> Ato ou efeito de mariscar; apanhar, pescar marisco (Fonte disponível em: <https://dicionario.priberam.org/mariscagem>). Pode ser considerada pesca artesanal, pois se caracteriza por uma pesca de baixo impacto ambiental, realizada através de instrumentos (...) ferro e facão para retirar o marisco, sapatão de pano, calça e capote para se proteger das muriçocas e outros insetos no manguezal e o balaio para carregar os mariscos (FIGUEIREDO, 2015).

<sup>3</sup> Entrevista realizada com o mestre João do Boi, em São Braz, em sua residência para este trabalho, pelo pesquisador Fidelis Tavares de Melo, no dia 15 de janeiro de 2022.

A memória possui contextualidade e é possível ser atualizada historicamente. Ela possui maior consistência do que lembrança, uma vez que é uma representação produzida pela e através da experiência. Constitui-se de um saber, formando tradições, caminhos – como canais de comunicação entre dimensões temporais –, ao invés de rastros e restos como no caso da lembrança. A memória pode constituir-se de elementos individuais e coletivos, fazendo parte de perspectivas de futuro, de utopias, de consciências do passado e de sofrimentos. Ela possui a capacidade de instrumentalizar canais de comunicação para a consciência histórica e cultural, uma vez que pode abranger a totalidade do passado num determinado corte temporal. (...). Nesse nível, ela representa possibilidades de aprendizagem e de socialização, expressando assim continuidade e identidade daquelas tradições (DIEHL, 2002, p. 116-117).

É importante não se perder de vista que a compreensão de processos sociais na contemporaneidade abarca uma provável desconstrução da concepção de tradições ou vidas comunitárias restritas a um espaço geográfico definido.

Em um artigo intitulado “Psicobiologia da Memória”, de Carlos Tomaz, tem-se a indicação de que a memória “é a capacidade de o indivíduo se situar no presente levando em consideração o passado e o futuro”. O autor complementa o raciocínio indicando que a memória é, por conseguinte, um fator determinante do nosso comportamento, por tanto, “fornece as bases para todos os nossos conhecimentos, habilidades, sonhos, planos e anseios” (TOMAZ, 1993).

Nesse sentido é possível construir uma metáfora sobre a memória humana comparando-a ao conteúdo de uma biblioteca, visto que em que cada estante e em cada livro registrado pode-se criar a imagem de pulsos elétricos que o cérebro (biblioteca) armazena e classificado de acordo com a importância e significado que cada pessoa vivencia; a diferença é que a memória de cada pessoa é viva e processa as próprias experiências de vida, e quando esta pessoa morre o conhecimento e suas memórias se apagam, no caso da biblioteca física, ou virtual as memórias e informações se mantêm ativos e guardados para ser disseminado *ad eterno*.

Assim, a depender do estímulo, fator externo, - como a chegada de um pesquisador que solicita ao profissional bibliotecário um determinado livro, - ou assunto de seu interesse desencadeando no cérebro uma lembrança. Este estímulo pode ser intencional, ou não. Pois diferentemente de um pesquisador que vai a busca de determinado conhecimento; a ativação de uma lembrança em uma memória pode ocorrer sem intenção, apenas por um desencadear de certos estímulos, do que se vive no agora.

Em um dos seus estudos Nora (1993) intitulado “Entre memória e história: a problemática dos lugares” o autor defende a oposição entre memória e história, negando serem palavras sinônimas. Aqui vale para este estudo o que ele traz sobre a memória:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esque-

cimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente. [...] ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, cenas, censura ou projeções. [...] A memória emerge de um grupo que ela une [...] é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. [...] A memória é um absoluto (NORA, 1993. p.9).

É inegável a importância da memória para a vida e o desencadear dos acontecimentos do cotidiano. As pessoas se constituem a partir do que trazem em seu registro genético e tudo que apreendemos no durante os anos de nossas vidas. Hábitos, gestos, forma, aprendemos e registramos em nossa memória e usamos a partir das necessidades do nosso dia a dia.

Quando o mestre João do Boi, em meio a uma descontraída roda de samba entre amigos e familiares, de repente surge uma chula inesperada, ou uma canção criada naquele momento, ou ainda, ele apresenta alguma ação que o fez recordar uma chula antiga são evidenciadas a memória deste mestre, ao trazer uma lembrança, acessando suas vivências e buscando na memória elementos para criação de uma nova canção, se configurando em um movimento complexo humano.

As lembranças que se adquirem voluntariamente por repetição são raras, excepcionais. [...]. Mas como as lembranças aprendidas são mais úteis repara-se mais nelas. E como a aquisição dessas lembranças pela repetição do mesmo esforço assemelha-se ao processo já conhecido do hábito tende-se a colocar esse tipo de lembrança em primeiro plano[...] (BERGSON, 1999. p. 90).

A afirmação de Bergson (1999) remete a uma frase do mestre João do Boi, em uma das visitas realizadas durante a pesquisa em curso, ele disse que: “quanto mais eu sambo, mais chula vem pra eu cantar”. É como se a memória fosse ativada a partir do momento em que as revive enquanto está na roda de samba. Da mesma forma quando ele era criança e jovem e observava os sambadores mais velhos para poder aprender a cantar e tocar, guardando tudo na memória e de repente ao se ver envolvido numa roda de samba tudo viesse em sua memória. O hábito de repetir o que se aprende é o que faz com que nunca se esqueça o que se aprendeu.

Da mesma forma que o que faz, por exemplo, uma biblioteca estar viva, é a constante recepção de novos livros, periódicos e acervos e de um público havido por seus conteúdos, assim o é com a memória do mestre João do Boi, quanto mais ele grita suas chulas, mais rememora seus aprendizados, como também o faz compor novas canções e o público havido pela sua cultura é o que também torna essa memória cada vez mais viva, em lembrar tudo que se viveu e tudo que aprendeu para em forma de samba poder disseminar seu canto, seu rito, sua cultura.

### **3 ANTES DO MESTRE JOÃO DO BOI VEM O SAMBA CHULA**

A investigação sobre a contribuição do mestre João do Boi para a cultura popular baiana, sobretudo, por sua criação voltar-se para o samba chula, requer que seja conhecido um pouco do que é o samba e, para se falar do samba e sua origem, é possível ainda que a nos deparemos com uma questão polêmica: qual foi o lugar e momento em samba nasceu? Mesmo partindo do senso comum, é possível dizer que este estilo musical nasceu na Bahia, precisamente no Recôncavo Baiano, sendo importante contextualizar tal afirmativa.

Embora não haja a precisão da gênese do samba, sabendo-se este ritmo nasce do movimento do povo preto escravizado que em boa parte eram distanciados da vida social, econômica e política do país, é possível indicar um período aproximado em que ele insurge para tomar as ruas do Brasil-colônia dos séculos XVIII e XIX.

Para os músicos e estudiosos sobre o tema, Roberto Mendes e Waldomiro Júnior (2008) tem-se que os registros de viajantes estrangeiros do século XVIII indicavam “manifestação musical de homens negros” no Recôncavo Baiano.

Os mais antigos registros sobre uma música tipicamente do Recôncavo Baiano, remontam do século XVIII e são depoimentos de viajantes que descreveram uma manifestação musical em que homens negros tocavam instrumentos de percussão e cantavam, num ritmo que remontava às suas terras africanas. Muitas vezes, essas manifestações aconteciam em frente à casa grande, sob a assistência dos senhores dos engenhos (MENDES; JÚNIOR, 2008)

É importante salientar que não havia, em princípio, distinção entre os tipos de samba. Os primeiros registros dão conta de ajuntamentos de negros, batuques, folguedos e etc., como será apresentado mais adiante. Não há como precisar quando as distinções entre as variedades de tipos de samba foram incorporadas pelos sambadores<sup>4</sup> do recôncavo. Mas, no dossiê de registro imaterial do Samba de Roda do Recôncavo Baiano já apontava certas características que fazia distinções entre os sambas praticados pelos sambadores. No dossiê há uma proposição de classificação do samba, tendo o samba de roda como uma espécie de guarda-chuva para as variações na forma de execução dos sambas dessa região baiana. O samba corrido e o samba chula (de viola, ou amarrado) são as principais delas.

A pesquisa realizada propõe entendê-las com base em dois grandes tipos. O primeiro corresponde a uma categoria nativa bastante generalizada no Recôncavo e em Salvador: samba corrido. O segundo permite aproximar, por alguns traços comuns, sambas diferentes, na região de Santo Amaro e municípios vizinhos - muitos dos quais de emancipação política recente em relação

<sup>4</sup> Os praticantes de samba de roda são chamados de “sambadores” e “sambadeiras”, e não “sambistas” como nas demais localidades do país (SANDRONI, 2010, p.373).

a Santo Amaro -, que são chamados de samba chula, de parada, amarrado ou de viola; e que na região de Cachoeira, com diferenças maiores, são chamados de barravento (S187, 2006 p. 34).

Para Nei Lopes e Luiz Antônio Simas (2020), o “samba de roda é o protótipo do samba rural e especialmente do samba baiano”. Essa é parte da longa descrição do entendimento desses autores sobre samba de roda no que diz respeito à denominação trazida a partir do seu livro, “Dicionário da História Social do Samba”, que mesmo tendo uma visão sulista dos termos vale ressaltar. Assim discorrem sobre samba de roda:

Chamado “samba de viola”, “samba de chula”, “samba de parada”, “samba de partido-alto”, “samba santo-amarense”, “samba amarrado” etc., conforme o aspecto que apresente, ele é a pedra fundamental do grande edifício do samba brasileiro. São diversas as denominações do samba de roda da Bahia, que muitos autores vêem como modalidades diferentes. As mais comuns são “samba corrido” e “samba de chula” (LOPES; SIMAS, 2020, p. 264).

Segundo o compositor e músico, Roberto Mendes<sup>5</sup>, parafraseando o sambador santamarense de prenome Carlito, que assim lhe dizia, “o samba de roda era a parte profana da chula. A chula é o canto violado”. Para Mendes, a chula é um rito de passagem entre o sagrado que é a reza e o profano que é a festa, a “alegria”.

Como todo rito era feito depois da reza. A reza de Santo Antônio, São João, basicamente e o Cosme e Damião. Eram os santos que tinha chula após a reza e quando terminava a chula fazia a festa. Então chamava de samba corrido, ou seja, samba de roda. Virava a festa! Agora acabou o rito, agora viva alegria. Essa diferença é clássica todo mundo falava isso aqui. Samba de roda e a chula. Chula é o rito, são versos cantados dentro de um certo conceito que naturalmente se fazia elogiando a mulher [...] (MENDES, 2020).

Ele explica também que os sambadores de chula mais antigos achavam que o samba de roda (ou corrido) era coisa menor que o samba chula. Já Roberto Mendes (2020) os têm como “um comportamento traduzido em canção” e que “não há uma forma, uma regra para se compor uma chula”. Ou seja, não há aprisionamento na forma sobre o tema, ou construção, seja em número de estrofes, parte A, parte B, seja de refrão, como na música tradicional e contemporânea. O que há é um sentimento e um fazer orgânico sem a preocupação que a música ditada pelo “mercado” foi, e continua sendo forjada até os dias atuais.

A professora e pesquisadora de cultura popular, Katharina Döring (2016), corrobora com o que dizem os sambadores antigos de chula. Ela indica que o termo samba de roda é referido e equivalente a samba corrido, ou samba duro. O que reforça conceitualmente o já exposto sobre “sambas de roda” e “samba de roda”. Assim ela descreve:

<sup>5</sup> Série Documentário de Roberto Mendes – O Samba Antes do Samba, gravado em 2020.

O samba na região de cana (Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Terra Nova, Teodoro Sampaio, Amélia Rodrigues, etc.) é o samba chula, ou samba de viola, de verso, de parêlha e amarrado, de andamento lento, que coexiste com o samba corrido, que muitos sambadores chamam de samba de roda, empregando o tempo genérico para fazer a distinção do samba chula (DÖRING, 2016, p. 72).

Como mencionado anteriormente, e ao que tudo indica, o samba-chula nasceu a partir dos cantos de labor dos negros e índios nas fazendas de fumo e engenhos de cana-de-açúcar; com a viola trazida pelos portugueses da Ilha da Madeira; e a liturgia dos dias santos, dos católicos. No livro “Chula Comportamento Traduzido em Canção”, Mendes e Júnior (2008) reforçam essa afirmação relatando e ambientando num contexto histórico, social e econômico, esse nascimento.

Embora fosse o maior centro de produção econômica de toda a Colônia, eram os engenhos e não as cidades e vilas a principal referência da vida no Recôncavo Baiano. Neles, o título senhor nos remetia a era medieval. A sua vontade era absoluta, os interesses familiares prevaleciam sobre qualquer um outro e a vida social se desenvolvia dentro dos limites territoriais da sua propriedade. Sendo assim, foi nos engenhos, sob o olhar dos seus senhores, que o gentio (escravos, índios, brancos agregados), encontrou o terreno fértil para mesclar as suas culturas (MENDES; JÚNIOR, 2008, p.17).

Todo esse enredo nos leva à sistematização de informações que é observada no dossiê do Samba de Roda do Recôncavo Baiano. Nele, as entrevistas com os mestres e mestras das diversas localidades e municípios que compõem a região estudada, são ratificadas as especificidades dos sambas de roda, em particular do samba chula e do samba corrido.

No dossiê são observados os aspectos comportamentais da roda e que diferencia o samba chula, do samba corrido (ou samba de roda). Os personagens principais desse comportamento são os sambadores e sambadeiras, ou seja, aqueles que cantam e tocam os instrumentos, e as mulheres que batem palma, sambam e respondem ao canto. Existem grupos em que as mulheres estão à frente da manifestação, não só organizando, mas também compondo e tocando. Mas, tradicionalmente o canto, a composição, a execução dos instrumentos e a liderança do grupo cultural são funções exercidas pelos homens.

A forma como a roda no samba chula é tradicionalmente executada é como uma troca mútua entre sambadores e sambadeiras. Segundo consta no Dossiê Iphan – Samba de Roda do Recôncavo Baiano (2006), “é importante notar que a relação entre homens tocando e mulheres sambando é algo fundamental para o bom desenrolar de um samba”. Ele afirma que quando o samba é bom a viola é bem tocada é como um estímulo à sambadeira. Da mesma forma que a sambadeira com seu jeito encanta e estimula o sambador.

Outra característica observada é como são formados os versos principais, chamados de chula, que trazem uma ideia, ou tema central e os versos “secundários”, que é o relativo, que é uma resposta, complemento, ou arremate da chula, que pode ter apenas uma estrofe que é repetida até quatro vezes. Os versos principais são cantados (gritados) pela dupla de sambadores (parelha) e o relativo é respondido pelas mulheres, pelos músicos e/ou por outro par de parelha, caso assim a roda esteja configurada (situação rara nos dias atuais).

Um dos grandes nomes do samba chula na atualidade é João Saturno, mais conhecido como mestre João do Boi. Filho e neto de sambadores “brinca o samba”, como ele mesmo diz, “desde doze anos de idade”. Lá se vão pelo menos 65 anos desde que empunhou pela primeira vez um pandeiro para gritar uma chula na roda.

Todo esse achado histórico ora contextualizado para situar o samba, o samba de roda e o samba chula, vem refletido de uma narrativa baseado em achados históricos de registros oficiais, mas é fincado na oralidade e na memória das fazedoras e fazedores de cultura, desse tipo ora apresentado. São pessoas como o mestre João do Boi que mesmo sem ser letrado traz em seus registros de memória conteúdos informacionais importantíssimos para compreensão da cultura de um lugar.

## **CONSIDERAÇÃO FINAIS**

O estudo reafirma que a informação e os saberes culturais transmitidos entre os pares de uma dada comunidade, de forma oral, por exemplo, vem se perdendo com a chegada das novas gerações. Assim, tradições seculares tendem a sofrer influências dos artefatos midiáticos, provocando modificações de forma direta na transmissão do conhecimento. Assim, a abordagem de um fenômeno que envolve os fazeres da vida individual e que alcançam a vida coletiva, na comunidade de São Braz, como é o caso do estudo sobre o mestre João do Boi, a sua criação musical, as canções de samba-chula que entregam a memória do mestre para este fazer cultural, registram um processo dinâmico, entrelaçando o sujeito histórico e o seu grupo social apontam para temáticas necessárias a serem trazidas à cena.

Partindo do objetivo de se observar questões sobre a memória, o samba chula e a trajetória do mestre João do Boi, há de considerar que os registros informacionais tacitamente guardados com o mestre, detentor de conhecimento da cultura popular de um povo afirmando que a memória é capaz de representar possibilidades de aprendizagem socializando as relações simbólicas que a pessoa humana constrói e influencia na construção de uma identificação cultural.

A área da Ciência da Informação, tem rompido barreiras para abranger a diversidade de temáticas do seu *locus*. Estudos sobre a cultura popular convergindo com estudos sobre informação, disseminação e fluxos informacionais ainda representam um

universo restrito, sinalizando, portanto, um vasto percurso a ser explorado e, nessa perspectiva o trabalho aqui apresentado é de grande contribuição para tais avanços.

## REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. Tradução Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção tópicos). Disponível em: <https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/matc3a9ria-e-memc3b3ria.pdf>. Acesso em: 22 outubro/2021

DIEHL, Astor Antonio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

DÖRING, Katharina. **Cantador de chula: o samba antigo do recôncavo baiano**. 1. ed. Salvador, BA: Pinaúna, 2016.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

FIGUEIREDO, Marina M. A mariscagem e as mulheres na Baía do Iguape - BA. **Seminário Espaços Costeiros**, [S. l.], UFBA, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/secosteios/article/view/14669>. Acesso em 15 jan. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

HOFFMAN, Daniela; FAGUNDES, Lea. Cultura digital na escola ou escola na cultura digital? **Revista Renote: Novas Tecnologias na educação**, Rio Grande do Sul, FURGS, vol. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/renote/article/view/14599>. Acesso em: 15 jan. 2021.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antônio. **Dicionário da história social do samba**. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

MENDES, Roberto e JÚNIOR, Waldomiro. **Chula, comportamento traduzido em canção** (A música raiz do Recôncavo Baiano na formação da nacionalidade brasileira) – Edição Fundação ADM/Master Mind. 1. ed. Salvador, BA. 2008.

MENDES, Roberto. **O Samba Antes do Samba – Episódio 1: Quando mais a gente ensina, mas aprende o que ensinou** (Série Documentário) – YouTube, 23 de out. de 2020. Disponível em: <https://youtube.com/playlist?list=PL2O7NNoFja1KJBIS03NwB5NxafKmoUkjN> Acesso em: 06 out. 2021

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução Yara Aun Khoury: *História e Cultura*. v. 10. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763> Acesso em: 15 jul. 2021

S187. **Samba de Roda do Recôncavo Baiano**. Brasília, DF: Iphan, 2006.

TOMAZ, Carlos Alberto. **Psicobiologia da Memória - Psicol.** USP v.4 n.1-2 São Paulo. 1993. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-51771993000100004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100004) Acesso em: 15 out. 2021.

**Recebido/ Received: 17/07/2022**  
**Aceito/ Accepted: 10/08/2022**  
**Publicado/ Published: 30/08/2022**

---

## UM TAMBOR SÁMI RESTITUÍDO: CULTURAS ORIGINÁRIAS EUROPEIAS E COLONIALISMO NO ÁRTICO

*A RESTITUTED SÁMI DRUM: EUROPEAN ORIGINARY CULTURES AND ARCTIC  
COLONIALISM*

---

### **Paula Sequeiros**

Doutorada em Sociologia (Universidade do Porto, Portugal). Investigadora do Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Membro da enLeio, Rede de investigação Bibliotecas, Políticas, Leitura. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2069-5631> E-mail: [paulasequeiros@ces.uc.pt](mailto:paulasequeiros@ces.uc.pt)

### **RESUMO**

A restituição de um tambor sámi confiscado em 1691, em Karasjok, atual Noruega, foi feita no início de 2022. Este bem incorpora significado histórico, cultura e valores próprios, assim como marcas da colonização e das desigualdades no Sápmi. Pode falar sobre a longa colonialidade e a invisibilização racista no extremo norte da Europa e sobre as resistências históricas e processos atuais por justiça e reparação. Avança-se uma síntese bibliográfica sobre a invenção eurocêntrica das raças operada, a partir do centro da Europa, no que visou particularmente as populações sámis, as suas terras e culturas, com demarcações coloniais, patriarcais e capacitistas. Esboçam-se linhas possíveis de intervenção e reconfiguração do trabalho sobre fontes biográficas e bibliográficas que sustentem, alentem e disseminem a incorporação de conhecimento herdado e a transmitir por culturas originárias com reconhecimento e justiça.

**Palavras-chave:** Culturas sámis. Restituição de património. Objetos de memória. Extremo Norte da Europa.

### **ABSTRACTS**

The restitution of a Sami drum confiscated in 1691, in Karasjok, present-day Norway, was made in early 2022. This good incorporates historical meaning, culture and own values as well as marks of colonization and inequalities in Sápmi. It can talk about the long coloniality and racist invisibilization in the far north of Europe and about the historical resistances and current processes for justice and reparation. A bibliographical synthesis is presented on the Eurocentric invention of races operated from the center of Europe in which it aimed particularly at the Sámi populations, their lands and cultures, with colonial, patriarchal and capacitist demarcations. Possible lines of intervention and reconfiguration of the work on biographical and bibliographical sources that sustain, encourage and disseminate the incorporation of knowledge inherited and to be passed on by originary cultures with recognition and justice.

**Keywords:** Sámi cultures. Heritage restitution. Objects of memory. Extreme north Europe.

## 1 A NOTÍCIA DA RESTITUIÇÃO

Ao fim de um longo processo de 40 anos, a reivindicação do Museu Sámi, para a devolução ao território do tambor sámi, confiscado a Poala-Ánde em 1691, em Karasjok, na Noruega atual, foi atendida no início de 2022. Poala-Ánde, ou Anders Poulsson/Paulsson, em sueco, acusado de feitiçaria, teria sido julgado, ao fim de um ano, se não tivesse morrido antes na prisão. A partir dessa mesma área, a imprensa registrou as declarações de Jelena Porsanger, responsável pelo Museu Sámi de Karasjok e membro do Fórum Permanente das Nações Unidas para os Assuntos Indígenas. No momento da entrega do tambor à guarda do museu, declarou sobre o seu significado: “É um objeto precioso para nós, um símbolo da nossa **história**, dos nossos **valores e cultura** – e ao mesmo tempo um símbolo da **colonização** e de relações de poder desiguais”<sup>1</sup> (HIGGINS, 2022, grifos da autora).

Acompanhar a história deste tambor rúnico é uma boa oportunidade para conhecer e entender alguns traços das culturas sámis do norte da Europa, em anos mais recentes, as lutas pela sua afirmação e também as ideias preconceituosas que circulam ainda sobre o Sápmi, produto de uma longa colonialidade e de um apagamento persistente com tonalidade racista.

Por outro lado, a par da crescente literatura de investigação sobre as culturas sámis, a comunicação gerada, em torno das restituições de patrimônio e de restos mortais, e da posse de recursos comunitários (FAUX, 2019), configuram um momento de tomada de voz e de resistência que exige o reconhecimento da samidade nas suas várias expressões linguísticas e culturais. Este será um interessante caso a acompanhar, pelo que proporcionará, para a compreensão de como as instituições de memória (arquivos, museus, bibliotecas), ao repensarem a sua finalidade, podem recriar serviços e informação ao público, com uma orientação claramente descolonial, que não se fica pela simples incorporação de peças no acervo.

Se hoje é mais fácil localizar e ler algumas obras sobre as culturas sámis, e entretanto, se produziram uma série de obras relevantes, não deixa de ser preocupante a continuada pequena disseminação sobre a temática neste outro momento de escrita. Razão adicional pela qual avanço o texto seguinte.

## 2 O QUE DIRÁ UM TAMBOR? CONTINUAR SEM CRIAÇÃO DE SUBTÓPICO

As palavras que realcei da fala de Porsanger, a abrir, serão os tópicos de análise que abordo e cruzo, neste texto, para refletir criticamente, tanto sobre a exotização e a mitificação de um tambor, por vezes designado como xamânico, como sobre a extração

<sup>1</sup> Não havendo menção expressa em contrário, as traduções são da autora.

colonial operada, a partir de ideias e práticas sámis, e a importância desta restituição, uma e outra operadas dentro do continente europeu.

De seguida, avanço alguma informação sobre a retirada e a restituição de um objeto aparentemente esquecido, escondido do público, mas registado e conhecido da etnografia sueca, pelo menos desde os anos 40 a 50 do século passado. O tambor apreendido em Karasjok configura-se neste processo como sinédoque das culturas sámis silenciadas. Lexicalmente, o bem cultural – parte – é tomado pelo todo que o criou e contém. Para fazer vibrar esse tambor simbólico, requer-se contextualização histórica, social e política, ainda que, para uma breve abordagem, ao todo que ele refere.

Atualizo informação e completo algumas das fontes documentais, consultadas a propósito da pesquisa anterior sobre uma biblioteca e arquivo, para a cultura sámi, em 2013, em Jokkmokk, na Suécia, fontes que encerram documentação singular, por vezes única, para essa zona do Sápmi. Este outro escrito, sobre um tambor rúnico, retirado do lado norueguês, e a construção da memória em seu torno, confirma uma experiência de muitos dos constrangimentos sentidos com o trabalho anterior (SEQUEIROS, 2017).

Em 1979, o tambor tinha regressado, ao território originário, apenas a título de empréstimo, na sequência das diligências institucionais, para a restituição do Sámiid Vuorká-Dávvirat, Museu Sámi de Karasjok, e do acordo, para a restituição, assinado entre dois museus noruegueses e o Parlamento Sámi da Noruega. Depositado até então, no Museu Nacional da Dinamarca, este recebera-o da coroa dinamarquesa, que o detinha desde 1694, no Gabinete Real, em consequência da acusação feita a Poala-Ánde. Dado que a região histórica da Finamarca foi governada, durante o séc. 16, pela coroa unificada da Dinamarca-Noruega, Copenhaga foi o destino do objeto simultaneamente suspeito para o poder colonial e alvo de “curiosidade” para a ciência nórdica.

**Figura 1** - Reconstituição de áreas comunitárias sámis, séculos 16 a 19



**Fonte:** Frank Baldus, CC0<sup>2</sup>

<sup>2</sup> De Frank Baldus (Ökologix) a partir de mapas de “Samernas liv” de Rolf Kjellström, Carlssons book publishing, Kristianstad 2003. <http://de.wikipedia.org/wiki/Datei:Samebyer.jpg> e de Wolf-Dieter Seiwert

Este e outros tambores sámis semelhantes continham inscrições, com runas nórdicas, caracteres usados por vikings e povos germânicos entre os séc. 3 e 13. Destruídos, expropriados, talvez reapropriados, com outras finalidades, por pessoas que não eram sámis, os tambores foram estudados em detalhe por Ernst Manker (1893-1972), etnólogo sueco e responsável por coleções de arte e pela cultura sámi sobre as quais deixou uma vasta obra escrita (MATTSON, 2014). Num sítio Web (GJERDE, [s.d.]) podemos ver desenhos das peles de vários tambores estudados por Manker. A figura, imediatamente antes do subtítulo *Bowl drums*, corresponde ao tambor de Poala-Ánde, nascido na região de Tornio, no atual Sápmi sueco. A imagem abaixo é de uma reconstituição.<sup>3</sup>

**Figura 2** - Tambor rúnico (reconstituição) no Museu de História da Cultura, Oslo



Fonte: *Category: Sami drums*, Wikimedia Commons, Rune drum 1691 AD, foto de Sandivas

### 3 SÁPMI E SÁMIS – SABIDOS E DESCONHECIDOS

O Sápmi teve ocupação humana, desde cerca de 10.000 anos, os artefactos sámis encontrados permitem datar a sua presença de aproximadamente 8000 anos (KVARFORDT *et al*, 2005). Sabe-se hoje que as comunidades locais se distribuíam, em boa parte, segundo linhas quase paralelas que marcavam o sistema de assentamento das *siida*, zonas de economia pastoral, como se pode ver no mapa acima. A partir dos finais do séc. XIX, intensificam-se a indústria e a extração de recursos naturais em países mais ao sul. As regulamentações das profissões e as leis da propriedade dos solos excluíram e confinaram os sámis. Tudo isso forçou as populações originárias a procurar áreas cada vez mais a nor-

(Hrsg.): *Die Saami. Indigenes Volk am Anfang Europas*. Deutsch-Russisches Zentrum, Leipzig 2000. Situação nos séc. 16 (Suécia e Noruega), 17 (Finlândia) e 19 (Península de Cola). Disponível em <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=17912651>.

<sup>3</sup> [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rune\\_drum\\_1691\\_AD\\_crop.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rune_drum_1691_AD_crop.jpg).

te em busca da sobrevivência das suas principais atividades: pastoreio em transumância, caça e curtimento de peles, pesca, conservação e extração de gordura de animais, de madeiras e produtos florestais (SILVÉN, 2014). A fixação das fronteiras dos estados nacionais escandinavos, com outra lógica geográfica, colidiu com essa organização desde o séc. XVI (KUOLJOK, 1998).

No Sápmi, do início do século passado, ainda persistiam ou eram agudizadas, com variações entre os estados, políticas coloniais extremas que produziram a expropriação de terras, medições antropométricas e políticas eugenistas – a partir da designada “Biologia Racial” –, mas também a cristianização forçada, o disciplinamento através do abandono da língua mãe para crianças e jovens sámis enviados para internatos, as “escolas lapãs” segregadas com currículos diminuídos para “indígenas” e a proibição de determinadas práticas culturais, tais como o *joik* – *yoyk* na forma anglicizada – ou o uso dos tambores.

Alguns humanistas de países ao sul sabiam do povo sámi há muitas centenas de anos e escreveram sobre o território e as gentes desde o início da era moderna. Os termos empregues e as situações narradas estão impregnados de fantasia, como ocorria com vários escritos de história deste período no continente europeu. Contudo uma visão descolonial sinaliza, também, narrativas e termos que são produtores e reprodutores de discriminação. Remeto para obras primordiais que foram fontes informativas exógenas sobre povos e territórios do extremo norte da Europa e que alimentaram escritos circulados entre estudiosos do seu tempo e de muitos outros países. Destaco Damião de Góis e Lineu, dado que as obras desses dois autores tiveram uma disseminação e alcance entre monarcas, hierarquias máximas das igrejas católica e reformada e sobre eruditos em cujas redes transnacionais estavam inseridos. Em datas muito recentes, foram objeto de análise crítica literária e de desconstrução descolonial. Remeto também, de forma breve, para outros autores que se fizeram nomeados por narrativas em torno desta temática “curiosa” em mais de um momento da História.

Sápmi é a designação em sámi do norte para o conjunto de territórios habitado por populações originárias do extremo norte europeu. Boa parte do seu território ancestral, entre os séculos XVI e XIX, foi riscado com fronteiras por monarquias da Europa setentrional, sem cuidar das regiões e movimentações costumeiras. Sob diferentes regimes históricos, o Sápmi tem sido lugar de dominação sobre territórios, corpos, sobre recursos naturais e conhecimento, educação e culturas originárias, por parte de distintos poderes políticos e religiosos e por colonos, tanto quanto se sabe, com intensidade e duração variáveis dentro da Noruega, da Suécia, da Finlândia atuais e da península de Cola, Rússia. Aí se registaram, mais a oeste, povoamentos de colonos provenientes da Noruega, incursões da Holanda, da Inglaterra e da Dinamarca e expedições para a conversão, nomeadamente de clérigos suecos e de monges ortodoxos em áreas mais a leste (KUOL-

JOK, 1998; STORFJELL, 2013). A exploração fiscal teria começado bem antes do séc. XVI, tendo os sámis de pagar impostos a várias coroas, em diferentes pontos e momentos das suas deslocções e em estadias a que estavam obrigados em locais e momentos fixados para as cobranças anuais.

As populações sámis são estimadas em 50.000 a 100.000 indivíduos plurilingues, metade dos quais fala pelo menos uma das línguas originárias. As estimativas populacionais apontam para que 10.000 a 20.000 vivam na Noruega, 15.000 a 20.000 na Suécia, entre 7000 a 7500 na Finlândia e mais de 8000 na Rússia, dos quais 1600 em Cola. Note-se que boa parte das e dos sámis reside fora do Sápmi, em grandes cidades daqueles países.

### 3.1 Dar nome às populações Sámis

Começo pelo nome Lapónia e pela etimologia que Damião de Góis lhe atribuiu. Na *Deploratio lappianae gentis* – “Lamentação do povo da Lapónia” – declara que *Lappia* significa, em latim, “província inepta ou indolente”, com um frio extremo que lhe não permite receber nem criar frutos (EARLE, 2006, p. 364), e descreve os sámis – *Pilappii* ou *Lappii* – como belicosos, nervosos, de pequena estatura, fazedores de encantamentos<sup>4</sup>. A “Lamentação” é efetivamente um texto que resume o livro *Schondia*, de 1532 de Jacob Ziegler. Deixo desde já a nota de que manuscritos de alguns dos títulos referidos foram partilhados entre círculos restritos de eruditos antes de serem impressos. Assim, uma versão prévia deste texto estava inserida no livro *Legatio David Aethiopiae regis, ad sanctissimum D.N. Clementem papam VII*, impresso em Antuérpia em 1532. A versão mais antiga existente em Portugal consta do catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal (GÓIS, 1532).<sup>5</sup>

Note-se que, durante o séc. XVII, assinala na literatura de várias línguas e origens europeias uma curiosidade sobre o Sápmi, tal como no final do séc. XIX e início do XX se notará “curiosidade” com costumes e saberes originários de um Norte mitificado. Um e outro momento da modernização agrícola e da industrialização contemporânea foram marcados por vagas expansionistas e de apropriação, os quais incentivaram a busca por conhecimento autóctone através de enviados religiosos e políticos dos poderes nacionais vizinhos. Algumas fontes informativas anteriores eram certamente conhecidas dos escritores modernos como passarei a referir.

<sup>4</sup> *Pilappii* é termo usado também por Caspar Peucer, professor na Universidade de Wittenberg e genro de Melancton, em “*Commentarius de praecipuis divinationum generibus*, Wittenberg: 1560”. Aí descreve o xamanismo dos “lapões” o qual poderá ter tomado da *Historia de gentibus Septentrionalibus* de Olaus Magnus. Cf ASPAAS e GASKI, 2014.

<sup>5</sup> A forma de referência que uso na Bibliografia, atualizada para as normas de referência portuguesas e brasileiras, está de acordo com os catálogos WorldCat e Bibliothèque Nationale de France e com o estudo de Tom Earle, este mesmo também mencionado nas referências; na BNP, uma edição de 1533 foi catalogada sob autoria de Antoine Augereau, seguindo a ordem impressa no rosto, exprimindo a relação de poder que facilitou a sua publicação; cf. com trabalho de Mário Carreiro igualmente referenciado.

Tácito, na *Germania*, no ano de 98, escreveu sobre os *fenni*, bárbaros que habitavam a norte do império romano. O nome resultou da latinização do germânico *finn* que designava então os sámis (STORFJELL, 2013). Esta é uma das referências mais recuadas no tempo de um erudito, provavelmente reescrita a partir de Plínio, o Velho, e de outros romanos que fizeram registos das guerras imperiais nesse espaço geográfico. Outros nomes encontrados em obras do séc. XVI, em diferentes traduções para o latim, são em português *Lapónia* e *lapões*. Sublinho que são designações exógenas dirigidas a essa ampla faixa territorial e que se constituem como marcas linguísticas com uma, talvez, surpreendente persistência colonial.

Alegando o infortúnio fiscal dos *Lappii*, o estudioso e diplomata português Damião de Góis (1502-1574), *Damianus a Goes* em latim, pede a intervenção do Papa na carta “Lamentação” publicada, em 1540, em Lovaina. Representante da coroa portuguesa e inserido numa rede de eruditos europeus, alimentada pela correspondência trocada, Góis tinha visitado e dialogado na década anterior com vários intelectuais de igrejas da Reforma, tais como Lutero, Melanchthon, ou Erasmo. Na carta, Góis manifestou a intenção de persuadir o Papa a reconquistar a Escandinávia para a influência da Igreja de Roma.<sup>6</sup>

Em 1531, Damião de Góis soube do território, ao travar contacto, com os irmãos Magnus. Johannes Magnus era o arcebispo católico de Uppsala. O irmão Olaus Magnus seria o arcebispo seguinte, no exílio em Roma depois da reforma luterana, e é ele que publica a obra histórica e cartográfica assinada pelos dois (MAGNUS GOTHUS, 1555); (CARTA MARINA, 2022). Sem terem tido visitado o território, a obra dos Magnus nutre-se de fontes terceiras. Igualmente, sem esse contacto, Góis tomou várias informações dessas obras, embora não o declare, num procedimento habitual entre eruditos na Europa da época. A “Lamentação” foi integrada em sucessivas compilações pelo próprio autor e por publicistas, foi ainda traduzida para várias línguas, permanecendo muitas dezenas de exemplares em bibliotecas da Europa e da América. A proliferação de versões e sua genealogia está documentada e contextualizada com detalhe (EARLE, 2006).

A *Lappiae Descriptio*, “Descrição da Lapónia”, composta, a partir das obras dos Magnus, foi inserida, em 1542 e em 1544, por Damião de Góis, no volume *Aliquot opuscula*, “Alguns opúsculos”. Em ocasiões, a narrativa torna-se fantasiosa, no que concerne aos sámis e também aos monarcas suecos (CARREIRO, 2016). No opúsculo *De Pilappiis*, aí incluído, lê-se (GÓIS, 2009):

[...] na arquidiocese Upsalense [...], parte dessa vasta província da Lapónia, [...] habitantes nenhum conhecimento têm das leis de Cristo nosso Salvador, o que em verdade é sequela do torpíssimo interesse de prelados e nobres

<sup>6</sup> Cf. a 1ª ed. conhecida: Magnus Gothus, Olaus. 1555. *Historia de gentibus septentrionalibus*. Romae: apud Joannem Mariam de Viottis Parmensem. Depositada em The Internet Archive por Darcy Carvalho em 2017. ark:/13960/t7tn2g947.

[...]. Efectivamente, se cristãos fossem, estariam isentos daqueles impostos e tributos com que, como pagãos, são onerados; e graças aos quais a nobreza e bispos se locupletam. Proíbem-lhes, por isso, que se tornem cristãos [...]; e eis porque à fé e religião cristã antepõem esta ganância sórdida e sacrílega, desprezando a salvação de tantas almas e possuindo verdadeiramente umas chaves com que nem eles mesmos entram nem deixam entrar os outros (p. 101).

E entretanto Vós, Sumo Pontífice, sois agora o único que pode curar esta enfermidade; sois Vós quem é capaz de mostrar a este povo os caminhos do Senhor, e fazer com que neles ande rectamente; só Vós conseguireis livrá-lo do inferno [...]. E não há dúvida de que alcançareis tal, contanto que comeceis (p. 103)

Na “Descrição”, Góis menciona a magia praticada pelas “gentes setentrioniais” como se tivesse obtido esse conhecimento a partir dos habitantes locais (CARREIRO, 2016).

São tão poderosos nos encantamentos, que entre muitas outras coisas maravilhosas de se contar, as quais eu me abstenho de o fazer, retêm as embarcações a meio do percurso, de modo que não conseguem ser empurradas por nenhuma força dos ventos. Este agravo somente se resolve cobrindo o convés e os bancos das embarcações com dejectos de raparigas jovens, dos quais aqueles espíritos, tal como tomei conhecimento através dos habitantes, se afastam em virtude da sua condição. Lê o Saxão Gramático e verás coisas maravilhosas acerca das feiticeiras e encantamentos dos povos do Norte (p.152).

Dar a conhecer os Sámis e o Sápmi, em publicação monográfica, terá sido o intento editorial de Johannes Schefferus, com *History of Lappland*, tradução do seu original em alemão *Lapponia*, publicado em Frankfurt no ano de 1673. O título inglês, um ano depois, constituiu a primeira obra de antropologia, publicada pela Imprensa da Universidade de Oxford, numa escrita adaptada à audiência do país, e veio a ter ampla influência no meio científico britânico. Schefferus constitui um museu em Uppsalla com objetos retirados do Sápmi (NORDIN; OJALA, 2018). Como figuras de linguagem, negativamente significadas, os sámis foram utilizados, em peças poéticas, teatrais e musicais de vários autores ingleses. Aquela tradução, mais do que uma transposição entre línguas, tornou-se fonte de apresentação dos sámis como “selvagens”, se bem que nobres de carácter, praticantes de bruxaria e gente que se mantinha “possuída pelo demónio”, não “conhecendo Deus nem ordem” (BURNETT, 2019).

Os sámis, reais e concretos, sendo os Outros, não se encaixavam como sujeitos em ideários coloniais, pelo que se lhes negou ancestralidade e uma “terra sua” e se lhes atribuíram origens exóticas: foram associados aos Irlandeses por um académico de Oxford (BURNETT, 2019, p. 145), a pigmeus por estudiosos escandinavos (KOERNER, 1999, p. 57), a mongóis numa História do Mundo de H. G. Wells (MATTSON, 2014, p. 320). A

similitude existia na apreciação colonial, que via essas populações como súbditas do Império e ignorantes ou primitivos que recusavam a civilização. Note-se que Góis propiciou apreciação idêntica, nos *Opuscula*, ao juntar peças tanto sobre sámis como sobre o Prestes João das Índias e o reino da Etiópia sob os traços comuns do “exotismo”.

### 3.2 “Aplicar a natureza à economia e vice versa”

Lineu (1707-1778), *Carolus Linnaeus* (também grafado Linnæus ou germanizado como Carl von Linné), cientista e sacerdote, conduziu uma expedição, em 1732, com fins económicos, científicos e religiosos no Sápmi, promovida pela Sociedade da Ciência de Uppsala e sob a autoridade da coroa, que encimava o estado e a igreja protestante sueca. Aí compôs taxonomias para a botânica, a zoologia e para a espécie humana, separando a raça branca das de “natureza selvagem”. Partindo de uma seleção de especificidades observáveis, nas espécies e meio envolvente, publicou o *Systema naturae*, a partir de 1735, e em edições sucessivas, assim como cartas e diários da viagem ao Sápmi. Os dados foram teorizados e comunicados, através de um sistema de classificação hierárquico, que separa as espécies, as ordena e as descreve.

**Figura 3** - Frontispício do livro *Flora Lapponica* (1737) de Carl Linnaeus



Fonte: Domínio público, Wikipédia

A preocupação com a economia de territórios inexplorados ficou demonstrada em escrita sobre a atividade lineana. A pretensão e as sucessivas experiências de Lineu,

para aclimatar, em solo sueco, plantas procuradas no comércio internacional, para fins alimentares, têxteis, tintureiros, medicinais, para aí as cultivar é explicada pelo próprio: “Imaginem então que grandes províncias se não adicionam através disto à nossa terra” (KOERNER, 1999, p. 73). A declaração desvela em simultâneo como, além da terra e das plantas, os cientistas do seu círculo buscavam extrair conhecimento das e sobre as populações e sobre as suas técnicas de cultivo e transformação

#### **4 INVENÇÃO DAS RAÇAS: MODERNA, EUROCÊNTRICA, GENDERIZADA**

Nesta secção do artigo, enfocarei, sobretudo, obras e autores que narraram os sámis de modo marcante na História das ideias e do colonialismo. A invenção e teorização das raças ocupou pensadores da modernidade da Europa do centro, e as trocas entre as suas ideias têm sido comentadas, como para o caso de Buffon. Na “História Natural, geral e particular” em trinta e seis volumes, publicados de 1749 a 1789, escreveu a propósito de sámis e alguns tártaros: “os homens [...] parecem ter degenerado da espécie humana [...] as mulheres são tão feias como os homens, e assemelham-se tanto a eles que as não distinguimos a princípio” (STUURMAN, 2007, p. 28). A edição de 1763 do volume X apresenta um frontispício de simbolismo marcante: um globo terrestre encimado pela coroa real e inscrito com as flores de lis, símbolo da monarquia francesa, ladeado por dois anjos com trompetas, unindo alegoricamente o céu e Terra. O subtítulo “com descrição do Gabinete do Rei” remete para os Gabinetes de Curiosidades, análogos a este que Buffon usou e que existiram desde o Renascimento europeu por iniciativa de membros da realeza, clero ou nobreza.

**Figura 4** - Frontispício da *Histoire Naturelle* de Georges-Louis Leclerc de Buffon, 1753



Fonte: Biblioteca digital do BEIC, Domínio público, disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Georges-Louis\\_Leclerc,\\_conde\\_de\\_Buffon](https://pt.wikipedia.org/wiki/Georges-Louis_Leclerc,_conde_de_Buffon)

Com termos e conceitos que foi alterando com o tempo, Lineu criou uma das mais difundidas classificações para diferenciar seres vivos, humanos incluídos. Dividiu a categoria *Homo* em várias espécies, classificadas por princípios, como a cor da pele (europeus brancos, americanos vermelhos, asiáticos amarelos e africanos negros), o costume e a moral, e pelo gênero, se o modo de vestir, a ocupação ou a emocionalidade dissidisse do padrão patriarcal. Veio ainda a publicar, na décima edição do *Systema naturae* de 1759, a categoria residual *Homo Monstrosus*, para outros humanos pagãos de corpos “deformados” (KOERNER, p. 57), onde foram incluídos os sâmis, marcados por Lineu e discípulos pela pequena estatura – tal como escrito por Góis – e por serem “hiper-emocionais”, de natureza “inferior” (BRAIDOTTI, 2017), no que Lineu parece ter acompanhado Buffon numa visão colonial e patriarcal. Note-se que Lineu, diferentemente de outros cientistas, viveu entre os sâmis durante a expedição e a eles recorreu como guias no terreno. Registou mais tarde, em diários e missivas, as experiências quotidianas, junto desse estranho povo “mais inocente” que qualquer outro que vira (cit. por KOERNER, 1999, p. 58). Noutra ocasião, e em oposição aos diários, caracteriza os sâmis como selvagens que carecem de disciplina estatal e religiosa (KOERNER, 1999). A propósito do *Systema naturea* Troy Storfjell reflete, com ironia: “se o Sápmi é um paraíso do Éden, então Linnaeus é o seu Adão, investido do poder de nomear as suas plantas e animais” (STORFJELL, 2013, p. 568).

De modo ambivalente, Lineu fez-se retratar com vestes sâmis, um tambor rúnico expropriado e a flor do Ártico que recebeu o seu nome, *Linnaea borealis*, como se pode ver na Figura 3. Com a escrita e com esta postura, por um lado, granjeou legitimação como cientista pelos seus pares continentais e pelas suas redes de relação. A estas últimas pessoas, apresentava-se formalmente, com aquela indumentária, investido de “suedicidade exótica corporizada e autoridade para o exprimir aos europeus” (KOERNER, 1999, p. 58). Por outro lado, assumiu os valores do estado-nação sueco, num momento em que este impunha a sua autoridade de modo crescente. Da perspetiva da colonialidade econômica e científica moderna na Suécia, os sâmis constituíam-se como desafio, tanto ao continuarem a desconsiderar as fronteiras, nas suas relações sociais e ocupacionais, quanto ao se manterem num estado visto como de “improdutividade” (HAGEN, 2014). A mudança de olhar de Lineu, na análise perspicaz de Greggor Mattson (2014), decorreu de uma dupla necessidade da ciência do estado-nação, em usar um seu Outro, cristalizado no tempo e desumanizado. Assim, apresentava a Suécia, como modelo de modernidade, para os europeus, ao mesmo tempo que retirava dos “seus lapões”, posicionados como predecessores selvagens do império, a ancestralidade simbólica requerida para essa pretensão dentro do continente.

Uma nota ainda sobre a história da antropometria e da eugenia nesta parte da Europa, Anders Adolf Retzius (1796-1869), considerado um iniciador da medição dos crânios (anos 1840), baseou o seu estudo em sâmis. Defendeu que o índice encefálico

permitia separar as raças do norte das do sul da Europa (SAURA, 2020). Um filho de Retzius continuou esse trabalho e com Fürst publicou dados da “antropologia física” das raças nórdica, sámi e da que designa “finn”<sup>7</sup> e atribuiu superior qualidade à primeira, caracterizada como dolicocefala (RETZIUS; FÜRST, 1902). Herman Lundborg (1868-1943) partiu desta teoria e transportou-a para a medicina e para a biologia racial, com a pretensão de controlar a degeneração da espécie humana, pela hereditariedade de certas doenças (LUNDBORG, 1913). Entre os anos 10 e 20 do século passado, escreveu vários livros, com sentido eugenista, e veio a encabeçar o instituto do estado sueco para a “biologia racial”. Defendeu um aumento seletivo da população, através de indivíduos portadores de pureza e boa saúde, ou seja, sem deficiência, para obstar a misturas com indesejáveis que deviam ser expurgados (LUNDBORG; LINDERS, 1926). É conhecida a polémica sobre as leis de esterilização e a sua aplicação, seguindo teorias eugenistas, entre os anos 30 e 40, tanto na Dinamarca, como na Suécia, na Noruega e na Finlândia para a esterilização de mulheres “indesejáveis”. Para o território russo são referidas práticas similares sem que leis reguladoras fossem publicadas. Como é sabido, vários cientistas apoiaram o desenvolvimento dessas teorias e uns quantos se lhes opuseram, tanto na Europa como noutros países em que a dominação colonial se fazia sentir. O ênfase que pretendo colocar é na sobre-exposição ao olhar nacionalista, racializador, patriarcal e classista de que as populações sámis foram alvo, em momentos iniciais desta história sombria, e no uso dos seus corpos em mapeamentos discriminatórios persistentes (MATTSON, 2014; MACEY, 2009; SAURA, 2020).

## 5 ORALIDADE, ESCRITA, CONHECIMENTO

O *Muitalus sámiid Birra*, “Uma narrativa sobre os Sámis” de 1910, o primeiro livro de autoria e em língua sámi, é singularmente eloquente. Baseou-se em contos orais tradicionais e em textos de Johan Turi (1854-1936) que o ilustrou também (PALTTO; KUOKKANEN, trad., 2010). Na edição seguinte, animado pela boa receção, o xamanismo é mencionado. Narra um episódio, em torno do uso de um tambor, que evita descrever, recorrendo antes a uma resposta, com dissimulado humor, dada à autoridade que interpela o seu portador. Turi, segundo entendo, desenvolveu, no *Muitalus*, uma estratégia narrativa central: da cosmovisão e do saber e conhecimento ancestrais criou imagens que serão permeáveis, familiares, ou surpreendentes, estranhadas, numa polissemia distintamente, lida de acordo com os enquadramentos culturais, sámis ou não, permitindo pontes de entendimento. Assim o fez com a proximidade entre as várias espécies, que usa na metáfora sobre uns “animais” desconhecidos que levam vida difícil, na sua própria terra, e que reciprocamente se transmutam de não-humanos em

<sup>7</sup> Segundo Mattson, 2014, p. 330, tratar-se-ia da categorização conhecida também como *sámis do mar*

humanos (SVONNI, 2011). O narrador recorre a uma fina ironia, contestando a opressão e a invisibilidade, e evitando a associação a paganismo ou bruxaria. A sensibilidade e posicionamento políticos, presentes na narrativa, serão patentes, mais tarde, ao intervir na vida associativa e partidária sámi. Copélie Cocq, na sua análise seminal, reforça duas vertentes do *Muitalus*: ganhar voz, por sobre o silêncio, empoderar ao revocar a história e a condição próprias (COCQ, 2008). Assim se entenderá que Jelena Porsanger defenda que Turi merece reconhecimento acadêmico, como o primeiro docente, logo no início do século, a ensinar árbediehtu (árbi património, herança; *diehtu*, conhecimento). A partir de uma epistemologia sámi, o conceito exprime um olhar combinado sobre o tempo contínuo e sobre o conhecimento herdado e a transmitir. Árbediehtu é “tanto informação como processo, enfatiza diferentes maneiras de ganhar, atingir ou adquirir” conhecimento e “indica laços indissolúveis entre o passado, o presente e o futuro” (PORSANGER, 2011).

Um das palavras para registrar que o *joik*, forma artística sámi composta por música, canto-palavra dita e performance, é uma narrativa que invoca pessoas – conferida à criança nascida e que lhe sobrevive –, animais, paisagens e elementos naturais, como o vento. É considerado “uma arte de recordar” outrem (STOOR *et. al.*, 2021) e só ganha existência dentro da comunidade que o cria e faz atuante. Em *joik* se conservam algumas muito antigas narrativas europeias, anteriores ou posteriores, ao contacto das comunidades sámis, com outras culturas do norte. Arquivos sonoros históricos propuseram-se conservar esses registos em coleções como a *Ája*, em Jokkmokk (SEQUEIROS, 2017). Algumas criações mais recentes, tradicionais ou não, passaram à escrita e à gravação de som e vídeo. O *joik* é, como tal, um veículo de memória, oral ou não.

Quanto às línguas, algumas notas: o grupo linguístico fino-úgrico engloba os vários sámis: a oeste os sámis do Norte, de Lule e de Pite, de Ume e do sul; a leste o Inari, Skolt, Akkala, Kildin e Ter. Estas línguas foram fortemente atingidas, desde o início do séc. XIX, por políticas de assimilação na cultura e na educação, o que redundou na perda de muitos falantes e de algumas línguas, e ainda de formas de escrita próprias. Estima-se que haja cerca de 25.000 pessoas que falam sámi na Noruega. Cada estado nórdico tem desenvolvido diferentes políticas, para a língua, na Noruega, há medidas para reabilitar as línguas, com menos falantes, através do seu ensino em jardins de infância (HARLIN; OLLI, 2016).

## 6 RESTITUIR, REPARAR

Uma coleção de objetos da “Lapónia” fez parte da “Grande Exposição dos Trabalhos da Indústria de Todas as Nações”, exposição que teve lugar em Londres em 1851. O historiador e etnólogo norueguês Ludvig Kr. Daa liderou a comissão, para selecionar a coleção provisória e outra destinada a ser exibida em Oslo, no Museu Etnográfico Norue-

guês, criado em 1894 e dirigido por ele. Defensores dos direitos indígenas reivindicaram a repatriação dos objetos desde o início do século passado. É nessa sequência que o grupo de trabalho desse museu e do de História Cultural de Oslo concerta em 2012 que metade das coleções seja restituída a seis museus sámis, acordo que envolveu o *Sámediggi*, o Parlamento Sámi da Noruega (WEEN, 2021). Recorde-se que a expropriação e destruição se estendeu dos tambores a julgamentos por bruxaria e a lugares sagrados funerários e de veneração (NORDIN; OJALA, 2018).

Também na cultura material se registam as consequências das políticas de assimilação colonial. No espaço norueguês, os sámis da costa marítima sentiram-nas intensamente. Objetos patrimoniais sámis foram colecionados por sacerdotes, professores e estudiosos nórdicos e europeus e inseridos em fundos com o intuito histórico de afirmação dos estados-nações e de superioridade de uma Europa *pura* (NORDIN; OJALA, 2018). Como tal, passaram à inexistência junto das comunidades que os produziram. Permanecem ainda em instituições que não fazem parte da “área sámi contemporânea”, as quais, contudo, poderão ter tido um papel na sua preservação em momentos críticos como saques e destruição feitos por nazis durante a 2ª Guerra Mundial (HARLIN; OLLI, 2016, p. 58).

A dispersão, pelo continente Europeu e Americano, de imagens e objetos artísticos e literários desemparelhados dos contextos de criação e significação prístinos fez-se também, a partir de oficinas de objetos decorativos e de mobiliário, na Alemanha e Países Baixos. Sámis, e antes ainda, indígenas americanos, africanos, chineses foram mercantilizados como *motivos* estéticos esvaziados do conteúdo próprio e alimentaram uma “geografia imaginária da primeira modernidade do mundo e dos seus povos” (NORDIN; OJALA, 2018, p. 119).

Como investigação, sámi e descolonial tem argumentado, os bens materiais são relevantes para a reconstituição do património material e imaterial (LEHTOLA, 2005). As línguas beneficiam da proximidade entre falar e observar bens como um tambor, uma peça de cerâmica ou *duodji* (artesanato tradicional sámi) e os objetos ganham em significado histórico e atual pelas trocas tornadas possíveis entre referentes e palavras, entre usos e representações materiais e linguísticas (PORSANGER, 2010).

Aqui se insere, aliás, o debate sobre a finalidade dos tambores, sobre a qual Hagen produz uma visão crítica: “para os sámis o tambor era um instrumento de orientação e de adivinhação que percutiam para atingir os fins desejados” (HAGEN, 2008, p. 233). As atividades declaradas pelos adivinhos consistiam em prever e mudar o tempo, buscar objetos perdidos, sarar, antever as sortes, absolver pecados e não implicavam o transe xamânico – deslocação do espírito separado do corpo – nem o êxtase místico a que têm sido associados. Provavelmente tal deveu-se à influência de histórias desenvolvidas noutros territórios e em décadas anteriores. Tão pouco entende este autor que se possam associar às “caças às bruxas” as quais derivarão de narrativas de missionários do séc. XVIII. As acusações de “bruxaria da Lapónia”, como ficou conhecida em literatura doutros países, terão recaído

maioritariamente sobre homens e os documentos dos tribunais mencionam muitas pessoas insubmissas frente ao poder religioso, político e fundiário (NENONEN; TOIVO, 2014). A conotação negativa deverá ser antes procurada nas sucessivas visões sobre os sámis que as sociedades antigas e modernas da Europa desenvolveram sobre esse povo (HAGEN, 2008), como detalhado em secção anterior deste artigo.

A restituição do tambor a Karasjok constitui não só uma oportunidade de preservação, como de (re)significação, no contexto originário, ou seja, de dotar de voz plena um bem silenciado ou a cuja voz a narrativa colonial foi sobreposta.

Não existem ainda sinais claros dos efeitos da constituição de Comissões de Verdade e Reconciliação, dentro dos países nórdicos, na sequência do apelo do Conselho Parlamentar Sámi (dos três parlamentos na Noruega, Suécia e Finlândia) em 2017. A Noruega constitui uma Comissão em 2018, a da Finlândia deverá retomar a criação da sua em 2023 e a da Suécia está em fase inicial de preparação. Existe uma história recente de falta de concretização de muitas das restituições já debatidas e reivindicadas na área sámi. Alguns ativistas e cientistas exprimem agora ceticismo ou mesmo desalento quanto à implementação de políticas estruturais de reconciliação (KUOKKANEN, 2020); (GUÐMARSÐÓTTIR; REGAN; SOLOMONS, 2021).

Sem efetivar as expectativas, com políticas de justiça epistémica, com quem e com o quê se relacionará o tambor de Anders? Como e para quem ressoará?

As classes que arrumam as raças ocultam, como a alteridade face, ao padrão eurocêntrico foi elemento construtivo da debilidade e negação ontológicas de gentes (infra-humanas), territórios (desertos e improdutivos) e culturas (ignorantes e fora do tempo). A representação do conhecimento, através de dispositivos de indexação, foi modelada pelo pensamento abissal que divide, hierarquiza e sobretudo anula a existência de culturas e povos do Sul global (SANTOS, 2007). No domínio da documentação, vários autores e temas se catalogaram e indexaram, sob ontologias e epistemologias coloniais, como aborda Georgia Gilbert Gladitz, no tocante a arquivos de instituições que acolheram o eugenismo (GLADITZ, 2022). Aproximações entre as tipologias e classificações racializantes, simultaneamente patriarcais e capacitistas, e as em uso no domínio documental podem esclarecer injustiças globais sociais e cognitivas a reparar (SANTOS, 2007): o intento colonial do centro político-económico da Europa dirigido às suas periferias; o encerramento de cada “classe rácica”, num espaço geográfico nacional, sendo antes o Outro um referente antagonizado para sustentar pureza e supremacia; o emparelhamento a-histórico território-raça, operado pelas ciências modernas colonizadas; a associação do género, da deficiência e da classe no processo histórico de racialização; a inclusão digna de realidades históricas e emergentes de emancipação e resistência sob a forma de novas “Entradas” em sistemas documentais de organização e comunicação.

Pretendi apoiar algumas preocupações de ordem prática na representação do conhecimento, orientadas por uma visão descolonial dentro do campo semântico do

colonialismo e do racismo. As linguagens de uso técnico documental mantêm frequentes grelhas de leitura e interpretação configuradas, por racismo banal e estrutural e pela inércia burocrática, que importam questionar e resolver. Uma aproximação entre as linguagens usadas, em instituições de memória (bibliotecas, arquivos, museus), e estas outras das raças aqui apresentadas poderá constituir um trabalho relevante de justiça epistêmica e social, assegurando a participação significativa de membros das populações racializadas. Nesse âmbito institucional, a bibliografia selecionada, onde dei preferência às obras em Acesso Aberto, poderá ser útil para a informação biobibliográfica de uso interno ou para o público.

## REFERÊNCIAS

ASPAAS, Per Pippin; GASKI, Harald. Oassi sámi noaidevuoda birra Kaspar Peucera čállos Commentarius de praecipuis divinationum generibus (Wittenberg 1560): Teakstakritihkalaš hámis jorgalusain ja kommentáraiguin. **Nordlit**, Tromsø, 2014, n. 33, p. 243–258, 2014. DOI: 10.7557/13.3172. Disponível em: <https://septentrio.uit.no/index.php/nordlit/article/view/3172>. Acesso em: 24 jun. 2022.

BRAIDOTTI, Rosi. Signs of wonder and traces of doubt: on teratology and embodied differences. In: PRICE, Janet; SHILDRICK, Margrit (org.). **Feminist theory and the body: a reader**. New York: Routledge, 2017. p. 290–301.

BURNETT, Linda Andersson. Translating Swedish colonialism: the circulation of Johannes Schefferus's Lapponia in Britain c.1674-1800. **Scandinavian Studies**, Salt Lake City, 2019. Disponível em: <https://scholarlypublishingcollective.org/uip/ss/article/91/1-2/134/209165/Translating-Swedish-Colonialism-Johannes>.

CARREIRO, Mário. *A Lappiae Descriptio* de Damião de Góis. **Boletim de Estudos Clássicos**, Coimbra, n. 61, p. 139–152, 2016. Disponível em: <http://impactum-journals.uc.pt/bec/article/view/4990>. Acesso em: 5 out. 2018.

CARTA MARINA. In: **Wikipédia, a enciclopédia livre**. Wikipedia, 2022. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Carta\\_marina](https://pt.wikipedia.org/wiki/Carta_marina). Acesso em: 28 jun. 2022.

COCQ, Coppélie. **Revoicing Sámi narratives**: North Sámi storytelling at the turn of the 20 th century. 2008. Doctoral thesis - Umeå University, Department of Language Studies, Umeå, 2008. Disponível em: <http://umu.diva-portal.org/smash/record.jsf?searchId=1&pid=diva2:141498>. Acesso em: 1 jan. 2014.

EARLE, Tom. Damião de Góis, *Deploratio lapiannae gentis*: text and translation. **Humanitas**, Coimbra, n. 58, p. 347–367, 2006. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/28067>. Acesso em: 16 jun. 2022.

FAUX, Frédéric. En Suède, les Samis remportent une victoire historique. **RFI**, Paris, 09 ago. 2019. Disponível em: <https://www.rfi.fr/fr/europe/20200124-su%C3%A8-samis-remportent-victoire-historique>. Acesso em: 28 abr. 2022.

GJERDE, Tor. **Sámi drums**. [s.d.]. Disponível em: <https://old.no/samidrum/>. Acesso em: 7 abr. 2022.

GLADITZ, Georgia Gilbert. **“We were called Low-Grades”**: current archival approaches to the digitization and dissemination of eugenics collections. 2022. Master’s thesis - Uppsala University, Disciplinary Domain of Humanities and Social Sciences, Faculty of Arts, Department of ALM, Uppsala, 2022. Disponível em: <http://urn.kb.se/resolve?urn=urn:nbn:se:uu:diva-478430>. Acesso em: 20 jun. 2022.

GÓIS, Damião de. **Legatio Magni Indorum Imperatoris Presbyteri Ioannis, ad Emmanuelem Lusitaniae Regem, anno Domini M.D.XIII**. Item de Indorum fide, ceremonijs, religione &c. De illorum Patriarcha, eiusq[ue] officio. De regno, statu, potentia, maiestate, & ordine Curiae presbyteri Ioannis per Matthaeum, illius Legatum coram Emanuele rege exposita, ac per Damianum de Gooes Lusitanu[m], hortatu Ioannis Magni Gothi Archiepiscopi Wpsaleñ in regno Sueciae, latine reddita, atq[ue] iam primum typis excusa. Item aliquot Cornelij Graphei, ad eundem Damianum Carmina. Antuérpia, 1532.

GÓIS, Damião de. **Damiani a Goes equitis Lusitani aliquot opuscula**. Lovanii: Ex officina Rutgeri Rescii, 1544. Disponível em: [https://digitalis-dsp.uc.pt/bg5/UCBG-VT-20-8-19/UCBG-VT-20-8-19\\_item1/P55.html](https://digitalis-dsp.uc.pt/bg5/UCBG-VT-20-8-19/UCBG-VT-20-8-19_item1/P55.html). Acesso em: 17 jul. 2016.

GÓIS, Damião de. **Correspondência latina**. Tradução Amadeu Torres. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009. Disponível em: <https://archive.org/details/CorrespondenciaLatinaDeDamiioDeGoisEditadaETraduzidaPorAmadeuTorres/mode/2up>. Acesso em: 7 abr. 2022.

GUÐMARSDÓTTIR, Sigríður; REGAN, Paulette; SOLOMONS, Demaine (org.). **Trading justice for peace? Reframing reconciliation in TRC processes in South Africa, Canada and Nordic countries**. AOSIS: Cape Town, 2021. Disponível em: <http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1641146/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2022.

HAGEN, Rune Blix. Witchcraft and ethnicity: a critical perspective on Sami shamanism in seventeenth-century Northern Norway. In: **Writing Witch-Hunt Histories**. Leiden: Brill, 2014. p. 141–166. Disponível em: [https://brill.com/view/book/edcoll/9789004257917/B9789004257917\\_007.xml](https://brill.com/view/book/edcoll/9789004257917/B9789004257917_007.xml). Acesso em: 14 mar. 2022.

HAGEN, Rune Blix. Sami Shamanism: The Arctic Dimension. **Magic, Ritual, and Witchcraft**, Salt Lake City, v. 1, n. 2, p. 227–233, 2008. Disponível em: [http://muse.jhu.edu/content/crossref/journals/magic\\_ritual\\_and\\_witchcraft/v001/1.2.hagen.html](http://muse.jhu.edu/content/crossref/journals/magic_ritual_and_witchcraft/v001/1.2.hagen.html). Acesso em: 13 mar. 2022.

HARLIN, Eeva-Kristiina; OLLI, Anne May. Repatriation: political Will and Museum Facilities. In: TYTHACOTT, Louise; ARVANITIS, Kostas (org.). **Museums and Restitution: New Practices, New Approaches**. Farnham: Ashgate, 2016, p. 56-70.

HIGGINS, Charlotte. Three centuries on, a shaman’s precious rune drum returns home. **The Observer**, London, 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/>

science/2022/mar/13/three-centuries-on-a-shamans-precious-rune-drum-returns-home. Acesso em: 13 mar. 2022.

KOERNER, Lisbet. **Linnaeus: Nature and Nation**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999. Disponível em: [https://archive.org/details/linnaeusnaturena00koer\\_0/page/n7/mode/2up](https://archive.org/details/linnaeusnaturena00koer_0/page/n7/mode/2up). Acesso em: 26 mar. 2022.

KUOKKANEN, Rauna. Reconciliation as a Threat or Structural Change? The Truth and Reconciliation Process and Settler Colonial Policy Making in Finland. **Human Rights Review**, Dordrecht, v. 21, n. 3, p. 293, 2020. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Reconciliation-as-a-Threat-or-Structural-Change-The-Kuokkanen/6c202e195e36b26526490242d82612151413bbe1>. Acesso em: 29 abr. 2022.

KUOLJOK, Sunna. **La historia sami**. Kiruna: Sametinget, 1998.

KVARFORDT, Karin *et al.* **The Sámi: an indigenous people in Sweden**. Kiruna: National Sámi Information Centre, 2005.

LEHTOLA, Veli-Pekka. “The right to one’s past”. Sámi cultural heritage and historical awareness. In: LÄHTEENMÄKI, Maria; PIHLAJA, Päivi Maria (org.). **The North Calotte: Perspectives on the Histories and Cultures of Northernmost Europe**. Inari: University of Helsinki, Publications of the Department of History, 2005. p. 83–94.

LUNDBORG, Herman. **Medizinisch-biologische Familienforschungen innerhalb eines 2232 köpfigen Bauerngeschlechtes in Schweden** (Provinz Blekinge). Jena: Gustav Fischer; 1913.

LUNDBORG, Herman; LINDERS, Frans Josua. **The Racial characters of the Swedish nation**: Anthropologia Suecica MCMXXVI. Uppsala: Almqvist & Wiksells, 1926.

MACEY. Rethinking Biopolitics, Race and Power in the Wake of Foucault. **Theory, Culture & Society**, London, v. 26, n. 6, p. 186–205, 2009. DOI: 10.1177/0263276409349278. Disponível em: <http://tcs.sagepub.com/content/26/6/186>. Acesso em: 16 out. 2013.

MAGNUS GOTHUS, Olaus. **Historia de gentibus septentrionalibus**. Romae: apud Joannem Mariam de Viottis Parmensem, 1555. Disponível em: <ark:/13960/t7tn2g947>. Acesso em: 5 abr. 2022.

MATTSON, Greggor. Nation-State Science: Lappology and Sweden’s Ethnoracial Purity. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v. 56, n. 2, p. 320–350, 2014. DOI: 10.1017/S0010417514000061. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/comparative-studies-in-society-and-history/article/abs/nationstate-science-lappology-and-swedens-ethnoracial-purity/425CB241EFB9D541109B4916E789E12D>. Acesso em: 26 mar. 2022.

NENONEN, Marko; TOIVO, Raisa Maria. Challenging the Paradigm of Witch-Hunt Historiography. In: NENONEN, Marko; TOIVO, Raisa Maria (org.). **Writing Witch-Hunt Histories**. Leiden: Brill, 2014. p. 1–16.

- NORDIN, Jonas M.; OJALA, Carl-Gösta. Collecting, connecting, constructing: Early modern commodification and globalization of Sámi material culture. **Journal of Material Culture**, London, v. 23, n. 1, p. 58–82, 2018. DOI: 10.1177/1359183517741663. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1359183517741663>. Acesso em: 13 mar. 2022.
- PALTTO, Kirsti; KUOKKANEN, Rauna (trad.). Publishing Sámi literature: from christian translations to Sámi publishing houses. **Studies in American Indian Literatures**, Lincoln, v. 22, n. 2, p. 42–58, 2010. DOI: 10.1353/ail.2010.0008. Disponível em: [http://muse.jhu.edu/content/crossref/journals/studies\\_in\\_american\\_indian\\_literatures/v022/22.2.palitto.html](http://muse.jhu.edu/content/crossref/journals/studies_in_american_indian_literatures/v022/22.2.palitto.html). Acesso em: 13 mar. 2022.
- PORSANGER, Jelena. An Essay about Indigenous Methodology. **Nordlit**, Tromsø, n. 15, p. 105–120, 2004. DOI: 10.7557/13.1910. Disponível em: <https://septentrio.uit.no/index.php/nordlit/article/view/1910>. Acesso em: 23 mar. 2022.
- PORSANGER, Jelena. Self-determination and indigenous research: capacity building on our own terms. In: **Towards an alternative determined development**. Baguio City, Philippines: Tebtebba Foundation, 2010, p. 433-446.
- RETZIUS, Gustaf; FÜRST, Carl M. **Anthropologia Suecica**: Beiträge zur Anthropologie der Schweden. Stockholm: Aftonbladets tryckeri, 1902.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 78, p. 3–46, 2007. DOI: 10.4000/rccs.753. Disponível em: <http://rccs.revues.org/753>. Acesso em: 14 maio. 2014.
- SAURA, Anssi. Race biology. **Hereditas**, United Kingdom, v. 157, n. 1, p. 48, 2020. DOI: 10.1186/s41065-020-00161-x. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s41065-020-00161-x>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- SEQUEIROS, Paula. The Sámi Library, North of the North: colonialism, resistance and reading in a public library. **Sociologia: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, n. 34, p. 115–134, 2017. DOI: 10.21747/08723419/soc34a6. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/32178/>. Acesso em: 26 mar. 2022.
- SILVÉN, Eva. Constructing a Sami cultural heritage: essentialism and emancipation. **Ethnologia Scandinavica**, Lund, v. 44, p. 59–74, 2014. Disponível em: [https://www.academia.edu/8962486/Constructing\\_a\\_Sami\\_Cultural\\_Heritage\\_Essentialism\\_and\\_Emanicipation](https://www.academia.edu/8962486/Constructing_a_Sami_Cultural_Heritage_Essentialism_and_Emanicipation). Acesso em: 21 mar. 2022.
- STOOR, Krister *et. al.* Complex Yoiks – A time traveller: Aboriginal oral traditions among the Sámi in Sweden. In: **Arctic yearbook 2021**: Defining and mapping the Arctic: Sovereignties, policies and perceptions. Akureyri: Arctic Portal, 2021. p. 563–589. Disponível em: <http://urn.kb.se/resolve?urn=urn:nbn:se:umu:diva-190154>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- STORFJELL, Troy. The ambivalence of the wild: figuring the Sámi in pre-colonial and

colonial discourse to the eighteenth century. *In*: KAJSA ANDERSSON (org.). **L'Image du Sápmi**: vol. 2. Örebro: Örebro University, 2013. p. 540–575.

STUURMAN, Siep. Cosmopolitan egalitarianism in the Enlightenment: Anquetil Duperron on India and America. **Journal of the History of Ideas**, Philadelphia, v. 68, n. 2, April, p. 255–278, 2007. DOI: 10.1353/jhi.2007.0016.

SVONNI, Mikael. Johan Turi: first author of the Sámi. **Scandinavian Studies**, London, v. 83, n. 4, p. 483–490, 2011. DOI: 10.1353/scd.2011.0018. Disponível em: [http://muse.jhu.edu/journals/scandinavian\\_studies/v083/83.4.svonni.html](http://muse.jhu.edu/journals/scandinavian_studies/v083/83.4.svonni.html). Acesso em: 3 jan. 2014.

WEEN, Gro. The emergence of value in the process of the Sámi repatriation : Bååstede. *In*: **Museums, societies and the creation of value**. London: Routledge, 2021. p. 48–62. DOI: 10.4324/9781003139324-4. Acesso em: 26 jun. 2022.

**Recebido/ Received: 02/07/2022**

**Aceito/ Accepted: 10/07/2022**

**Publicado/ Published: 30/08/2022**

---

**A PRODUÇÃO DE HISTÓRIAS AUTORAIS E AS NARRATIVAS UNIVERSAIS:  
IMPRESSIONES SOBRE A LEITURA LITERÁRIA INFANTIL NA PÁGINA DO LIVRO E  
NA TELA DO COMPUTADOR**

*THE PRODUCTION OF AUTHOR'S STORIES AND UNIVERSAL NARRATIVES  
IMPRESSIONS: ABOUT CHILDREN'S LITERARY READING ON THE BOOK PAGE AND ON  
THE COMPUTER SCREEN*

---

**Meri Nadia Marques Gerlin**

Professora do Departamento de Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestra em Educação e bacharel em Biblioteconomia pela UFES. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4292-2559>. E-mail: [meri.gerlin@ufes.br](mailto:meri.gerlin@ufes.br)

**RESUMO**

Ao dissertar sobre o tema da leitura literária direcionada ao público infantil aproprio-me de elementos da minha trajetória profissional, rememorando fragmentos da atividade acadêmica e da formação de leitores em bibliotecas, escolas e espaços comunitários. Para tanto, inspiro-me no método de produção do ensaio acadêmico que se baseia na contextualização da experiência pessoal e na articulação de referências produzidas por áreas do conhecimento científico e cotidiano. No decorrer da organização da escrita deste ensaio, coloco em análise a importância da produção das histórias autorais inéditas e da readaptação das narrativas universais que, ao longo dos séculos, constituíram contos de fadas, fábulas, mitos, lendas brasileiras folclóricas e capixabas atualmente recuperadas nas páginas dos livros em espaços presenciais e nas telas dos computadores que cada vez mais conectam crianças ao espaço virtual. Assim sendo, as obras literárias infantis, utilizadas por pais e responsáveis, educadores e bibliotecários e outros sujeitos que trabalham com a formação da competência leitora, contemplam as diferenças culturais e regionais em termos de publicação e disseminação dos gêneros literários no Estado do Espírito Santo, no Brasil e no Mundo.

**Palavras-chave:** Leitura literária. Literatura infantil. Literatura oral. Biblioteconomia e Ciência da Informação.

**ABSTRACTS**

When lecturing on the topic of literary reading aimed at children, I appropriate elements of my professional trajectory, recalling fragments of academic activity and the training of readers in libraries, schools and community spaces. For that, I am inspired by the method of production of the academic essay that is based on the contextualization of personal experience and the articulation of references produced by areas of scientific and everyday knowledge. In the course of organizing the writing of this essay, I analyze the importance of the production of unpublished authorial stories and the readaptation of universal narratives that, over the centuries, constituted fairy tales, fables, myths, Brazilian folkloric and capixaba legends currently recovered in the literature. pages of books in face-to-face spaces and on computer screens that increasingly connect children to the virtual space. Therefore, children's literary works, used by parents and guardians, educators and librarians and other subjects who work with the formation of reading competence, contemplate cultural and regional differences in terms of publication and dissemination of literary genres in the State of Espírito Santo, in Brazil and in the world.

**Keywords:** Literary reading. Children's literature. Oral literature. Librarianship and Information Science.

## 1 INTRODUÇÃO NARRATIVA

Os narradores gostam de começar sua história com uma descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir, a menos que prefiram atribuir essa história a uma experiência autobiográfica (BENJAMIN, 1994. p. 205).

Tendo como desafio iniciar a escrita sobre a leitura literária durante a infância apresento fragmentos daquilo que tenho produzido e conhecido, acerca dessa temática, ao longo da minha trajetória profissional. Em alguns momentos compartilho a experiência que obtive com a criação de práticas de leituras e, em outros, procuro trazer à baila a dinâmica da produção acadêmica que me foi exigida como pesquisadora da Ciência da Informação.

Compartilho, para tanto, a memória da época em que atuei nas bibliotecas, salas de aulas e noutros espaços internos e externos às Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) no Espírito Santo (ES) (BIANCARDI *et al.*, 2000). Esse foi um momento em que, além do desenvolvimento da prática bibliotecária, ministrei cursos, palestras e contei histórias profissionalmente, assim como iniciei o processo de escrita de narrativas autorais e adaptações de lendas capixabas, havendo, por conseguinte, o despertar pelo trabalho direcionado ao público infantil.

Na lida com o cotidiano da biblioteca escolar pude inter-relacionar o material coletado sobre a literatura oral com a musicalização, ao narrar histórias utilizando a linguagem multimodal (texto, som e imagem). Como resultado a produção do Livro e CD “Pássaro de Fogo: lendas, contos e cantos” registra narrativas autorais anteriormente trabalhadas no cotidiano das escolas da PMV. Na apresentação da referida obra consta a meta de “Resgatar valores e tradições envolvendo música e narração de histórias [... ao] trilhar caminhos de pesquisa sobre a cultura de nosso povo e sua relação com a oralidade” (CORADINE; GERLIN, 2007, p. 5).

O trabalho com a escola requereu ingressar no curso de mestrado em Educação, conduzindo-me às salas de aulas de instituições privadas do ensino superior do Estado do ES e, posteriormente, direcionando-me à docência no Departamento de Ciências da Informação do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e, hoje depois de mais de quinze anos, continuo compartilhando o que aprendi e aprendendo com a minha trajetória no Departamento de Biblioteconomia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFES.

Na ocasião pude ministrar disciplinas que abordassem temas relacionados com a leitura literária sob a égide da responsabilidade social do Bibliotecário no processo de formação de leitores críticos e, atualmente, procuro manter essa linha de trabalho com as pesquisas no campo da Ciência da Informação, conforme realizado na sala de aula com o trabalho nas disciplinas que ministrei nos últimos anos, dentre elas recebem um

destaque a Competência Leitora voltada para a biblioteca escolar (i) e para a biblioteca pública (ii)<sup>1</sup>. Portanto, penso, junto com Bortolin e Almeida Júnior (2010, p. 89), que o bibliotecário é um profissional qualificado para assumir a responsabilidade por desencadear e promover práticas de incentivo à leitura literária.

Na atualidade o tema gerador deste ensaio é abordado no contexto da Rede de Formação das Competências (REC) ligada ao PPGCI da UFES<sup>2</sup>. Desse modo, proponho narrar mais as minhas “impressões” com detalhes no lugar de apenas relatar fatos e acontecimentos conforme inspira Benjamin (1994), entendendo que a consolidação da proposta deste ensaio dependerá da continuidade desse exercício e, acima de tudo, das estratégias de resistências tecidas em torno da leitura literária praticada em espaços tempos de produção de competências, educação e (*ciber*)cultura como as bibliotecas escolares.

Com a expansão do ciberespaço (espaço virtual criado por meio da ampliação da conexão dos computadores à Internet no final do século XX), a literatura infantil amplia o seu potencial de encantamento, da página do livro à tela do computador e de outros equipamentos eletrônicos, extrapolando a práxis (teoria e prática transformadora) dessa atividade prazerosa e informativa para além do território espírito-santense.

Cabe ainda pontuar, que na tentativa de iniciar um diálogo sobre a leitura literária na infância coloco-me na posição de narradora que se utiliza dessa estratégia e, mesmo que tenha substituído a caneta pelo computador, convido os interessados a mergulharem comigo numa abordagem mais interativa do que costumo utilizar nas produções dos costumeiros artigos científicos. Por fim, importa referenciar nesta “introdução narrativa”, que ao pretender atingir o desejado em termos de produção da escrita argumentativa com base na minha experiência<sup>3</sup>, a Academia Capixaba de Letras e Artes dos Poetas Trovadores tem me auxiliado no exercício de (re)aprender a narrar, em prosa e em verso, os “outonos da vida e os anos **que se passaram nesta alma feminina**” (GERLIN, 2020b, grifo da autora).

## 2 DESENVOLVIMENTO DA NARRATIVA DA EXPERIÊNCIA

A reminiscência [...] tece a rede que em última instância todas as histórias constituem entre si. Uma se articula na outra, como demonstraram todos os outros narradores, principalmente os orientais. Em cada um deles vive uma Scherazade, que imagina uma nova história em cada passagem da história que está contando (BENJAMIN, 1994, p. 211).

<sup>1</sup> Tópicos Especiais em Biblioteconomia III e IV ministrada para o Curso de Biblioteconomia da UFES.

<sup>2</sup> Canal da REC no Youtube. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UC1aJBAMbXa8T6jQe10EO88A/videos>

<sup>3</sup> No percurso metodológico da escrita fez-se necessário a utilização do método de produção do ensaio acadêmico, que se baseia na contextualização da experiência pessoal (como em um relato de experiência) e na articulação do levantamento de referências produzidas por áreas do conhecimento científico, literário e pautado no cotidiano.

O ato de narrar a experiência deve necessariamente ter o narrador e o ouvinte presente segundo aponta Benjamin (1994), mesmo que posteriormente a narrativa seja registrada pelas tecnologias de escrita, informação e comunicação. Este artigo enfoca a narrativa com o aporte da leitura dos textos literários, conduzindo essa experiência ensaística que conta com a narradora (que escreve inspirada na estrutura dos textos narrativos) e com o ouvinte das palavras lembradas e, posteriormente, escritas (aquele que demonstra interesse pela temática e que lê o que está escrito ressignificando o conteúdo).

Assim como nesta produção de texto a literatura infantil é registrada, publicada e recuperada com maior intensidade e facilidade no espaço virtual, sendo armazenadas em suportes informativos e lúdicos como os livros, as revistas em quadrinhos e os ambientes da web (portais, sites, blogs, vlogs, etc.), “No âmbito científico e acadêmico, literatura é o conjunto de composições literárias, distribuída nos gêneros: narrativo, lírico e dramático. Sendo o narrativo composto por romances, fábulas, novelas, contos etc. [...]” (BORTOLIN; ALMEIDA JÚNIOR, 2010, p. 93).

Durante a infância a narrativa por meio da leitura da obra literária desenvolve a criatividade, a criticidade e a liberdade de expressão conduzindo a criança ao prazer de ler e ao desenvolvimento sociocognitivo, motivo pelo qual essa modalidade é comumente trabalhada em unidades de informação, educação e cultura como bibliotecas, escolas e espaços comunitários conduzindo as crianças à “[...] formação do ser humano como cidadão reflexivo” (CARVALHO, 2015, p. 12).

A literatura infantil direcionada à infância é constituída por histórias autorais e adaptações de mitos, lendas, contos de fadas, fábulas, dentre outros gêneros de relevância educativa, social e cultural, auxiliando aqueles que trabalham com a criação de práticas de incentivo às leituras multimodais (diversas linguagens). Existem publicações brasileiras originárias das histórias de fadas, fábulas e outros contos populares “universais” como os conhecemos na atualidade, que foram coletados desde a Grécia Antiga obtendo significado próprio das regiões em que foram oralizadas e que passaram por alterações e acréscimos das diferentes localidades em que foram recontadas e resgatadas.

Em vista de que o repertório da literatura infantil brasileira é influenciado por narrativas populares que sofreram alterações na sua formação original, é constituído em grande parte pelo material coletado em séculos passados por autores mundialmente conhecidos como Esopo (Grécia Antiga - 620 a.C. a 564 a. C.), La Fontaine (França - século XVII), Charles Perrault (França - século XVIII), Hans Christian Andersen (Dinamarca - século XIX) e Wilhelm e Jacob Grimm (Alemanha - século XVIII). Existem ainda obras cuja a autoria é desconhecida apesar de mundialmente reconhecidas, como os volumes das histórias “As Mil e Uma Noites” (Oriente Médio - século IX) (ARROYO, 2011; GERLIN, 2019).

Os recontos da obra por último citada eternizam Sherazade como uma astuta narradora que conseguiu fugir de um destino cruel e fatal tecendo uma rede com uma

variedade de contos por mil e uma noites, permitindo, nos dias de hoje, comparar a sua prática narrativa ao ato de interligar uma nova história a outra trama mais antiga como uma estrutura universal de colaboração para os contadores de histórias (BENJAMIN, 1994).

Como “Scherazade, que imagina uma nova história em cada passagem da história que está contando (BENJAMIN, 1994, p. 211)”, visualizei novas narrativas enquanto lia os contos de fadas que me auxiliaram durante momentos de formação com leitores na biblioteca escolar e em espaços comunitários como bibliotecas públicas, praças e palestras. Me apropriei da lógica narrativa de versões constituídas por aventuras de protagonistas com boas intenções obtendo um final feliz, sendo essa a maior característica desse tipo de história, já que “Não coincidentemente, isso resultou em muitos contos animados por Walt Disney, como Cinderela, A Bela Adormecida, etc” (HUECK, 2016, p. 16).

Em pesquisas realizadas na segunda década do século XXI identifiquei que no início esse gênero era direcionado ao público adulto (HUECK, 2016), muito antes das modificações que concederam o formato que as crianças (re)conhecem em suas leituras. Com o passar do tempo as adaptações dos contos de fadas foram adquirindo traços maniqueístas devido apresentarem situações básicas, simples e definidas entre o bem e o mal. “Por outro lado, as fábulas conseguiram manter praticamente a mesma estrutura desde a sua criação” (GERLIN, 2018, p. 82). Os resultados dessas pesquisas foram recentemente publicados em um ensaio na Revista Dias Ímpares, aproximando-se da meta deste relato de experiência, porém com um formato diferenciado já que se trata de espaço para autores de obras literárias (GERLIN, 2021).

Não me considero uma “autora de obras literárias” de fato e sim uma educadora que durante a sua trajetória trabalhou com a (re)leitura de obras literárias, tendo arriscado escrever, uma vez ou outra, histórias autorais resultantes da atuação na biblioteca, na escola, na universidade, na família, no ciberespaço e noutros dispositivos culturais nossos de cada dia. Para Foucault (2010, p. 244) um dispositivo é “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”.

Partindo deste pressuposto, “O dispositivo é a rede que se pode tecer” entre os elementos citados por Foucault (2010), incluindo, com isso, a prática da leitura literária na biblioteca escolar, permitindo que eu e muitos outros trabalhassem, dentro e fora, das arquiteturas de instituições que armazenavam registros das narrativas do repertório universal e regional do Estado do ES. Assim, por meio da narrativa da minha experiência a memória social (como resultado do registro da memória individual e coletiva) pode ser demarcada por estruturas de poder tanto quanto como estratégias de resistências.

Confesso que no espaço cultural da biblioteca e da escola as fábulas foram o meu maior desafio devido a sua maior característica ser registrada como uma imposição. Por meio da moral estabelecida para cada história narrada, a fábula acaba retratando

personagens como animais dotados de qualidades humanas e, de modo igual, proporcionando a visualização de posições demarcadas socialmente. Para romper com essa estrutura por diversas vezes trabalhei com adaptações dessa modalidade, utilizando-as posteriormente durante o desenvolvimento das ações de incentivo à leitura literária cuja a reflexão e criticidade estivessem em pauta.

A história “Raposa, cegonha e sopa” é um exemplo do exposto, constituindo-se como uma adaptação que fiz da fábula “A raposa e a cegonha” de La Fontaine. Nela existem elementos da estrutura da moral implícita na narrativa original: “Em prato raso ou jarro estreito, a raposa e a cegonha, não conseguiram tomar sopa... Quem com ferro fere recebe o ferro e a ferida... e não conseguem tomar sopa, sopa, sopa [...]” (GERLIN, 2007b, p. 20). Essa adaptação viabilizou a (re)leitura dessa fábula de forma que as crianças utilizassem as palavras da obra original junto com elementos contemporâneos, ao romper com a estrutura inflexível e ao viabilizar a recriação de uma narrativa em que a lição de moral (característica desse gênero) fosse suprimida dando lugar à brincadeira, à música e ao prazer de ler a obra original e, em seguida, que pudessem fazer um relato subjetivo por meio da leitura da história rompendo com a objetividade implícita nesse gênero de obra literária.

Diferente da estrutura maniqueísta dos contos de fadas e da moral imposta pelas fábulas, os mitos apresentam uma espécie de “herói” como personagem o que deveras me fascinou desde o princípio da minha prática profissional. Tendo origem nas narrativas dos povos gregos, acabam por explicar fatos da realidade (origem do mundo, fenômenos da natureza, etc.) inalcançáveis à compreensão humana da época. Para que a criação literária e da vida possam acompanhar a leitura dos mitos, penso que fatos contemporâneos, cotidianos e fases da vida humana podem ser retratados tendo como base essa estrutura narrativa. Motivo pelo qual utilizei a história do “Minotauro” (personagem pertencente à mitologia grega constituindo-se como metade homem e metade touro) preso no centro de um labirinto, para poeticamente explicar a transformação que o sujeito passa na pré-adolescência: período em que a criança se sente “metade adolescente e metade criança” (GERLIN, 2020a, p. 71)

Da figura do Minotauro o menino se encontra muito distante, perdido entre os muros do labirinto com seus livros em estantes.

No lugar da figura mitológica da Ariadne de repente ouve a sua mãe narrar, e no herói Teseu o seu destemido pai pouco a pouco se transformar.

Com seres mitológicos recria cenas repletas de aventuras e mistérios, no lugar do novelo usa chaves para abrir cadeados, desenhar e atravessar pontes [...].

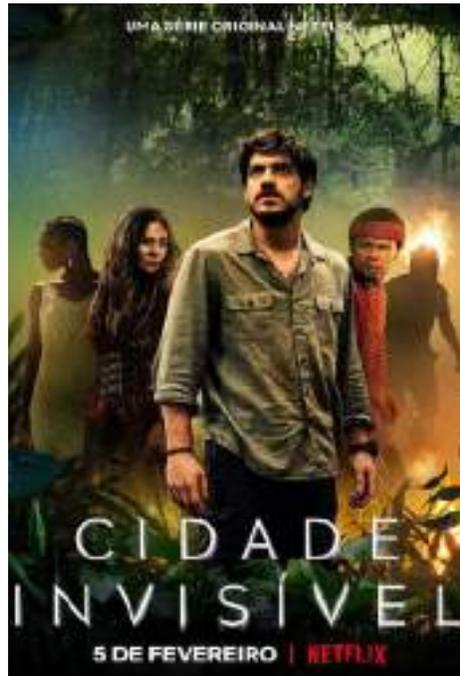
A narrativa poética visualizada no texto “Labirinto da Memória” (GERLIN, 2020a) acima apresentado, acaba demonstrando como os mitos e as lendas convertem-se em gêneros literários que explicam o surgimento do mundo e daquilo que nele há

na atualidade, tornando difícil a diferenciação da estrutura original das narrativas e, conforme na poesia em que trabalhei, podendo por meio da (re)leitura traduzir questões humanas e sociais pertencentes à sociedade contemporânea.

Enquanto os mitos se ocupam em explicar a origem do universo e estabelecer modelos de ações humanas destacando relacionamentos entre homens, semideuses e deuses por exemplo, as lendas regionais contemporâneas costumam trazer elementos da natureza que giram em torno de seres mágicos que, muitas vezes, mudam tragicamente o rumo das trajetórias dos personagens da trama (GERLIN, 2018). Esse último gênero oral, também é adaptado ao possibilitar a escrita de novas versões literárias impressas, audiovisuais e digitais, no cenário brasileiro, proporcionando, com isso, um conjunto de diálogos literários e cotidianos.

Do mesmo modo que a série televisiva *Once Upon a Time* (ONCE..., 2011) transportou contos de fadas como Branca de Neve e Chapeuzinho Vermelho para o mundo real, recentemente as lendas folclóricas do Boto Rosa, Curupira, Saci Pererê, Cuca e Iara, pertencentes à literatura oral brasileira (CASCUDO, 2015), saíram diretamente dos livros para a “Cidade Invisível” da Netflix (Figura 1) (CIDADE..., 2021). Nessa série a narrativa folclórica predominante do norte do país ganha vida na região sudeste do Brasil, especificamente no Estado do Rio de Janeiro (RJ) local em que a trama é basicamente desenvolvida.

**Figura 1** - Personagens da série “Cidade Invisível”



Fonte: Netflix (2021)<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Cidade Invisível. Netflix. 2021. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/80217517>.

Nessa obra disponibilizada na plataforma *streaming* da Netflix (acessada via Internet), os elementos míticos da narrativa oral são ressignificados por meio da (re)leitura da lenda amazônica do “Boto”, um animal que se transforma num homem vestido de branco com um chapéu que esconde a sua real condição. Com essa narrativa televisiva no seriado “Cidade Invisível” justificou-se o fato dos personagens terem filhos de pais desconhecidos, denominando-os como filhos do Boto assim como os narradores tradicionais em outras épocas o fizeram (CIDADE..., 2021).

Outras narrativas do folclore ganham vida nesta obra como o “Saci” que na trama da Netflix recebe um destaque especial ao ter a sua origem explicada no período da escravidão, momento em que perde uma das pernas. A narrativa do “Curupira” é contada de forma que apresenta um ser mítico que protege a floresta, assim como os índios brasileiros fizeram e ainda o fazem. Da “Cuca” uma lenda folclórica da bruxa com aspecto de jacaré que rapta crianças, sendo uma explicação mítica para o desaparecimento de crianças. Do mesmo modo, desenvolve-se a narrativa da sereia “Iara” (figura folclórica parte mulher e parte peixe) retratada como cantora da noite ao atrair com sua voz os homens que levará ao mar para o destino fatal (CASCUDO, 2015; CIDADE..., 2021).

Por conta das características citadas, esse gênero literário é facilmente (re) adaptado em diversas regiões brasileiras, cativando o público infantil e auxiliando educadores no processo de formação da competência leitora (GERLIN, 2015; 2019). Esse tipo de leitura evoca explicações para a conformação de um determinado contexto geográfico, ao carregar consigo a constituição de aspectos relacionados com a religiosidade, o misticismo e a dinâmica da sociedade contemporânea (CASCUDO, 2015).

No caso das lendas do Espírito Santo (ES) destaca-se a publicação de Maria Stella de Novais (NOVAES, 1968) na década de 60 do século passado, posteriormente culminado em várias adaptações em obras literárias infantis no século XXI. Por meio do acesso a essa obra, “O pássaro de fogo” foi uma narrativa publicada por diversos autores por conta da forte identificação que evoca, explicando a constituição de importantes formações rochosas do Estado do ES: “Mestre Álvaro” no município de Serra e a pedra “Mochuara” situada em Cariacica. Em decorrência do exposto, fiz a leitura e recontei, por diversas vezes, o desfecho que apontava para o cacique, pai da índia, responsável por impedir o namoro com a intervenção de um feiticeiro e uma fada que eterniza o amor dos índios enamorados. Essa lenda por ser bastante recontada foi selecionada pelo Canal Futura para fazer parte da coleção “Vou te contar” (Figura 2).

**Figura 2** - Reconto da lenda Pássaro de Fogo na Pedra da Cebola (Vitória, ES)



Fonte: Vou te contar (2008)<sup>5</sup>.

Na ocasião auxiliei no processo de formação de um grupo contadores de histórias, responsáveis pelo reconto coletivo na Pedra da Cebola (parque municipal localizado em Vitória no ES). Ao final do vídeo exponho que a lenda se constitui como “uma história de amor mesmo com a interferência do pai e da magia”, misturando elementos fictícios e reais que envolvem a natureza humana e a geografia da região em que a lenda indígena é originalmente narrada.

Destaco a adaptação da lenda “A Pedra do Diabo” que ao contrário do “Pássaro de Fogo” era pouco narrada na ocasião em que me apropriei da narrativa por meio da pesquisa de Novaes (1968). Com essa lenda trabalhei no cotidiano da escola e da universidade tendo que me deparar, muitas vezes, com barreiras no processo da sua disseminação devido reunir figuras profanas (não pertencente ao sagrado) e de cunho religioso (como os santos da Igreja Católica), culminando na necessidade do desenvolvimento de estratégias na sala de aula e na biblioteca para a propagação dessa história resgatada e, por conseguinte, na disponibilização do trabalho que fora realizado sobre a narrativa no ciberespaço<sup>6</sup>.

Recentemente publiquei um conto com a mesma temática: “Promessa para Santo Antônio em noite de festa de São João” (GERLIN, 2022). Nele a releitura do cotidiano é impressa como uma crônica das minhas reminiscências, do meio em que vivo e do qual me alimento durante as leituras de obras literárias. Nele faço o exercício de iniciar a narrativa com a descrição da personagem que coincidentemente é uma educadora: “Ela havia feito o curso de magistério e se considerava uma profissional de sucesso, pois fazia parte de

<sup>5</sup> Pássaro de Fogo da série Canal Futura. 2008. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=TfW70I\\_AbWc](https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=TfW70I_AbWc)

<sup>6</sup> A Pedra do Diabo. 2012. Disponível em: <https://apedradodiabo.blogspot.com/>

uma família que não alimentara o histórico da formação escolar”; mas essa é uma história para ser contada em outro momento por não se tratar da literatura infantil de fato.

O conto a cima citado remete a leitura e releitura que tenho feito junto ao intercambiamento das minhas experiências e dos sujeitos que estão ao meu redor. Do mesmo modo, a literatura infantil ao longo dos séculos fora constituída por narrativas inspiradas na experiência humana, sendo até os dias de hoje alimentadas por fábulas nas quais os animais magicamente retratam sentimentos humanos, contos de fadas em que bruxas, princesas e magos convivem em períodos de extrema dificuldade, lendas que explicam fatos relacionados com a natureza e, por meio das quais, bibliotecários, educadores, contadores de histórias, autores de obras infantis e roteiristas das versões televisivas e cinematográficas produzem adaptações dessas histórias resignificando-as.

Tendo em vista a diversidade de contos pertencentes à literatura universal brasileira e capixaba recolhidos oralmente, torna-se difícil separar o que é ou não de procedência oral (CASCUDO, 2006; GERLIN, 2018). O exposto comprova que a reminiscência se fundamenta na tradição responsável por transmitir conhecimentos por meio da narrativa conforme exposto por Benjamin (1994), torna-se importante para contextualizar a leitura literária infantil em espaços de informação, educação e cultura que trabalham com a competência em leitura, responsável pela apropriação reflexiva da informação. As pesquisas voltadas para a competência leitora durante a infância que se apropriam da narrativa de obras literárias, são desenvolvidas no campo da atuação bibliotecária e da pesquisa realizada no âmbito da Ciência da Informação.

Então, termino esta seção sem de fato finalizar o processo de diálogo ao destacar um assunto que poderá ser abordado em outro momento, já que devemos, igualmente, contemplar em pesquisas futuras aspectos relacionados com a limitação de tempo de utilização das obras literárias principalmente quando recuperadas no ciberespaço, com a seleção do material apropriado para o desenvolvimento dessa competência e com a avaliação da relevância da (re)leitura da adaptação dos gêneros das obras literárias infantis, demandadas em uma época de hibridização das práticas culturais, educativas e sociais.

Entretanto, o leitor, convidado a compartilhar comigo dessa reflexão dialogada, pode questionar qual o sentido de citar neste ensaio aspectos relacionados com a competência em leitura na infância já que, nessa fase, a criança ainda se encontra pouco capacitada para aprender buscar e recuperar autonomamente a informação, requerendo o desenvolvimento de um relacionamento com textos e contextos lúdicos e ilustrativos de forma que possa ser incentivada a ler por prazer e não por obrigação.

Explico o motivo desse apontamento final, ou quem sabe inicial, já que se torna um tema potencial para outra ocasião. Como professora e pesquisadora compreendo que o desenvolvimento dessa competência deva ter atenção desde a infância, envolvendo

educadores que percebem a necessidade de trabalhar com ela ao longo da vida (desde a infância até a melhor idade).

Outro apontamento que faço é que na atualidade tenho pesquisado sobre a importância das ações formativas no campo da competência, que costuma envolver a leitura literária e outras modalidades informativas, é bem verdade, porém tenho destacado a necessidade da aquisição de habilidades de busca desse conteúdo contido em livros e em outros suportes, textuais e hipertextuais, recuperados na Internet e em espaços presenciais como a biblioteca.

Nesse momento, identifico a competência leitora como necessária no processo de criação de estratégias para a formação de leitores durante a infância, permitindo-me compreender a importância da inclusão dessa temática que envolve a recuperação e o uso dos contos populares e literários nas pesquisas e ações realizadas no âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

Com isso, as adaptações literárias proporcionam o desenvolvimento dessa competência que compreende conhecimentos (saber compreender), habilidades (saber criticar) e atitudes (saber aplicar) (GERLIN, 2015; 2017), já que é destinada à promoção de aprendizagens por meio da compreensão crítica de diferentes linguagens e modalidades de leituras como a literária destacada neste processo de diálogo.

### **3 TECENDO CONSIDERAÇÕES...**

[Repito que] Tal é a memória épica e a musa da narração (BENJAMIN, 1994, p. 211).

Compreendo que na atualidade as narrativas das histórias da literatura universal cativam o público infantil nas páginas dos livros e, igualmente, nas obras digitais e eletrônicas alimentadas por linguagens multimodais (texto, som e imagem), podem, desse modo, serem acessadas e lidas nas telas de equipamentos eletrônicos como a televisão, o celular e o computador conectados à Internet, ao permitir que crianças do mundo inteiro estabeleçam contato com narrativas de diferentes realidades sociais.

Cada vez que ousar escrever sobre a leitura literária acabo percebendo o potencial das lendas brasileiras e capixabas em contribuir com a formação do leitor durante a infância não apenas no cenário espírito-santense. Nesse sentido, através da experiência e das pesquisas que tenho realizado acerca da formação de leitores, destaco o potencial de a literatura oral ser disseminada em suportes como os livros e produções audiovisuais, proporcionando que um repertório universal seja compartilhado mundo a fora no espaço presencial e virtual (híbrido).

Diante das diferenças culturais regionais e das necessidades de formação do público infantil que se torna cada vez mais autônomo ao acessar obras literárias no

ciberespaço utilizando, para isso, a tela do computador, dos tablets e dos smartphones, procurei colocar em análise a importância da produção das histórias autorais inéditas e da (re)adaptação das histórias universais de fadas, fábulas e mitos, dentre elas as lendas indígenas folclóricas e capixabas constantemente utilizadas por educadores, bibliotecários e outros profissionais em processos de formação de leitores.

Por meio de um repertório universal que reúne uma diversidade de gêneros da literatura infantil, comumente utilizados em bibliotecas, escolas, centros comunitários, residências e no ciberespaço, destaco a potencialidade da leitura narrativa dessas histórias para o desenvolvimento da competência leitora desde a infância.

Convém, portanto, colocar que as práticas investigativas e formativas que giram em torno da competência leitora (tema pouco abordado neste ensaio) no contexto do ensino, pesquisa e extensão da UFES se deram de maneira progressiva no início do século XXI, devido à ausência de divulgação nas publicações científicas principalmente e as atividades extensionistas sobre essa competência serem pouco exploradas no cenário nacional e internacional do ponto de vista da Ciência da Informação, ainda mais, se analisada da perspectiva da leitura literária na infância.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Leonardo. **Literatura infantil brasileira**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BIANCARDI, A. M. R. *et al.* Biblioteca escolar: ressignificando o espaço físico numa perspectiva técnico-pedagógica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. 19., 2020, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: FEBAB, 2000. 1 CD-ROM.

BORTOLIN, Sueli; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação oral literária: algumas palavras. In: VALENTIM, Marta (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 85-102

CARVALHO, Damiana Maria. A importância da leitura literária para o ensino. **Entreletras**, Araguaína, v. 6, n. 1, p. 6-21, jan./jun. 2015.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura Oral no Brasil**. São Paulo: Global, 2015.

CIDADE Invisível. Direção: Carlos Saldanha. Elenco: Alessandra Negrini; Fábio Lago; José Dmont; Jéssica Côres; Marco Pigossi; Wesley Guimarães. Brasil: Netflix, 2021.

CORADINE, Márcia; GERLIN, Meri Nadia Marques. **Pássaro de fogo**: lendas, contos e cantos. Vitória, ES: GSA, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

GERLIN, Meri Nadia Marques. Biblioterapia e literatura oral: Leituras terapêuticas em espaços de informação, educação e cultura. **Biblionline** (JOÃO PESSOA), v. 15, p. 2-10, 2019.

GERLIN, Meri Nadia Marques. A informação contida nas lendas capixabas: o trabalho com a competência leitora tendo como aporte a oralidade da Região Metropolitana da Grande Vitória (ES). In: Cláudio Duque. (Org.). **Ciência da informação estudos e práticas**. Brasília: Centro Editorial, 2015. p. 7-28.

GERLIN, Meri Nadia Marques. Leitura literária e infância: da página do livro à tela do computador. **Dias Ímpares**: suplemento literário do Centro Cultural Sesc Glória, Espírito Santo, p. 08-12, 12 mar. 2021.

GERLIN, Meri Nadia Marques. No labirinto da memória. In: **Coleção Letrinha II**. Vitória, ES: Editora Jordem, 2020a. p. 71-75.

GERLIN, Meri Nadia Marques. Pedra do Diabo. In: CORADINE, M.; GERLIN, M. N. M. **Pássaro de fogo**: lendas, contos e cantos. Vitória, ES: GSA, 2007a.

GERLIN, Meri Nadia Marques. Produção da competência leitora em espaços tempos de informação, educação e cultura. In: Seminário Hispano Brasileiro: Investigación em información, documentación y sociedad, 6., 2017, Aracujú/SE. **Anais...** Investigación em información, documentación y sociedad. Aracaju: UNIT-SE, 2017. v. 1. p. 1-16.

GERLIN, Meri Nadia Marques. Promessa para Santo Antônio em noite de Festa de São João. In: BORGES, C. (Org.). **Antologia 42 Anos de Neutrovismo: 1980-2022**. Rio de Janeiro: Taba Cultural, 2022. p. 127-129

GERLIN, Meri Nadia Marques. Raposa, cegonha e sopa. In: CORADINE, M.; GERLIN, M. N. M. **Pássaro de fogo**: lendas, contos e cantos. Vitória, ES: GSA, 2007b.

GERLIN, Meri Nadia Marques. **Tecendo redes e contando histórias**: competências em informação e narrativa na contemporaneidade. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2018. 210 p. (Coleção No balanço das redes: tradição e tecnologia, v. 1).

GERLIN, Meri Nadia Marques. Ressurreição. In: **Poetas e escritores brasileiros**: antologia. Vitória, ES: Editora Canela Verde / ACLAPTCTP, 2020b. p. 221.

HUECK, Karin. **O lado sombrio dos contos de fadas**. São Paulo: Abril, 2016. 292 p.

NOVAES, Maria Stella de. **Lendas capixabas**. São Paulo: FTD, 1968.

ONCE Upon a Time. Roteiro: Adam Horowitz; Edward Kitsis. Atores: Jamie Dornan; Ginniger Goodwin, Jennifer Morrison, Lana Pmilla, Jared Gilmore. EUA: ABC Estúdios, 2011.

**Recebido/ Received: 02/07/2022**  
**Aceito/ Accepted: 09/08/2022**  
**Publicado/ Published: 30/08/2022**

---

## **MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS: O LEGADO DE PAULO FREIRE NA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS**

*MEMORIES AND EXPERIENCES: PAULO FREIRE'S LEGACY IN ADULT LITERACY*

---

### **Albert Douglas Silva da Cunha**

Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do GRAFE. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3812-7424> E-mail: [albertdouglas.s@gmail.com](mailto:albertdouglas.s@gmail.com)

### **Álvaro Jorge Santos de Carvalho**

Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do GRAFE. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2209-9884> E-mail: [alvarojorge29@hotmail.com](mailto:alvarojorge29@hotmail.com)

### **Daniele Sueira de Lira**

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do GRAFE. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9071-1409> E-mail: [danielesueira21@gmail.com](mailto:danielesueira21@gmail.com)

### **Laura Mattes Lagrange**

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do GRAFE. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3905-7904> E-mail: [lauralagrange5@gmail.com](mailto:lauralagrange5@gmail.com)

### **Luciene Cerdas**

Professora do Departamento de Didática da Faculdade de Educação da UFRJ. Doutora em Educação Escolar pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da UNESP/Araraquara. Pesquisadora do Grupo de Ações de Ensino, Extensão e Pesquisa Fórum de Ensino da Escrita (UFRJ). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6967-0692> E-mail: [lucienecerdas@gmail.com](mailto:lucienecerdas@gmail.com)

### **Lidiane Jeane Lima Cezario**

Pedagoga pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do GRAFE. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0764-5181> E-mail: [lidianelimac26@gmail.com](mailto:lidianelimac26@gmail.com)

### **Maria Antônia Azevêdo Teixeira Rocha**

Graduanda em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do GRAFE. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2484-0288> E-mail: [mariaantoniaatr@gmail.com](mailto:mariaantoniaatr@gmail.com)

### **Rejane Maria de Almeida Amorim**

Professora do Departamento de Didática da Faculdade de Educação da UFRJ. Doutora no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação na PUC/São Paulo. Vice-coordenadora do Grupo de Ações de Ensino, Extensão e Pesquisa Fórum de Ensino da Escrita (UFRJ) Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3683-4026> E-mail: [rejane.ufrj@gmail.com](mailto:rejane.ufrj@gmail.com)

## RESUMO

O artigo tem como objetivo discutir os pressupostos teóricos do Método de Alfabetização desenvolvido por Paulo Freire e implementado no projeto de alfabetização para 380 trabalhadores, que ficou conhecido como “Quarenta horas de Angicos”, no Rio Grande do Norte. Na leitura de suas obras *Pedagogia do Oprimido*, *Educação como Prática de Liberdade* e *A importância do ato ao ler*, suas concepções sobre educação, pedagogia e alfabetização descortinam as bases de seu método de ensino, caracterizado pelo sentido ético e político do fazer do educador na sua relação com o educando. O estudo realizado sinaliza um processo de mudança pedagógica em busca de uma alfabetização emancipadora; todos os envolvidos são sujeitos e contribuem para o ensino e a aprendizagem uns dos outros, em uma perspectiva de uma sociedade democrática e de justiça social.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Paulo Freire. Educação Libertadora. Educação de Jovens e Adultos

## ABSTRACTS

The article aims to discuss the theoretical assumptions of the Literacy Method developed by Paulo Freire and implemented in the literacy project for 380 workers, which became known as “Quarenta horas de Angicos”, in Rio Grande do Norte. By reading his works *Pedagogy of the Oppressed*, *Education as a Practice of Freedom*, and *The Importance of the Act of Reading*, his conceptions of education, pedagogy, and literacy reveal the basis of his teaching method, characterized by the ethical and political sense of the educator’s work in his relationship with the learner. The study undertaken signals a process of pedagogical change in search of an emancipatory literacy; all those involved are subjects and contribute to the teaching and learning of each other, in a perspective of democratic society and social justice.

**Keywords:** Literacy. Paulo Freire. Liberation Education. Youth and Adult Education

## 1 INTRODUÇÃO

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo (FREIRE, 2002).

Uma das grandes contribuições de Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira<sup>1</sup>, deu-se por meio de seu trabalho realizado, na década de 1960, na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, com a alfabetização de adultos da classe trabalhadora, em sua maioria agricultores, artesãos e domésticas. Essa ação já estava sendo construída por Freire anos antes, quando ele teve contato com as camadas populares, em 1947, através da sua atuação como diretor da Divisão de Educação e Cultura do Serviço Social da Indústria (SESI), de Pernambuco, e por meio de sua participação no Movimento de Cultura Popular (MCP) de Recife. No projeto “40 Horas em Angicos” (BEISIEGEL, 2010), Freire colocou em prática suas pesquisas.

Para Ana Maria de Araújo Freire (2001), os trabalhos de Paulo Freire com o SESI e o MCP formaram a base de seu pensamento pedagógico e político de que a educação dá-se no movimento de “reinventar os processos de formação do ser humano com base na autonomia, dialogicidade, libertação e conscientização” (DIÓGENES, 2010, p. 8), aspectos que conversam diretamente com o sujeito que vivencia seu processo de aprendizagem, nunca desconectado do contexto ao qual pertence. As próprias obras de Freire refletem sua existência e trajetória como sujeito educador e político, que escrevia não sobre coisas abstratas e distantes, mas a respeito do que observava, ouvia e vivenciava.

Dessa maneira, o presente artigo apresenta e discute os pressupostos teóricos desenvolvidos por Freire na sua experiência com a alfabetização de trabalhadores em Angicos, compreendendo a importância desse projeto para a construção de uma pedagogia crítica e em diálogo com a realidade do educando. Para tal, dialogamos com suas obras e de outros autores, seus comentadores, a partir do documentário “40 horas na memória”, produzido pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido UFERSA/RN, que contém relatos de ex-alunos participantes de sua ação em Angicos. Seus dizeres elucidam suas concepções de educação, pedagogia e alfabetização, fundamentais para o alcance de uma sociedade crítica, democrática e permeada pela justiça social. Assim, não perdemos de vista as contribuições de Freire no cenário atual da educação brasileira, enfatizando sua influência nas discussões acerca de políticas e práticas hoje debatidas no campo da alfabetização.

---

<sup>1</sup> Lei 12.612, de 13 de Abril de 2012, declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira.

## 2 ALFABETIZAÇÃO CRÍTICA EM PAULO FREIRE

Refletir sobre a alfabetização nos remete às diversas problemáticas que a envolvem, em especial quando delimitamos alguns recortes, como o acesso de jovens e adultos a esse direito fundamental. O Brasil convive, hoje, com uma taxa de analfabetismo entre a população de 15 a 60 anos de idade ainda preocupante: de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019, 6,6% é a porcentagem de brasileiros que não sabem ler e escrever, uma taxa que representa 11 milhões de indivíduos socialmente excluídos e marginalizados do contato com um mundo permeado pela escrita.

Embora a expansão da educação básica tenha sido ampliada a partir de 1988 (SOUZA, 2019), o acesso a ela, para diversos indivíduos, permaneceu de forma desigual. Muitos não conseguiram - e muitos outros ainda não conseguem - frequentar a escola por diversas razões, mas fundamentalmente pela necessidade de trabalhar, utilizando da própria força física e habilidades manuais na ocupação de postos informais. Souza (2019, p. 3) nos lembra que a Constituição Federal de 1988 “[...] instituiu a educação como direito de todos, dever do Estado e extensiva aos que não puderam efetivá-la por diversas razões na idade socialmente referenciada na lei”. Contudo, como temos visto, o cenário educacional brasileiro, mais especificamente da alfabetização, é pouco animador.

Outra problemática a ser refletida parte do questionamento acerca de *qual* alfabetização tem sido referenciada e perseguida na educação de jovens e adultos (EJA). Quais políticas públicas de alfabetização são desenvolvidas para esse grupo em específico? Há, também, alguma preocupação com *quem* é esse alfabetizando e a realidade com a qual dialoga? *Para quê* e *como* alfabetizá-los? Nesse sentido, Freire nos incita a pensar as práticas de alfabetização, já que:

As palavras com que organizar o programa da alfabetização deveriam vir do universo vocabular dos grupos populares, expressando a sua real linguagem, os seus anseios, as suas inquietações, as suas reivindicações, os seus sonhos. Deveriam vir carregadas da significação de sua experiência existencial e não da experiência do educador (FREIRE, 2011, p. 30).

Esse resgate do sujeito na educação se dá por sua humanização, “[...] isto é, a plena realização do homem enquanto criador de cultura e determinador de suas condições de existência passava, necessariamente, pela clarificação da consciência do homem” (BEISIEGEL, 2010, p. 30), processo que se alcança por meio de uma educação crítica e conscientizadora. Nesse sentido, cabe pensar uma alfabetização comprometida com as múltiplas realidades vivenciadas pelos educandos, numa aproximação entre sujeitos - professores e alunos - voltados para a construção de conhecimentos sobre o mundo que os cerca, refletindo-os criticamente. A alfabetização é, para Freire, sempre vista como objeto de transformação social, uma vez que seu sentido crítico é valorizado.

## 2.1 Conceito de Educação Bancária

Na obra *Pedagogia do Oprimido* (2002), Paulo Freire introduziu o conceito de *educação bancária* debruçando-se, mais uma vez, sobre o papel da educação na constituição dos sujeitos, nem sempre vistos como tal. A abordagem do educador nos elucida a respeito de como muitos desses sujeitos são destituídos de tal condição, não sendo vistos como aprendizes ativos dentro de seus próprios processos de aquisição de conhecimento. Ao contrário, são percebidos como depósitos de informações, por isso a analogia entre banco e educação, como crítica ao funcionamento e dos objetivos do sistema educacional brasileiro.

Ao contrário de possibilitar o desenvolvimento de um pensamento crítico, em que o educando aprende a criar possibilidades de ser livre e exercer essa liberdade, a *educação bancária* configura-se como um significativo obstáculo à concretização do processo de libertação do sujeito. O modelo tradicional de ensino, entendido por Freire como domesticador, é um ato de “[...] depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos [...]. Refletindo a sociedade opressora, sendo a dimensão da ‘cultura do silêncio’, a ‘educação bancária’ mantém e estimula a contradição” (FREIRE, 2002, p. 38).

Freire, ainda, aponta a relação direta que se estabelece entre o tipo de educação ofertada nas escolas - quais objetivos ela visa atingir - e o projeto de sociedade que se almeja construir. Para ele, uma concepção de educação que se baseia apenas na “[...] memorização mecânica da descrição do objeto não se constitui em conhecimento do objeto” (FREIRE, 2011, p. 26), tendo em vista que não oferta ao educando a capacidade de causar uma reação para despertá-lo para a compreensão e problematização do mundo ao seu redor. Na visão bancária da educação, o professor ganha voz e espaço, ainda que não exerça, de fato, a posição de educador, já que é falsa a ideia de que para ser um bom educador basta “encher” os “recipientes” dos alunos (FREIRE, 2002, p. 26).

No diálogo com as concepções de Paulo Freire a respeito de uma educação voltada à libertação, isto é, contrária à domesticação, Beisiegel (2010, p.36) reflete que era, e é, necessário deixar para trás a visão de educação centrada na figura do professor e no depósito de informações, e substituí-la por uma educação “[...] orientada para a criação de disposições mentais críticas e permeáveis, favoráveis à participação, à deliberação coletiva, à ingerência, ao autogoverno e, por essa via, favoráveis à democratização da vida social e à instituição de formas democráticas de governo”.

Nesse sentido, é apenas por meio do diálogo entre educadores e educandos, na dialética com o mundo que os cerca, que o aluno se insere e vivencia seu processo de aprendizagem como sujeito crítico e participativo, deixando de ser visto como um indivíduo passivo, mas consciente de si mesmo, dos outros e do mundo, capaz de atuar e transformar a própria existência. Aspectos esses que marcaram toda a trajetória de Paulo Freire, sobretudo ao pensar e questionar a alfabetização das classes trabalhadoras.

## 2.2 Um método de alfabetização para uma educação libertadora

O método de alfabetização de Freire é um importante marcador de sua obra e da educação brasileira, podendo ser apreciado a partir de longas pesquisas realizadas

entre as décadas de 1940 e 60. Notam-se aspectos interessantes presentes no contexto histórico e político da criação do seu método de alfabetização. Comprometido com aspirações democráticas, inerentes aos acontecimentos políticos do momento (Ditadura Vargas e o processo de redemocratização), e ao contexto sócio educacional do país, a criação do método de alfabetização leva em consideração uma “[.] educação comprometida com o desenvolvimento, a formação de consciência crítica e a construção de personalidades democráticas.” (BEISIEGEL, 2010, p. 39).

Como marcadores importantes para a criação do método, pode-se destacar as iniciativas pró educação e cultura realizadas no governo de Miguel Arraes (Prefeitura de Recife, 1959) com a criação do Movimento de Cultura Popular (MCP); o incentivo à formação de grupos de intelectuais para se pensar a cultura e educação para a população, em que Paulo Freire coordenou os “círculos de cultura” e “centros de cultura”, atuando com projetos de EJA; os trabalhos realizados na Universidade do Recife, no Serviço de Extensão Cultural (SEC); e a aplicação do método na cidade de Angicos, convidado pelo governador do estado do Rio Grande do Norte. (BEISIEGEL, 2010).

Em meio a um movimento crescente de crítica ao método das cartilhas - por fazer uso de palavras descontextualizadas com a realidade dos educandos, aplicadas num contexto geral e territorial, sem levar em consideração aspectos e características locais -, Paulo Freire trabalhou com um novo método de alfabetização de adultos. Como pré-requisito dessa criação, propõe a substituição daquelas palavras usualmente empregadas, por outras mais próximas do cotidiano do grupo de trabalhadores e trabalhadoras aprendizes, objetivando o esvaziamento do significado “domesticador” que essas palavras exerciam, na medida em que busca termos agregadores que incentivam o movimento de ação, crítica e reflexão do sentido político da alfabetização. Para o educador não basta saber ler que Eva viu a uva “[...] é preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho” (FREIRE, 1991, p. 72).

O método seguia cinco etapas principais, de acordo com Bachega (2014): 1. Levantamento do universo vocabular dos alunos; 2. Seleção de palavras geradoras; 3. Criação de situações existenciais típicas do grupo; 4. Construção das fichas de roteiro que auxiliam os coordenadores de debate no seu trabalho; 5. Construção das fichas com a decomposição e recomposição das famílias fonêmicas correspondentes aos vocábulos geradores.

Considerando a experiência do projeto realizado em Angicos, esse processo começa pelos trabalhos voltados para a discussão sobre cultura: “[...] conceito antropológico de cultura; distinção entre objeto de natureza e objeto de cultura; cultura material; cultura imaterial; e padrão de conhecimento.”, de acordo com o roteiro do documento

Roteiro 40 Horas na Memória<sup>2</sup>. Para Freire, “[...] discutir o conceito antropológico de cultura, portanto, tem o intuito de romper com a cultura de subserviência de que vem a maior parte da população analfabeta, descendente de escravo ou outras etnias exploradas.” (BACHEGA, 2014, p. 58).

Ao falar a partir da sua experiência como educador de jovens e adultos, Freire esclarece seu conceito de cultura:

Criar o jarro como o trabalho transformador sobre o barro não era apenas a forma de sobreviver, mas também de fazer cultura, de fazer arte. Foi por isso que, relendo sua leitura anterior do mundo e dos que fazeres no mundo, aquela alfabetizanda nordestina disse segura e orgulhosa: “Faço cultura. Faço isto” (FREIRE, 2002, p. 261).

Após esse trabalho de introdução com a discussão sobre cultura, inicia-se o projeto de alfabetização, sendo importante mencionar que o material utilizado não é o mesmo em diferentes regiões. Ao contrário, para cada localidade escolhida é realizada uma pesquisa de campo para a elaboração do “universo vocabular mínimo” da região.

Pela identificação desse “Universo Vocabular” (Figura 1) dos alfabetizandos, evidenciam-se seus hábitos, ocupação e manifestações. A partir daí, se dão as escolhas das denominadas “palavras geradoras”, que surgem das “situações existenciais típicas”, e com elas será realizado o processo de alfabetização e a discussão sobre problemas regionais e nacionais. São palavras que carregam significado e sentido para jovens e adultos daquele tempo e espaço sociocultural, que, portanto, não dissociam texto e contexto.



**Figura 1** – Trecho do documento “Roteiro de 40 horas”

Fonte: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/t9roteiro40.pdf>.

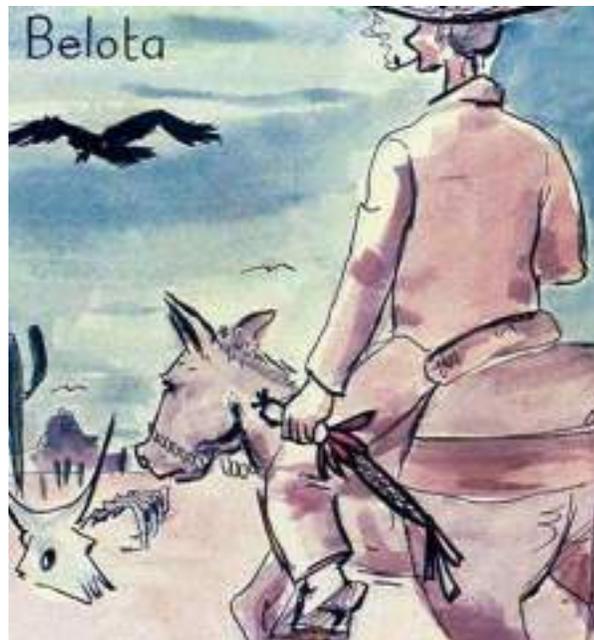
<sup>2</sup> O roteiro está hospedado no site do Fórum de EJA, link para acesso: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/t9roteiro40.pdf>

De acordo com Beisiegel (2010), na experiência de Angicos foram escolhidas para fichas de roteiro 17 palavras, sendo a primeira “Belota”, bastante lembrada pelos ex-alunos no documentário “40 horas de Angicos”, assim como “tijolo”. A partir da palavra geradora, considerando um movimento analítico alfabetizador, era apresentada, em projeção de slides, uma “situação existencial típica”, ou seja, imagens retiradas do cotidiano e realidade social dos estudantes e que comportavam a representação material da palavra escolhida, em uma clara associação palavra e imagem. Buscava-se, desse modo, reforçar a contextualização e familiaridade da representação física do objeto no cotidiano dos estudantes.

O documento Roteiro das 40 horas de Angicos traz também uma descrição dos procedimentos realizados no projeto, no caso da palavra Belota, trabalhada nas 3a e 4a horas, descreve-se: “Terceira hora - primeira hora de alfabetização. Belota, A, E, I, O, U. Os alunos já começam a escrever, isto é, a reproduzir a palavra belota. Politização. Quarta hora - ainda belota. Ba, be, bi, bo, bu; la, le, li, lo, lu; ta, te, ti, to, tu. Formação de palavras”.

Juntamente com a projeção das imagens caracterizadas como “situação existencial típica”, a palavra selecionada era apresentada de forma escrita. A figura abaixo (Figura 2), referente à belota “[...] era de um homem de Angicos, vestido tipicamente, montado em um burro, em uma cena característica de seca do Nordeste, com uma chibata na mão, na qual se veem em primeiro plano, belotas em cores bem vivas” (BACHEGA, 2014, p. 67).

**Figura 2** - Slide usado na experiência de Angicos.



Fonte: <http://minimal-war.blogspot.com/2013/05/como-ensinar-adultos-ler-em-40-horas.html>

Em seguida, era realizado um movimento de incentivo a uma discussão sobre as experiências evocadas pela figura projetada, provocando problematizações explícitas e implícitas transmitidas pela imagem. Logo após essa discussão, somente a palavra era apresentada, no sentido de iniciar o processo de conhecimento, reconhecimento, representação e assimilação das letras e sílabas. Bachega (2014, p. 68) explica que dada como concluída “a análise da projeção, os coordenadores mostravam como se escreve a palavra geradora daquele debate. [...] Visualizada a palavra que ortograficamente representa a figura do slide, era projetada somente a palavra [...] novamente realizada a leitura coletiva e individual.”

Feita essa apresentação, iniciava-se um movimento sintético de análise da palavra: sua decomposição em letras e sílabas. Havia a possibilidade de, oralmente, ou em forma de registro escrito, os alunos construírem a escrita somente a partir das famílias silábicas das consoantes, podendo surgir outras palavras do seu meio social e cultural. A partir do diálogo construído nos movimentos realizados pelos alunos na formulação das escritas com as famílias silábicas das consoantes, eram apresentadas as vogais. Bachega descreve tais procedimentos:

A leitura individual e coletiva das diversas famílias de letras era realizada a fim de que eles comessem a compreender o mecanismo de formação das palavras. Nesse momento, além de encontrarem a palavra belota, eles formam outras como lata, bala, tatu, etc. Por essa razão essa ficha foi denominada “ficha da descoberta”. Em seguida era projetado um slide contendo apenas as vogais que os participantes identificavam com facilidade e chamavam de “intrometidas” (BACHEGA, 2014, p. 69).

A apresentação das vogais vem do entendimento de que não só elas tendem a ser de mais fácil percepção e compreensão pelos alunos, mas também, por já terem aparecido nas escritas das famílias silábicas. Logo em seguida, a realização de uma leitura coletiva no sentido vertical das famílias silábicas, como: ba, la e ta. Como finalização do estudo da ficha (Belota), o diálogo e do registro escrito, os estudantes puderam levantar múltiplas formações de palavras, podendo ser ou não do seu ambiente cultural, político e social.

Assim, diante dos processos desenvolvidos e explicitados acima, é possível estabelecer que o método de alfabetização de Paulo Freire foi considerado inovador no momento de sua criação e revolucionário para o campo da educação, especialmente de jovens e adultos. Transmite, na sua estrutura e ações realizadas, diversos conceitos defendidos por ele durante sua trajetória acadêmica, são concepções que refletem sua visão libertadora da educação, em específico da alfabetização. O alfabetizar para uma transformação plena do sujeito em sociedade, dando-lhe dignidade, oportunidade, contextualização e sensibilidade, o educar deve ser um ato contextualizado e familiar ao sujeito que se encontra neste processo.

Os objetivos do Método de Alfabetização não envolvem apenas o ensino de repertórios que dizem respeito apenas à compreensão do idioma escrito. Nesta proposta, os comportamentos de ler e escrever são entendidos como parte integrante de um conjunto de outras aprendizagens que envolvem a expressividade oral, a capacidade crítica (“pensar crítico”), a conscientização e ação política do educando (e do educador) como sujeito(s) ativo(s) na sociedade (BACHEGA, 2014, p. 74-75).

Seu método nos convida a refletir que não há como auxiliar na formação de crianças, jovens ou adultos, sem que se conheça sua vida e suas condições materiais de existência. Por anos, os processos de “formação” dos sujeitos em ambientes escolares foi estruturado para uma educação bancária, de enquadramento dos sujeitos e negação de subjetividade e identidade. O educador desestruturou tal expectativa ao criar um método de alfabetização, revolucionário naquele momento, e que redimensiona a relação professor-aluno-conhecimento; realiza com excelência a crítica a esses discursos e fomenta outros, que preconizam a escola/docente como auxiliares do sujeito no seu processo libertador de desenvolvimento.

Apesar das inúmeras discussões já realizadas sobre alfabetização desde Angicos, as contribuições de Freire e de seu método permanecem. Uma prática baseada no diálogo, na relação horizontal entre educadores e educandos, na perspectiva do inacabamento de homens e mulheres em seu processo de conscientização e libertação, a partir de uma concepção progressista de educação como ato político, que merece ser revisitada:

“[...] é neste sentido, por exemplo, que me aproximo de novo da questão da inconclusão do ser humano, de sua inserção num permanente movimento de procura, que rediscuto a curiosidade ingênua e a crítica, virando epistemológica. É nesse sentido que reinsisto em que formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas... (FREIRE, 1997, p. 14).

### 2.3 A Importância do Ato de ler

Paulo Freire em seu discurso de implantação do projeto 40 horas em Angicos, explicita sua concepção do sentido ético e político da alfabetização no contexto das desigualdades e injustiças sociais. “O que esta educação está podendo fazer é apanhar este povo emerso e inseri-lo no processo histórico. Inserir-lo quer dizer propiciar a ele oportunidade em que ele se faça agente da sua história, em que ele se faça sujeito da sua história.” (40 HORAS NA MEMÓRIA) Uma fala potente, reveladora de conceitos fundantes do seu pensamento e do seu método para alfabetizar.

Entre essas concepções está a de que “[...] linguagem e realidade se prendem dinamicamente”, de tal modo que “[...] a leitura de mundo precede a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele” (FREIRE, 2011, p.8-9), e que a alfabetização não se esgota na decodificação da palavra, mas implica a preocupação

com o sentido. Significativo é seu conceito de *palavramundo*: letras, palavras, textos do contexto social e do universo da linguagem.

As repercussões para a sua proposta da alfabetização são de que tenha sentido e significação para o educando; que é imprescindível que os programas de alfabetização carreguem planejamentos que incluam palavras do universo vocabular dos educandos, e não unicamente de experiências dos educadores. A alfabetização como “[...] criação ou a montagem da expressão escrita da expressão oral” (FREIRE, 2011, p.13) será capaz de concretizar para os educandos um processo de aprendizagem em si e não apenas a memorização mecânica.

Não podemos nos esquecer que suas ideias, no contexto de sua produção, mostraram-se inovadoras e subversivas, o que resultou inclusive em períodos de exílio durante a Ditadura Militar no país. No texto intitulado “Alfabetização de adultos e bibliotecas populares – uma introdução”, Freire (2011, p.16) dá ênfase ao fato da escola ser uma instituição política, desmistificando sua pretensa neutralidade, não sendo possível “[...] pensar, sequer, a educação, sem que se esteja atento à questão do poder”. Não há assim métodos educacionais isentos de ideologia. Vale resgatar a fala do educador sobre esse tema,

É que o fato de não ser o educador um agente neutro não significa, necessariamente, que deve ser um manipulador. A opção realmente libertadora nem se realiza através de uma prática manipuladora nem tampouco por meio de uma prática espontaneísta. O espontaneísmo é licencioso, por isso irresponsável. O que temos de fazer, então, enquanto educadoras ou educadores, é aclarar, assumindo a nossa opção, que é política, e sermos coerentes com ela, na prática (FREIRE, 2011, p. 16).

Esse pensamento, revela-se atual no sentido de firmarmos posição em favor de uma educação democrática, inclusiva, crítica e emancipadora das classes populares de crianças, jovens e adultos. Ao narrar sua experiência de alfabetização de adultos nas Ilhas São Tomé e Príncipe, Freire (2011) lembra da preocupação em entender e levar aqueles educandos a entenderem suas realidades e questões sociais, para que chegassem a compreensão efetiva da leitura e escrita, ou da “palavramundo”. Potencializa, assim, a importância do ato de ler não apenas como um discurso teórico, mas sim como um processo prático inserido no cotidiano dos educandos. Leitura que se caracteriza como um inquieta procura de textos que, como objetos culturais, devem ser desvelados pelo adentramento, pela crítica e disciplina intelectual.

Assim que, “ensinar a ler é engajar-se numa experiência criativa em torno da compreensão. Da compreensão e da comunicação” (FREIRE, 2011, p. 261). Compreensão que advém da capacidade que temos de associar conceitos da experiência escolar aos do mundo da cotidianidade, de tal modo que buscar a compreensão do texto nos remete à leitura anterior do mundo. Para Freire, a alfabetização se constitui como direito, e como tal, é preciso lutar incansavelmente para que seja garantido a todos.

Para ele, assim como para todos os educadores que comungam suas ideias,

[...] seria impossível engajar-me num trabalho de memorização mecânica dos ba-be-bi-bo-bu, dos la-le-li-lo-lu. Daí que também não pudesse reduzir a alfabetização ao ensino puro da palavra, das sílabas ou das letras. Ensino em cujo processo o alfabetizador fosse “enchendo” com suas palavras as cabeças supostamente “vazias” dos alfabetizados. Pelo contrário, enquanto ato de conhecimento e ato criador, o processo da alfabetização tem, no alfabetizando, o seu sujeito. O fato de ele necessitar da ajuda do educador, como ocorre em qualquer relação pedagógica, não significa dever a ajuda do educador anular a sua criatividade e a sua responsabilidade na construção de sua linguagem escrita e na leitura desta linguagem. Na verdade, tanto o alfabetizador quanto o alfabetizando, ao pegarem, por exemplo, um objeto, como laço agora com o que tenho entre os dedos, sentem o objeto, percebem o objeto sentido e são capazes de expressar verbalmente o objeto sentido e percebido. [...] A alfabetização é a criação ou a montagem da expressão escrita da expressão oral. Esta montagem não pode ser feita pelo educador para ou sobre o alfabetizando. Aí tem ele um momento de sua tarefa criadora (FREIRE, 2011, p. 28-29).

### **3. A EXPERIÊNCIA DE ANGICOS: “NÃO SOU MASSA, SOU POVO”**

Apelidada de “40 horas de Angicos”, a primeira turma de alfabetização de adultos supervisionada por Freire foi realizada em 1963 na pequena cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte. A experiência tinha a meta de alfabetizar adultos em apenas 40 horas, tendo como base o seu método de alfabetização. Em Angicos, foram implementados os conceitos de “palavras geradoras” e “situações existenciais típicas” como vimos anteriormente. Durante as aulas, as palavras e experiências vividas pelos trabalhadores rurais tomaram um lugar central e ativo no processo de aprendizagem. Assim, destacava-se a posição do sujeito, pensador crítico, contrariando a tradicional educação bancária e indo de encontro aos métodos tradicionais de memorização mecânica.

Para Silva e Sampaio (2015, p. 928),

Relembrar os cinquenta anos dessa experiência não é apenas um marco histórico, mas sim uma necessidade social e educativa urgente de enfrentamento ao analfabetismo e baixa escolaridade de nossos jovens e adultos, ainda hoje. Acreditamos que os princípios que orientaram as “40 horas” podem ainda suscitar em nós esse desejo, vontade e necessidade de marchas, lutas, criações de ações de alfabetização, escolarização e educação libertadoras.

A experiência de Angicos também trouxe como princípio criar dispositivos mentais críticos, através dos quais os alunos poderiam interpretar, reinterpretar e problematizar o mundo ao seu redor, sendo capazes de compreender e transformar a si mesmo e, por consequência, o mundo ao seu redor. É possível compreender Angicos como uma experiência pioneira de alfabetização dialogada com a realidade e contexto do educando, através de uma proposta de educação: “[...] orientada para a criação de disposições mentais críticas e permeáveis, favoráveis à participação, à deliberação coletiva, à ingêrência, ao autogoverno e, por essa via, favoráveis à democratização da vida social e à instituição de formas democráticas de governo”. (BEISIEGEL, 2010, p. 36).

Nesse sentido, retomamos aqui alguns depoimentos que compõem o documentário “40 horas na Memória”, que tem como protagonistas 19 ex-alunos do educador e que dão a dimensão da importância que Freire teve, naquele momento, e ainda agora, na vida daqueles estudantes, jovens e adultos. O documentário foi produzido em 2013 pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido em comemoração aos 50 anos do método de alfabetização de Paulo Freire. Para os alunos que participaram dessa turma de alfabetização a experiência foi verdadeiramente transformadora

É o que conta Paulo Souza, que naquele momento tinha 20 anos: “Naquela época aqui era só mato. Depois do trabalho, a gente seguia para a aula com o caderninho debaixo do braço. Aquilo mudou a minha vida, porque quando a gente não sabe ler a gente não participa de nada, a gente não é ninguém”. Maria Eneide, que tinha apenas seis anos em 1963, e frequentou as aulas para acompanhar os pais que estavam se alfabetizando, compartilha de uma história semelhante. Para ela, a experiência foi essencial para que decidisse se tornar professora de educação infantil, profissão que exerce até hoje.

Contextualiza Francisca de Brito, logo nos primeiros minutos do documentário, “Na cidade de Angicos, naquela época, faltava muita coisa: não tinha energia, não tinha água encanada, não tinha nada”. Chamados de um em um pelo carro com autofalante, os moradores, trabalhadores rurais, passam a frequentar as aulas do curso de alfabetização. Francisca descreve a sala de aula como lamparina e vela, cada um levava suas cadeiras, e lembra com carinho da professora que conhecia a todos e que batia na porta da casa de quem faltasse à aula, para convencê-lo de ir à aula.

“Tanto aquela professora tinha prazer com os alunos dela quanto a gente tinha com nosso professor, né? Ela era muito gentil, não escolhia entre o preto, o branco, o pobre, o rico. Por isso que a gente fica emocionado”, diz um dos ex-alunos com a voz embargada.

Para os alunos de Angicos, as palavras aprendidas logo nas primeiras aulas ficaram marcadas na memória. “Aparecia uma tela com as palavras: tijolo, belota, várias palavras. Eles dizendo letra por letra e a gente acompanhando e aprendendo”, conta Maria Lúcia. As falas dos estudantes retomam o método de alfabetização freireano, por meio do qual o aluno é colocado em um lugar central do processo de aprendizagem e as palavras são aprendidas de acordo com o contexto vocabular da região. O que está em acordo com a ideia de que a leitura da palavra deve ser leitura da palavramundo.

Os educandos relembram, ainda, momentos em que o impacto positivo das aulas de Angicos reverberaram em suas vidas, como durante a ditadura militar. “Quando ele foi exilado, falaram que todo mundo que conhecia ele ia ser preso, então o povo queimou, enterrou os cadernos”, conta Maria Pureza. Ao que Maria Eneide completa: “Queimou tudo, mas a semente já tinha sido plantada e germinou”, dando destaque à plenitude das experiências ali vivenciadas.

As falas dos primeiros alunos alfabetizados pelo método de Freire mostram os impactos positivos e duradouros das aulas. A maioria dos estudantes, hoje idosa, conta que até hoje se lembra com carinho das aulas e de conhecimentos importantes, como a escrita do próprio nome. “Antes dessa escola eu não sabia nem assinar o nome, nunca tinha ido à aula. A aula era o cabo de enxada, a foice, essas coisas, trabalhando de agricultura”, diz Maria Miranda.

Para além da alfabetização em si, as aulas também aprofundaram as noções de cidadania, pertencimento e transformação social, como conta Maria Pureza: “Ele queria que as pessoas conhecessem seus direitos. Era no tempo da Ditadura e os militares não queriam que as pessoas conhecessem seus direitos”. Luzia Andrade ainda reforça: “A gente aprendeu que a gente podia ser gente também, que nem os outro eram”.

Por todas as consequências positivas das aulas de Angicos, Maria Pequena destaca, emocionada, ao ser questionada sobre o que gostaria de dizer para Freire, anos depois da primeira turma, em 1963: “Eu queria dizer a Paulo Freire muito obrigado, porque o senhor me tirou do medo, da desconfiança”.

Freire teve papel fundamental para que esses jovens e adultos conhecessem seus direitos, tirassem seus documentos e passassem a votar nas eleições. Por meio desses depoimentos do documentário, os efeitos positivos do método freireano de alfabetização de adultos ficam ainda mais evidentes, já que muitos aprenderam a ler e a escrever através do uso de vocábulos do seu cotidiano e continuam a lembrar das lições aprendidas nas aulas até hoje, além de serem capazes de escrever seus próprios nomes e fazer leituras básicas, e de empreender a releitura daquela sua leitura de mundo, re- lendo suas existências.

#### **4 ATUALIDADE EM PAULO FREIRE**

A Educação tradicional, como apresentamos com o conceito de *educação bancária* de Freire, limita os alunos de inúmeras formas: aplica uma metodologia que falha em estimular o pensamento crítico. A sala de aula deixou de ser um ambiente diverso em estratégias e diálogos para dar lugar a metodologias e didáticas padronizadas, de modo que a diversidade dos próprios alunos foi vista como irrelevante. A esse respeito, o linguista Cagliari (2007) afirmou que:

As cartilhas eram frutos de experiências individuais bem-sucedidas. Supunha-se que seu método, fruto daquelas experiências, servia para todo tipo de aluno, em todos os lugares e em todas as situações de ensino e de aprendizagem. Ainda hoje as cartilhas despertam um apelo forte. (CAGLIARI, 2007, p. 59).

Manifestações da proposta de ensino freireana são apresentadas em “Ensinando a Transgredir”, de bell hooks<sup>3</sup> (2013), na medida que a autora introduz parte de sua própria

<sup>3</sup> A escritora tem preferência pelo uso do nome em letras minúsculas, a fim de dar enfoque ao conteúdo

trajetória escolar. Ela descreve uma escola da qual lembra com afeição, em que os professores estavam envolvidos ativamente na comunidade de vivência das crianças – cientes de seus contextos pessoais – e aplicavam esse conhecimento em aula, a fim de aproximar o conteúdo dos estudantes. Nesse sentido, observa-se o pensamento de Paulo Freire em prática e os efeitos positivos que pode ter na vida escolar de indivíduos, como é o caso de hooks. A escritora foi influenciada pelas obras do brasileiro e, posteriormente, passou a aplicar as propostas freireanas em seu cotidiano como docente universitária.

Freire teve, sem dúvida, um impacto significativo no cenário da educação brasileira, além de reconhecimento internacional, por seu pensamento inovador. Como vimos, o educador idealizou um método próprio de alfabetização, caracterizado por uma *alfabetização emancipadora*, que experimentou em Angicos. Desse modo, Leal e Nascimento (2019, p 4) destacam que:

A aprendizagem não se restringia ao mero domínio da leitura e da escrita, mas, sobretudo, à qualidade desse domínio a ser mensurado na obtenção da autonomia dos educandos, construído a partir do respeito a suas idiossincrasias e da prática constante da dialogicidade entre educando e educador, entre cidadão e sociedade.

Para Freire, não há alfabetização verdadeiramente pedagógica sem envolvimento político no processo. Em atividades no cotidiano da prática pedagógica, buscava aplicar ideias de uma educação conforme as exigências da atualidade brasileira, que visa à formação de consciência crítica e personalidades democráticas (BEISIEGEL, 2010). A partir dessas concepções, o trabalho de alfabetização estaria intimamente envolvido com a preparação do sujeito questionador, que está consciente de seus direitos e deveres, promovendo a cidadania. Para tanto, as referências do processo devem ser o próprio desenvolvimento do aluno, contrariando teorias e métodos pré-formulados que são constantemente impostos aos estudantes. De acordo com Soares (2004, p. 15-16), existe múltiplos métodos para a aprendizagem inicial da língua escrita, “pois a natureza de cada faceta determina certos procedimentos de ensino, além de as características de cada grupo de crianças, e até de cada criança, exigir formas diferenciadas de ação pedagógica.”

A *teoria do conhecimento*<sup>4</sup> desenvolvida por Freire está profundamente envolvida com a interpretação de mundo do indivíduo. A aprendizagem da leitura e escrita, acompanhada pela formação democrática e libertadora, é responsável por provocar curiosidade e autonomia dos envolvidos, tornando-os capazes de compreender o mundo em que estão inseridos e sobre o qual devem intervir para transformá-lo com responsabilidade (SILVA, 2019).

A partir dos processos descritos, a educação pode ser libertadora. Todavia, ainda hoje prevalecem práticas distantes da visão de Freire, que estão limitadas ao autoritarismo

---

de suas obras.

<sup>4</sup> Forma como Freire preferia chamar o que outros denominam como seu método.

em sala de aula. Também existem forças que se beneficiam com a opressão e a alienação, contrariando todos os princípios de Freire.

Na verdade, elas é que massificam, na medida em que domesticam e endemoniadamente se ‘apoderam’ das camadas mais ingênuas da sociedade. Na medida em que deixam em cada homem a sombra da opressão que o esmaga. Expulsar esta sombra pela conscientização é uma das tarefas fundamentais de uma educação realmente libertadora e por isto respeitadora do homem como pessoa” (FREIRE, 1967, p. 36-37).

Em meio às adversidades, o educador foi capaz de orientar os indivíduos a exercer a cidadania com propriedade, grande desafio da contemporaneidade (LEAL; NASCIMENTO, 2019), através de uma alfabetização emancipadora, profundamente envolvida com ética e política. O caso de Angicos representa um marco no desenvolvimento de suas ideias a esse respeito. Na cidade, o pensador pôs em prática todas as noções que havia concebido, percebendo falhas e acertos que ajudaram a evoluir seu *método*.

Relembrar os cinquenta anos dessa experiência não é apenas um marco histórico, mas sim uma necessidade social e educativa urgente de enfrentamento ao analfabetismo e baixa escolaridade de nossos jovens e adultos, ainda hoje. Acreditamos que os princípios que orientaram as “40 horas” podem ainda suscitar em nós esse desejo, vontade e necessidade de marchas, lutas, criações de ações de alfabetização, escolarização e educação libertadoras (SILVA; SAMPAIO, 2015, p. 928).

A experiência de Angicos forneceu evidências da possibilidade de uma promoção efetiva da alfabetização de jovens e adultos no contexto brasileiro. O legado de Freire permite a crença em um país alfabetizado, com a garantia do pleno exercício da cidadania. Tais concepções perseveraram de inúmeras formas, desde trabalhos acadêmicos até práticas em sala de aula, como é o caso da Escola da Ponte, que incentiva seus estudantes a desenvolverem conhecimento de forma autônoma. Essa escola portuguesa rompe com as noções convencionais de aprendizagem, trazendo as ideias freireanas para a prática diariamente.

A atualidade do pensamento de Paulo Freire vem sendo atestada pela multiplicidade de experiências que se desenvolvem tomando o seu pensamento como referência, em diferentes áreas do conhecimento, ao redor do mundo. A crescente publicação das obras de Paulo Freire em dezenas de idiomas e a ampliação de fóruns, cátedras e centros de pesquisa criados para pesquisar e debater o legado freireano são indicações da grande vitalidade do seu pensamento. Tal projeção confere ao conjunto de suas produções o caráter de uma obra universal. (SAUL; SILVA, 2009, p. 224)

Desse modo, é inegável a importância que Paulo Freire teve na educação brasileira – além de sua influência internacional – e o impacto que suas propostas podem significar. A prática em Angicos foi um pequeno passo que representou esperança no

combate ao analfabetismo, que abrange parte significativa da população. As memórias dessas vivências não podem se desvanecer pelo tempo, mas devem ser lembradas e debatidas, a fim de estimular o espírito de mudança social: “Todo e qualquer educador que tenha de algum modo corrido os olhos na pedagogia freiriana saberá dessa sua experiência.” (SILVA; SAMPAIO, 2015, p. 934).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de Paulo Freire com a alfabetização de jovens e adultos na sua experiência em Angicos, no Rio Grande do Norte, foi capaz de abrir novos caminhos para os sujeitos que tiveram a oportunidade de aprender a ler e escrever por meio do projeto realizado pelo educador pernambucano. Compreender toda a dimensão política que há no processo de educar e a busca por uma alfabetização que parte do próprio universo dos alfabetizandos são algumas das mais importantes contribuições que ele nos deixou como legado, impulsionando naqueles que se formam educadores o desejo de firmar um compromisso com a docência, entendendo-a como um ato político e de reafirmação no mundo.

O diálogo entre linguagem e realidade presente em seu método de alfabetização busca enfatizar que a leitura de mundo realizada pelo educando, isto é, suas experiências de vida, é um fenômeno que deve estar presente nas propostas de aula para que haja, dessa forma, significado. A *práxis* educadora se constrói, assim, no diálogo com o educando que ensina ao aprender, tanto quanto o educador aprende ao ensinar.

Além disso, é por meio da não dissociação entre texto e contexto, trazendo aqui toda a dimensão política do ato de alfabetizar, que a consciência crítica aparecerá como resultado do processo, que tem por objetivo tirar os educandos da marginalização e torná-los conscientes de si e do mundo, problematizando-o e transformando-o.

A experiência de Angicos, nesse sentido, nos fornece evidências para pensarmos que há, sem dúvida, como construir e promover uma alfabetização que coloque em destaque o sujeito que vivencia esse processo, sejam crianças, jovens ou adultos. Nos relatos que traz o documentário, o método de alfabetização de Paulo Freire é percebido pelos alfabetizandos, adultos da classe trabalhadora, destituídos do olhar de cidadãos pela condição de analfabetos, como um ato que devolveu a cada um deles a esperança de estar no mundo sem medo. São falas que mostram o impacto das inúmeras contribuições de Freire para a educação brasileira e como ele, mesmo não estando mais em vida, se faz presente nas práticas docentes nas mais diversas regiões dentro e fora do país, constituindo um movimento no campo da educação que acredita em seu sentido político de transformação social. Em tempos de intolerância e silenciamento, Freire se faz mais que necessário.

## REFERÊNCIAS

- 40 HORAS NA MEMÓRIA. Site da Universidade Federal Rural do Semi-árido, 2016. (Documentário produzido pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido UFERSA/RN, que contém relatos de ex-alunos participantes da ação em Angicos). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PknN97kOriJc>. Acesso em: 11 ago. 2021.
- BACHEGA, Denise. **Uma leitura comportamental sobre o método Paulo Freire de alfabetização**: convite ao diálogo entre analistas do comportamento e educadores freireanos. 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. **Paulo Freire**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização: o duelo dos métodos. In: SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Alfabetização no Brasil**: questões e provocações da atualidade. Campinas: Autores Associados, 2007
- DIÓGENES, Elione Maria Nogueira. Paulo Freire: leitor da palavra mundo. **Debates em Educação**, v. 2, n. 3, p. 1-13, jan./jun. 2010.
- FREIRE, Ana Maria de Araújo. Paulo Freire: sua vida, sua obra. **Educação em Revista**, v. 2, n. 1, 1-13, 2001.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: Cartas a quem ousa ensinar**. Editora Olho D'Água, 10ª ed., p. 27-38. ano 1997.
- FREIRE, Paulo. **Educação na Cidade**. São Paulo: Editora Cortez, 1991.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 1ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Coordenação de Trabalho e Rendimento**, 2012-2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html> . Acesso em: 06 jul. 2021.
- LEAL, Sandra do Rocio Ferreira; NASCIMENTO Maria Isabel Moura ; A importância do ato de ler: aproximações e distanciamentos teórico-metodológicos em Paulo Freire. **Pro-Posições**, Campinas, São Paulo, v.30, p. 1-23, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2018-0024> Acesso em: 02. Jul. 2021.

SAUL, Ana Maria; SILVA, Antônio Fernando Gouvêa da. O legado de Paulo Freire para as políticas de currículo e para a formação de educadores no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 90, n. 224, p. 204-222, jan./abr. 2009.

SILVA, Wagner Rodrigues. Polêmica da alfabetização no Brasil de Paulo Freire. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v.58, n.1, p. 219-240, jan./abr. 2019.

SILVA, Francisco; SAMPAIO, Marisa. Cinquentenário das “40 horas de Angicos”: memória presente na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 20 n. 63 out.-dez. p. 925-947. 2015

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. n. 24, jan. /fev. /mar. /abr. 2004.

SOUZA, Marta Lima de. Alfabetização de Jovens e Adultos: negações, resistências e desafios. **Revista Brasileira de Alfabetização**, v.1, n. 11, p. 15-31, jul-dez. 2019.

**Recebido/ Received: 01/07/2022**

**Aceito/ Accepted: 27/07/2022**

**Publicado/ Published: 30/08/2022**

---

# RELATO DE EXPERIÊNCIA

---

---

**226**

Sumário

---

## **DE VOLTA PARA COMUNIDADE: RECUPERANDO A BIBLIOTECA LÉLIA ABRAMO EM RIBEIRÃO PRETO, SP**

*BACK TO COMMUNITY: RECOVERING LELIA ABRAMO LIBRARY IN RIBEIRAO PRETO, SP.*

---

### **Suzana Maria Ketelhut**

Doutora em Ciências Biológicas (Entomologia) pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Mestra em Zoologia pelo Museu Paraense Emílio Goeldi. Graduada em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo(USP) e Ecologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5800-232X> E-mail: [smketelhut@usp.br](mailto:smketelhut@usp.br)

### **Marcia Regina da Silva**

Professora do Departamento de Educação, Informação e Comunicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP – Ribeirão Preto e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Federal de São Carlos (PPGCI/UFSCar). Doutora em Educação pela UFSCar. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5852-1026> E-mail: [marciaregina@usp.br](mailto:marciaregina@usp.br)

### **RESUMO**

Bibliotecas comunitárias se mostram cada vez mais importantes no cenário da educação e cultura, pois atuam diretamente no escopo social tanto pelo acervo literário que possuem, quanto pelas ações complementares que podem ser desenvolvidas onde se inserem. A Biblioteca Lélia Abramo, localizada no espaço da Cerâmica São Luiz em Ribeirão Preto foi criada durante o Programa Ribeirão das Letras, porém permaneceu abandonada por bem mais que 10 anos. Em 2021, com o apoio do PROAC (edital 24/2020), a biblioteca foi reorganizada, e foram feitas algumas ações culturais para divulgar o espaço e sua inserção local. Apresentamos um relato de experiência apontando resultados dessa reorganização bem como produtos que foram criados para facilitar o uso e acesso ao acervo com intuito de facilitar a autogestão. Análises quantitativas e qualitativas do acervo são apresentadas, e mostram que além da recuperação e ordenação do acervo, esta iniciativa pode ser tomada como modelo para recuperação de espaços que se encontrem em situação semelhante.

**Palavras-chave:** Bibliotecas Comunitárias. Catalogação. PHL. Programa Ribeirão das Letras. Organização da Informação.

### **ABSTRACTS**

Community libraries are increasingly important in the education and culture scenario, as they act directly in the social scope, as for the literary collection they have, as for the complementary actions that can be developed where they are inserted. The Lélia Abramo Library, located in the Cerâmica São Luiz in Ribeirão Preto, was created during the Ribeirão das Letras Program, but remained abandoned for more than 10 years. In 2021, with the support of PROAC (edital 24/2020), the library was reorganized, and some cultural actions were carried out to publicize the space and its local insertion. We present here the result of these reorganization and products that were created to facilitate the use and access to the collection, facilitating its self-management. Quantitative and qualitative analyzes of the collection are presented, that shows that in addition to the recovery and ordering of the collection, this initiative can be taken as a model for the recovery of spaces that are in a similar situation.

**Keywords:** Cataloguing. Community Libraries. Information Organization. PHL. Ribeirão das Letras Program.

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a primeira biblioteca construída foi a Biblioteca Nacional em 1807, criada a partir da vinda da corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, mas somente em 1824 ela foi aberta ao público. Antes disso, em 1811, foi criada em Salvador, por solicitação do Coronel Pedro Gomes de Ferrão Castelbranco e executada pelo Conde dos Arcos, então governador da província, a primeira biblioteca pública da América Latina - a Biblioteca Pública da Bahia (AZEVEDO, 2012), cujos ideais iluministas atrelavam o progresso da sociedade à educação justificando que a existência de uma biblioteca naquela capital iria

**[...] promover todos os meios da pública, e particular instrução: he só talvez à ignorância dos Póvos que se devem imputar as desgraças que os opprimen, he obsecando-os, que os crimes se arraigão e que os Tyrannos se enthronizão: he por meio das luzes, e da verdade, que a Virtude se firma, e que os Diretos dos Principes adquirem por bases a Benção do Ceo, o amor dos Póvos, e o respeito da Posteridade. E que meio mais eficaz para a diffusão das luzes, que a immortal invenção da Imprensa, cujo uso acaba de ser-nos concedido! Com tudo, para que elle nos seja util no actual estado deste Paiz, são indispensaveis, e muito urgentes outras providencias. (CASTELBRANCO, 1811, p. 220, grifos nosso).**

Apesar do ideal que reflete a importância das bibliotecas já estar presente no Brasil desde o século XIX, é importante lembrar que o direito à educação foi previsto por lei quase dois séculos depois, na promulgação da Constituição Federal de 1988 (Artigo 205), como “direito de todos e dever do Estado e da família” e levou mais 30 anos para que em 2018 fosse criada a Política Nacional de leitura e escrita, que estabeleceu a importância do acesso ao livro e das bibliotecas como elementos fortalecedores das políticas de educação no país<sup>1</sup>.

O reconhecimento do papel de uma biblioteca como elemento agregador de conhecimento para a comunidade é fator crucial para que políticas públicas que garantam o direito à leitura e à educação sejam estabelecidas e executadas. Sabe-se que dentre as principais funções das bibliotecas o acesso à informação também é um fruto de vocação democrática e para exercer tal democracia seu acervo necessita ser variado e generalista, acompanhar as mudanças tecnológicas, incorporando-as para facilitar seu alcance, preservando a memória e disseminando a educação e a cultura para a comunidade onde se encontra inserida (FERRAZ, 2014, p. 21).

<sup>1</sup> Dentre os incisos mais relevantes do Art. 2º destacamos: I - a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas; III - o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC); IV - a articulação com as demais políticas de estímulo à leitura, ao conhecimento, às tecnologias e ao desenvolvimento educacional, cultural e social do País, especialmente com a Política Nacional do Livro, instituída pela Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003 (LEI Nº 13.696, DE 12 DE JULHO DE 2018).

No ano de 2001, Ribeirão Preto (SP) foi o primeiro município brasileiro a instituir uma política municipal do livro e leitura tendo como objetivo estimular a difusão da leitura, ampliar a comunidade de leitores, a produção literária e editorial e a preservação da memória municipal e do país. A partir deste primeiro movimento, foi criado, em 2002, o Instituto do Livro – uma “entidade pública com personalidade jurídica de direito privado, na forma de fundação, com objetivo de descentralização e eficiência nas questões literárias, consideradas de utilidade pública”, que culminou em 2003, com um convênio entre o município de Ribeirão Preto e o Ministério da Cultura, com o objetivo era colocar em execução o “Programa Ribeirão das Letras” (doravante PRL)<sup>2</sup>. Este projeto previa uma abertura de crédito especial no valor de cerca de R\$ 74.734,30<sup>3</sup> da Secretaria da Fazenda para Secretaria da Cultura municipal, cujo montante de R\$ 59.787,44 seria oriundo da União, e o restante seria contrapartida da prefeitura.

O principal objetivo do convênio era incentivar o hábito da leitura no município, e uma série de ações foram planejadas, entre elas a melhoria das bibliotecas já existentes no município e a criação de novos espaços para leitura. O projeto assinado em 2002 esteve em vigor até o ano de 2009, e o Plano Municipal da Cultura também previa concessões financeiras para a manutenção destes espaços<sup>4</sup>. Entretanto o que se viu ao longo dos anos foi uma crescente negligência na gestão e manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais. Das 87 bibliotecas<sup>5</sup> gerenciadas pelo programa, até 2014 só restavam 52. Destas, a maioria sofre com a precariedade dos serviços, perda de acervo, com a falta de catalogação dos itens e de profissionais que atuem na sua organização (PALHARES, 2014).

A Biblioteca “Lélia Abramo” uma das bibliotecas criadas pelo PRL, está localizada no Centro Cultural Cerâmica São Luiz, em Ribeirão Preto e, assim como as demais bibliotecas durante o tempo de existência do programa, recebeu recursos, teve um processo de registro de seu acervo (tombamento e catalogação) e incremento significativo de títulos com cerca de 4.000 exemplares (HENRIQUE, 2003, p. D-10). Porém, tais registros, que outrora deveriam estar informatizados, em algum momento foram perdidos pelas constantes mudanças de gestão municipal e pela falta de profissionais que realizassem adequadamente sua curadoria.

Entre 2018 e 2019, após cerca de anos de abandono, houve uma tentativa de organização do espaço da biblioteca com um desbaste do acervo, sobretudo de livros

<sup>2</sup> Projeto de lei nº 336/2001 (LO nº 9353/2001); LC nº 275/2002 e Projeto de Lei nº 1.043/2003 (LC nº 9775/2002) respectivamente.

<sup>3</sup> Pela taxa SELIC este valor ao final de 2021 seria equivalente a R\$ 584.253,53 (valor total do convênio) e R\$ 345.458,50 (valor repassado pelo Ministério da Cultura) respectivamente, com prazo de vigência de 180 dias, segundo a Lei 1043/2003.

<sup>4</sup> LC nº 12.253 de março de 2010.

<sup>5</sup> Embora o termo usado pelo Programa seja Biblioteca, grande parte são pontos de leitura, já que não possuem um profissional bibliotecário, atividade de gerenciamento e ações de incentivo à leitura.

que se encontravam sem condições de uso, danificados por chuva e umidade e falta de manutenção. Nesta mesma tentativa, optou-se por iniciar um novo tombamento do acervo, dada a ausência do banco de dados feito durante o tempo que vigorou o PRL (2010 a 2014)<sup>6</sup>. Uma nova catalogação dos itens foi iniciada e nesta ocasião, apenas 20% do acervo foi registrado, usando a plataforma Personal Home Library/PHL 8.4 (OLIVEIRA, 2018), e além disso, os itens do acervo se encontravam desordenados e organizados de forma precária. Em 2020 uma proposta aprovada no Edital 24/2020 do PROAC/Incentivo a Leitura intitulada “LEA: Leitor em Ação” de autoria da Produtora Cultural e bacharel em Biblioteconomia Mariana Cazula, buscou novamente reverter a situação da Biblioteca Lélia Abramo por meio da retomada na reorganização do acervo, de atividades mediadas de leitura e uma série de intervenções artístico-literárias.

As atividades previstas neste espaço vieram ao encontro com o que o manifesto da IFLA/UNESCO de 1994 afirma, a “biblioteca pública é a **porta de acesso local** ao conhecimento (...) para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais”. Pensando nisso, a tendência mundial é transformar essas bibliotecas em espaços não enrijecidos (destinados apenas para empréstimos de livros e sala de estudos), e pensar em projetá-las enquanto ambientes que possam provocar manifestações culturais, como pontos de encontro de pessoas e ideias variadas. Transformar o imaginário pré-construído acerca desses espaços e fazer transbordar na biblioteca suas mais diversas possibilidades é algo que vai ao encontro à tentativa de valorizar o campo da literatura dialogando com segmentos artísticos variados, como a música, as artes cênicas e visuais.

Dentro do escopo comunitário essa ação carrega um sentido profundo para todos os envolvidos e inúmeras possibilidades podem emergir como leituras mediadas, peças teatrais e audiovisuais valorizando o papel da leitura no processo educativo (CAZULA, 2020, não publicado; CAZULA, 2021).

A partir do exposto, o objetivo geral desta pesquisa consiste em realizar um relato de experiência, tomando como base o processo de revitalização da Biblioteca Lélia Abramo, localizada no Centro Cultural Cerâmica São Luiz, Ribeirão Preto, a partir da representação descritiva e temática do seu acervo literário. Aqui nós apresentamos resultados advindos deste processo, descrevendo como foi feita a retomada da organização do acervo, quais foram os produtos gerados neste processo e análises descritivas do acervo, que apontam para a dinâmica da coleção ali existente e lançam perspectivas para o entendimento de como recuperar bibliotecas comunitárias com a mesma vocação, incluindo aquelas criadas durante o tempo em que o PRL permaneceu vigente. Vale destacar que a Biblioteca Lélia Abramo é considerada uma biblioteca comunitária, que

<sup>6</sup> O encerramento das atividades do PRL é incerto. Em 2016 um requerimento encaminhado na Câmara de Vereadores cobrava dados referentes ao status das bibliotecas implantadas a partir da criação do programa em 2003 e sobre os repasses feitos ao mesmo até então (Req. Mun. nº 037123 de 06 de Março de 2016).

tem como principal público alvo grupos de teatro e coletivos que frequentam o Centro Cultural Cerâmica São Luiz/VivaCidade para a composição de peças teatrais, leituras dramáticas e outras atividades artístico-literárias.

## **2 LIVROS, LEITORES E BIBLIOTECAS**

Atualmente, o processo de leitura tem saído cada vez mais do patamar de prática solitária para uma prática social, em que se torna uma ferramenta cujos enquadramentos vão desde o impulso de aprendizagem, ao longo do processo de letramento infantil, até atuar como um ato de empoderamento e convívio social. Ao contrário do que muitos imaginam, o impulso dado pelo aperfeiçoamento das mídias digitais não retirou dos livros sua importância na construção e formação social, porém, ressalta-se que as formas de ler e de se apropriar da leitura tem levado pesquisadores a buscar um melhor entendimento sobre como o livro e a literatura são apropriados pelos seus usuários ao longo do tempo e como os processos de mediação de leitura, por exemplo, precisam ser trabalhados desde o acesso ao suporte (o livro em seus diversos formatos) até o processo cognitivo proporcionado por ele (HORELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010; JENKINS, 2012; ALMEIDA, 2014).

Embora os índices de escolaridade no Brasil tenham aumentando nas últimas décadas com a inserção de um número maior de estudantes nos ensinos fundamental, médio e superior, e na alfabetização de jovens e adultos, dados do INAF (Indicador de Analfabetismo Funcional) revelam que apesar da alfabetização funcional, apenas um em cada quatro brasileiros realmente domina as habilidades de leitura, escrita e matemática. Isto é, apesar de um aumento na escolaridade média quantitativamente, o qualitativo – a compreensão leitora – decaiu (INAF, 2016).

Já estudos realizados pelo Instituto Pró-Livro e Ibope Inteligência, em 2015, apontaram para um cenário de crescimento lento ou estagnação nos índices de escolaridade no Brasil, que vem ocorrendo gradativamente desde 2002, onde em todas as categorias avaliadas, desde o não alfabetizado ao ensino superior. No âmbito da importância do livro e da literatura, dados do Instituto Pró-Livro reforçam que o hábito de ler é uma construção que vem da infância, influenciada por terceiros (educadores), e pessoas do convívio como mães e pais, e esta experiência também é passada adiante no relacionamento com outras crianças, seja no ambiente escolar ou no convívio fora deste local. Pais e professores atuam no desenvolvimento do gosto pela leitura sendo aquelas do gênero feminino apontadas como as influências mais citadas nas pesquisas (IPL, 2016, p. 131), exercendo um forte impacto na formação do indivíduo enquanto leitor/não leitor, já que 83% dos que não possuem hábito de leitura não receberam influência alguma. Assim, a mediação no ambiente familiar é determinante ao desenvolvimento do hábito da leitura, assim como o grau de escolaridade daquele que a intermedia (IPL, 2016).

Por outro lado, embora a comunicação em rede tenha propiciado com que novas configurações de bibliotecas fossem possíveis, a produção de documentos e programas compatíveis com o formato digital não só não avançou na mesma proporção, como não está disponível de forma homogênea para potenciais usuários. Cerca de 70 % da comunidade de leitores ainda prefere consumir livros impressos aos digitais e por essa razão boa parte da população consumidora é pertencente às classes A e B, com renda familiar acima de cinco salários mínimos (IPL, 2020, p.132).

Entre 2015 e 2019, o Brasil perdeu cerca de 4,6 milhões de leitores, maior parte destes entre pessoas com ensino superior (queda de 14%) e pertencentes à classe A (queda de 9%) (TOKARNIA, 2020). Outro dado importante desta pesquisa foi condizente ao papel da biblioteca e do bibliotecário nos hábitos de leitura do brasileiro que mostrou que embora a biblioteca seja apontada por cerca de 70% dos entrevistados como um lugar para estudar e buscar conhecimento, nenhum afirmou que o bibliotecário teve papel quanto a decisão de escolha do material de leitura ou a influenciar seu hábito de leitura; o número de bibliotecas públicas sofreu uma redução de 30% entre 2007 e 2019, apenas 14% dos respondentes afirmaram ter bibliotecas comunitárias em suas localidades, e 53% dos leitores não estudantes não frequentam esses espaços. Apenas 4% dos leitores totais fazem uso frequente deles, 37% deles são estudantes que frequentam tanto bibliotecas públicas como universitárias (IPL, 2020, p. 138-139).

Apesar desse quadro é importante pensar que bibliotecas sempre serão locais ocupados pelo domínio da memória de alguém, onde os livros que a povoam desde os tempos mais remotos, cumprem a função de comunicar e preservar a informação (GOMES, 2014, p. 154) e nos dias de hoje seu aporte tecnológico necessita cumprir o papel de continuar mantendo essas memórias vivas. Se para nós elas são quase “olfativas”, como quando percorríamos estantes em busca dos livros necessários para algum trabalho, hoje mais do que nunca elas mostram a necessidade de continuar seu processo de expansão. Estes novos conceitos e novas metodologias capacitam a biblioteca em oferecer ao seu usuário uma interação participativa, e não tem como não associar a esse processo a tecnologia desenvolvida após o surgimento da internet.

O bibliotecário deve pensar antes de tudo na necessidade latente de sua comunidade, nos recursos com que irá trabalhar, em como gerenciar suas atividades de forma a atender seus usuários além de lidar com a incorporação das novas tecnologias e atividades a esse ambiente. “Diferentes pessoas compreendem a mensagem diferentemente de mim” (JENKINS, 2012, p. 12) e essa afirmação deveria ser considerada sempre que se proponha alguma atividade que envolva a leitura, avaliando inclusive o espectro multicultural da sociedade e como negociar com ele. Neste sentido, bibliotecas e bibliotecários tem um papel importante como agentes mediadores da leitura a partir do momento que são responsáveis por avaliar as necessidades e anseios da comunidade de leitores com os quais irão trabalhar.

Num ambiente comunitário, por exemplo, bibliotecas exercem um papel de intermediadora como uma fonte de complementação cultural para segmentos da população que não tem acesso às bibliotecas escolares ou à aquisição de livros. Partir deste ponto de vista, é garantir com que o direito a leitura seja assegurado para todos, promovendo o enriquecimento cultural da comunidade, fazendo com que a biblioteca cumpra seu papel social cuja importância é imensurável.

No ano de 2020, por causa da pandemia de COVID-19, a Associação Americana de Bibliotecários Escolares (AASL, 2020) realizou um levantamento sobre as atividades desenvolvidas pelos bibliotecários devido ao fechamento das escolas, para mapear quais estavam sendo desenvolvidas/solicitadas pelos usuários após o fechamento das escolas norte-americanas. Neste contexto, o levantamento descobriu que muitos bibliotecários escolares naquele país continuaram oferecendo múltiplos serviços, entre eles ferramentas de curadoria e tecnologias para auxiliar nas instruções de aula (84,89%); assistência virtual (82,06%); expandindo recursos online (80,37%) e auxiliando nos encontros virtuais e eventos colaborativos (74,29%). Outra informação relevante levantada pela pesquisa, é que as escolas cientes da desigualdade existente em relação ao acesso dos estudantes à tecnologia tomaram medidas para aumentar a conectividade entre os alunos desde o compartilhamento do Wi-Fi do prédio público fechado, do ajuste de pontos de acesso para facilitar a transmissão do sinal e auxiliando na verificação de dispositivos usados pelos alunos como laptops e tablets, realidade esta não compartilhada no Brasil.

Por esta razão é de se esperar que Bibliotecas comunitárias apareçam cada vez mais como resposta à uma necessidade local, pois não necessariamente se vinculam a esferas governamentais, embora também promovam espaços de acolhimento e de convivência. Elas visam, sobretudo, preencher lacunas sociais quando o poder público onde elas estão inseridas é negligente, suprimindo a ausência do Estado, sendo legitimadas pela comunidade através da promoção da democratização da informação (SILVA *et al.*, 2018, p. 41).

### **3 RETOMADA DA ORGANIZAÇÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA LÉLIA ABRAMO**

Criada em 2004, no Centro Cultural Cerâmica São Luiz (Figura 1), como parte do “Programa Ribeirão das Letras”, ela foi denominada inicialmente “Biblioteca Jornalista Roberto Marinho” por meio do Decreto nº 206 de 2004. Porém em 01 de Julho deste mesmo ano, o Ato nº 233 revogou o nome dado à biblioteca, alterando o artigo 1º da referida lei, passando a mesma a ser chamada “Biblioteca Lélia Abramo”. Ela encontra-se na confluência entre os bairros Ipiranga, VilaTibério e Campos Elíseos (próxima a Rotatória Amin Calil, Ribeirão Preto, SP), onde a Cerâmica São Luiz funcionava até os anos 1990. A Cerâmica, passou a abrigar um Centro Cultural a partir de 2004, após uma ação ajuizada pelo Ministério Público contra um Hipermercado construído no espaço onde

funcionava a fábrica, que demoliu durante sua construção, cerca de 80% de uma área que havia sido tombada pelo CONPPAC/RP.

**Figura 1- Centro Cultural Cerâmica São Luiz, com detalhe do espaço onde se localiza a Biblioteca Lélia Abramo.**



Fonte: Portal PROAC

**234**

O local é composto por uma antiga casa de caseiro onde estão localizados a sala biblioteca, e o Centro de Documentação e Educação Patrimonial (CEDEP). Em um barracão anexo, também preservado e restaurado, atividades teatrais e encontros realizados pelos vários grupos que ocupam o espaço para ensaios e apresentações, entre eles a CIA Quadro Negro, grupo de circo Fora da Lona, CIA Pé na Tábua, Boccacione, Ditirambos, e coletivos sociais<sup>7</sup> (Figura 2). Estima-se que a biblioteca tenha sido desativada por volta de 2012, porém em 2018 houve uma primeira tentativa de organização do espaço, com a digitalização dos arquivos do CEDEP e uma reorganização da biblioteca, que foi descontinuada em 2019 deixando cerca 80% dos livros sem registro nem organização.

<sup>7</sup> Fonte: site da OSCIP VivaCidade: <http://vivacidaderp.com.br>

**Figura 2 - Espaço para ensaios e apresentações**

Fonte: Acervo da VivaCidade no Instagram: Disponível em: <https://www.instagram.com/vivacidaderp/>

A catalogação dos livros foi realizada usando o programa PHL, desenvolvido em 2001 por Elycio Mira Oliveira. A aplicação desenvolvida para web possibilita a administração das coleções e todos os demais sistemas e serviços disponíveis no programa referentes à gestão da informação de bibliotecas e acervos por pessoas com pouco ou nenhum treinamento, e o código aberto facilita com que o mesmo seja distribuído, copiado ou alterado pelo gestor/usuário.

Considerando que a Biblioteca Lelia Abramo não possui um profissional bibliotecário em tempo integral para seu gerenciamento, uma série de ações foram realizadas para permitir sua auto-gestão de forma simples, entre elas a criação da Política e do Manual de Catalogação e Ficha de Empréstimo, que visam auxiliar os gestores do Centro Cultural Cerâmica São Luiz no controle das informações dos livros depositados no acervo e como elas devem ser gerenciadas/mantidas. Além destes produtos, um guia de localização dos itens do acervo por meio de um código de cores será descrito brevemente neste trabalho.

Para a retomada da catalogação, tombamento e organização dos exemplares existentes no acervo, iniciamos com uma higienização prévia de cada exemplar, com pano seco ou levemente úmido para limpar as capas e contracapas e lombadas (usando Trincha nº 4 para remoção de pó). Exemplares com capas descoladas, danificados por mofo ou água foram separados para descarte ou restauro. Após serem retirados das

prateleiras, aqueles exemplares que foram catalogados e tombados entre 2018 e 2019, passaram por conferência individualmente no banco do programa PHL para localização de erros e padronização do ponto de acesso. Documentos como passagens de ônibus antigas, fotos, cartas, bilhetes diversos, encontrados no interior de alguns livros foram registrados quanto à obra onde estavam “esquecidos”, e acondicionados em uma pasta para posterior depósito no acervo documental do CEDEP. Após a higienização e conferência do registro dos livros, eles foram alocados novamente nas estantes. Esta triagem prévia e distribuição dos exemplares em pilhas serviu para tomar uma dimensão quanto à ocupação dos “grandes temas” com base na Classificação Decimal de Dewey (CDD) disponíveis no acervo e facilitar o planejamento da distribuição dos mesmos nas estantes quando todo material estivesse catalogado. Treze categorias foram destacadas para a primeira triagem, conforme segue:

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ciência da computação, informação e obras gerais (000)</li> <li>• Literatura Infanto-Juvenil (028.5)</li> <li>• Filosofia e psicologia (100)</li> <li>• Religião (200)</li> <li>• Ciências sociais (300)</li> <li>• Idiomas (400)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ciências (500)</li> <li>• Tecnologia (600)</li> <li>• Artes e recreação (700)</li> <li>• Literatura Brasileira (869 adotando a letra B antes do número para diferenciar das demais literaturas em língua portuguesa, e.g. B869.93, B869.94, etc.)</li> <li>• Literatura - Estudos literários, etc. (808)</li> <li>• Literatura Estrangeira (810 a 890)</li> <li>• História e geografia (900)</li> </ul>
---	--

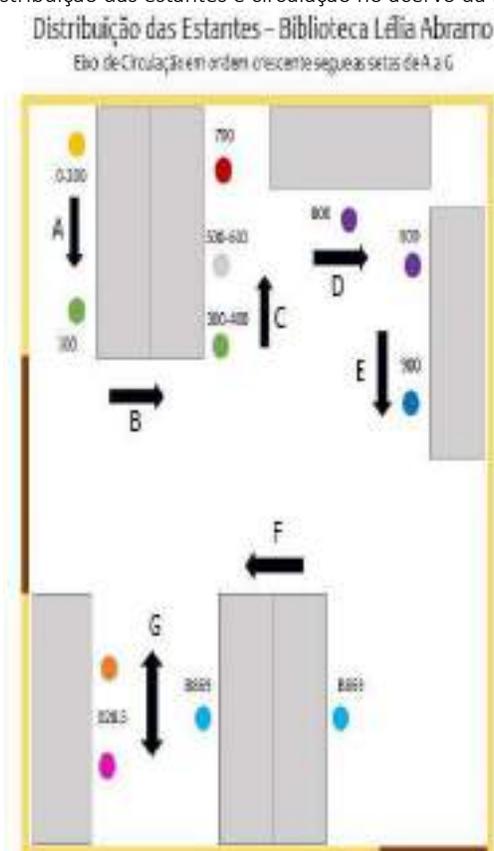
Estas treze categorias foram sumarizadas posteriormente em 9 “Classes” distintas por 10 cores específicas para realocação dos livros nas estantes.

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Generalidades (001 a 099) - Amarelo: Livros de curiosidades, jornalismo, esoterismo; Filosofia (100 a 199), autoajuda e Religião (200-299);</li> <li>• Ciências Sociais (300/399 - 400) – Verde Claro: livros de sociologia, ciências da saúde, economia, informática, política e governança, ensino de línguas estrangeiras;</li> <li>• Ciências puras e aplicadas (500/599-600/699) - Cinza: livros de matemática, física, química, biologia, ensino em geral, medicina, terapias alternativas, ecologia e meio ambiente.</li> <li>• Artes, Teatro e Dança (700-799) - Vermelho: livros de artes em geral, arquitetura, fotografia, cinema, música, dança, teatro (incluindo grupos teatrais), esportes e quaderninhos</li> <li>• Literatura Estrangeira (813 a 899) - Roxo: Literatura Norte-Americana, inglesa, alemã, francesa, italiana etc. O segundo número a partir do 8 representa o país de origem do livro (e.g. 813 – Estados Unidos; 823 – Reino Unido e Inglaterra; 863- Portugal e Espanha...).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Literatura Brasileira (B869) – Azul claro. Livros de literatura brasileira compostos por romances, contos, poesia, crônicas e peças teatrais. Para não confundir com literatura portuguesa são precedidos pela letra B antes do código de catalogação</li> <li>• Patrimônio, cultura, geografia e história (900-999) – Azul escuro: livros referentes a contextos históricos e geográficos, incluindo biografias (920) e história de Ribeirão Preto (981).</li> <li>• Literatura infantil e Infanto-Juvenil (028.5) – Rosa e Laranja respectivamente: livros de história de autores nacionais e estrangeiros, contos, crônicas, teatro e poesia para crianças e adolescentes.</li> <li>• Peculiaridades – Verde escuro: livros compostos por temas diferentes ou raros, localizados juntos às demais categorias. Enciclopédias antigas mantidas no acervo.</li> </ul>
---	--

Um guia foi impresso e afixado logo na entrada da biblioteca e a localização das classes no acervo pode ser visualizada no mapa de distribuição das estantes, conforme Figura 3. Placas contendo o nome de cada Classe descrita acima e etiquetas do tipo “boliche” com as cores correspondentes a cada classe foram coladas nas lombadas dos livros, logo abaixo da etiqueta contendo o número de chamada. Optamos por deixar livros que seriam mais acessados pelos usuários (artes e literatura) no circuito “central” da sala

onde a biblioteca se localiza. Sistemas de classificação por cores são muito comuns em bibliotecas escolares pois facilitam a localização dos exemplares por categorias, dando autonomia ao usuário (FURTADO; CORDEIRO, 2017, p. 2), mas por alguma razão não são adotados no Brasil de forma padronizada. A adoção deste sistema foi realizada pois o espaço é primariamente gerido e frequentado por membros de grupos culturais e não existe a permanência de um agente bibliotecário no local. Ainda que os livros não sejam retornados nas estantes obedecendo a notação de chamada, dificilmente as cores indicadas nas lombadas e nas prateleiras serão misturadas, facilitando a reorganização do acervo por alguém habilitado quando necessário

**Figura 3** - Mapa de distribuição das estantes e circulação no acervo da Biblioteca Lélia Abramo



Nota: Cada bolinha colorida corresponde a uma coleção do acervo e sua respectiva cor. A mesma cor de bolinha está afixada na lombada de cada exemplar da biblioteca, abaixo da etiqueta de catalogação. As setas indicam o fluxo da sequência numérica catalogada, indo de A a G. Peculiaridades (verde escuro) - Estão localizadas na base de cada estante, não aparecem neste mapa.

O processo de catalogação e classificação foi realizado a partir da leitura técnica das obras e itens baseando-se na folha de rosto, e, na falta de dados bibliográficos, utilizamos os dados constantes na ficha catalográfica do exemplar catalogado ou buscamos no documento como um todo<sup>8</sup>. Alguns itens exigiram buscas na internet em bases como

<sup>8</sup> Informações detalhadas sobre o processo de leitura documentária aliada a catalogação podem ser

o Dedalus e WorldCat®, ou em outras bibliotecas com catálogos online caso necessário, para tentar localizar informações referentes ao título catalogado e/ou aproximadas à catalogação adequada.

#### 4 UM ACERVO TRANSFORMADO EM EM DADOS

Uma das funcionalidades do PHL é permitir a exportação da base de dados em vários formatos (ISO2076, XML, CISIS, VLINE, HLINE, IBICT-CCN (T ou C) e Tabela CVS). Estes formatos permitem a importação da base por outros softwares, porém o formato de Tabelas \*CVS é compatível com o programa Excel® do Windows, facilitando a análise das informações registradas por meio de tabelas dinâmicas. É possível também localizar inconsistências, ou arrumar a base de dados neste formato antes de importá-la para outro programa, contanto que os cabeçalhos de entrada (Campos MARC) permaneçam inalterados.

Para analisar o acervo existente na biblioteca, planilhas do banco de dados da Biblioteca Lélia Abramo foram exportadas e uma série de depurações (filtragens) foi realizada para extrair dados que nos fornecessem informações sobre a composição do acervo, tais como o volume de títulos por notação de classificação (CDD); o número de exemplares tombados e a data de registro no acervo; autores mais frequentes; idade das edições entre outras. Também realizamos uma análise de “esforço de catalogação” com base na data de entrada dos registros na base, para estimar o comportamento de inserção de dados ao longo da implantação do projeto de recuperação da biblioteca. Há que se considerar que esta métrica é uma análise subjetiva, já que o trabalho de catalogação do acervo foi realizado em duas campanhas (a primeira em 2018/2019 e a segunda em 2021). Assim sendo, propomos que a média de volumes catalogados por período analisado (resultado desta análise) seja uma métrica útil para se avaliar o tempo necessário para catalogação de um acervo semelhante com base no volume estimado de livros, a qual poderá ser empregada para submissão de projetos quando um serviço de catalogação for requerido.

O inventário do acervo da Biblioteca Lélia Abramo permitiu responder algumas questões que iam além de “qual é sua composição atual” e destrinchar seu histórico, sobretudo devido às mudanças ocorridas e a falta de registros anteriores, desde seu surgimento em 2004 até o final do PRL. O tamanho inicial do acervo da maioria das bibliotecas criadas naquela época era estimado em cerca de 4.000 exemplares (PORTAL UNIVERSIA, 2010), mas nenhuma informação sobre quais eram os títulos principais, qual classe abarca maior parte dos títulos/volumes, editoras mais frequentes, ano das publicações pode ser extraído sem a análise do inventário. Além disso, a estimativa do esforço

---

obtidas em SABBAG, 2013 para referências.

necessário para que os mesmos fossem reorganizados, serve de base para calcular o valor do trabalho que pode ser despendido por um profissional bibliotecário ao longo desse processo em outras bibliotecas que eventualmente buscarem essa reorganização.

#### 4.1 Esforço de catalogação e composição do acervo

Consideramos para o esforço de catalogação os anos de 2018, 2019 (primeira campanha) e 2021 (segunda campanha) para efeito de comparação, uma vez que naquela primeira tentativa, cerca de 1.000 exemplares já haviam entrado na base de dados do PHL. O cálculo foi realizado tomando o número de títulos totais catalogados por período (dias do mês/ano) registrados na plataforma, que inclui também os livros que foram eventualmente descartados/desbastados do acervo. Observamos que, de forma geral, o esforço para entrar com registros na plataforma PHL foi bem semelhante se considerarmos a proporção de dias trabalhados ao longo de cada ano, ainda que não tenham sido iguais: 44 dias na primeira campanha, 74 na segunda (Tabela 1).

**Tabela 1** - Catalogação realizada na biblioteca Lélia Abramo durante os períodos de reorganização do acervo.

Anos	2018	2019	2021	Total
Dias trabalhados	31	13	74	118
Livros catalogados	694	297	1836	2827
Taxa (ND/NL)	22,38	22,84	24,81	23,96

Nota: ND (número de dias); NL (número de livros). Um profissional bibliotecário executou a catalogação em ambas campanhas.

Se avaliarmos esse mesmo esforço considerando o trabalho realizado por período mensal em cada ano que o processo de catalogação foi feito como um todo, o volume médio de livros catalogados é bem superior, com uma taxa de 166 livros catalogados/mês. Essa estimativa ajuda a compreender alguns pontos: que tanto na primeira campanha de catalogação quanto na segunda, ambas realizadas por profissionais diferentes, o esforço foi semelhante.

Em volume geral, a Biblioteca Lélia Abramo conta atualmente com 2.500 exemplares catalogados em sua base de dados (um déficit de 1.500 livros se a estimativa de cada biblioteca do PRL estiver correta). Entre os exemplares que compõem esta diferença, estão aqueles descartados por dano ou por desbaste durante as ações de 2018/2019 e 2021 ou perdidos. Dentre estes destacamos livros paradidáticos, manuais muito antigos ou ultrapassados, obras de baixa qualidade técnica ou livros promocionais (e.g catálogos de exposição); livros que foram rasurados, e danificados por problemas inerentes à manutenção física do acervo durante o período em que ele esteve abandonado

(exemplares mofados, sem possibilidade de recuperação ou restauro). Incluímos também múltiplas cópias de livros que eram doados durante eventos como a Feira do Livro de Ribeirão Preto, que precederam a criação do programa, e que foram encaminhados às bibliotecas participantes em grande número de exemplares. Além disso, durante o processo de catalogação, optamos por incluir no máximo dois exemplares de algumas obras que haviam muitos volumes iguais, deixando demais exemplares em bom estado de conservação como reserva técnica. Obras cujo conteúdo pudesse ser empregado pelos grupos de teatro e coletivos que frequentam o Centro Cultural Cerâmica São Luiz/VivaCidade para a composição de peças teatrais, leituras dramáticas foram mantidas com no máximo cinco cópias.

O acervo da biblioteca Lélia Abramo é composto por 37% de livros de literatura, dos quais quase 25% são obras de autores brasileiros e os demais 12 % de autores estrangeiros, sendo maior parte de escritores norte-americanos. Livros de arte perfazem apenas cerca de 4% do acervo, embora a vocação local seja esta. Apenas 123 títulos (menos de 5%) estão incluídos na categoria de teatro, que abrange tanto peças, textos e autores (exemplos: Nelson Rodrigues, Shakespeare, Molière, Pirandello, Sófocles entre outros). Durante o processo de catalogação a palavra teatro foi atribuída não só às obras que continham especificamente peças teatrais, ou termo aparecendo no título ou na ficha catalográfica, mas também naquelas que podem ser incluídas na categoria, por exemplo, crônicas, roteiros adaptados, ensaios e críticas.

A literatura Infanto-Juvenil compõe cerca de 25% do acervo. Optamos durante o processo de organização por dividi-la em duas categorias identificadas pelas laranja para literatura infanto-juvenil e rosa para infantil. Livros etiquetados com a cor laranja são compostos por obras selecionadas para o público acima de 10 anos, tais como aqueles que compõem a coleção Vagalume, obras de Monteiro Lobato, Moacyr Scliar, Plínio Cabral, Ligia Fagundes Telles entre outras obras que perfazem o catálogo recomendado para o Ensino Fundamental I e II (5º ao 9º ano escolar). As obras classificadas como infantis são destinadas para crianças abaixo dos 10 anos. Boa parte é composta por contos de fadas, fábulas e poesias, por livros de séries antigas da Ed. Melhoramentos, Brasil-América e Moderna, e obras de autores que escrevem para esse público como Sylvia Ortoff, Tatiana Belinky e Ruth Rocha, entre outros. Uma primeira noção da composição da biblioteca Lélia Abramo é apresentada na Tabela 2 que totaliza e distribui o número de títulos catalogados por “grande grupo” dentro da Classificação Decimal de Dewey, e seu percentual de ocupação no acervo.

**Tabela 2** - Títulos que compõem o acervo da Biblioteca Lélia Abramo/Centro Cultural Cerâmica São Luiz, discriminados por categoria de catalogação.

lasse	Descrição	Núm. de títulos	% no acerv
0-90	Generalidades, Curiosidades e Esoterismo	29	1,17
0	Filosofia e Psicologia	187	7,54
0	Religião e Autoajuda	53	2,14
0	Ciências Sociais	234	9,44
0	Ensino de Línguas	35	1,41
0	Ciências Puras e Aplicadas	26	1,05
0	Tecnologia e Meio Ambiente	88	3,55
0	Artes	90	3,63
0	Linguística e Literatura	14	0,56
3	Literatura Norte Americana	99	3,99
3	Literatura Britânica	43	1,73
3	Literatura Alemã, Escandinava e Holandesa	8	0,32
3	Literatura Francesa	57	2,30
3	Literatura Italiana	16	0,65
3	Literatura Portuguesa e Espanhola	59	2,38
0	Literatura Eslava	7	0,28
0	Literatura Asiática, Árabe, Hindu, etc	17	0,69
0	História e Geografia	168	6,77
69	Literatura Brasileira	613	24,72
8.5	Literatura Infante-Juvenil	637	25,69
<b>tal</b>		<b>2480*</b>	<b>100</b>

\* 20 exemplares que perfazeriam o total de 2500 livros do acervo são cópias que receberam número de tomo mas estão em reserva técnica. O volume de livros, no entanto é maior, pois optamos por não tomar todas as cópias de títulos que foram para a reserva técnica.

Enciclopédias antigas como Barsa, Conhecer, Enciclopédia da Mulher, Enciclopédia do Estudante, Tecnirama, e outras que provavelmente foram catalogadas na época do Programa Ribeirão das Letras, não entraram na base atual de dados. Esta decisão ocorreu porque as mesmas encontram-se incompletas, e caíram em desuso devido ao avanço da tecnologia da informação, e do surgimento de sistemas de busca como Google® e Windows Edge®, e enciclopédias virtuais como a Wikipedia®. Por esta razão as enciclopédias e seus volumes passaram por um segundo desbaste em novembro de 2021, foram higienizadas novamente, e dispostas nas partes inferiores das estantes (em ordem numérica ou alfabética de acordo com a coleção), e mantidas no acervo na classe “Peculiaridades”, conforme mencionado anteriormente. Elas serão incorporadas ao catálogo da biblioteca como periódicos, porém sem registro de tomo para cada volume, apenas como uma obra total no formulário do Kardex do PHL (e.g, todos os volumes de cada título de enciclopédia que permaneceu no acervo terão apenas um único registro de tomo) uma vez que podem ser utilizadas como elemento cenográfico.

#### 4.2 Caracterização do acervo

O acervo da biblioteca Lélia Abramo conta com publicações de 409 editoras diferentes, 40 das quais com mais de 10 obras. Destas, maior parte concentra-se em editoras

provenientes da cidade de São Paulo e Rio de Janeiro, que figuram entre as 10 primeiras com maior número no rank que pode ser visualizado na Tabela 3.

**Tabela 3** - Rank das editoras por local de publicação com acima de 20 títulos incorporados no acervo da Biblioteca Lélia Abramo.

Editora	Porto Alegre	Ribeirão Preto	Rio de Janeiro	São Paulo	Total
1. Ática				203	203
2. Record			119		119
3. Global				90	90
4. Moderna				89	89
5. Paulinas				73	73
6. Melhoramentos				67	67
7. Ediouro			65		65
8. Scipione				63	63
9. Brasiliense				59	59
10. Best Seller			0	58	58
11. Atual				54	54
12. Nova Cultural				50	50
13. Saraiva				42	42
14. Companhia Das Letras				38	38
15. FTD				32	32
16. Círculo Do Livro				34	34
17. Rocco			30		30
18. Paulus				28	28
19. Jorge Zahar Ed.			26		26
20. José Olympio			25		25
21. Globo	6		1	17	24
22. Summus Editorial				23	23
23. Nova Fronteira			22		22
24. Abril Cultural				22	22
25. Clube Do Livro Publ.				21	21
26. L&PM	20				20
27. Fund. Instituto Do Livro		19			19
28. Publifolha			4	14	18
29. Legis Summa		18			18
30. Agir			17		17
31. Klick Editora				17	17
32. Civilização Brasileira			16		16
33. Berlendis & Vertecchia				12	12
34. Companhia Das Letrinhas				12	12
35. Sextante			12		12
36. Editora do Autor*		7	1	3	11
37. Negócio Editora				11	11
38. Mercuryo				11	11
39. Expressão E Cultura			10		10
40. Paz E Terra			10		10
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>44</b>	<b>358</b>	<b>1143</b>	<b>1571</b>

Financiado com recursos do próprio escritor

Mesmo quando desconsideramos as grandes editoras, Ribeirão Preto segue com o terceiro maior número de títulos no acervo. Tal fato se deve à contribuição de trabalhos de escritores locais, secretarias e fundações que fizeram expressivas doações de livros durante o programa Ribeirão das Letras e nos eventos da Feira do Livro de Ribeirão Preto (Tabela 4).

**Tabela 4** - Número total de títulos incorporados no acervo da Biblioteca Lélia Abramo de acordo com a cidade onde foram publicados.

CIDADE	NÚMERO DE TÍTULOS
Rio de Janeiro	460
Ribeirão Preto	160
São Paulo	1581
Belo Horizonte	30
Porto Alegre	42
<b>Total</b>	<b>2.273</b>

A tabela de autoridades registradas no acervo da biblioteca Lélia Abramo retornou cerca de 1.500 autores catalogados, entre escritores e autores coletivos (e.g. repartições e autarquias governamentais como Secretaria do Meio Ambiente, Câmara Municipal, etc.).

O autor que contém maior número de exemplares de literatura catalogados e tombados no acervo foi Machado de Assis, seguido por Monteiro Lobato e José de Alencar. O autor estrangeiro Paul Strathern assina uma série sobre Filósofos antigos e contemporâneos e embora possua mais obras que José de Alencar, tem menos exemplares disponíveis e não se encontra dentro das obras de referência em literatura. À exceção dele figuram nesta lista autores brasileiros cujas obras são referência no ensino fundamental e médio como é o caso de Marcos Rey, Moacyr Scliar e Ana Maria Machado, dentro da literatura infanto-juvenil. O único autor com referência direta a teatro é William Shakespeare com 10 exemplares disponíveis para oito obras publicadas (Tabela 5).

**Tabela 5** - Relação dos autores mais frequentes e com maior volume de obras publicadas no acervo da Biblioteca Lélia Abramo.

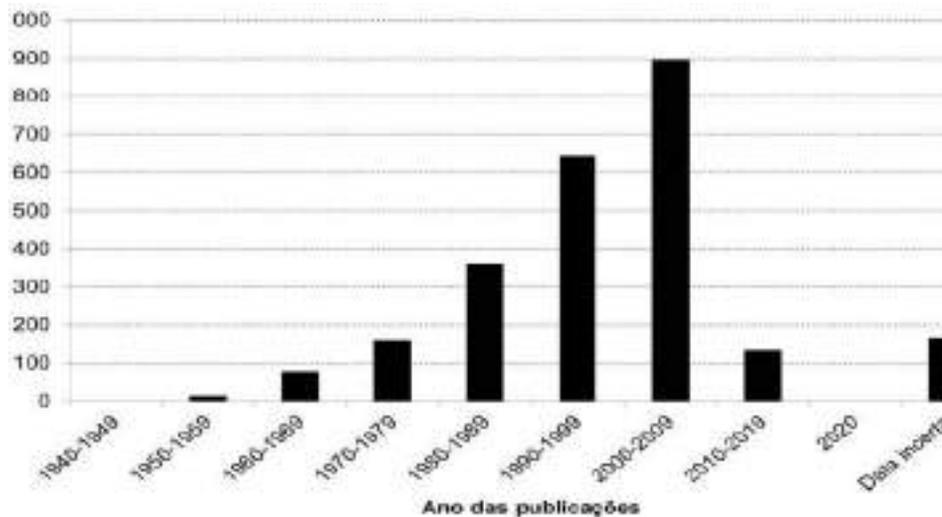
Autor	N.º ex. no acervo <sup>A</sup>	% do acervo <sup>B</sup>	% autores <sup>C</sup>	Nº de obras	% obras
ASSIS, Machado de	39	1,587	12,621	20	8
LOBATO, Monteiro	27	1,098	8,738	26	10,4
ALENCAR, José de	26	1,058	8,414	13	5,2
STRATHERN, Paul	24	0,976	7,767	22	8,8
ROCHA, Ruth	18	0,732	5,825	18	7,2
AMADO, Jorge	16	0,651	5,178	12	4,8
REY, Marcos	15	0,610	4,854	14	5,6
BARRETO, Lima	14	0,570	4,531	6	2,4
ORTHOF, Sylvia	12	0,488	3,883	12	4,8
SCLIAR, Moacyr	12	0,488	3,883	13	5,2
VERISSIMO, Erico	12	0,488	3,883	11	4,4
TELLES, Lygia Fagundes	11	0,448	3,560	9	3,6
LISPECTOR, Clarice	10	0,407	3,236	9	3,6
MACHADO, Ana Maria	10	0,407	3,236	14	5,6
SABINO, Fernando	10	0,407	3,236	8	3,2
SHAKESPEARE, William	10	0,407	3,236	8	3,2
COLASANTI, Marina	9	0,366	2,913	8	3,2
MACEDO, Joaquim Manuel de	9	0,366	2,913	5	2
TAHAN, Maiba	9	0,366	2,913	9	3,6
ANDRADE, Mário de	8	0,325	2,589	5	2
ANDRADE, Carlos Drummond de	8	0,325	2,589	8	3,2
<b>Total Geral (2.458)</b>	<b>309</b>	<b>12,571</b>	<b>100</b>	<b>250</b>	<b>100</b>

Nota: <sup>A</sup> Número total de volumes do autor tombados no acervo. <sup>B</sup> Percentual de obras em relação ao total de obras tombadas (N=2.458). <sup>C</sup> Percentual em relação ao volume de exemplares dos autores mais representativos (N = 309).

É importante observar que estes autores conjuntamente perfazem 12,5 % do acervo total em número de exemplares e 10% dos títulos do acervo, estimado em aproximadamente 2.458 títulos. Se considerarmos apenas os livros de literatura esse percentual é mais representativo ainda, sendo 33,6 % do acervo (apenas de livros de literatura estrangeira e brasileira; N= 919).

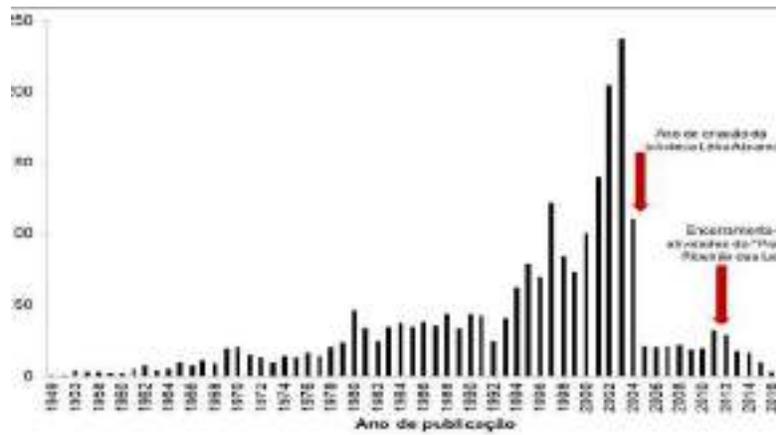
O livro mais antigo presente na coleção é do ano de 1.949 - “A vida de Rui Barbosa” - uma biografia escrita por Luiz Viana Filho, lançada pela Companhia Editora Nacional (RJ). Alguns autores como Machado de Assis, Erico Veríssimo, Robert Louis Stevenson, José de Alencar, Plutarco e Silva Alvarenga também possuem obras no acervo pertencente aos anos 1950. Maior parte (62,8%), no entanto encontra-se distribuída entre os anos de 1990 a 2009, período que antecedeu a implantação do “Programa Ribeirão das Letras” (Gráfico 2).

**Gráfico 2** - Distribuição dos títulos existentes no acervo da Biblioteca Lélia Abramo agrupados por década de publicação.



Nele observamos maior distribuição de títulos publicados na década anterior e logo subsequente à criação da biblioteca (1990 a 2009), ou seja, mais de 85 % das edições do acervo foram lançadas/editadas antes da criação do PRL, o que sugere que maior parte pode ser proveniente de doações e não de aquisições com a verba destinada ao programa. É possível avaliar melhor a “idade do acervo” no Gráfico 3, quando a acumulação dos títulos é registrada ano a ano de acordo com sua edição. Isto reforça a existência de um acervo antigo, já que mais de 1.000 títulos haviam sido publicados antes de 1.999. Este resultado implica dizer que após a implantação do PRL, menos de 15% do acervo foi adquirido nos anos subsequentes, provenientes tanto da verba destinada ao programa como por doações das empresas que faziam parceria com o Instituto do Livro (cerca de apenas 400 exemplares entre 2004 e 2016).

**Gráfico 3** - Distribuição dos títulos existentes no acervo da biblioteca Lélia Abramo por ano de publicação.



Ressaltamos também que a maior parte das editoras que compõe o rol de títulos adquiridos após o ano 2.000 constitui-se de empresas que atuavam em parceria com a Feira do Livro de Ribeirão Preto, entre elas Ática, Moderna, Best-Seller (englobada pela Editora Record), Global, Rocco e Nova Cultural. Embora várias obras sejam “atemporais” como aquelas de referência na literatura nacional e estrangeira, é notório que o acervo padece de obras de escritores mais atuais.

Apesar disso, não há como não destacar o valor de certos livros existentes no acervo por sua peculiaridade, raridade ou importância. Durante o processo de catalogação algumas obras são verdadeiros achados aos olhos de um bibliotecário ou amante da literatura, e foram indicadas na base de dados como tal. Entre elas como já mencionamos anteriormente: “A Vida de Rui Barbosa” (1949), escrita por Luiz Viana Filho; a coletânea de crônicas de Machado de Assis “A semana (1894-1895)”, publicada em 1950; “A ilha do tesouro” (1956), de Robert Louis Steveson; “O pequeno príncipe” (11ª edição, 1964), de Saint-Exupéry e “A viagem espírita” (1968, primeira edição), de Allan Kardec. Além destes, cerca de 20 títulos de diversos autores, pertencentes à “Coleção Saraiva”, publicados entre 1956 e 1964. Também durante o processo de catalogação nos deparamos a 3ª edição do livro “Drummond: Análise da Obra”, escrita por Affonso Romano de Sant’Anna e publicada em 1980, onde se lê na primeira página uma dedicatória do livro, autografada pelo próprio Carlos Drummond de Andrade, ao amigo Irineu Garcia (datada de setembro de 1981). Outros títulos que valem menção são os livros da coleção “Obras Ilustradas de Jorge Amado”, produzidos pela editora Martins com ilustrações de Carybé, Floriano Teixeira, Iberê Camargo, Adermir Martins e outros, e também a edição de 1969 de “No Urubùquaquá no Pinhém” de João Guimarães Rosa. Ilustrada por Poty, que contém trechos dos originais datilografados dos contos “A Estória de Lélío e Lina” e “Cara de Bronze”.

Destacamos que no acervo várias obras da literatura podem ter uma ampla percolação em outros campos da arte que vão além da dramaturgia e da dança – atividades

mais desenvolvidas no âmbito do centro cultural. Vários outros livros do acervo que continham informações pertinentes a artistas plásticos (fotógrafos, pintores, escultores) tiveram seu nome, ou o termo “pintores brasileiros” foi incluído no campo “palavra chave” dentro do PHL ou entram no campo notas/observações (no formulário de tomo). Este foi o caso da coleção Arte para Jovens e Arte para Crianças da Editora Berlendis e Vertecchia, que mistura literatura e arte.

Por fim, com a intenção de promoção de atividades culturais na Biblioteca, durante os anos de 2021 foram promovidas, mesmo que de forma remota devido a Pandemia, as seguintes uma série de manifestações culturais previstas no âmbito do projeto LEA: Leitor em ação: uma agenda de ações de promoção de leitura de cunho social e cultural foi executada, em sua maioria durante a 20ª Feira Internacional do Livro de Ribeirão Preto em Agosto de 2021. A meta foi tornar a Biblioteca Lelia Abramo conhecida pela comunidade ribeirãopretana, principalmente aos transeuntes que passam diariamente em frente ao prédio da Biblioteca e divulgar as ações culturais possíveis de serem desenvolvidas em seu espaço, com a interlocução dos grupos que performam no Centro Cultural Cerâmica São Luis e demais espaços culturais locais. Estas atividades podem ser acessadas nas redes sociais da ONG Vivacidade e foram direcionadas para crianças, jovens e adultos<sup>9</sup>.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2012, quase 10 anos após o lançamento do PRL uma reportagem publicada pelo jornal Folha de São Paulo (PALHARES, 2014) apontava para uma forte queda no número de bibliotecas, sebos e livrarias em Ribeirão Preto, e de uma falta de controle quanto aos dados de cada biblioteca aberta, resultado da ausência de políticas públicas após a criação do programa. Em 01 de Março de 2016 um pedido de requerimento (nº 037123/2016) foi feito junto à Câmara Municipal de Ribeirão Preto solicitando informações da prefeitura sobre como estavam as bibliotecas pertencentes ao PRL. Entre os questionamentos, qual era a situação atual das bibliotecas abertas pela Lei nº 9.353/2001 quanto ao número de exemplares dos acervos, número de empréstimos por ano e funcionários por unidade; quantas bibliotecas foram fechadas e por quais motivos; qual a destinação dos equipamentos e dos acervos das bibliotecas fechadas e qual o investimento realizado no programa à partir do ano seguinte de sua criação até a finalização do cronograma de implantação, além dos valores alocados para o mesmo dentro da previsão orçamentária de 2016. Com base no que encontramos na biblioteca Lélia Abramo é possível que as demais bibliotecas do programa Ribeirão das Letras, sobretudo as situadas em espaços geridos pela comunidade ou associações, que correspondem

<sup>9</sup> As ações desenvolvidas podem ser visualizadas no canal do YouTube da ONG Vivacidade através do link: <https://www.youtube.com/channel/UC8ZJH279ScCATIm-TyTkRBw/videos> e na página da rede social Instagram pelo link: <https://www.instagram.com/vivacidaderp/>

a cerca de 20% das bibliotecas implementadas, incluídas no Plano Municipal de Cultura, não se encontrem em situação diferente de abandono.

Durante o processo de recuperação da Biblioteca Lélia Abramo não encontramos nenhum registro, backup de banco de dados ou informações sobre como foi realizado o gerenciamento desta biblioteca durante sua atividade. Neste sentido, nossas investigações deram margem para questionar como estão as demais bibliotecas que fizeram parte do Programa Ribeirão das Letras, assim como qual seu status atual de forma a avaliar se os recursos empregados durante a execução do programa foram alocados devidamente nestes espaços e por quanto tempo eles permaneceram funcionais. Porém, o trabalho desenvolvido na biblioteca Lélia Abramo provou que é possível executar a recuperação e organização destes espaços em um curto intervalo de tempo (cerca de 8 meses, cumprindo uma média de 8 horas semanais), usando programas simples e de baixo custo, contanto que haja a presença de pelo menos um profissional bibliotecário habilitado para executar a tarefa inicial de catalogação e organização do acervo.

A melhor maneira de repensar o que pode ser realizado durante o trabalho de organização de uma biblioteca é trazer à luz nessa discussão algumas máximas de Ranganathan. A princípio é saber que isto se trata de um processo cujo grau de profundidade empregado dependerá da experiência que o profissional bibliotecário, ou daquele que se propõe a organizar a biblioteca estará disposto a usar, já que o aprofundamento tende a aumentar à medida que se avançam as camadas mais profundas da organização (RANGANATHAN, 1989). Embora existam limites muito bem estabelecidos nesta escala de organização, algumas atitudes necessárias para tal atividade incluem o despertar da consciência para construção do conhecimento, imbuído nas áreas da psicologia e da lógica para compreender como o intelecto rearranja as experiências localizadas na memória. O uso de uma abordagem epistemológica para lidar com a natureza do conhecimento, de como ele é armazenado e como seus recursos são validados, e de ontologia para saber como esse conhecimento se organiza desde sua abordagem mais reducionista até como ele se exteriorizará através de suas mais diversas entidades. Por fim a definição do campo do conhecimento e sua organização em objetos específicos tanto em uma abordagem micro como macro, como ele pode ser desenvolvido de forma mecânica e passível de ser recuperada ordenadamente (RANGANATHAN, 1989, p. 12).

Ações que visem democratizar o acesso a biblioteca pública comunitária devem certificar que as necessidades informacionais daqueles de menor poder aquisitivo sejam contemplados, gerando condições de pleno acesso aos direitos e deveres que cada cidadão possui, assegurando que a biblioteca não seja apenas um local de “depósito de livros”, mas de informação e expansão cultural (SANTOS; ANDRADE, 2016, p. 2). A reorganização do espaço foi fundamental não só para ordenar o acervo, mas para conhecê-lo e efetuar uma avaliação da coleção e de suas funcionalidades. A qualidade e o desenvolvimento futuro do acervo dependem muito de espaço e para isso de uma flexibilidade

que permita ajustar a inserção de novas obras a partir da execução de uma política que prime pela aquisição de exemplares mais adequados aos usuários que frequentam o centro cultural, isto é, acrescentar mais obras voltadas para a área de artes e cultura, além de renovar exemplares da literatura de referência tanto nacional quanto estrangeira. Como observamos, boa parte do acervo é composto por livros de literatura nacional e estrangeira produzidos sobretudo antes da década de 1990. Algumas obras, no entanto, merecem atenção especial, e é necessário um olhar atento durante o processo de catalogação para detectar informações que vão além daquelas contidas no livro. Dedicatórias, autógrafos, documentos “esquecidos” dentro de livros doados merecem um cuidado quanto a sua curadoria e devem ser avaliados com critério pois podem contar histórias pessoais, assim sugerimos que sejam incorporados como material de acervo documental, pois podem ser utilizados para pesquisas futuras.

A Biblioteca Lélia Abramo possui itens valiosos que possibilitam não só aquilo que a biblioteca pregava como vocação original que era o armazenamento de livros para consulta e empréstimo. Ela, ao estar inserida em um ambiente com forte influência no circuito das artes, permite que haja o desenvolvimento de roteiros adaptados para atividades teatrais e musicais, e não se reduz a ser apenas um espaço de estantes e papel. Ela se torna de fato um local de criação de novas oportunidades de lazer, de cultura e de convívio social.

## REFERÊNCIAS

AASL, American Association of School Librarians. **AASL Launches Second School Library Closure Survey: Reports Additional Results from First Survey.** AASL, 15 abr. 2020. Disponível em: <https://knowledgequest.aasl.org/aasl-launches-second-school-library-closure-survey-reports-additional-results-from-first-survey/>. Acesso em 05 jul. 2020.

ALMEIDA, Marco Antonio de. Mediação e mediadores nos fluxos tecnoculturais contemporâneos. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 191-214, maio./ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/>. Acesso em: 18 ago 2018.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo. 200 anos da primeira biblioteca pública do Brasil: considerações histórico-biblioteconômicas acerca dessa efeméride. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, n. 2, p. 2-25, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/35712>. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 1 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018.** Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Brasília, DF. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/600306209/lei-13696-18>. Acesso em 18 jun. 2021.

CASTELBRANCO, P. G. F. Brazil: Plano para o estabelecimento de uma bibliotheca pública na Cidade de S. Salvador da Bahia de todos os Sanctos, offerecido a aprovação do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde dos Arcos (...). **Correio Braziliense**, v. 7, n. 39, p. 219-233, ago. 1811. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/correio\\_braziliense/volume07.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/correio_braziliense/volume07.pdf) Acesso em jan. 2022.

CAZULA, Mariana. **LEA: Leitor em Ação**. Proposta de projeto submetida para o edital PROAC 24/2020 (projeto não publicado).

CAZULA, Mariana. Projeto coloca Leitores em ação. *In*: LAGES, A. **Sessão do Blog do Professor Lages**: Em Destaque, Tá no Ar! 5 ago. 2021. Disponível em: <https://www.professorlages.com.br/mariana-cazula-projeto-coloca-leitores-em-acao/>. Acesso em: 20 set. 2021.

CRB1, Conselho Regional de Biblioteconomia 1. Dados sobre o número de bibliotecas no Brasil trazem uma boa e uma má notícia. **Portal CRB1**. Disponível em: <https://crb1.org.br/site/2017/10/dados-sobre-o-numero-de-bibliotecas-no-brasil-trazem-uma-boa-e-uma-ma-noticia/#:~:text=Na%20Rep%C3%ABlica%20Tcheca%2C%20que%20tem,Bibliotecas%20do%20Minist%C3%A9rio%20da%20Cultura>. Acesso em: 20 set. 2021.

FERRAZ, Marina Nogueira. O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, n. esp., p.18-30, out./dez. 2014

FURTADO, Cássia Cordeiro. ; CORDEIRO, Larissa Silva. Estudo de usuário da informação: uma análise da integração do sistema de classificação por cores na Biblioteca da Escola Anna Adelaide Bello. **Anais...** Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 27, Fortaleza – CE; p. 1-6. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/1752>. Acesso em: 28 nov. 2021.

GOMES, Henriette Ferreira. A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, número especial, p.151-163, out./dez. 2014

HENRIQUE, Bras. Ribeirão Preto inaugura mais de 40 bibliotecas. **O Estado de São Paulo**, Caderno 2, D-10, 08 ago. 2003. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20030808-40106-nac-45-cd2-d10-not/tela/fullscreen>. Acesso em 11 mar. 2021.

HORELOU-LAFARGE, Chantal. SEGRÉ, Monique. **Sociologia da leitura**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2010.

IFLA/UNESCO. **Manifesto para Biblioteca Escolar**. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>. Acesso em: 05 jul 2020.

INAF BRASIL. **Resultados Preliminares: Indicador de Analfabetismo Funcional**. LIMA, Ana; CATELLI JR, Roberto (Coord.). 2016. [https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/09/INAFEstudosEspeciais\\_2016\\_Letramento\\_e\\_Mundo\\_do\\_Trabalho.pdf](https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/09/INAFEstudosEspeciais_2016_Letramento_e_Mundo_do_Trabalho.pdf)

INAF BRASIL. **Resultados Preliminares: Indicador de Analfabetismo Funcional.** LIMA, Ana; CATELLI JR, Roberto (Coord.). 2018. Disponível em: [http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018\\_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares\\_v08Ago2018.pdf](http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf). Acesso em: out. 2019.

IPL, Instituto Pró-Livro. **Retratos da Leitura no Brasil: 5ª edição.** São Paulo, IBOPE Inteligência, 11 set. 2020. Disponível em: [https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/12/5a\\_edicao\\_Retratos\\_da\\_Leitura-\\_IPL\\_dez2020-compactado.pdf](https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/12/5a_edicao_Retratos_da_Leitura-_IPL_dez2020-compactado.pdf). Acesso em: 13 dez. 2021.

IPL; IBOPE INTELIGÊNCIA – **Retratos da Leitura no Brasil**, 4ª Edição da Pesquisa. Coordenação Instituto Pró-Livro – IPL e Comissão Consultiva da 4ª Edição da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil. II Seminário Nacional, 22 mar 2016, Brasília, DF. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/pesquisas-e-projetos-ipl/livros-retratos-da-leitura/>. Acesso em: 22 dez. 2021

JENKINS, Henry. Lendo criticamente e lendo criativamente. **Matrizes**, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 11-24, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/48047>. Acesso em: 1 jul. 2021.

OLIVEIRA, Elysio Mira Soares de. **Manual do PHL 8.4.** Gurupi: Infoarte, 2018. Disponível em: [https://www.elysio.com.br/downloads/manual\\_phl84.pdf](https://www.elysio.com.br/downloads/manual_phl84.pdf). Acesso em: 20 fev. 2021.

PALHARES, Isabela. Feira do livro tenta superar falta de política para leitura. **Folha de São Paulo** (arquivo em cachê) 12 mai 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2014/05/1452838-feira-do-livro-tenta-superar-falta-de-politica-para-leitura-em-ribeirao-preto.shtml>. Acesso em: 22 out. 2021.

PORTAL UNIVERSIA. Ribeirão das Letras inaugura 40 bibliotecas. **Universia.Net** 24 nov. 2010. Disponível em: <https://www.universia.net/br/actualidad/vida-universitaria/ribeiro-das-letras-inaugura-40-bibliotecas-549881.html>. Acesso em: 18 jul. 2021.

RANGANATHAN, S.R. **Philosophy of classification.** Sarada Ranganathan Endowment for Library Science, Bangalore, Índia, 1989. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10150/105278>. Acesso em: 26 set. 2018.

RIBEIRÃO PRETO. **Lei Ordinária nº 9353, de 15 de outubro de 2001.** Estabelece a política municipal de livro, sua difusão, estímulo à leitura e às bibliotecas públicas. Ribeirão Preto, SP: Câmara Municipal, [2001]. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/legislacao-municipal/pesquisa/lei/5691>. Acesso em: 18 jun. 2021.

RIBEIRÃO PRETO. **Lei Complementar nº 275, de 12 de agosto de 2002.** Cria o “Instituto do Livro” de Ribeirão Preto e dá outras providências. Ribeirão Preto, SP: Câmara Municipal, [2002]. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/legislacao-municipal/pesquisa/lei/6292>. Acesso em: 18 jun. 2021.

RIBEIRÃO PRETO. **Lei Complementar nº 9775, de 20 de dezembro de 2002.** Autoriza o convênio firmado entre a união e a prefeitura municipal de Ribeirão Preto, através do

ministério da cultura, objetivando a execução do “Projeto Ribeirão das Letras”. Ribeirão Preto, SP: Câmara Municipal, [2002]. Disponível em: <http://leismunicipa.is/sgnoc>. Acesso em: 18 jun. 2021.

RIBEIRÃO PRETO. **Decreto Municipal 206, de 16 de junho de 2004**. Denomina Biblioteca “Jornalista Roberto Marinho”. Ribeirão Preto, SP: Câmara Municipal, [2004]. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/legislacao-municipal/pesquisa>. Acesso em: 18 jun. 2021.

RIBEIRÃO PRETO. **Decreto Municipal 206, de 16 de junho de 2004 – Alteração (Ato 233, 01 de julho de 2004)**. Altera o art. 1º do Dec. 206 (16/06/2004): “Fica denominada “Lelia Abramo” a biblioteca (...). Ribeirão Preto, SP: Câmara Municipal, [2004]. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/legislacao-municipal/pesquisa>. Acesso em 18 jun. 2021.

RIBEIRÃO PRETO. **Plano Municipal de Cultura, Lei n.º 12.253 de 19 de março de 2010**. Diário Oficial [do] Município de Ribeirão Preto, Poder Executivo, Ribeirão Preto, SP. 24 de março de 2010, p. 2-24. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12559761/diario-oficial-ribeirao-preto>. Acesso em: 19 abr. 2021.

SABBAG, Deise Maria Antonio. **Análise documental em textos narrativos de ficção: subsídios para o processo de análise**. 2013. 160 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103384>. Acesso em 15 maio de 2022.

SANTOS, Monique Rodrigues dos; ANDRADE, Mariana Acorse Lins de. O enriquecimento cultural e social promovido pela biblioteca parque de Manguinhos para os usuários e a comunidade. **Anais...** Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias - SNBU, 19, Belém, 2016. Disponível em: [http://repositorio.febab.org.br/files/original/31/4470/SNBU2016\\_088.pdf](http://repositorio.febab.org.br/files/original/31/4470/SNBU2016_088.pdf). Acesso em 22 out. 2021.

SILVA, Ana Pricila Celedonio da; CAVALCANTE, Lidia Eugenia; COSTA, Maria de Fátima Oliveira. O diálogo entre biblioteca e comunidade: um estudo de caso acerca do perfil e das percepções dos usuários das Bibliotecas Comunitárias de Itaitinga, Ceará. **Perspectivas em Ciência da Informação** [online]. 2018, v. 23, n. 1, pp. 39-54. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3138>. Acesso em 18 jun. 2020.

TOKARNIA, Mariana. **Brasil perde 4,6 milhões de leitores em quatro anos**. Agência Brasil, 11 set. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-09/brasil-perde-46-milhoes-de-leitores-em-quatro-anos>. Acesso em 13 dez. 2021.

**Recebido/ Received: 18/07/2022**  
**Aceito/ Accepted: 01/08/2022**  
**Publicado/ Published: 30/08/2022**

---

# ENSAIOS

---

---

**253**

Sumário

---

## **INDEPENDÊNCIA OU...?: PROVOCAÇÕES (E O TRILHAR) DO FAZER INDEPENDENTE NO BRASIL**

*INDEPENDENCE OR...?: PROVOCATIONS (AND THE TRACK) OF INDEPENDENT DOING IN  
BRAZIL*

---

### **Mailson Furtado**

Escritor e editor brasileiro. Diretor e ator da CIA teatral Criando Arte, e produtor da Casa de Arte CriAr. Em 2018, com o livro autopublicado À CIDADE foi Prêmio Jabuti de Livro do Ano, o primeiro e único livro da história a vencer com uma edição independente. Graduado em Odontologia pela Universidade Federal do Ceará (UFCE). Blog: <https://mailsonfurtado.com.br>

### **1 DE UM CURTO PRELÚDIO EM PRIMEIRA PESSOA**

No começo dos anos 2000 descobri a literatura, a escrita, e com isso, o desejo da publicação de um livro. Tudo isso se passa em Varjota, no sertão norte cearense, cidade curtiha em população e história, lugar sem qualquer histórico literário ou editorial, sem qualquer livraria ou espaço cultural de uso comunitário voltado à leitura, e nunca ali, alguém havia publicado algo. E lá estava eu. Nesse cenário dos meus principais desafios antes de pôr no mundo o tal livro, seria minimamente entender os caminhos para publicação sem ter ninguém para sanar dúvidas. Em informações cá acolá de amigos de amigos, descobri alguns processos, mas foi na internet que encontrei algumas das tantas possibilidades: os grandes selos e editoras, publicação por médios e pequenas selos mediante aporte financeiro ou não, e a mais próxima de mim (mesmo que distante), a autopublicação. E assim fui.

Autopublicar-se traz consigo o engajar-se dentro do mercado editorial de uma forma particular, já que o processo de distribuição, divulgação e venda, parte do(a) autor(a) – e isso só soube depois, já dentro de todo o redemoinho: infinitas experimentações, com o caminho construído por ele mesmo (que infelizmente por vezes não acontece), entre erros e acerto, driblando as tantas nuances de um campo já posto há décadas, senão séculos. Assim, descobri o desbravar *independente*, dependente de tantas questões.

### **2 DE UMA CURTA PONTUAÇÃO CONCEITUAL**

O termo independente, diante dos tantos significados, apresenta-se como “aquele(a) que age com autonomia e que não se submete a injunções de ordem econômica, afetiva, moral ou social”, segundo o Dicionário Michaelis (2022). De fato, algumas dessas questões foram e são o mote da construção do mercado ou do ser independente, que dia a dia se amplia com mais autores(as), editoras, espaços, movimentos tomando pra si essa adjetivação.

Generalizar um panorama, apenas, para o mercado literário é complicado, pois até hoje, muitos dos que se dedicam à literatura, trazem o ofício de escrever geralmente atrelado a outra ocupação. No entanto, é interessante perceber, que antes (até anos 1990), escritores(as), no geral, apenas escreviam, o debulhar de carreira, guiava-se por terceiros, geralmente agentes ou editoras. Hoje, claro que tais profissionais e empresas estão presentes (e cada vez mais estruturadas), mas nada comparada a necessidade de presença solicitada ao autor(a) no cenário social, seja real ou virtual. Desta forma, cada autor(a), desde os(as) presentes em catálogos de grandes editoras, aos(as) que produzem seus livros em gráficas por demanda, até cordelistas que imprimem seus próprios folhetos, são “convidados” a pensarem e repensarem suas atuações dentro do cenário editorial, construindo de forma independente suas próprias trajetórias. Assim, o que seria ser independente hoje? Ou/E, ainda, o que/quem não seria independente?

*Em termos muito gerais, a produção cultural independente será concebida como aquela que está fora – mainstream ora por escolha, ora por condição dos circuitos e mercados massivos; que não adota as lógicas dos grandes conglomerados de cultura e mídia; que se identifica com métodos artesanais de produção, com o experimentalismo estético e/ou com discursividades dissonantes, alternativas, contra-hegemônicas. Ao mesmo tempo que se opõe implicitamente ao dependente (ou seja, aos agentes e às práticas culturais subordinados a tais lógicas), esse produtor se definirá a contrapelo de certos carrascos da dependência – o mercado, as empresas privadas, os grandes conglomerados, as instâncias públicas etc. que controlam a produção, a circulação e a consagração dos bens simbólicos (MUNIZ JÚNIOR, 2016, p. 16).*

Diante dessa provocação, e do conceito abordado por Muniz Júnior, para arar o debate, creio importante a abordagem histórica da produção e do mercado editorial do livro no Brasil, sigamos.

### **3 DE UM TANTINHO D’HISTÓRIA**

#### **3.1 O SÉCULO XIX**

Datada de pouco mais de 200 anos, a história do mercado editorial brasileiro (ou no Brasil) é marcada pela chegada da família real, em 1808 no Rio de Janeiro, com a firmação da Imprensa Régia. Antes disso, há de forma frustrada algumas tentativas nos séculos anteriores da existência de prensas, no entanto combatidas mediante a política portuguesa à produção intelectual nos territórios dominados. Tais fatos ainda hoje ecoam e explicam muitas questões antropológicas de nosso povo. Essa negação à produção intelectual nas colônias, é um dos pontos que diferencia, mas dominações lusas das espanholas ou inglesas. Exemplo disso, está na firmação das Universidades. Enquanto a América Espanhola firmou sua primeira, em 1538, na República Dominicana, e até o final do século XVIII, possuía dezenove instituições espalhadas por todo o território, a

América Inglesa, no mesmo período, vinte, no Brasil, apenas em 1808, foram criados os primeiros cursos superiores, e apenas no século XX, as primeiras Universidades.

Durante o período imperial, a atividade editorial é secundária. Grande parte da produção estava reservada à impressão de documentos oficiais, jornais e panfletos, restrito basicamente ao Rio de Janeiro. A impressão de livros de forma comercial acontece apenas a partir do final do século XIX. Até então a grande parte dos livros é impressa na Europa. No entanto, alguns acontecimentos são fundamentais dentro do Brasil Império para o caminhar do mercado editorial no país. Em 1822, acontece o fim do rigoroso controle da circulação de impressos, o que atrai profissionais estrangeiros, principalmente franceses, nas décadas subsequentes, ao mercado insipiente em formação (LACERDA, 2018).

Entre 1840 e 1860 há um aumento de tipografias e livrarias no Rio de Janeiro, estas que atuavam de forma concomitante desde a produção à distribuição. Com a firmação de grandes periódicos, e influenciado pela experiência na França, o romance folhetim ganha adeptos no Brasil, em mais uma experiência de um “francesismo à brasileira” tão comum à época, o que potencializou uma gama de leitores, e logo mais de escritores a produzirem obras voltadas ao Brasil (SCHWARCZ, 2012). Nisso, surgem autores como José de Alencar, Joaquim Manoel de Macedo, Machado de Assis, entre outros. Os romances que ganhavam sucesso, acabavam por ganhar versão em livro, perenizando-se, sobre esses romances, cita Lacerda:

o romance-folhetim foi um dos vetores que movimentaram o processo de globalização cultural no contexto da circulação dos impressos no Brasil oitocentista. O romance-folhetim mobilizou dois tipos de interesse em particular, a demanda capitalista e a democracia da informação. [...] A expansão da literatura para além dos livros armazenados nas estantes dos gabinetes de leitura, bibliotecas particulares e públicas consolidou uma inovação na prática de leitura, fomentada pela difusão do bem cultural francês e que modificou a relação do público-leitor com os jornais, agregando em certa medida, novos leitores, inclusive os leitores ouvintes (LACERDA, 2018, p. 2).

É importante lembrar que a experiência de leitura na época, estava restrita a uma elite letrada, que pouco passava de 20% da população, e que não tornava a prática de leitura em um ato cotidiano, já que não havia um público leitor representativo, em um recorte apenas das maiores cidades da época. Tal cenário permanece entre oscilações, mas em crescimento, mesmo que mínimo até o início do século XX.

É interessante pensar, que diante do cenário brasileiro do século XIX, com uma classe leitora marcada pelo consumo quase que total por uma literatura estrangeira, a prática de ir na contramão desse panorama, e falar do próprio país, “fundando” de certa forma uma literatura brasileira, é um ato de quebra de paradigma – mote fundamental para o fazer artístico independente. Lotar espaços antes negados para apostar numa arte feita por cá e dita para cá, mesmo utilizando os meios de produção já postos, não

deixa de ser uma afronta, e sem dúvidas, no período, opositores não devam ter faltado.

Diante dessa pontuação *sui generis* do romance folhetim, como experiência de literatura independente, que pode ser considerada ou não como tal. Outra, vinda dos sertões do Nordeste, é, sem dúvidas, a mais exitosa experiência de publicação independente no país, até hoje viva, mesmo passados quase 130 anos de sua primeira impressão, o folheto de cordel.

Desde o século XVIII já circulavam pelo Brasil, folhetos portugueses a contar narrativas. No entanto, o cordel, como o conhecemos hoje, em estrutura literária e editorial, é uma experiência brasileira, criada, aperfeiçoada e difundida pelo poeta paraibano Leandro Gomes de Barros, que na última década do século XIX, diante de tipografias em Recife, imprimiu seus primeiros folhetos, distribuindo-os sertões adentro. Já nas duas décadas seguintes (1900 e 1910), o folheto de cordel já movimentava uma grande indústria de produção e distribuição em vários pontos do Nordeste (ALMEIDA, 2014).

É interessante observar que o surgimento do mercado da literatura de cordel no fim do século XIX e começo do XX, apresenta inúmeros pontos de análise sobre o fazer literário no Brasil à época, embrenhando até os dias atuais, muitos ainda em questão. Distante da capital nacional, já república, o fazer literário produzido no Rio de Janeiro, não conseguia chegar ou mesmo dizer sobre os diversos Brasis. Diante das tantas lacunas, produzir uma literatura que conversasse e traduzisse o próprio povo e lugar, surge como um meio de driblar as carências que o então mercado imposto não conseguia abarcar, pensando de forma acessível, questões como formatos editoriais, valores, até meios de distribuição. Tipografias especializadas foram criadas, valores pré-estabelecidos que iam desde os sertões da Bahia ao Piauí foram definidos, e criados pontos de venda nas principais cidades da época, onde os folhetos eram distribuídos e de forma osmótica tomavam às feiras livres semanais presentes em cada lugarejo. Mercado ainda hoje ativo, feitas as devidas leituras de tempo e lugar.

### 3.2 SÉCULO XX

Seguindo o trilhar histórico, o mercado editorial brasileiro como o conhecemos hoje, estruturou-se em experiências do século XX, principalmente a partir dos anos 1920. É importante citar que já no século XIX, havia em diversas cidades do Brasil, tipografias e livrarias, no entanto, com o mercado editorial ainda bastante centralizado no Sudeste, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo (mais para o final do século), como até hoje. Diante de tantas reestruturações do mercado neste começo de século, cita-se como fundamental a atuação do escritor, editor e crítico Monteiro Lobato no processo de modernização do mercado editorial brasileiro. Com o sucesso de seu livro *Urupês*, e da extrema precariedade do mercado na época, o autor trouxe contribuições para melhorias das condições do sistema, como o estabelecimento de uma rede

de distribuição por todo o país com uma malha de contatos que ia de Porto Alegre a Rio Branco.

Segundo Couto (2006), de 1917 a 1980, o mercado editorial brasileiro cresceu cem vezes. Amplificação de publicações e casas editoriais, livrarias, bibliotecas e demanda de escolas e universidades por livros didáticos, leis de incentivo à indústria do livro, trazem um tanto dos porquês desta cena. No começo do século, grande parte do mercado dependia de importações, hoje praticamente inexistente qualquer serviço especializado sobre o livro não feito por alguma editora brasileira.

É ao longo do século XX que se firma o cenário como ainda conhecemos hoje: grandes selos editoriais, redes de distribuição e livrarias, entre outras questões, afunilando ainda mais o mercado. Couto (2006) cita que nos anos de 1970, a solidez do mercado livreiro pode ser avaliada pelo crescimento das editoras somado com a expansão dos pontos e faturamentos das livrarias, que já vinha ocorrendo na década anterior. Em 1980, com a revolução tecnológica, mudanças na produção gráfica e editorial dos livros produzidos no Brasil, trouxeram pela primeira vez São Paulo para o centro de maior parque gráfico do país, cenário que se amplificou nas últimas décadas, embora com várias frentes na busca de uma descentralização do fazer literário nacional.

Antes um pouco disso, na década de 1960, é importante citar a atuação na contramão desse fechamento de mercado a poucos nomes, de Massao Ohno, editor e designer paulista, que criou sua própria gráfica-editora, fomentando-a na publicação de novos nomes, principalmente poetas, ainda sem espaço no mercado tradicional no Brasil à época. Ao longo de 50 anos de trabalho, Massao publicou entre 800 e 1000 títulos, principalmente no gênero poesia, abrindo espaço para tantos(as) escritores(as) que logo ingressaram aos espaços do *mainstream* posto. Em entrevista concedida à Biblioteca Mário de Andrade, em 2009, Massao apresenta como uma das grandes preocupações de seu trabalho, o cuidado gráfico, já que como o mesmo cita, as edições da época careciam muito nessa questão. Falecido em 2010, Massao abriu inúmeras portas ao mercado editorial no Brasil, sendo uma das experiências mais exitosas do que chamamos de editora independente, influenciando uma leva de experiências por todo o Brasil no seguir das décadas.

Ainda por esse período, entre as décadas de 1970 e 1980, surge no Brasil, em vários sítios, o movimento de poesia mimeógrafo ou poesia marginal, inspirado em várias frentes, como a cultura *beatnik*, o movimento *hippie* e a *tropicália*. Em suas publicações reivindicavam espaços, então negados pelo sistema editorial vigente. Junta-se assim, um grupo de jovens com uma poesia desbocada, urbana, combativa à situação política imposta, e produzindo de forma artesanal em aparelhos mimeógrafos, os próprios livretos, distribuídos em eventos articulados pelos mesmos, ou em espaços públicos, como portas de teatros, feiras públicas, entre outras. A mesma provocação feita para o cordel anteriormente, vale para este movimento, que no cerne, buscava o mesmo

espaço e a voz negada aos(às) seus(suas), construindo os próprios meios para furar o mercado imposto de forma independente.

É importante salutar a relevância que tais movimentos trazem para o entendimento da literatura bem mais com um conjunto de textos, mas como uma prática preocupada com diversos debates sociais desde gênero, questões étnico-raciais, regionais, etárias, entre outras, a promoverem um encontro de forma verossímil um perfil da literatura brasileira que condiga com a realidade posta na observância das diversas singularidades do país.

O século XX termina com o ápice da centralização do mercado editorial em poucas mãos, reflexo do caminho do liberalismo em todo mundo. É a partir da década de 1990 que surgem as primeiras linhas de livrarias *megastores*, e o afunilamento cada vez maior em faturamento por poucas editoras da receita de livros vendido no país. Em um estudo feito em 2000, Gorini e Castelo Branco, trazem que no segmento das obras gerais, que representa cerca de 23,9% do faturamento nacional de livros, apenas dez editoras são responsáveis por 70% da receita total, sendo que apenas quatro (Companhia das Letras, Record, Objetiva e Rocco) detêm entre 35% e 40% das receitas do setor. No segmento de didáticos, a concentração é ainda maior. As editoras Saraiva/Atual, Abril/Ática/Scipione e FTD respondem por mais de 70% desse mercado, que é a parcela mais significativa do mercado de livros no Brasil (cerca de 43%).

### 3.3 SÉCULO XXI

O século XXI traz consigo novos debates e frentes de ação para o mercado do livro no Brasil, numa busca de uma descentralização “osmótica” do cenário então construído ao longo do século XX, integrando-se a outras praças no mundo, principalmente as da América Latina. Dentre essas o fortalecimento de um circuito de eventos literários por todo o país (festas, feiras, mostras, saraus, etc.), que possibilita uma espécie de mercado itinerante perene, transformando o encontro da literatura e leitura para tantos como uma experiência (também) de entretenimento social, principalmente nos interiores do país.

Passados pouco mais de vinte anos de sua instalação, o modelo de *megastores* não se sustenta, e hoje assiste o alavancar de linhas-de-livrarias ou livrarias-de-rua voltadas a um cuidado maior de catálogo, abarcando as especialidades de nicho que o mercado atual tanto presa. Quanto ao parque gráfico, há de forma tímida, uma busca de uma distribuição espacial da indústria, para além do eixo Rio-São Paulo (paralisadas nos últimos anos de recessão econômica), junto ao incentivo à profissionalização do setor, através de incentivos governamentais e privados. No entanto, das principais afetações ao mercado do livro nas últimas duas décadas, está a entrada e permanência da internet na vida cotidiana, onde ainda tenta-se entender as suas tantas nuances de construção e volatilidade.

A internet para além de funções tecnológica, informativa e de encurtamento de distâncias, potencializou aos artistas, de uma forma mais ampla e descentralizada, o acesso à grande parte dos meios de produção, restrito antes apenas à grande indústria. A partir dessa possibilidade, para além de sua arte, aqueles podem, a partir de então, produzir e distribuir seus próprios trabalhos, tornando-os acessíveis em valores e alcance, ampliando, nessa perspectiva, as ofertas de mercado. Tal prática potencializa e diversifica o mercado varejista, traduzindo um conceito proposto por Chris Anderson (2002), chamado “cauda longa” – a necessidade de oferta cada vez maior, para nichos cada vez mais específicos. Nesse pensar, apenas trabalhos independentes conseguem permite-se a tais níveis incertos de experimentação, e assim ganharem o mercado, abarcando-o, diminuindo as interferências ao público, no acesso de tais conteúdos.

Diante dessa possibilidade, a quantidade de trabalhos no modelo de autopublicação cresceu em todo o mundo. Segundo Waldfogel e Reimers (2015), nos Estados Unidos entre 2006 a 2015, mais de 300%. Enquanto que no Brasil, em 2013, a autopublicação já representava 10% de toda de a produção catalogada (BAEZ; SAMPAIO, 2021). Em 2017, no Censo do Livro Digital, mostrou que apenas 294 das 794 editoras pesquisadas, comercializavam conteúdos digitais, o que condiz dizer que 63% da produção restante estava destinada a conteúdos autopublicáveis (e isso apenas no cenário virtual), de acordo com os estudos de Jesus e Blotta (2018).

A presença de espaços como blogs, *timelines* de rede sociais, plataformas como wattpad, kdp (kindle direct publishing), afetaram de forma considerável a produção da literatura independente dos últimos dias. A ampliação dos formatos de consumo de leitura pralém do livro físico, como *e-books*, *audiobooks*, *appbooks* é outra frente. Fortalecendo ainda mais a proposta da autopublicação, vinga o modelo de impressão por demanda, realizada em gráficas rápidas digitais ou mesmo plataformas virtuais como *Perse*, *Bubok*, *Bookness*, que permitem a autores e editores conduzirem suas tiragens de acordo com o que o mercado solicita. Soma-se a isso a potencialização do mercado virtual, que só cresce. Livrarias, editoras a cada dia ampliam seu faturamento através de suas lojas na internet, cenário que se alicerçou ainda mais durante a pandemia da COVID-19, entre os anos de 2020 e 2021.

Fechando os exemplos de experiências de publicação independente, trago uma iniciada nas ruas de Buenos Aires, diante da crise econômica argentina por volta de 2002, e hoje presente por toda a América Latina: as publicações *cartoneras* – publicações produzidas de maneira artesanal, a partir de material reciclado com baixas tiragens, vendidas em espaços e eventos alternativos e internet. Cita Pimentel (2021), sobre estas:

O modelo cartonero ampliou as possibilidades de edição, levando-as a novos autores. Isso faz com que uma das mais potentes máquinas expressivas da sociedade esteja finalmente ao alcance de indivíduos ou grupos que até então dispunham de pouquíssimos recursos e que jamais sonhariam em publicar

um livro por uma editora tradicional. [...] Nesse contexto de crise, surge uma prática que se difunde rapidamente a partir da proposta de empoderamento dos subalternizados e da ideia de infiltrar a própria condição nas manifestações do pensamento. Sujeitos sociais que antes eram apenas consumidores de bens materiais e imateriais convertem-se em produtores de cultura, numa experiência facilmente replicável, que permite problematizar os modos de pensar a realidade e o próprio fazer artístico (PIMENTEL (2021, p.2).

Experiências como as publicações cartoneras, os livretos de poesia mimeógrafo, os folhetos de cordel, assim como outras práticas de edições independentes, surgem para preencher lacunas à serem descobertas pelo mercado editorial e atender à procura do público por conteúdos que ainda não foram referenciados e desenvolvidos, mas que produzidos são necessários e fazem falta nas estantes de livrarias e bibliotecas” (CARNEIRO; ROCHA, 2019), e através dessas e outras vias de publicação e difusão do livro, há a promoção da quebra, como cita Dalcastagnè e Da Mata (2012), do “retrato de [nossa] literatura”, marcado até a última década, como uma prática de uma elite branca, masculina e residente em áreas “privilegiadas” de grandes centros urbanos (MORAIS, 2016).

#### 4 EPÍLOGO?

Assim a partir de todo esse apanhado temporal, retorna-se a provocação inicial, o que seria ser independente hoje? Ou que não seria? Tal questão surgiu a mim, junto de conversas com amigos de labuta (escritores e editores) sobre a perspectiva de um esgotamento semântico do termo ao longo das últimas décadas. *Independente* já não responde mais ao que foi a experiência de Massao Ohno nos anos 1960, mesmo a da poesia mimeógrafo uma década depois, ou ao que foi no começo dos anos 2000, com os fanzines, ou mesmo o cordel presente até os dias atuais. Brinco que ser escritor independente, depende de muitas coisas, essas, na maioria, pautadas em dribles desconcertantes ao sistema que nos é opressor. E seguimos nisso, mas como nunca antes, parte dele.

É interessante observar que dentro de todos os cenários apresentados, e do que temos atualmente sobre o mercado editorial (não apenas do Brasil), o quanto o fazer independente em algumas de suas práticas, é o que consegue traduzir de forma mais contundente esses dias, marcados pelo individualismo (na perspectiva do singularizar para pluralizar), pró-ativismo e instantaneidade do/no tempo-espço. *Do it yourself* nunca foi tão necessário. O sistema lacrado sobre suas próprias ações e convicções, guardião da quase totalidade do faturamento do campo, para manter sua própria sobrevivência, viu (ou foi forçado a ver) a necessidade dessa abertura a outras práticas e vozes. E mesmo sem darmos conta, cá estamos, sendo parte dele. Ou nossas publicações, eventos, espaços que chamamos independentes não movimentam o próprio (mercado)?

Assim, pralém de questões como: quem não seria independente esses dias? Quem se daria esse não-direito? Surge uma, que vejo necessária aos próximos dias: qual sistema teremos de combater nos próximos anos? O sistema alicerçado sobre nossos próprios pés? Precisamos descobrir qual independência buscamos. É difícil afirmar qualquer coisa sobre, mas deixo a hipótese de que tudo passe (ainda) pela perene desconstrução que seguimos. E creio ser um bom caminho. E este só de ida.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Horácio de. Prefácio de Literatura Popular em Verso Antologia – Tomo II, 1964. In: VIANNA, Arievaldo. **Leandro Gomes de Barros – O mestre da Literatura de Cordel: vida e obra**. Ed. Fundação Sintaf/Queima Bucha. Fortaleza, CE/Mossoró, RN, 2014.

BAEZ, Brenda; SAMPAIO, Jana. **Com 10% do mercado, autopublicação vira bola da vez**. Portal Puc-Rio Digital, 2021 Disponível em: [http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=22914&sid=55#.YJltVaFv\\_IU\\_](http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=22914&sid=55#.YJltVaFv_IU_) Acesso em: 10 maio 2021.

CARNEIRO, Daniele; ROCHA, Juliano. **Sobre livros cartoneros: experiências em publicação de livros de papelão**. Magnolia Cartonera, Curitiba, PR, 2019.

COUTO, Marina Vargas. **A indústria editorial brasileira trajetória, problemas e panorama atual**. UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

DALCASTAGNÈ, Regina; DA MATA, Anderson Luís Nunes (Orgs.). **Fora do retrato: estudos de literatura brasileira contemporânea**. Vinhedo: Horizonte. 2012.

DICIONÁRIO MICHAELIS. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/> Acesso em: 18 jun. 2022.

GORINI, Ana Paula Fontenelle; CASTELLO BRANCO, Carlos Eduardo. Panorama do Setor Editorial Brasileiro. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 3-26, mar. 2000.

JESUS, Thaís Afonso de; BLOTTA, Vitor Souza Lima. Autopublicação digital e inteligência artificial: sobre o uso de ferramentas automação de dados no mercado editorial contemporâneo. In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 41, Joinville, SC, 2018. **Anais eletrônicos ...** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Joinville, SC, 2018. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003038393.pdf> Acesso em: 10 maio 2021.

LACERDA, Danielle Christine Othon. O crescimento do mercado editorial impulsionado pela literatura de folhetim no século XIX. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 7, Ribeirão Preto, SP, 2018. **Anais eletrônicos ...** Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), Ribeirão Preto, SP, 2018. Disponível em: [https://www.abphe.org.br/uploads/Encontro\\_2018/LACERDA.%20O%20CRESCIMENTO%20DO%20MERCADO%20EDITORIAL%20IMPULSIONADO%20](https://www.abphe.org.br/uploads/Encontro_2018/LACERDA.%20O%20CRESCIMENTO%20DO%20MERCADO%20EDITORIAL%20IMPULSIONADO%20)

PELA%20LITERATURA%20DE%20FOLHETIM%20NO%20S%3%89CULO%20XIX(1).pdf  
Acesso em: 18 jun. 2020

MORAIS, Leonardo David de. Massao Ohno: editor independente? **Gutenberg - Revista de Produção Editorial**, Santa Maria, RS, Brasil, v. 1, n. 1, p. 98-116, jan./jun., 2021

MUNIZ JÚNIOR, José de Souza. **Girafas e bonsais: editores “independentes” na Argentina e no Brasil (1991-2015)**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-28112016-103559/pt-br.php>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PIMENTEL, Ary. Editoras *cartoneras* e a literatura fora do cânone: um olhar crítico para as margens do mundo editorial. **Revista Estudos Literatura Brasileira contemporânea**, Brasília, v. 62, n.622, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/nM6smZqwQGhzmknkz4PM94S/?lang=pt> Acesso em: 16 jun. 2022

PROJETO MEMÓRIA ORAL. Entrevista Massao Ohno – Parte 1/2. Biblioteca Mário de Andrade. São Paulo, SP, 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qw25wWzayOk> Acesso em: 16 jun. 2022

SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WALDFOGEL, J., REIMERS, I. Storming the gatekeepers: Digital disintermediation in the market for books. **Information Economics and Policy**. n 31, p. 47–58, 2015.

**Recebido/ Received: 01/07/2022**

**Aceito/ Accepted: 01/08/2022**

**Publicado/ Published: 30/08/2022**

**263**

---

## MUNDO, JUVENTUD Y LENGUAJE. UN TEXTO PARA LA PROVOCACIÓN

*WORLD, YOUTH AND LANGUAGE. A TEXT FOR PROVOCATION*

---

### **Didier Álvarez Zapata**

Mestre em Ciência Política pela Universidad de Antioquia. Bibliotecólogo de la Escuela Interamericana de Bibliotecología de la Universidad de Antioquia, Medellín, Colombia.

Esta es una provocación llena de sobresaltos y preguntas, nacida de los encuentros que en el territorio de la palabra he tenido con jóvenes en las bibliotecas, aulas universitarias y otros espacios de vida de Medellín, mi ciudad natal. El texto está escrito en una clave que, premeditadamente, desecha acercamientos conceptuales propios de la abstracción académica. Es apenas mi voz de hombre adulto, latinoamericano, bibliotecólogo, profesor universitario, que se engancha en el afán (no saciado) de digerir la experiencia sobrecogedora de enunciar, junto con los jóvenes, este mundo de postrimerías.

### **1 DE LA ÉPOCA QUE RUEDA COMO LA LAVA ARDIENTE**

Multitud de fenómenos que tachonan el firmamento actual. Una humanidad que chispea en sus propios condicionamientos de esperanza y miedo, oscuridad y luz, vida y muerte. Sociedad, cultura, educación, política; hombre, comunidad, nación, país, territorio, cuerpo, mente, alma... ¡todos como delicados fragmentos de un inmenso collage! Partecitas de un rompecabezas que puede comenzarse a jugar con cualquier ficha. Indicios de un contexto convulso, de un mundo en movimiento, de un mundo en crisis.

Pero el mundo ha cambiado continuamente, ese es su destino. Solo que ahora no acaba uno de tragarse el bocado de la novedad, cuando nuevos idearios se levantan. Allí están para que los tomes, si puedes, antes de que se disuelvan. Pompas de jabón, tornasoles de un cometa raudo que llega y se va. Un mundo hecho rutilante polígono de enésimos lados; tantos lados como ideas para nombrarlo: aldea global, era de la información, postmodernidad, virtualidad, metaverso, crisis ambiental, calentamiento global, punto de no retorno, era del desencanto, época de la fragmentación y de las identidades migrantes (hoy soy algo, mañana seré otra cosa...), sociedad de la afectividad (tiempo del sufrimiento generalizado), nueva edad media, modernidad autorreflexiva, sociedad de los tercios (menos de un tercio del mundo vive, los otros sobreviven...), tiempo del fin de la historia, sociedad de la individualización masificada, consumismo, etc., etc., etc.

Esta es una época, en fin, en la cual, al parecer, solo hay un acuerdo: que se está en crisis. En crisis de todo. En crisis por todo. En crisis frente a todo. Pero ¿había vivido la humanidad algo similar? ¿Qué había ocurrido siquiera cercano a este ensueño caleidoscópico de una muchedumbre de billones de personas viviendo historias, imaginarios, futuros y presentes de las más diversas índoles y calañas en un planeta agobiado? Una

época en la que las que las perturbaciones son tan grandes que cuesta discernir las salidas posibles. Untiempo que arrastra al cambio de espacios, que impulsa efímeros idearios, que construye utopías enanas, quizás justificantes, respuestas para lo inmediato, que niegan el asumirse en un plazo amplio y vital.

Época de configuración de un mundo que, como la lava de un volcán en eferescencia, podrá en su rodar tomar los más insospechados cursos. Vértigo de ideas, hegemonía del “todo vale”. Mundo que se desliza por entre las manos y se alimenta del desarraigo y del desencanto. He aquí una expresión visceral de su *ethos*: ciudades esquivas que oprimen y someten; ¡cuánta razón tenía la vieja sabiduría al denunciar que una gran ciudad no es más que un gran desierto!: Ciudades que fustigan al hombre, abrazo de masa que asfixia. Parloteo sórdido, resoplar de una plaza de mercado hecha ciudad. Palabras que cruzan el espacio de la incomunicación: *Redes sociales del fastidio* presentes en todas los espacios y en todos los tiempos; medios sociales omnipresentes, nuevos dioses digitales que acogen impasibles a los que no puede renunciar a ellos. Su gramática es el de la prisa, del *no te espero*, del *ahorra tus palabras*. Nueva sintaxis de una vida vivida en la velocidad que enmascara, con mucha frecuencia, la tragedia de no ser.

## 2 NUEVOS TÓTEM, NUEVOS RITOS, NUEVA ERA

¿Síntomas éstos de una vida inauténtica e indigna? ¿Expresión de la ausencia del hombre interior? ¿Nueva muerte del anhelo de Ser, ya no a manos de la razón sino a expensas de la levedad de una existencia que fallece en la pose y en el sueño de la conciencia? He ahí lo íntimo muerto por el brazo de las nuevas religiosidades manipuladoras, de las creencias de artimaña que mercadean la opción interior, la opción de *ser en sí mismo*, que la queman en fuegos fatuos, en pasaportes bufos para el paraíso: Trascendencia adulterada, vendida en cachivaches y artilugios; engaños de un nuevo comercio; otro escondite, otra máscara.

Pero a toda creencia derribada, mil que se levantan al amparo de las vanas adoraciones del producir y del enriquecerse: nuevos gurúes de la economía que instauran nuevos tótem (el mercado de capitales y criptomonedas y su juego de avaricias y codicias); apasionados emprendedores que idean para vender empresas de humo, *startups* milagrosas (Elizabeth Holmes y su Theranos, *startup* de servicios de salud que ofrecía un maravilloso *test* de sangre, que no era más que una estafa de millones de dólares). Larry Ellison, Rupert Murdoch... aclamados druidas contemporáneos que entronizan sus postreras doctrinas de acumulación, que llaman a sus fieles a las vergonzosas genuflexiones y gregarismos de la fe del éxito, éxito y más éxito. Sí, nuevos tótem, nuevos becerros de oro, nuevas *Lámparas Maravillosas*, nuevos Aladinos: Bill Gates y su juego de ilusiones, Steve Jobs, cual nuevo Cid Campeador, ganando muerto, batallas de mercado; Elon Musk, empresario del espacio y vendedor de la luna... Multimedia, navegación por

el ciberespacio, hiperconectividad, nubes abstractas, inteligencia artificial que asusta, simultaneidad que no deja dormir... *Cronos roto, Kairos vuelto añicos...* ¡Nuevos tótems, nuevos ritos!

### 3 EL JOVEN, EL QUE LLEGA...

Y en este escenario la juventud sigue de moda. Esfuerzos adultos por aparentar la mocedad de cuerpo: gimnasios, terapia hiperbárica, multivitamínicos revitalizantes, antioxidantes que atrasan la vejez, cirugías que quitan arrugas y años. Canas que desaparecen por la negrumina. Ropas que sugieren bríos. Prendas que levantan bustos y elevan caderas. Pastillas milagrosas que devuelven (y también levantan...) el vigor sexual perdido: “*Si los viejos pudieran y los jóvenes supieran*” ...reza la sentencia popular.

Sí, ser joven está de moda. Pero joven no es lo mismo que juvenil. Lo último es una construcción cultural que representa y reproduce sin tapujos la condición de lo joven, algo que se tornó modelo de vida: una cierta hibridación de lo maduro y lo inmaduro, de lo serio y lo informal, de lo conservador y lo atrevido: ejecutivos de chaqueta y corbata combinadas con *bluyin* desteñido y zapatos deportivos. *Yuppies* de frac que se drogan y fornican desesperadamente para postergar y postergar el olvidode sí mismos en el sueño de *siempre joven, siempre bello*. Adultos de aspecto juvenil alejados ya hace tiempo de su juventud. Una tremenda y frenética juvenilización de la sociedad.

Pero a pesar de esta juvenilización, lo joven es lo joven. Claro, otra construcción moderna porque antes sólo se era niño o adulto. No había esa condición que ahora ensueña, desvela y hasta preocupa a no pocos. Una condición construida a expensas de la modernización de la sociedad: mayor tiempo de educación y profesionalización, mayor tiempo de adecuación para la vida adulta, igual a extensión de la condición de joven bajo el signo de la moratoria social. La juventud es siempre nueva y las nociones que sobre ella subyacen en nuestro viejo pensamiento ya no sirven para explicarla. Juventud que trae y atrae lo nuevo. Sólo que ahora, en el tiempo del no tiempo, la fecha de expiración de la juventud, el tiempo de uso de la condición joven, puede pasar muy rápido, hacerse fugaz producto perecedero: *bestbefore* (consumir preferiblemente antes de...)

Pero en todas partes de este planeta globalizado, los jóvenes están subsumidos en la crisis de época. Buscan identidad en medio del torbellino. Cavan con todas las fuerzas de su ser un lugar en el mundo del vértigo. Un mundo que no los espera. “*Rápido, rápido que nos vamos. El que subió, subió y sí no se quedó*. Grita el conductor del mundo: *MisterFaster*.”

Jóvenes que construyen a dentelladas una identidad, un ámbito desde el cual referirse y comunicarse. Un centro (de muchos posibles) desde el cual armarse, un polo que concilie esta ansia de Ser. Angustia ontológica del fin de los tiempos, angustia del tiempo de saberse joven.

El Joven como presa. El joven como pieza. El joven como prisa. Todos quieren opinar sobre la juventud. Todos quieren trabajar con la juventud: El Estado para instruirlo. La política para hacerlo rebaño. La economía para devorarlo. Sueño de mamá, esperanza de papá, orgullo de las tías: nuestro trofeo. Mas, esta juventud que revienta, a veces, en lo que le es propio: la rebeldía, la escisión, el cisma. Ser joven, debe recordarse, no es lo mismo ahora que antes. Ser joven siempre ha sido otra cosa distinta, algo que no se alcanza a abarcar con un solo corazón.

Y, sobre esto, como el *Big Brother* de George Orwell, poderes que no escatiman indicar y moldear idearios, valores desde y para el joven. Poderes que venden rebeldías que se reproducen en el espacio generoso de lo *undergroundy* en las vitrinas de los centros comerciales. Opción de elegir en el mercado de los posibles el sueño que mejor se acomode a la fragilidad del ser (sentir que se magnifica en el joven): *gamers, trapers, frikis, otakus, geeks, hipsters, fitsters, bikers, yoguis, skaters. social-media-adicts, darks, technos...* hijo de papi, sicario, campanero, jíbaro, muchacho de bien... Mafalda, Susanita, Manolito o Guille... ¡Todo Vale!

#### **4 EL LENGUAJE, PRESENCIA Y OCULTAMIENTO**

En la base de todo este *Ser Joven* (bienestar y malestar que se alternan como moneda corriente) el problema de las palabras. La palabra como llave para entrar en otros lenguajes. Palabra, entonces, que se vuelve espacio; en ella la salvación o la condenación. Camino privilegiado para llegar a otros caminos. Vía de unión con lo cognitivo, con lo emotivo, con lo instintivo, con lo sexual. Mil maneras de llamar el sexo, otras mil para invocar la muerte, ternura aludida con otras tantas. Ciudad decorada con pintas, esquelas, dedicatorias, grafitis. Ciudad inundada de palabras: Medellín hecha un festival de poesía: poetas de todo el mundo oficiando una catarsis colectiva, multitudinaria. Ahí la juventud que colma los espacios del rito, expectantes de la unción, aprovechando hasta la última gotita bendita, de la saliva bendita de los benditos poetas que traen atados a sus voces el ensueño y la desesperanza.

Y en todo esto una convicción: la palabra es porque permite hacer. Lo que importa a los jóvenes del lenguaje es lo que el lenguaje puede hacer por ellos: afirmación, encuentro, definición, consuelo, auxilio y complicidad; ocultamiento y develamiento. Desnormalización y construcción de otras normatividades, caminos que se viajan por la palabra, caminos que son la misma palabra. Acontecimiento que va de lo conocido a lo desconocido. Palabra que reinventa el mundo: *Parlachele* no de *sisas* y *merisas*. Lenguaje hecho territorio habitable, al vez en construcción y en devastación. Allí sucede la vida y la muerte. Ciertamente, el lenguaje refleja la manera como una comunidad organiza su experiencia de vida. En ese entramado de palabras, el joven es un sujeto, a veces, impredecible e inmanejable para los poderes del orden; otras, manso y funcional, reproductor

de mundos de la vida que oprimen. La juventud, al fin y al cabo, construy elenguajes sin vacunas y, también, usa lenguajes vacunantes.

Pero ¿es para el joven el lenguaje un campo abierto o un callejón sin salida? A veces una cosa y otras veces la otra. Ahí está su paradoja. La normatividad sobre el caos, la intencionalidad organizadora que se vuelve colectiva. Individuo que se desdibuja en las voces que se van trazando en el espacio. En las palabras que de un día a otro se toman odejan. Países simbólicos que albergan multitudes: El lenguaje organiza cosas hacia un sitio, hacia una necesidad que se vuelve colectiva; y se utiliza para ver, para hacer evidente, para seleccionar lo que de la realidad sirve y lo que no sirve. Espejo y reflejo. Búsqueda del sujeto en el sentido de su estar, de su hacer y de su Ser en un mundo de arena. Certeza de saberse limitados. Jóvenes que escriben el mundo. Domadores de palabras: Escuelas de poesías que pululan, talleres repetidos por toda Medellín, concursos y premios... “Queremos hacer de la palabra un universo donde lo sepamos todo”, principio poético que estila en la palabra del joven.

En todo esto, una verdad que palpita para todos, jóvenes y adultos: Entre nosotros y el mundo, la inexcusable e impostergable búsqueda de sentido. Para eso estamos aquí, tal vez para aprender a no esperar y, también, para abandonar las búsquedas frenéticas. Para resolver nuestra tensión fundamental entre la acción y la renuncia a la acción. Para descubrir que la razón de nuestro Ser en el mundo es el mismo Ser y no los flacos ideales de orden racional o subjetivo que se nos proponen. Yo no soy porque haya otro, el otro no es porque yo exista... el Ser en su plenitud insondable antecede tanto a la *mismidad* que nos habita adentro, como a la *otredad* que nos mira desde afuera. He ahí el misterio de nuestra vida.

## **5 COROLARIO: EL ADULTO, EL “DUEÑO DEL MUNDO”**

La juventud es una condición de la vida porque, ante todo, existen otras condiciones vitales: Ser niño, ser adulto, ser anciano. La condición de joven es una construcción del mundo adulto. Un mundo que ejerce hegemonía desde la razón, del *es así*. Pero, en esta crisis de mundo, lo adulto está siendo impactado fuertemente por lo joven, se define, también, desde lo joven. Lo adulto, no obstante ver en la juventud una transitoriedad, quiere perpetuar, como ya he señalado señalado, ciertos valores, ciertos estares. En lo difícil, hace todo lo posible por aligerar el trago: rebeldía, contestación, conflicto, desadaptación, cuestionamiento. Eso no gusta, como si gusta el vigor, la vitalidad, la alegría, el coraje que embarga frecuentemente a los jóvenes.

Mas qué hace uno como adulto en este territorio del joven. Uno que se recuerda joven y que, al unirse a este río, siente otra vez llamar la voz de la rebeldía desde la sangre y ve aparecer las voces de la ansiedad en su corazón. Uno que está aquí, normalmente sin respuestas, o con respuestas que no son.

Lo cierto es que este proyecto de juventud nos pertenece también a los adultos. Aquí estamos anhelantes y expectantes de cara a la marea, esperando que baje para poder hurgar sus nidos. Ansiosos por conocer los escondrijos de los jóvenes que, como erizos, frecuentemente forran sus corazones con púas. Duele verlos derivar en sueños peligrosos: drogas, desenfreno sexual, autoagresión, infiernitos portátiles que llevan a todos lados. Alegra infinitamente apreciarlos en su esplendor: dulzura, transparencias, entrega, poesía, fervor y vehemencia; alas desplegadas. Hay que aceptar que ese proyecto íntimo que soñamos para ellos (verlos comprometidos con idearios y críticos del sistema, las imágenes de nuestras propias ilusiones jóvenes) no es necesariamente posible. Ellos se deben a sus sueños, que son los sueños de una sociedad nueva, una sociedad que no es exactamente la que nosotros soñábamos ayer. Quizás nuestro esfuerzo valdrá en tanto podamos y sepamos construir con ellos (*¿los nuevos dueños del mundo?*) los acuerdos fundamentales: La Vida, El Otro, El Nosotros, La Supervivencia Colectiva. Las verdaderas riquezas del mundo. Púas y pétalos nos ofrece la juventud. He ahí su belleza.

Recebido/ Received: 01/06/2022

Aceito/ Accepted: 01/08/2022

Publicado/ Published: 30/08/2022